

**REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL**



**ANO 62 – Nº 88 – 2002  
ISSN – 0020-3890**

# Editorial

## Reflexões sobre Política de Defesa

**A** Política trata do *que fazer* diante de determinada situação, compatibilizando possibilidades com necessidades para responder aos desafios vislumbrados.

Para definir a Política de Defesa, preconiza-se seguir a seguinte seqüência de procedimentos: identificar as situações adversas e as ameaças potenciais de conflito; formular hipóteses sobre suas projeções; analisar os meios disponíveis para contrapor-se a elas; e buscar a melhor forma de dotar o braço armado do Estado com uma estrutura que dê respaldo à reação formulada.

A inexistência de uma concepção política, um conceito estratégico, dificulta a percepção dos cenários adversos e da forma de reagir às eventuais, ou prováveis, crises que venham a exigir o emprego do Poder Militar do Estado.

Esse Poder não surge do nada nem da noite para o dia. Requer planejamento metódico, continuado e mantido em permanente avaliação, de tal forma que se possa prover, a tempo, os recursos indispensáveis à correta estruturação e emprego das Forças Armadas. Por isso mesmo, qualquer nação não pode prescindir de uma adequada preparação militar para a sua defesa, submetendo-a a total dependência alienígena. A História registra exemplos marcantes dos riscos a que ficou exposta a defesa nacional de tantos Estados. Eis porque o serviço militar se impõe como dever cívico.

A Política de Defesa deve proporcionar educação e preparo profissional adequados a todos os integrantes, civis e militares, de um Sistema de Defesa, de modo a capacitá-los a se desincumbirem com proficiência de suas atribuições. Para tanto, faz-se mister que os ocupantes de cargos de chefia e comando detenham, cada vez mais, conhecimentos de História Militar, Geopolítica, Política e Estratégia, Teoria dos Conflitos, Processos de Tomada de Decisões, Relações Internacionais etc., além dos técnico-profissionais que lhes caibam.

A prontidão das Forças Armadas depende de um planejamento que assegure a execução dos respectivos Planos Diretores sem solução de continuidade, de modo a manterem-se equipadas e adestradas para o pronto cumprimento das missões que lhes forem impostas. Para isso, é recomendável garantir-se, no orçamento do Estado, um percentual do PIB que lhes assegure um mínimo credível de poder de dissuasão. Exemplo bem-sucedido dessa prática nos vem do Japão: desde o período de ocupação norte-americana, por imposição do General MacArthur, ficou estipulado o mínimo de 1% do PIB japonês para o orçamento anual de defesa.

A visão estreita, parcial ou pontual de interesses paroquiais, mesmo entre a gente fardada das Forças Singulares, deve ceder lugar a uma visão estratégica compatível com a postura assumida pelo Estado.

Quanto à defesa coletiva, é preciso também uma nova visão que tenha por foco o respeito a opiniões e idéias de todos os participantes da aliança que lhe dá respaldo, resguardando-se os interesses e valores nacionais. Nenhum Estado pode ser compelido a cumprir missão que ultrapasse suas possibilidades e fira sua soberania. A defesa coletiva deve centrar-se em cooperação e não em alinhamento automático.

As Forças Armadas têm consciência da sua missão. Sabem, perfeitamente, do que necessitam para a defesa nacional. Apesar de cultuarem elevado grau de patriotismo, não lhes incumbe, porém, num regime democrático, impor a definição do modelo para a estrutura de defesa.

Numa reflexão franca, antes de focar o reequipamento e reorganização das Forças Armadas, torna-se necessário enfrentar o aspecto crucial do problema: a falta de vontade política, conjugada com a falta de conhecimento sobre Política de Defesa. O Poder Político precisa definir os cenários em que visualiza o emprego das Forças Armadas, a finalidade da intervenção e o limite máximo do engajamento. Sem poder solucionar esses problemas, elas ficam impedidas de tomar qualquer iniciativa, dependentes que são de uma decisão política que não lhes compete, obrigando-se a restringir-se em promover estudos vagos e improdutivos. O cerne do problema afigura-se simples. Exige apenas conhecimento, discernimento e coragem.

Somente quando forem esclarecidos os pontos atrás comentados, poder-se-á traçar uma Política de Defesa racional e fundamentada, basilar à adequação das Forças Armadas para atuarem, efetivamente, nos cenários vislumbrados.

Há que ajustar-se o Sistema de Defesa à Revolução em Assuntos Militares (RAM) e à revolução geopolítica em processamento no mundo, resultante da queda do Muro de Berlim e dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001.

Sem isso, qualquer exercício mental redundará em idéia não quantificável, perda de tempo, especulação.



## Revista do IGHMB

Ano 62 – Nº 88 – 2002

Publicação Oficial do  
Instituto de Geografia e História Militar do  
Brasil

Fundada em 1940

### DIRETOR

Coronel de Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

### REDATOR

Coronel de Eng e EM Virgílio da Veiga

### ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Casa Histórica de Deodoro

Praça da República, 197

Rio de Janeiro, RJ, 20211-350

BRASIL

Tel/Fax: (0 XX 21) 2221-0467

E-mail: ighmb@ism.com.br

### REVISÃO

Lucia Regina Rodrigues Bimbi

### PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

SoftImage Assessoria Empresarial

Tel/Fax: (0 XX 21) 2572-3111

### IMPRESSÃO

SERMOGRAF – Artes Gráficas e Editora Ltda.

Tel/Fax: (0 XX 24) 2237-3769

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados autor e fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser digitados no formato A4 (210 x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha A4), letras de 12 pontos e entrelinha dupla, acompanhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

PUBLICAÇÃO ANUAL  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

RIO BRANCO E O EXÉRCITO .....	5
Luiz Paulo Macedo Carvalho	
O GRAMSCISMO NO BRASIL .....	14
Sérgio Augusto de Avellar Coutinho	
FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO E TERRORISMO .....	28
José Arthur Alves da Cruz Rios	
PRÁTICA DEMOCRÁTICA: A IDEOLOGIA DA DEMOCRACIA .....	39
Hélio Mendes	
O CONDESTÁVEL DA CRUZ DE LORENA .....	57
Petrônio Raimundo Gonçalves Muniz	
O ABSOLUTISMO E O PROGRESSO DA GUERRA .....	68
Marcos da Cunha e Souza	
TRÊS REFLEXÕES SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI .....	78
Francisco Fernando Monteoliva Doratioto	
A BATALHA DE TUIUTI .....	88
Aureliano Pinto de Moura	
ALGUNS PONTOS POLÊMICOS NA HISTÓRIA DA GUERRA DE 1801 NO BRASIL .....	100
Silvino da Cruz Curado	
AS CAUSAS E O IDEÁRIO DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 .....	119
Carlos de Meira Mattos	
DESINFORMAÇÃO, ARMA DE GUERRA EM 1932 .....	126
Hernâni Donato	
O EMPREGO DA AVIAÇÃO NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 .....	132
Manoel Cambeses Junior	
RAÍZES E EVOLUÇÃO DA CAVALARIA .....	143
Nilson Vieira Ferreira de Mello	
OS MILITARES E A INCONFIDÊNCIA .....	153
Marcos Ribeiro Corrêa	
O VISCONDE DA TORRE – SESQUICENTENÁRIO DO SEU FALECIMENTO .....	158
Christóvão Dias de Ávila Pires Junior	
DOCUMENTO .....	162
INFORMAÇÕES .....	168
NOTÍCIAS .....	174
IGHMB – SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2002 .....	180
RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA – Ano de 2002 ...	192
IN MEMORIAM .....	199



# INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Fundado em 7 de novembro de 1936

Órgão Consultivo Oficial da História Militar reconhecido pelo Governo Federal  
(Decreto nº 27.512, de 28 de novembro de 1949 – DOU de 1º de dezembro de 1949)

Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro

(Lei 2.217, de 28 de agosto de 1973 – DO/RJ, de 30 de agosto de 1973)

CGC 30278931/0001-17

## DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2001-2002

### PRESIDENTE

Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho

### 1º VICE-PRESIDENTE

Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins

### 2º VICE-PRESIDENTE

Coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves

### 1º DIRETOR-SECRETÁRIO

General-de-Divisão Med Aureliano Pinto de Moura

### 2º DIRETOR-SECRETÁRIO

Coronel Marco Antonio Cunha

### 1º DIRETOR-FINANCEIRO

Tenente-Coronel (Int Aer) Aleyr Lintz Geraldo

### 2º DIRETOR-FINANCEIRO

Economista Marcos Ribeiro Corrêa

### DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coronel Arivaldo Silveira Fontes

### SUPLENTES

Engenheiro Cristóvão Dias de Ávila Pires Jr.

Professor Guilherme de Andrea Frota

Coronel Virgílio da Veiga

### CONSELHO FISCAL

General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto

General-de-Exército Pedro Luiz de Araújo Braga

Almirante-de-Esquadra Arlindo Vianna Filho

### SUPLENTES

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

General-de-Brigada Newton Bonumá dos Santos

Coronel Amerino Raposo



### NOSSA CAPA

Ilustra a 1ª capa o anverso do medalhão do IGHMB em ouro, sobre um fundo azul, com heráldica que representa a sabedoria.

# Rio Branco e o Exército

Luiz Paulo Macedo Carvalho\*

**Resumo:** Palestra proferida em 12 de dezembro de 2002, no auditório do IGHMB, recorre a dados biográficos, fatos históricos e passagens do relacionamento do Barão do Rio Branco com alguns dos maiores vultos da nossa História Militar para comprovar sua admiração pela profissão das armas.

**Palavras-chave:** Defesa nacional e política externa, vontade e poder, reorganização das Forças Armadas e rearmamento.

O nome do Barão do Rio Branco acha-se indissolúvelmente ligado ao do Exército.

As suas raízes explicam a admiração e a inclinação reveladas pela profissão das armas. O bisavô materno era major do Exército português. O tio-avô paterno, que criou seu pai órfão, era coronel do Exército. José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde, após ser promovido a guarda-marinha, matriculou-se no 2º ano do curso da Escola Militar (Escola Central). Promovido a segundo-tenente, ingressou no Corpo de Engenheiros, vindo a tomar-se professor de Balística, Mecânica e lente catedrático de Artilharia e Fortificações da referida escola. Mais tarde, chegou a Ministro da Guer-

ra. Depois, quando chanceler, identificado que era, desde cedo, com as lutas no Prata, afastou-se da Pasta dos Negócios Estrangeiros para manter entendimento direto com o Conde d'Eu, comandante do Exército aliado, ao receber a missão de seguir para a capital guarani com o objetivo de organizar o novo governo do Paraguai. Nessa época – há controvérsia – ter-se-ia feito acompanhar pelo filho primogênito, "Juca" Paranhos.

Dentre os sete irmãos de José Maria da Silva Paranhos Junior houve um – João Horácio Paranhos –, esgrimista renomado, que deixou o Exército no posto de major de Cavalaria.

Max Fleiuss [na síntese biográfica do Barão em *História do Brasil*] e o Capitão Theótimo Ribeiro [em artigo na *Revista do*

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior, Presidente do IGHMB e membro do IHGB.



*Clube Militar*] declararam, sem confirmação, que tentara a carreira das armas, como aluno da Escola Militar, onde teria sido contemporâneo de Floriano Peixoto e outros. Paíram dúvidas sobre isso, conforme esclarece Paula Cidade.

O outro elo de ligação do Barão do Rio Branco com o Exército encontra-se no culto e na divulgação dos feitos das Armas brasileiras e de seus atores. A propósito, vale recordar o seu testemunho escrito e oral em discurso proferido em 9 de outubro de 1909, por ocasião de um almoço no quartel do 13º Regimento de Cavalaria, na cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul:

(...) a minha simpatia, o meu verdadeiro afeto por eles [militares] é muito antigo, pois vem dos tempos já muito remotos da minha primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares, conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-Pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nossos heróis, morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assunto episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei, quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti

grande atração. Tive a fortuna de conhecer de perto muitos de nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório (...) e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima. Os sentimentos da minha mocidade para com o nosso Exército (...) não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam todos os povos.

Comprova-se, assim, a inclinação pessoal, manifesta já na juventude, pelos estudos de História Militar.

Como aluno do Colégio Pedro II, inicia a sua vida de historiador militar escrevendo *Episódios da Guerra do Prata*, arriando-se nas narrativas entusiásticas de testemunha ocular de seu pai sobre tais acontecimentos.

Ainda jovem estudante de Direito, consagra-se como autor do *Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo*, que lhe valeria, posteriormente, a eleição para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual chegaria a presidir. Trechos desse trabalho mereceriam também inclusão na célebre *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos de Luet.

Prossegue publicando seus trabalhos na *Revista Mensal do Instituto Científico de São Paulo*, tendo por tema a Cisplatina e

as biografias do Barão do Cerro Largo e do comandante da *Imperatriz*.

No Recife, em 1866, ao cursar o último ano de Direito, dedicou-se à pesquisa das lutas contra os holandeses no século XVII. Foi quando teve a atenção despertada pela Guerra do Paraguai, à qual dedicaria seus estudos durante a vida inteira. Tornando-se correspondente da conhecida revista francesa *L'Illustration*, remete notícias, publica crônicas e esboços, como os da rendição de Uruguaiana e da batalha de Riachuelo. Particularmente, divulga as vitórias decisivas de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança, visando a que as glórias das Armas nacionais não fossem adulteradas ou menosprezadas. A esse propósito, vale citar o enriquecedor trabalho do Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo – *Rio Branco e L'Illustration* – constante da *Revista do IHGB*, publicado no número de julho/setembro de 1945.

Aos 30 anos, em 1875, eleito para sócio honorário do IHGB, dá início à publicação comentada de *Anotações à Guerra da Tríplice Aliança*, de Ludwig Schneider, conselheiro de Guilherme I, rei da Prússia e imperador da Alemanha, que o imortalizaria como historiador militar em edição do Estado-Maior do Exército (1924), na gestão do General Tasso Fragoso, não menos conhecido historiador.

O Duque de Caxias, quando Ministro da Guerra, em 18 de outubro de 1876, escreveu carta em que o reconhecia autoridade como historiador militar, solicitando-lhe colaboração e opinião a respeito da edição do terceiro volume do livro de Schneider:

Ilustríssimo Sr.

Dr. José Maria da Silva Paranhos

Remeto a V. Sa. a tradução feita pelo Capitão de Estado-Maior de 1ª classe, Bacharel José Bernardino Bornmann, do terceiro volume da obra intitulada *A*

*Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai*, por L. Schneider.

Achando-se já publicada a tradução dos primeiro e segundo volumes da referida obra, cujo merecimento V. Sa. conseguiu fazer realçar com as suas importantes anotações, espero que continue a prestar o mesmo serviço examinando aquele trabalho, para

que se conclua, como convém, tão interessante publicação.

Peço a V. Sa. se sirva informar-me se será mais vantajosa a impressão desse trabalho na Europa.

Sou com toda a estima de V. Sa. amigo (...).

Duque de Caxias

O sonho acalentado por Rio Branco era escrever a História Militar do Brasil. Para isso, foi coletando dados preciosos das pesquisas realizadas e, nas horas vagas,

*Os povos que desdenham as virtudes militares e não se prepararam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota.*



punha-se a desenvolver o texto de *Apointamentos para a História Militar do Brasil*. Alguns trechos desta obra inacabada chegaram a ser divulgados na *Revista Americana*, em 1916.

Em correspondência de fevereiro de 1867 do grande Capistrano de Abreu a Rio Branco, ficou atestada a dedicação e importância dada à História Militar do Brasil, citada por Affonso de Carvalho em *Rio Branco, Sua Vida, Sua Obra*:

Vi com muito prazer que brevemente, isto é, daqui a uns quatrocentos dias, multiplicados por 24 horas e estas pelos respectivos minutos e segundos, teremos a História Naval Brasileira. Mas só a História Naval? E a História Militar, a começar pela Guerra Holandesa? Há tantos anos que V. Sa. a estuda e conhece tão bem que mais longa demora é uma lesão pública (...).

Acrescenta em outra carta: "Por que V. Sa. não se resolve a fazer uma edição preparatória em nossa coleção?"

O historiador militar, o então Tenente-Coronel Augusto Tasso Fragoso, em longa suaclação a Rio Branco feita em nome do Exército no Clube Militar, assim se expressa:

Coube a V. Exa., Senhor Barão do Rio Branco, a maior parte dessa invejável tarefa. Revogando o passado, restabelecendo a obra ingente de nossos maiores, defendendo o nosso direito perante dois árbitros e firmando os nossos dois últimos tratados de limites, V. Exa. não marcou só no espaço o âmbito de nossa morada, senão que se construiu na síntese mesma da nossa raça, pela afirmação de sua obra, de sua fé na

Justiça e de seus esforços de labor pacífico. O nome de V. Exa. está para todo o sempre indissolúvelmente ligado ao da nossa nacionalidade.

Essa só circunstância bastaria para explicar por que o Exército entendeu que não deveria faltar neste clube o retrato de V. Exa. Somos um instrumento da Pátria, pronto a sacrificar-se pela sua defesa.

(...) Definir a Pátria e lembrar-nos a sua história é preparar-nos para a nossa função; é, em uma palavra, colaborar conosco.

Mas não é somente isso que nos aproxima de V. Exa. e justifica esta simples homenagem. Foi V. Exa. sempre um cultor apaixonado de nossas tradições militares e, por isso, prestou ao Exército o inestimável serviço de restabelecer a verdade, comentando, com rara mestria, uma obra em que se narra um dos mais importantes episódios de nossa vida militar.

As Forças Armadas devem a V. Exa. imensa gratidão por essa defesa espontânea, em que V. Exa. antepôs aos conceitos injustos e deprimentes da nossa raça e dos nossos hábitos, gerados no ódio ou na inveja, a realidade palpável de nossos sentimentos e de nossas ações.(...) Essa fidelidade ao destino, essa permanência na trilha seguida desde a mocidade, deve servir-nos de exemplo: mostra quão úteis poderemos ser à nossa Pátria, mantendo-nos inflexíveis na linha do dever e da disciplina.

Em sua trajetória brilhante rumo à imortalidade, sempre o destino, com seus recônditos desígnios, marcaria a existência de

Rio Branco por históricos encontros com três generais – Caxias, Floriano e Hermes.

O Imperador se mostra irredutível em nomear “Juca” Paranhos cônsul em Liverpool. A fama de boêmio aos tempos de estudante em São Paulo escandalizara a Corte. O Imperador viaja e o Duque de Caxias, amigo do Visconde do Rio Branco e do Ministro dos Negócios Estrangeiros – Barão de Cotegipe –, é alçado à chefia do Gabinete. A Princesa Isabel cede à insistência de Caxias e, finalmente, abre-se o caminho para o Barão do Rio Branco atestar o seu valor pela mão daquele, no dizer de Dinah Silveira de Queiroz, “que edificou um grande Exército, ajudou a quem iria edificar uma grande diplomacia”.

Floriano, já nos albores da República, viria assegurar o título de Barão a José Maria da Silva Paranhos Junior, com o qual passaria à História, e a oportunidade, como advogado do Brasil, de dirimir, definitivamente, o antigo litígio das Missões, cujas negociações iniciais eram devidas a seu pai.

O marechal o conhecia desde os tempos de jovem militar. Por isso, em plena República, Rio Branco dirige-se a Floriano consultando se havia inconveniente em continuar usando o título nobiliárquico de barão concedido no Império. Ao que, sutilmente, Floriano, com grande inteligência, na carta dava-lhe tratamento íntimo de “meu caro Juca” e tratava de vários as-

suntos de interesse comum a dois amigos sem, contudo, fazer menção à consulta de Rio Branco. Todavia, no endereçamento constante do envelope lia-se: Exmo. Sr. Barão do Rio Branco.

Da mesma forma, quando o presidente clama por alguém para defender o País como advogado no caso das Missões, não hesita em acolher a indicação do nome de seu antigo companheiro e amigo, professor do Colégio Pedro II, profundo conhecedor de História e Geografia. Confia-lhe o en-

cargo da defesa dos interesses do Brasil na acirrada demanda com a Argentina, que nos ameaçava separar o Paraná do Rio Grande do Sul com o estabelecimento de um enclave.

A gratidão pelo triunfo alcançado na questão das Missões não é esquecida quando, em telegrama a um amigo, pede: “Faráis o favor de dizer ao nosso amigo Marechal

Floriano Peixoto que nunca esquecerei que foi ele quem me confiou o posto, onde, com o seu apoio, pude fazer alguma coisa pela nossa terra.”

Hermes e Rio Branco se completaram reciprocamente, marcando época. O fator determinante do sucesso alcançado por ambos os protagonistas no cenário político-militar foi a comunhão de ideais entre o Chanceler e o Ministro da Guerra e Presidente, por um Brasil forte para viver respeitado e em paz.

*Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais. Mesmo os estados neutralizados, como a Suíça e a Bélgica, cuidam séria e patrioticamente da sua defesa militar, na previsão de possíveis complicações e ataques.*



Rio Branco era apologista ativo da modernização das Forças Armadas, tendo sempre defendido a reorganização e a profissionalização do Exército que deveria ser, no seu entender, bem-remunerado, equipado e adestrado, compatível com a postura estratégica do País. Segundo Álvaro Lins, mostrava-se contrário ao militarismo, traduzido na anomalia do militar intervir no campo político.

Às vésperas da proclamação da República, enviara ao Visconde de Ouro Preto manuais de instrução do Exército francês nos quais se exigia dos militares juramento de fidelidade aos poderes constituídos, com solicitação de serem traduzidos e distribuídos aos oficiais brasileiros.

Discordava completamente da reação militarista evidenciada no caso Dreyfus.

Condenava o imperialismo e o militarismo britânicos na África do Sul, por ocasião da Guerra dos Bôeres, em carta endereçada a Nabuco, nos seguintes termos: (...) “Se ela [influência benéfica e civilizadora da Inglaterra] decer, teremos a influência da força e do militarismo. Deus nos livre disso.”

Desmentindo a pecha de militarista e imperialista lançada pelo Chanceler argentino Estanislau Zeballos – caso do telegrama nº 9 – afirmou, no famoso discurso do Clube Militar, agradecendo a homenagem do Exército em 15 de outubro de 1911, pouco antes de sua morte:

Mas, ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa

gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da Pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido, ou seja, um militarista, como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser alguns dos combatentes, mal-informados dos meus sentimentos e ações.

Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais em pouco tempo haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

(...) Os povos que, a exemplo dos do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e não se preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota.

Terminada a Guerra da Tríplice Aliança, ainda no Império, constatava-se notório desprezo para com os veteranos da campanha paraguaia (à semelhança do enfrentado pelos ex-combatentes da FEB após a Segunda Guerra Mundial), por razões políticas e

ideológicas. Havia receio que chefes militares, cobertos de glória nos campos de batalha, valer-se-iam do prestígio e da força com fins políticos, para demobilar a Monarquia. Um antimilitarismo generalizou-se por toda a Nação, plena de incertezas internas e externas, disseminado pela ideologia positivista que colocava em risco a segurança nacional.

Tasso Fragoso relata que os veteranos do Paraguai escondiam suas medalhas temendo que as novas gerações as considerassem símbolos de vergonha.

A Revolução Federalista de 1893 dera testemunho do estado de abandono e despreparo do Exército para manter a ordem e preservar a tranquilidade no País.

Canudos, quatro anos depois, surpreendeu o Exército à míngua de tudo, impondo-lhe humilhação em sérios reveses, exigindo o emprego de quase todo o seu efetivo para debelar jagunços insurretos.

A Revolução Acreana novamente reclamou ingentes esforços para deslocar pequeno efetivo militar àquela região amazônica.

Valhamo-nos de trechos de Paula Cidade em *Barão do Rio Branco* para se ter a justa medida da situação vivida pelo Exército na época:

Quando o grande brasileiro assumiu a direção dos negócios externos do Brasil, as nossas Forças Armadas não possuíam o mínimo indispensável ao desem-

penho de sua função garantidora da integridade territorial do País. (...) O Exército (...) achava-se tecnicamente nos moldes de 1870.

Em tática, havíamos esquecido o emprego das grandes unidades.

(...) Quando Rio Branco teve necessidade de movimentar tropas em direção a certas fronteiras (...) os soldados ignoravam quase tudo quanto deveriam saber sobre o emprego de suas armas.

(...) Não possuíamos armamentos de

reserva correspondentes aos efetivos que poderíamos mobilizar. Aliás, não tínhamos considerado o Exército em seu conjunto, uma idéia clara sobre o que devia ser uma mobilização.

Rio Branco apreendeu tudo isso num relance de olhos e empregou sua grande popularidade para apoiar a idéia vencedora, no seio das classes armadas, de

uma grande reorganização militar do País.

Retomando ao Brasil, Rio Branco logo se identificou com Hermes, que passou a ser alvo de suas simpatias.

Graças à sua influência na Alemanha, quando ministro brasileiro em Berlim, Hermes foi convidado por Guilherme II a assistir as grandes manobras do Exército daquele país. Hermes visitou a Alemanha e, ao lado do Kaiser, assistiu o monumental desfile das formações emassadas de ulanos, dra-

*Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência.*



gões e couraçados, ao som marcial de clarins e trompas, nos campos de Tempelhof.

A partir daí, idéias novas prevaleceram e grandes transformações se deram no Exército brasileiro. Ocorreram, no curato de Santa Cruz, as primeiras manobras após vinte anos. Duraram três semanas e contaram com um efetivo de uma divisão e com a presença do Barão do Rio Branco a cavalo, ao lado do Ministro da Guerra.

Constituíram um marco na história de nosso Exército a reorganização empreendida e o rearmamento por que passou com a chegada dos novos fuzis *Mausser*, dos canhões e obuses *Krupp*, das lanças *Eralhardt* e espadas, a instalação da fábrica de pólvora sem fumaça em Piquete, a criação de parques de armamento e de material aerostático, a constituição de brigadas estratégicas, a construção da Vila Militar e do Campo de Instrução de Gericeinó, a aprovação da Lei do Serviço Militar, o aparecimento dos tiros de guerra e dos clubes de tiro, o artilhamento da Artilharia de Costa e o início da construção do Forte de Copacabana, a introdução da ferramenta de sapa no equipamento individual do soldado, a adoção de novos regulamentos, o fim da promoção a marechal em tempo de paz, a criação da Escola de Aviação Brasileira etc. Mudou-se a mentalidade dos oficiais do Exército com o estágio de oficiais na Alemanha, que redundou no aparecimento dos "jovens turcos", responsáveis pela profissionalização do Exército.

Entre a juventude que, contagiada pelo ardor de servir à Pátria, se apresentava voluntariamente, encontravam-se o filho de Rio Branco e o do Presidente Afonso Pena.

A ação do binômio Rio Branco-Hermes se fazia sentir por toda parte. Tudo que dizia respeito à defesa nacional recebia o apoio de Rio Branco.

Em discurso pronunciado em 10 de novembro de 1906 no Palácio Itamaraty, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Exército, assim traduziu o seu pensamento com respeito à defesa nacional:

Mas o nosso amor da paz não é o motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas que, devemos crer, está felizmente encerrado para sempre.

Não depende da vontade uma nação evitar conflitos internacionais. Mesmo os estados neutralizados, como a Suíça e a Bélgica, cuidam séria e patrioticamente da sua defesa militar, na previsão de possíveis complicações e ataques. A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo de vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõe-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar. Carecemos de Exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos de reconquistar para nossa Marinha a posição que antigamente ocupava.

(...) Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comu-

nidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência.

Conta Affonso de Carvalho que o pai dele integrava a comissão julgadora do novo canhão a ser adotado pela artilharia de campanha brasileira. As provas técnicas tinham lugar no Polígono de Tiro de Realengo. Lembra que seu pai saiu às pressas e de madrugada para o campo de provas a fim de não chegar após o Chanceler Rio Branco.

O valor atribuído ao Barão do Rio Branco pelo Exército pode ser aquilatado por dois fatos marcantes e paralelos. Por ocasião do falecimento do Barão, foram prestadas honras militares no seu sepultamento, em cerimônia nunca igualada – câmara ardente com permanente guarda de oficiais, caixão transportado em carreta militar conduzida a pé por cadetes das escolas de formação de oficiais, guarda de honra no valor de cinco brigadas, comandada pelo chefe do Estado-Maior do Exército, bandas intervaladas executando acordes da Mar-

cha Fúnebre, escolta a cargo dos Dragões da Independência, salvas dadas por uma bateria do 1º Regimento de Artilharia acompanhada pelas fortalezas e navios de guerra, que salvaram simultaneamente, numa orquestração tremenda de estampidos. Ao mesmo tempo, num distante rincão da fronteira gaúcha com o Uruguai, em território delimitado pelo gênio de Rio Branco, os soldados espontaneamente se descobriram, em demonstração de profundo pesar, quando foi decifrada a mensagem heliográfica recebida comunicando a morte do *Bene-mérito Brasileiro* – título conferido a ele por lei federal.

Tais demonstrações, pomposas ou singelas, traduzem a estima, a consideração e a gratidão imorredoura de que era objeto o Barão do Rio Branco, em toda a escala hierárquica do Exército.

Resta o ensinamento legado, caído no esquecimento em nossos dias, de que a política externa e de defesa se completam e se fazem com vontade e poder.



## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *História do Grande Chanceler*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.
- CARVALHO, Affonso de. *Rio Branco, Sua Vida, Sua Obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. "Hermes – o Pai do Exército Moderno". *A Defesa Nacional*, n. 784. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- PARANHOS, José Maria da Silva. *Obras do Barão do Rio Branco*. Tomo IX. Discursos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- PAULA CIDADE, Francisco de. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.
- RICUPERO, Rubens. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.



# O Gramscismo no Brasil

*Sérgio Augusto de Avellar Coutinho\**

**Resumo:** Reproduzindo palestra proferida em 2 de abril de 2002, no auditório do IGHMB, o artigo revela a estratégia de Antonio Gramsci na luta pelo socialismo e aprecia a adesão a ela, no Brasil, por participantes e simpatizantes da doutrina comunista, particularmente após o fracasso das teorias de Marx e Engels, revelados com a dissolução da URSS.

**Palavras-chave:** Gramsci, gramscismo, socialismo.

No final da década de 1970, o Partido Comunista Brasileiro vinha de uma frustrante e contundente derrota na sua segunda tentativa de tomada do poder no Brasil. Tanto na primeira investida (a Intentona de 1935) quanto na segunda (“a via pacífica”), o partido seguiu o modelo marxista-leninista para chegar ao poder.

Havia uma certa perplexidade no interior do partido, que se questionava quanto à validade dos modelos leninistas do “assalto ao poder” e da “via pacífica para o socialismo”, ou “etapista”, ambos malsucedidos no Brasil. Além disso, havia ainda a má referência da imprudente e cruel opção pela luta armada de alguns grupos dissidentes da orientação partidária que não conse-

guiram ir além do terrorismo urbano (1966-1973). Começaram então a aparecer os primeiros indícios de que alguns dirigentes do Partido passavam a se interessar pela estratégia de Gramsci já revelada, de certa forma, pelo eurocomunismo.

“Como poderia, todavia, o Partido Comunista transportar mecanicamente para o Brasil uma doutrina que se preocupava, no seu tempo, em equacionar os caminhos a percorrer do fascismo à ditadura do proletariado e estabelecer qual o sistema de alianças a ser composto para atingir a meta intermediária de um governo democrático?” (Carlos L. S. Azambuja)

Com efeito, em 1973, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro realizou, com uma criativa manobra intelectual, a transposição para o Brasil da situação da

\* General-do-Brigada.



Itália em 1930: aprovou uma Resolução em que definia o regime brasileiro como *fascista*. Assim, propunha a formação de uma aliança "antifascista, incluindo todas as forças de esquerda e de oposição ao regime político vigente, tendo por objetivo a *redemocratização*, que lhe abrisse espaço para voltar à atividade política ostensiva e à luta pelo socialismo".

A partir desta Resolução, o Partido passou a dar prioridade aos objetivos imediatos de: Restauração da Democracia, Anistia e Assembléia Constituinte.

Evidentemente, a opção por essa linha de atuação não significava uma deliberada adesão à estratégia gramsciana, mas com ela coincidia, de maneira interessante e indicativa, porque estava muito de acordo com o conceito de Gramsci referente ao *inbetween* democrático burguês entre a queda da ditadura fascista e a ditadura do proletariado.

Indicativamente também, a partir de 1972, pronunciamentos de destacados membros do Partido e artigos publicados nos jornais orgânicos e na imprensa diária passaram a conter frequentes referências às "categorias" e idéias de Gramsci. Embora fossem significativas as indicações de envolvimento de membros do Partido com as idéias de Gramsci, essa posição não era unânime.

A presença do PCB nas campanhas "populares" anteriores a 1979 não foi muito destacada porque, em 1974 e 1975, os órgãos policiais e de segurança, depois de derrotar o terrorismo urbano e uma tentativa de implantação de guerrilha maoísta no País, voltaram-se finalmente contra ele, desorganizando severamente sua estrutura e atuação. Seus militantes foram presos ou

se refugiaram no exterior. Os remanescentes optaram pela clandestinidade ou pela infiltração no partido do Movimento Democrático (MDB), de oposição – tática da dupla-militância.

Quando, em 1979, o regime revolucionário de 1964 tomou a iniciativa da abertura política (revogação do Ato Institucional nº 5 e decretação da Anistia), o Partido estava enfraquecido, principalmente depois da divergência entre Prestes, que regressara de Moscou, e os membros do Comitê Central, resultando no afastamento do velho líder ainda preso aos dogmas da Internacional soviética. Entretanto, a ortodoxia do próprio comitê central o levou também a hostilizar os membros de tendência gramsciana, o que acabou por fazer com que muitos deles se afastassem do partido e buscassem outras organizações políticas, em particular o MDB e o Partido dos Trabalhadores, recém-criado.

A partir de 1980, embora ainda não-legalizado, o PCB já podia atuar abertamente, com a complacência do regime que se encerrava ou por meio dos militantes que se acolheram em outros partidos. As campanhas eram então a de legalização do Partido e, em 1984, a de "diretas já". Esta foi conduzida num amplo movimento não só das esquerdas, mas das oposições como um todo.

Em 1985, o PCB obteve seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, finalmente entrando na legalidade. Neste ano, pode-se dizer, iniciava-se o "interlúdio democrático burguês", como preconiza Gramsci.

Faltava ainda um passo decisivo: a convocação de uma Assembléia Constituinte. O objetivo foi facilmente viabilizado no cli-

ma de abertura política inaugurado com a posse do Presidente José Sarney.

## A CONSTITUINTE E A REPÚBLICA SOCIALISTA

O novo Congresso eleito em 1986 veio investido de poderes constituintes. É interessante recordar que o Presidente José Sarney tomou a iniciativa de nomear uma comissão – a dos Cem Notáveis – para elaborar um anteprojeto da nova Constituição. A proposta apresentada pela comissão foi de tal maneira esquerdizante que o presidente desistiu de submetê-la à Assembléia Constituinte. Esse fato demonstrou a extensão da opção marxista no meio intelectual brasileiro, nele incluída certamente uma parcela já marcante dos adeptos do pensamento de Gramsci.

No Congresso, os representantes constituintes de esquerda, de maneira despercebida e habilidosa, com a conivência de socialistas populistas e com a omissão da maioria democrata descuidada, conseguiram ver aprovado um regimento da Assembléia em que a metodologia de elaboração da Carta lhes permitiria conduzir o “trabalho fracionável” – técnica de domínio de reuniões e assembléias pela minoria. No caso, o regimento aprovado criava um determinado número de Comissões Temáticas, tratando separadamente dos diversos conteúdos da Constituição. Em seguida, a matéria seria harmonizada, por conjuntos de assuntos afins, em uma Comissão de Sistematização e, finalmente, levada a plenário para votação, não por artigos, mas em bloco, impedindo emendas parciais. Era o fracionamento da assembléia, de modo que a

minoria tivesse domínio das comissões que lhe interessavam, abrindo mão das que lhes eram secundárias.

Além do mais, o regimento admitia emendas populares apresentadas diretamente pela sociedade civil organizada, isto é, por organizações de massa tais como sindicatos, associações de classe e movimentos populares. Era uma prática incipiente da hegemonia popular de concepção gramsciana, que permitia às minorias ativas exercerem a direção política, a pressão e o *lobby*, impondo suas idéias e reivindicações, fazendo crer que expressavam a vontade nacional. Com a técnica do trabalho fracionável e de pressão de base, quase que a Constituinte é levada a aprovar um projeto parlamentarista e nitidamente socialista.

Quando essa manobra ficou evidente, a maioria democrática reagiu formando um bloco – o Centrão – que, a tempo, frustrou o intento das esquerdas. Mesmo assim, a Constituição promulgada em 1988 se caracterizou pela complexidade, revanchismo, nacionalismo xenófobo, paternalismo, permissividade democrática e pelas contradições conceituais. Como veio a se manifestar o próprio Presidente Sarney: “A Constituição torna o país ingovernável.”

## O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O GRAMSCISMO

Em 1990, restava ainda um grupo importante de membros do partido adepto do gramscismo. Se a atuação da organização, desde 1979, não foi oficialmente nessa linha, sem dúvida foi por ela influenciada ou, no mínimo, com ela coincidente. Na ver-

dade, os procedimentos políticos que poderiam ter sido identificados como gramscianos eram próprios da fase econômico-corporativa e não seriam incompatíveis com as práticas marxistas-leninistas da equivalente fase democrático-burguesa. Certas práticas sugeridas eram até confundidas com atividades de acumulação de forças e de trabalho de massa.

Nessa época, a crise do comunismo soviético já se tornara explícita, desde que Gorbachev tentara a sua salvação com um projeto reformador, a *Perestroika*. Culminou com o repentino colapso do regime soviético e a subsequente desarticulação dos regimes comunistas dos satélites do Leste Europeu. A velocidade dos acontecimentos, a debacle flagrante, a exposição das precariedades sociais e econômicas do Estado totalitário daqueles países demonstraram todo o fracasso do socialismo soviético e da ilusão do comunismo.

O PCB, de orientação soviética e de vinculação ao PCUS, evidentemente foi muito atingido pelo desastre. Diante da reviravolta do comunismo soviético, viu-se obrigado a rever posições e a tentar salvar seu projeto histórico, fazendo um esforço de sobrevivência e de elaboração de uma nova face. A reação foi rápida, o que demonstra já possuir um quadro de pessoas portadoras de um projeto novo, não só oportuno para o momento vivido pelo partido, mas adequado para o momento histórico do país: o gramscismo.

Assim, no período de 30 de maio a 2 de junho de 1991, o partido realizou o seu IX Congresso. Outra vez se dividiu internamente, agora com três correntes divergentes: a primeira, a dos renovadores, su-

gerindo uma definição renovada de socialismo; a segunda, a dos ortodoxos, marxistas-leninistas conservadores; a terceira, a que defendia um novo socialismo baseado na adaptação de Marx, Engels e Gramsci, e a aproximação com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A primeira corrente saiu vitoriosa.

Assim, o velho "Partidão", o "PC Bão", vestiu roupagem nova, abandonou velhos símbolos e adotou outra denominação – Partido Popular Socialista (PPS). Passou a usar uma nova linguagem, como "pluralismo das esquerdas, democracia radical" e outras expressões muito próprias do vocabulário gramsciano como aparece na sua proposta de declaração política ao Congresso: "Para que a esquerda se credencie ao exercício da hegemonia, deve ser capaz de promover a emancipação da classe operária de uma pauta estritamente econômico-corporativa, tomando-a apta a dirigir o país."

O novo partido argumenta com categorias de Gramsci mas não assume publicamente sua linha gramsciana, aliás como seus congêneres na Europa. Os ex-PC europeus têm agora outras denominações e outras siglas, mas também não revelam abertamente a sua linha revolucionária gramsciana.

## AS ESQUERDAS BRASILEIRAS E O GRAMSCISMO

O conhecimento da obra e do pensamento político de Antonio Gramsci não ficou restrito a alguns membros do PCB. Teve também difusão no meio político, principalmente após 1979, com o retorno ao

País de muitos intelectuais e militantes de partidos e organizações de esquerda que se haviam refugiado, principalmente, na Europa. Os sinais de sua atuação e influência já apareceram no início da década de 1980, como difusão e uso geral de conceitos e categorias gramscianas nos meios de comunicação social, na manifestação artística, na atividade editorial e na linguagem política. O exemplo mais evidente é o uso que se tornou corrente da expressão *sociedade civil*. Igualmente indicativo foi o surgimento no país, e cada vez mais difundidas, das denominadas *organizações não-governamentais* (ONG), muitas das quais nada mais são do que aparelhos privados de hegemonia, voluntários ou de grupos homogêneos, isto é, organizações não-estatais da sociedade civil.

A partir de 1990, foi crescente a penetração de Gramsci na universidade. Aliás, já há muito, essa era área de dis-

cussão e de influência do pensamento marxista. Sem dúvida, o meio acadêmico tem sido importante centro difusor do gramscismo.

Na área política, os partidos de esquerda que repudiam tanto o marxismo-leninismo quanto a social-democracia não assumem abertamente sua opção pela estratégia de Gramsci; ou fazem genéricas e retóricas referências aos seus conceitos ou, simplesmente, os silenciam. Tentam passar um discurso social-liberal, social-democrata ou o eufemismo de um não bem explicado "socialismo-democrático".

É instrutivo fazer um breve reconhecimento da esquerda brasileira, destacando os partidos segundo suas posições estratégicas para a fundação do socialismo. De uma maneira mais ou menos arbitrária, a esquerda no Brasil pode ser classificada em dois blocos distintos como resumido no quadro sinóptico seguinte:





Evidentemente, os partidos indicados no quadro não são os únicos. Há outros partidos e grupos políticos que compõem as esquerdas no Brasil.

Pode-se verificar que, pelo menos, três partidos políticos trazem em suas definições ideológicas e pragmáticas conceitos gramscianos, ainda que não deixem claro a adoção plena da concepção revolucionária que corresponde à *guerra de posição*.

O Partido Popular Socialista (PPS) teria todas as qualificações e respaldo dos seus antecedentes de luta (duas tentativas concretas de tomada do poder) para pretender ser a vanguarda revolucionária da *transição para o socialismo*. Como partido político, porém, ainda não se restabeleceu dos golpes e contratempos que vem sofrendo desde 1964, estando falto de estrutura, prestígio e projeção.

O Partido dos Trabalhadores (PT) demonstra mais eficiência e coerência na aplicação dos conceitos gramscianos, embora não seja uma organização ideologicamente marxista (sua concepção se aproxima mais do *nasserismo*). É notável o *protagonismo* e o *desempenho* dos seus *intelectuais orgânicos*, preparados e atuantes como dirigentes e educadores nos três níveis da estrutura partidária, como preconizado por Gramsci.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) abriga em seu interior membros com experiência revolucionária, bem como um corpo de intelectuais orgânicos. Estes estão concentrados na cúpula partidária. A identificação com Gramsci é mantida encoberta por uma aparência social-democrata de conveniência.

## O BRASIL E A REVOLUÇÃO NO OCIDENTE

A estratégia revolucionária de Gramsci veio bem a calhar como uma alternativa acabada ao marxismo-leninismo em crise e posto sob crítica desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, principalmente para o histórico PCB. Mas não foi só por esse aspecto imediato que o gramscismo veio a calhar. Efetivamente, a concepção de Gramsci veio também no momento histórico certo para o movimento revolucionário no Brasil.

O País, a partir de 1930, ganhou um projeto nacional que, apesar dos tropeços e de algumas descontinuidades, avançou consistentemente sob diferentes formas. Foi capaz de proporcionar ao Brasil magnífico progresso econômico (industrialização), político e social que se refletiu positivamente no desenvolvimento da sociedade civil e na modernização do capitalismo, embora com forte participação do Estado. Essa evolução abrangente chegou ao seu momento culminante na década de 1970, como resultado do programa de desenvolvimento econômico e social da Revolução de 1964.

Segundo os comentadores de Gramsci, o Brasil deixou de ser uma sociedade do tipo oriental e, definitivamente, se tornara uma sociedade do tipo ocidental. Conclusivamente, o modelo revolucionário bolchevista ou marxista-leninista de assalto ao poder *guerra de movimento* já não se aplica adequadamente ao Brasil, mas preferentemente à nova e atualizada concepção da *guerra de posição*. E é isso, exatamente, o que se está desenrolando no Brasil.

Recordando as fases do processo gramsciano de transição para o socialismo, podemos dizer que a fase econômico-corporativa no Brasil teve um momento particular em 1964, quando se deu a intervenção político-militar que frustrou o projeto do PCB de tomada do poder. A partir de então, o País viveu um período político autoritário que as esquerdas identificaram, por conveniência ideológica, como *ditadura militar fascista*.

A sensibilidade política do Partido Comunista Brasileiro (ainda fiel ao marxismo-leninismo) e das oposições em geral os levou à formulação de um projeto comum que era muito coincidente com a concepção estratégica de Gramsci para esta fase. Possivelmente pesou a influência de intelectuais gramscistas que já apareciam no cenário das esquerdas.

Os empreendimentos recomendados por Gramsci na fase econômico-corporativa foram, de certa forma, seguidos pelo PCB, ou seja: luta pela abertura política, eleições livres, anistia, redemocratização e constituinte.

Diferentemente, grupos açodados e radicais (loquistas, trotskistas e maoístas) optaram pela insensata luta armada – *guerra de movimento* – que não conseguiu ir além do terrorismo urbano. De qualquer modo, com a derrota das organizações armadas, o processo de abertura foi iniciado pelo próprio regime em 1979.

Em 1985, o País estava redemocratizado e, em 1988, com uma nova Constituição que, se não chegou a antecipar uma república socialista, quase chegou a ela.

Com a crise do comunismo soviético e seus reflexos no movimento comunista no

Brasil (a reformulação do PCB, transmutado em PPS, e a formação de outros partidos de inspiração gramsciana) estava terminada a fase econômico-corporativa e tinha início a fase de luta pela hegemonia (1991).

Agora, a atuação mais importante passa a ser dos intelectuais orgânicos e dos intelectuais tradicionais adesistas.

Tirante o corpo de intelectuais orgânicos do Partido dos Trabalhadores, que está bem-estruturado e atuante em todos os níveis, os demais intelectuais estão difundidos nos partidos, nos órgãos de comunicação social, nas cátedras, nos aparelhos privados de hegemonia, nas ONG's, nas comunidades (de moradores, de favelas, acadêmicas, de minorias etc.) e na manifestação artística, ativos e conscientes politicamente, mas sem evidências nítidas de vinculação com as organizações políticas. É uma atuação difusa, abrangente, anônima na generalidade, mas muito efetiva, "moderna" e uníssona.

A luta pela hegemonia é desenvolvida em uma frente popular tácita, nem sempre muito coesa, mas que envolve praticamente todos os partidos de esquerda. Embora divergentes em determinados aspectos teóricos e práticos, têm pontos afins de atuação revolucionária. Os empreendimentos dessa fase gramsciana, envolvendo principalmente a *reforma intelectual e moral da sociedade e a neutralização do aparelho hegemônico da burguesia*, encontram correspondência na atuação dos partidos socialistas democráticos (não confundir com social-democratas) e na dos partidos marxistas-leninistas, particularmente no trabalho de massa destes, concretizando um

amplo pluralismo socialista que, nesta fase, é bem-vindo por todos.

Podemos fazer uma breve e imediata constatação de alguns temas trabalhados e dos resultados já alcançados, particularmente em três empreendimentos: superação do senso comum; neutralização dos aparelhos de hegemonia da burguesia; e ampliação do Estado.

## SUPERAÇÃO DO SENSO COMUM

O senso comum é o conjunto das opiniões aceitas pela generalidade das pessoas da sociedade, fazendo com que opiniões discrepantes pareçam desajustadas.

A superação do senso comum significa a substituição e modificação de valores, tradições, costumes, modo de pensar, conformidade religiosa e social, sentimentos e outros elementos que dão à sociedade coesão interna, consenso e resistência a mudanças ideológicas. Substituídos por outros, modificam significativamente o modo de pensar, de agir e de sentir das pessoas, contribuindo para a reforma intelectual e moral de toda a sociedade.

Na sociedade brasileira, podemos constatar, sem muito rigor sociológico e psicológico, mas observando o presente e o passado com atenção que, desde a década de 1980, alguns critérios, antes bastante sólidos no senso comum, foram modificados radicalmente. As novas gerações nem mais podem percebê-los. Para os moços, nada mudou porque não conheceram os velhos valores. Para os mais velhos, as modificações até parecem espontâneas, naturais, evolutivas, aceitáveis como sinal dos tem-

pos. Mas, na verdade, são o resultado de uma penetração cultural bem-conduzida pelos intelectuais orgânicos desde pouco mais de vinte anos.

Vamos tentar identificar algumas dessas mudanças, apontando, inicialmente, as que não podem ser simplesmente atribuídas a uma natural evolução social e moral, para demonstrar a existência de um impulso de direção consciente por trás do fenômeno, conforme expresso nos tópicos abaixo.

- O conceito de livre opinião (independência intelectual) está sendo substituído pelo conceito de politicamente correto. A legítima e franca opinião individual vai sendo socializada por substituição pela opinião coletiva politicamente (homogênea) correta (ética).
- O conceito de legalidade está sendo substituído pelo conceito de legitimidade. A norma legal perde a eficácia diante da violação dita socialmente legítima. A invasão de terras, a ocupação de imóveis e prédios públicos, o bloqueio de vias de circulação, o saque de estabelecimentos são legítimos (éticos) porque correspondem a reivindicações justas.
- O conceito de fidelidade pessoal (dever e compromisso) é substituído pelo de felicidade individual. O prazer (em oposição à solidariedade, ao altruísmo, à abnegação) é o critério do comportamento social e moral, moderno e livre.
- O conceito de cidadão está sendo substituído pelo conceito de cidadania. O termo cidadania perde o sen-

tido de relação do indivíduo com o Estado, no gozo dos direitos civis e políticos e no desempenho dos deveres para com eles e passa a ser uma relação de demanda de minorias ou de grupos organizados.

- O conceito de sociedade nacional está sendo substituído pelo de sociedade civil. A comunidade como conjunto das pessoas interdependentes, com sentimentos e interesses comuns, passa a ser o espaço das classes em oposição. Embora não seja aparente, é a cena da luta de classes.

Resumindo, podemos construir o esquema abaixo:

### SUPERAÇÃO DO SENSO COMUM (Induzida)



Além desses exemplos, há muitas outras superações do senso comum, menos evidentes (mas visíveis se apontadas) porque o antes e o depois já estão muito afastados

no tempo e porque já estão integrados, intelectual e moralmente, principalmente no senso comum dos mais jovens da sociedade, conforme exposto nos tópicos abaixo:

- A personalidade popular como protagonista da história nacional em substituição ao vulto histórico, apresentado como opressor, representante das classes dominantes e criação da História oficial.
- A História revisada (na interpretação marxista) que substitui a História Pátria oficial (invenção do grupo dominante).
- A união conjugal episódica ou temporária e de pessoas do mesmo sexo

em substituição à família estável e célula básica da sociedade.

- Ecletismo religioso em substituição ao compromisso e fidelidade à igreja de opção.

- Moral laica e utilitária em substituição à moral cristã e à tradição ética ocidental.

- Discriminação racial dita como sutil e disfarçada e como realidade que desmente a crença burguesa ultrapassada de tolerância e de sociedade multirracial e miscigenada. Este

conceito recente é interessante porque se tornou senso comum apesar de todas as ostensivas evidências de que é falso; resultado da orquestração (afirmação repetida).



- O preconceito, como qualidade que estigmatiza as pessoas conservadoras ou discordantes de certas atitudes e comportamentos permissivos ou tolerantes.
- A informalidade em substituição à convenção e à norma social, que pressupõe vinculação institucional e à tradição.
- A amoralidade substituindo a ética tradicional, que se diz sufocar a felicidade e a liberdade individuais.
- Os direitos humanos como proteção ao criminoso comum (identificado como vítima da sociedade burguesa) e indiferente à vítima real (identificada geralmente como burguês privilegiado).
- "Satanização" do "bandido de colarinho branco", identificado como burguês corrupto e fraudador do povo.
- A opinião pública como critério de verdade maior que os valores morais tradicionais e a própria lógica, quando inconvenientes.
- A mudança como valor superior à conservação.
- A ecologia como projeto superior ao desenvolvimento econômico (especulação capitalista burguesa) e social.
- A organização popular (aparelho pri-

vado não-estatal, "eticamente" superior ao organismo estatal burguês.

O esquema abaixo resume os principais tópicos abordados.

### MUDANÇA DE SENSO COMUM (Espontânea)

PRECONCEITO	Estigmatização do opositor
INFORMALIDADE	Abolição das regras burguesas de convivência social
AMORALIDADE	
FELICIDADE PESSOAL	Negação da solidariedade social e da lealdade cívica
UNIÃO CONJUGAL EPISÓDICA OU TEMPORÁRIA	Neutralização da célula básica da sociedade burguesa
LIBERAÇÃO SEXUAL	
ECLETISMO RELIGIOSO (LAICISMO)	Esvaziamento do controle moral religioso

Os principais meios de difusão dos conceitos do novo senso comum são os órgãos de comunicação social, a manifestação artística, em particular o teatro e a novela, a cátedra acadêmica e o magistério em geral.

É preciso acrescentar que nem toda mudança do senso comum resulta de uma atuação intencional e direta destes intelectuais orgânicos. Algumas transformações são decorrentes de uma evolução social natural. O projeto gramsciano de superação do senso comum, porém, é efetivamente um elemento desencadeador do fenômeno em cadeia, criando um clima de mudanças naturalmente estimulador que elimina a estabilidade dos valores e conceitos da sociedade, enfraquecendo suas convicções culturais e suas resistências.

- O preconceito, como qualidade que estigmatiza as pessoas conservadoras ou discordantes de certas atitudes e comportamentos permissivos ou tolerantes.
- A informalidade em substituição à convenção e à norma social, que pressupõe vinculação institucional e à tradição.
- A amoralidade substituindo a ética tradicional, que se diz sufocar a felicidade e a liberdade individuais.
- Os direitos humanos como proteção ao criminoso comum (identificado como vítima da sociedade burguesa) e indiferente à vítima real (identificada geralmente como burguês privilegiado).
- "Satanização" do "bandido de colarinho branco", identificado como burguês corrupto e fraudador do povo.
- A opinião pública como critério de verdade maior que os valores morais tradicionais e a própria lógica, quando inconvenientes.
- A mudança como valor superior à conservação.
- A ecologia como projeto superior ao desenvolvimento econômico (especulação capitalista burguesa) e social.
- A organização popular (aparelho pri-

vado não-estatal, "eticamente" superior ao organismo estatal burguês.

O esquema abaixo resume os principais tópicos abordados.

### MUDANÇA DE SENSO COMUM (Espontânea)

PRECONCEITO	Estigmatização do opositor
INFORMALIDADE	Abolição das regras burguesas de convivência social
AMORALIDADE	
FELICIDADE PESSOAL	Negação da solidariedade social e da lealdade cívica
UNIÃO CONJUGAL EPISÓDICA OU TEMPORÁRIA	Neutralização da célula básica da sociedade burguesa
LIBERAÇÃO SEXUAL	
ECLETISMO RELIGIOSO (LAICISMO)	Esvaziamento do controle moral religioso

Os principais meios de difusão dos conceitos do novo senso comum são os órgãos de comunicação social, a manifestação artística, em particular o teatro e a novela, a cátedra acadêmica e o magistério em geral.

É preciso acrescentar que nem toda mudança do senso comum resulta de uma atuação intencional e direta destes intelectuais orgânicos. Algumas transformações são decorrentes de uma evolução social natural. O projeto gramsciano de superação do senso comum, porém, é efetivamente um elemento desencadeador do fenômeno em cadeia, criando um clima de mudanças naturalmente estimulador que elimina a estabilidade dos valores e conceitos da sociedade, enfraquecendo suas convicções culturais e suas resistências.

## NEUTRALIZAÇÃO DAS "TRINCHEIRAS" DA BURGUESIA

De um modo superficial, mas apoiados nas indicações de Gramsci, podemos reconhecer as "trincheiras" do grupo dominante, da burguesia brasileira, identificando-as no conjunto das organizações estatais, da sociedade política e das organizações privadas da sociedade civil. Indicamos apenas algumas das mais significativas: o Judiciário; o Congresso; o Executivo (Governo); os Partidos Políticos Burgueses; as Forças Armadas; o Aparelho Policial; a Igreja Católica; e o Sistema Econômico Capitalista.

A neutralização, se possível a eliminação dessas "trincheiras" é predominantemente uma guerra psicológica (mas não só esta) visando a atingi-las e a miná-las como já vimos anteriormente, por meio de: *enfraquecimento*, pela desmoralização, desarticulação e perda de base social, política, legal e da opinião pública; *esvaziamento*, pelo isolamento da sociedade, perda de prestígio social, perda de funções orgânicas, comprometimento ético (denuncismo), quebra da coesão interna, dissidência interna; e *constrangimento e inibição* por meio do patrulhamento, penetração ideológica, infiltração de intelectuais orgânicos.

Num modelo de guereamento psicológico, vamos resumir a constatação das idéias força (objetivos) da penetração cultural e os temas explorados para realizá-las (ver tabela "Trincheiras" na página seguinte).

Todos os meios de formação do novo senso comum são também aqueles que se engajam na luta pela neutralização do aparelho hegemônico burguês. Todavia, os ele-

mentos principais são os órgãos de comunicação de massa, não só os que estão sob controle dos intelectuais orgânicos mas ainda os outros que acompanham a pauta destes, para não perderem a audiência ou os leitores dos seus veículos de divulgação.

Os órgãos da mídia orgânica mantêm uma pauta permanente abrangendo os temas a serem explorados. Quando os acontecimentos não trazem por si só os escândalos, a corrupção, as denúncias e os fatos e acidentes propícios à utilização, os assuntos são trazidos a público periodicamente por meio de artifícios jornalísticos, mantendo a orquestração. Não raro, esses artifícios se valem da meia-verdade, da verdade manipulada, da "armação"; quando não da inverdade.

Os meios de comunicação social privados e estatais da burguesia são também "trincheiras" que devem ser neutralizadas com prioridade.

## O "ESTADO AMPLIADO"

A "ampliação" do Estado, isto é, a absorção deste pela sociedade civil, segundo a estratégia de Gramsci, deve ser iniciada ainda na fase de luta pela hegemonia, antes mesmo da tomada do poder.

Objetivamente, esse empreendimento é conduzido pela sociedade civil organizada, mais precisamente, pelos aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas e dos seus aliados. A ampliação se dá à medida em que esses aparelhos (organizações) vão assumindo certas funções estatais. Por isto, as chamadas organizações voluntárias não-estatais têm proliferado, muitas sob a denominação genérica de organizações não-governamentais.

## "TRINCHEIRAS"

TRINCHEIRAS	IDÉIA-FORÇA	TEMAS EXPLORADOS
JUDICIÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrumento de opressão</li> <li>- Parcialidade</li> <li>- Ineficiência</li> <li>- Improbidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Favorecimento dos ricos;</li> <li>- Privilégio dos burgueses;</li> <li>- Impunidade dos ricos e dos "colarinhos brancos"</li> <li>- Lentidão funcional;</li> <li>- Corrupção e privilégios dos magistrados.</li> </ul>
CONGRESSO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ineficiência</li> <li>- Improbidade</li> <li>- Parasitismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Privilégios;</li> <li>- Ociosidade;</li> <li>- Escândalos;</li> <li>- Barganhas;</li> <li>- Falta de espírito público.</li> </ul>
EXECUTIVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ineficiência</li> <li>- Autoritarismo</li> <li>- Improbidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conduta autoritária;</li> <li>- Abuso de autoridade;</li> <li>- Corrupção;</li> <li>- Escândalos.</li> </ul>
PARTIDO POLÍTICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de representatividade</li> <li>- Legenda de "aluguel"</li> <li>- Ambição pessoal</li> <li>- "Fascismo"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "Fisiologismo";</li> <li>- Falta de programa;</li> <li>- Corrupção;</li> <li>- Verbas de campanha;</li> <li>- Escândalos.</li> </ul>
FORÇAS ARMADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ineficiência</li> <li>- Desnecessidade</li> <li>- Ônus para o país</li> <li>- Fascismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Destinação;</li> <li>- Acidentes de trabalho;</li> <li>- Escândalo;</li> <li>- Golpismo e ditadura;</li> <li>- Tortura.</li> </ul>
APARELHO POLICIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ineficiência</li> <li>- Truculência</li> <li>- Improbidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforma e extinção da Polícia Militar;</li> <li>- Escândalos;</li> <li>- Envolvimento no crime;</li> <li>- Violência;</li> <li>- Corrupção.</li> </ul>
IGREJA CATÓLICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Anacronismo da moral cristã</li> <li>- Opressão moral e intelectual</li> <li>- Aliança com o poder</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Celibato clerical;</li> <li>- Escândalos sexuais;</li> <li>- Inflexibilidade doutrinária (homossexuais, aborto, controle de natalidade, indissolubilidade do matrimônio);</li> <li>- A Inquisição;</li> <li>- Papel político-histórico;</li> <li>- Devoções populares e culto de leigos (fora das Igrejas).</li> </ul>
CAPITALISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divisão de classes e exploração do proletariado urbano e camponeses</li> <li>- Imperialismo</li> <li>- Má divisão de renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Greves e protestos;</li> <li>- Domínio econômico;</li> <li>- Ambição e abuso;</li> <li>- Injustiça social;</li> <li>- Neo-liberalismo;</li> <li>- Globalização;</li> <li>- Desemprego.</li> </ul>

mentais (ONG), cuja sustentação financeira nunca tem sua origem muito bem conhecida.

Mas o fato é que seus recursos não são poucos, antes são abundantes e suficientes para

financiar os mais variados projetos e iniciativas e para manter um grande número de pessoas ativas sob os títulos de ambientalistas, especialistas, defensores disto e daquilo, pacifistas etc. Enfim, um exército de intelectuais orgânicos assalariados, alguns dos quais vêm ganhando notoriedade nacional e assídua presença nos meios de comunicação social.

Em termos de efetiva ampliação do Estado, já é visível o papel das ONG's no exercício de algumas funções públicas. Inicialmente, ainda nas áreas limiares, entre a fraca função ou a omissão estatal e a iniciativa dos indivíduos privados, ambientalismo, direitos humanos, educação, saúde, administração de comunidades e, até mesmo, segurança pública. Na maioria dos casos, ainda têm forma de atuação reivindicatória e controladora do governo e dos governantes como, por exemplo, protesto e obstrução a determinadas iniciativas do Estado e a exigência de amplo debate e de audiência antecipada da sociedade civil como condição prévia para a realização de determinadas obras públicas e projetos sociais.

O mais significativo, porém, é o crescente número de convênios entre o Governo e organizações não-governamentais para a realização, principalmente, de projetos sociais e preservacionistas. Esses convênios, além de levarem recursos públicos às entidades da sociedade civil organizada, são a maneira mais eficiente, embora lenta e discreta, de realizar a ampliação do Estado.

Essas novidades que, à generalidade das pessoas, podem passar por uma moderna evolução da democracia, na verdade são parte da concepção gramsciana de transição para o socialismo.

Hoje em dia, a concepção revolucionária marxista-leninista já não é a única. Superando Lenin, sem o negar, entretanto, Antonio Gramsci propôs uma nova estratégia de transição para o socialismo. Após o colapso do comunismo soviético, suas idéias passaram a ter especial interesse em todo o mundo como uma alternativa e como um modelo revolucionário próprio para as sociedades do tipo ocidental.

Por isso, a estratégia gramscista é hoje adotada por uma importante parcela da esquerda marxista brasileira e vem tendo um significativo êxito na sua aplicação prática, particularmente a partir de 1980. Os avanços revolucionários chegaram a um ponto tal que alguns intelectuais democratas acham que já é irreversível.

Sem chegar a tal pessimismo, também as pessoas esclarecidas têm manifestado grande preocupação com a evolução política e moral do País. Realmente, a mudança induzida do senso comum, geralmente atribuída, sem muito critério, a uma amoralidade e tendenciosidade ideológica da mídia, é parte de uma intencional reforma intelectual e moral da sociedade conduzida no processo revolucionário gramscista. Já atingiu extensão e profundidade tais que produziu estragos morais e culturais irreversíveis ou de reversão demorada e extremamente penosa.

Entretanto, o movimento revolucionário como tal apresenta deficiências e vulnerabilidades que, exploradas inteligentemente, permitem ainda a sua contenção e reversão. Mas, se a sociedade nacional permanecer como espectadora impassível, complacente e até mesmo simpática à reforma intelectual e moral que vem sofrendo, certamente a re-



volução marxista-gramscista será vitoriosa a médio prazo. E, assim, o Brasil será o exemplo histórico de ter sido o primeiro país no mundo onde a concepção gramscista de tomada do poder terá tido êxito.

O socialismo marxista, portanto, é uma nova ordem econômica, política e social que supera o capitalismo e que serve de berço para a transformação revolucionária que, num dado momento histórico, produz o advento do comunismo; para Gramsci, sociedade regulada.

Uma constatação oportuna: a luta pela hegemonia, que deveria ter por objetivo elevar as classes subalternas e torná-las grupo dirigente, se tem notabilizado mais pela realização da hegemonia de uma difusa classe constituída dos intelectuais orgânicos, os neo-marxistas brasileiros. Assimilando ou tomando os intelectuais tradicionais adésistas ou ingênuos por aliados, "inocentes úteis" ou "companheiros de viagem", já constitui uma oligarquia autoritária que, fazendo a censura de fato e assumindo o monopólio do discurso, exerce a direção cultural e política da sociedade civil e do próprio Estado. Age exatamente como *homem coletivo*, elaboração ideológica da vontade e do pensamento em conjunto. Esse fenômeno é um sinal premonitório de que a utópica *sociedade dos livres produtores* associados da concepção gramsciana, depois da tomada do poder, vai ceder lugar ao socialismo real, sob domínio de uma *nomenklatura* de partido ou de uma *intelligentsia* – intelectualidade dirigente. Poderá vir a ser um regime oligárquico de domínio semelhante ao do talibã no Afeganistão.

Se a sociedade nacional tiver aspiração diferente, está na hora (talvez a última) de

formar um novo *centrão*, mobilizando os cidadãos democratas e não apenas seus representantes como na Constituinte de 1988.

A partir da década de 1980, a revolução comunista no Brasil ganhou uma nova vertente inspirada na concepção gramsciana de transição para o socialismo. Esta linha convive com o pensamento e a prática política marxista-leninista de alguns partidos, somando esforços numa assumida postura tática de pluralismo das esquerdas. O surpreendente êxito já alcançado no que diz respeito à penetração intelectual e moral na sociedade é significativo e começa a indicar que está chegando a um estágio que se poderá dizer irreversível. No momento crítico da tentativa da tomada do poder (passagem da guerra de posição para a guerra de movimento), poderão faltar a vontade nacional e os meios concretos para impedi-la. Creio que as duas citações abaixo fazem a síntese dessa tradução da concepção estratégica de Gramsci: "Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada *guerra de posição*." (Nelson Carlos Coutinho)

"Quando um partido político assume publicamente sua identidade gramsciana, é que a fase do combate informal – a decisiva – já está para terminar, pois seus resultados foram atingidos. Vai começar a luta pelo poder." (Olavo de Carvalho)

Gramsci antecipa que a vitória alcançada na guerra de posição é definitiva. ☺

# Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo

José Arthur Alves da Cruz Rios\*

**Resumo:** Reprodução de palestra realizada em 14 de março de 2002, no auditório do IGHMB, o artigo identifica o terrorismo como um método, uma estratégia de desarticulação e desestabilização do poder e considera o fundamentalismo islâmico como a grande força que emerge contra a civilização ocidental. Examina aspectos do islamismo e do seu subproduto, o fundamentalismo, para explicar o terrorismo, entendido este como problema internacional e reconhecido como sintoma da crise do Estado nacional e da própria noção de sabedoria.

**Palavras-chave:** Terrorismo, Islamismo, fundamentalismo.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center*, em Nova York, e ao Pentágono abriram um rasgão na trama já esgarçada das relações internacionais e, sobretudo, na segurança interna do Estado mais poderoso da terra. Não que representasse caso isolado. Hoje vemos, em perspectiva, que foi precedido por uma série de atentados, de sucesso variado, que não lograram senão atenção imediata e casual quando, na realidade, representavam elos numa cadeia sinistra.

Os atentados ao *World Trade Center* apenas dramatizaram e levaram ao paroxismo acontecimentos cuja seriação e sentido precursor não foram devidamente ava-

liados. Entre outros, a bomba que explodiu o edifício em Oklahoma City (1995) matando e ferindo centenas de pessoas; a ameaça de bomba no túnel *Holland*, em Nova York, que também partiu de militantes muçulmanos; o assassinato do Primeiro-Ministro israelense Yitsluk Rabin por judeus radicais em Israel; as explosões provocadas no quartel de fuzileiros e na Embaixada norte-americana em Beirute (1983); e o ataque ao complexo da Força Aérea Americana em Ryalte dez anos mais tarde. Recentemente, o envenenamento por gás tóxico distribuído por uma seita japonesa, a *Aum Shūrikyō*, no metrô de Tóquio (1995). Sem falar nos contínuos atentados promovidos pelo IRA e pelo ETA, na Inglaterra e na

\* Sociólogo, sócio honorário do IGHMB.



Professor Doutor José Arthur Alves da Cruz Fios ao pronunciar sua palestra.

Espanha, os seqüestros e explosões de aeronaves, como a que abateu o avião da *Panam* em Lockerbie, Escócia, em 1988; o terrorismo suicida levado a efeito por palestinos contra judeus em Jerusalém e os atentados da mesma origem em Paris na década de 1980 e, de novo, na de 1990; e somente computando os atentados de massa que atingiram mais de cem vítimas e mataram 2.236 pessoas.<sup>1</sup> O atentado contra o *World Trade Center*, em setembro, fez entre duas e três mil vítimas;

Todos esses episódios parecem brotar da árvore do anarquismo que frondejou precisamente na *belle époque*, alimentou atentados contra cabeças coroadas e chefes de Estado, provocando, o que não é pouco, a Primeira Grande Guerra. Todavia, o novo Terror pouco tem a ver com anarquismo, assim como nada semelhante demonstra o militante terrorista de hoje

com o anarquista do começo do século, personagem de romances de Conrad ou de Henry James.

Já agora, o terrorismo é um método, uma estratégia de desarticulação das instituições e desestabilização do poder. Nesse sentido, não pode ser considerado movimento social ou político. É até anti-social e antipolítico. Meramente instrumental, sua identificação com qualquer ideologia, tipo de Estado ou partido, seita ou facção religiosa, é acidental, não essencial. O que têm em comum esses atentados é sua imprevisibilidade, sua violência e a vitimação de pessoas indefesas, sem relação direta com a causa que o Terror aparentemente combate – velhos, crianças, mulheres grávidas – todos sem participação direta na militância, colhidos pelo petardo ou na onda do gás letal. Por isso, o terrorismo é racional apenas na sua mecânica, na sua tecnologia; profundamente irracional na finalidade.

Mudou a problemática do Terror agora entendido e encarado como problema in-

<sup>1</sup> Falkenrath, Richard et. al. – *America's Achilles Heel*, Cambridge, MIT, 2001, p. 47.

ternacional, além de representar aspecto agudo da crise do Estado nacional e da própria noção de soberania. Problemas de blocos e de hegemonias no sentido de Gramsci cedem lugar a imprevistas alianças. Dão-se as mãos Estados cultural e politicamente distantes, até competitivos e antagônicos, como Rússia, China, Estados Unidos, Índia e Japão, sem falar nos países do Mercado Comum Europeu e da América Latina. Viu-se o próprio Secretário de Estado norte-americano sair pelo mundo negociando acordos e tratados, visitando países, alguns de dúbia lealdade e fria acolhida.

O terrorismo é, enfim, denunciado e reconhecido *urbi et orbe* como inimigo comum. E o fundamentalismo islâmico emerge como a grande força contra o Ocidente, vale dizer, contra a civilização, onde quer que ela se implantou e propugou sua tecnologia, seus hábitos de convívio, suas ideologias. Longe estamos de Marx e Lenin e de suas concepções da luta de classes encarnadas em Estados. O historiador católico inglês Hilaire Belloc escrevia na década de 1920, em livro expressivamente intitulado *As Grandes Heresias*, que a ameaça maior ao Ocidente residia não no *perigo amarelo* – na época obsessão até de alguns patricios nossos – mas na expansão do Islã. Não se referia expressamente ao fundamentalismo, mas apoiava-se nas repetidas e malogradas tentativas envidadas nos tempos modernos pelas hostes muçulmanas contra o que era a Cristandade – derrotadas, como o foram, na Idade Média, por Carlos Martel, depois por D. João d'Áustria, em Lepanto, e por Sobiesky, nos muros de Viena, já avançado o século XVII. Nessa época, o grande ini-

migo era o turco, não mais o árabe, como outrora o mouro, sempre o infiel.

Por necessidades estratégicas e diplomáticas, ou por mero bom-mocismo, insiste-se em dizer que o inimigo, a alma danada do Terror, não é o Islamismo, mas o fundamentalismo. Não é Maomé, mas Bin Laden e seus talibãs. *Hay que ver*, como dizem nossos vizinhos hispânicos. O expansionismo islâmico não é fenômeno casual e passageiro. Está na própria origem desse movimento religioso que, desde o século VIII, sempre acendeu guerras e fanatismos, subjugou a Espanha por setecentos anos, e por pouco dominou a Europa.

Não é propósito nosso, neste ligeiro ensaio, retrazar a história do Islamismo, apenas recordar alguns traços essenciais de sua formação. Seu expansionismo está na própria natureza militante, na divisão do mundo entre crentes e não-crentes, sua impregnação em todos os escalões e grupos da sociedade, o que faz dessa religião uma ideologia. Quatro ou cinco preceitos quase todos rituais, nessa crença sem dogmas, simplificam o comportamento do crente, cuja obrigação se resume ao jejum, à oração, à esmola, ao dobrar-se umas tantas vezes na direção de Meca, e a acudir ao chamado do muezim para a Guerra Santa. Trata-se de uma religião sem estrutura eclesástica, organizada em torno de intérpretes, os homens da Lei que deletreiam o Corão, sobretudo aberta ao profetismo, cuja aparição errática e imprevista dá ensejo à formação de seitas e grupos conflitantes. Isso desde seus primórdios, desde o "racha" inicial entre xiitas e sunitas, presentes nas atuais seitas islâmicas.

O Islamismo, como toda religião na modernidade, sofreu o embate de vasto processo de secularização. O mundo islâmico recebeu-o através de três forças de grande poder: a tecnologia, o nacionalismo e o marxismo. Esses movimentos encontraram recepção diversa, gerando defasagens e resistências e, também, hegemônias e arcaísmos. A Turquia foi precursora, graças à revolução de Kemal Atatürk, que europeizou a sociedade turca, como se dizia na década de 1920, até eliminando o uso do véu. Abalou os velhos costumes, revolveu o país atrasado, humilhado e vencido, mas não abriu mão da crença essencial da identidade nacional. O movimento panislâmico do primeiro pós-guerra foi um indício dessa constante, como as tentativas obstinadas, após a Segunda Guerra Mundial, de refazer a unidade islâmica, e a busca de um líder capaz de encarnar essas aspirações, ora Komeiny, ora Kadafi, ora Sadam Hussein – ou Bin Laden.

Hoje, a globalização é traduzida no mundo islâmico como imperativo de união. E sua principal bandeira é o fundamentalismo. O termo é de origem ocidental.<sup>2</sup> Representa a tendência em toda religião de volta às origens, de retorno a fontes tidas como mais puras e originais, no caso do Islã, mais próximas à palavra do Profeta. Religião militar e militante em sua origem, não abre espaço para ecumenismos, nem mesmo para

o Cristianismo e o Judaísmo, dos quais tomou vários elementos. Não se esqueça que o Corão foi ditado a Maomé pelo anjo Gabriel, palavra a palavra; sua interpretação só pode ser literal, sem discussão ou interpretações histórico-críticas. É a última, imutável palavra de Deus que superou a Torá hebraica como os Evangelhos. A *jihad*, a guerra santa, e a *da'wa*, a chamada adesão ao Islã permanecem válidas, outrora contra o colonialismo, hoje contra os Estados Unidos e o sionismo. Este, particularmente, constitui o principal inimigo, bem como as potências ocidentais que o apoiam. O mundo muçulmano não pode se resignar à desastrosa divisão da Palestina e, principalmente, à perda de Jerusalém e dos lugares santos do Islã, as mesquitas de Omar e de Al-Aqsa, em mãos dos israelenses.

O nacionalismo e, hoje, o socialismo em suas diversas modalidades, preenchem o vácuo ideológico da crença islâmica, de certa maneira orientando a vocação expansionista e guerreira desses povos. “Os muçulmanos”, diz um manual marroquino, “estão cansados. Deus os provou com o colonialismo e o sionismo.”<sup>3</sup> Por tudo isso, o diálogo com o Islã é extremamente difícil. Por sua vez, todos os países que recebem imigrantes de língua árabe herdam esses problemas, enfrentando a dificuldade de separar o cidadão muçulmano plenamente aculturado do terrorista enrustido.

Não que todos se confundam. Há que distinguir entre o islamita político e radical e o fundamentalista, que não só acredita lite-

2 O termo parece ter se originado numa série de panfletos (*tracts*) publicados nos Estados Unidos, em 1909, defendendo a absoluta infalibilidade literal da Bíblia. É corrente em certas seitas protestantes que condenam tanto a Igreja Católica como o pensamento moderno. Ver in Bullock and Brass, *Dictionary of Modern Thought*, p. 251.

3 Ap. Rosa, S. J., Giuseppe de – “O que os muçulmanos dizem hoje de Jesus e dos cristãos” em *Cultura e Fé*, n. 95, Porto Alegre, outubro 2001, p. 22-23.



ralmente na palavra do Profeta, mas a entende como preceito, como ordem a ser seguida. O fundamentalista se opõe à secularização compreendida como toda tentativa de “modernizar” a sociedade muçulmana, cujo plano, acabado e definitivo, já se encontra no livro sagrado e, ao contrário de nossa Constituição, dispensa retoques, emendas e interpretações. A política deve ser apenas um meio para atingir o fim maior de adequar a sociedade à palavra do Profeta. Dentre esses muçulmanos, apenas uma pequena fração apóia a violência política, o atentado terrorista de qualquer natureza e a guerrilha. Essa fração, no entanto, tende a crescer, na medida em que recrudescem as reações israelenses aos atentados palestinos e aumentam os desastros do Oriente e as aspirações nacionalistas crescentes se identificam com a religião islâmica.

Seria errôneo supor que os terroristas palestinos procedem das camadas destituídas e marginalizadas da população, os sem teto e sem terra. Buhalina, que ajudou a fabricar e a testar a bomba precursora que explodiu, em fevereiro de 1993, no *World Trade Center*, matando seis pessoas e ferindo milhares, era egresso da Universidade do Cairo. O xeque Omar Abdel Rahman, nascido no Egito, cego aos dez anos, que inspirou o atentado contra Anwar Sadat e refugiou-se nos Estados Unidos, onde entrou por um cochilo da Imigração, era oriundo da Universidade El Azar, das mais prestigiosas no mundo islâmico, a mais antiga universidade do mundo. Foi aí que formou seu pensamento radical. Parece ser vocação da universidade, no Ocidente, preparar terroristas marxistas, e no Oriente, fun-

damentalistas islâmicos, tipo de radicalismo que se originou no século XIV como reação às invasões mongóis. Bin Laden, por sua vez, é ou era um milionário bem-sucedido. Seus seguidores, que pilotaram o avião e o lançaram contra a torre do *World Trade Center*, egressos de escolas de voo e universitários de classe média.

Em livro que, segundo alguns autores, marca o início do fundamentalismo, o ativista egípcio Sayid Qutub, na prisão à qual fora condenado por Nasser, escreveu o que pode ser uma boa e compreensiva definição do fundamentalismo:

“O apelo fundamentalista encontra repercussão nas massas porque convida os homens a participar – contrastando com uma cultura política que os reduz a espectadores – e que lhes pede deixem suas preocupações para os governantes. Numa época em que o futuro é incerto, busca filiá-los a uma tradição que lhes dá segurança, reduz o pânico.”

O que é tanto mais válido no mundo islâmico onde não há partidos políticos nem imprensa livre, portanto, onde a vocação política encontra canais adequados de expressão.

Dai a importância da mesquita que é, também, tanto no caso da Irmandade Muçulmana como do Hamas ou do Hazbulá, uma agência de serviços sociais, de assistência médica, aconselhamento, habitação temporária e um centro de cultura. É também o território do fundamentalista. Observa apropriadamente um jornalista: “Para aqueles que valorizam a sociedade civil, é preocupante verificar que, em todo o Oriente Médio, esses grupos antiliberais

são a sociedade civil.”<sup>4</sup> E Sheri Berman, professor em Princeton, reconhece que o fundamentalismo islâmico é específico do Oriente Médio, mas sua dinâmica básica é similar à do nazismo, do fascismo, e até do populismo nos Estados Unidos (também no Brasil, acrescentaríamos), misturando ideologia de base religiosa com política e serviço social.

O ponto de partida mais recente do fundamentalismo foi a revolução comandada pelo Aiatolá Khomeiny contra o Xá do Irã. Até 1970, a maioria dos muçulmanos era analfabeta, vivia em aldeias e pequenas cidades. Logo que começaram a ler, descobriram o Islã dos fundamentalistas, uma fé não meramente tradicional, mas puritana literal, inspirada no Livro Sagrado. Khomeiny já utilizava um poderoso artefato tecnológico: o áudio-cassete. O mesmo que usou Abdel Rahman, quando circulou gravações entre os pobres do Egito, exortando-os “a bater com força e matar os inimigos de Deus para eliminar do Estado os descendentes de porcos e macacos que se alimentam na mesa do sionismo, comunismo e imperialismo.”<sup>5</sup>

De saída, o fundamentalismo atrai não as massas iletradas, mas precisamente os semiletrados, recém-chegados à mesa da modernidade, mas destituídos de poder, os burocratas e bacharéis universitários. O igualitarismo da seita é outro poderoso ímã. Todos aspiram a ser “bons muçulmanos” – o que espanta os moderados vítimas da exclusão e ostracizados por uma mino-

ria. Para isso, muito contribuem os Emirados que cultivam o *whabismo*, um fundamentalismo mitigado, de exportação, propagado através das *madrasas* ou escolas que contribuíram para manter no poder, no Paquistão, o ditador Zia ul-Haq. Numa sociedade em que as instituições políticas fracassaram, esse fundamentalismo tende a dominar o cenário.

O Islamismo não é uma religião de salvação, mas de purificação ritual, sem esforço de santificação individual. Religião originariamente feudal, de guerreiros, define o pecado como impureza ritual, desobediência aos mandamentos do Profeta, infração de etiqueta. Daí a aceitação do escravismo, da servidão, da poligamia, o desprezo e a sujeição da mulher, a simplificação das exigências religiosas – das quais praticamente sobram apenas o jejum e a obrigação da peregrinação a Meca – e a indiferença ao comportamento ético.<sup>6</sup>

A revolução iraniana demonstrou o potencial revolucionário dos pequenos grupos, mais eficazes que as massas, preconizadas por Lenin, depois, em tempos de Stalin, controladas pela mão de ferro da polícia do Estado. Para seu intento revolucionário, Khomeiny recrutou duas forças novas na sociedade iraniana: a educação e a tecnologia. Dirigiu-se aos migrantes semiletrados, oriundos do mundo rural e das vilas, que rumavam para as cidades, arrastados pelo generalizado furor consumista. O Islã dos fundamentalistas ia ao encontro desses “paus de araras” que ainda professavam uma reli-

4 *Newsweek*, 28 de setembro de 2001.

5 Heyman, Philip B. – *Terrorism and America*, Cambridge, MIT, 2000.

6 Weber, Max – *Economy and Society* (tradução), Los Angeles: University of California Press, 1978, 2 v., p. 823-27.

gião arcaica, contaminada de magia, e se sentiam atraídos por uma pregação sem temperos históricos, literalista e puritana.

Esses fundamentalistas encontravam um mundo preparado para a recepção do terrorismo. A Guerra Mundial armara o cenário da Guerra Total, quando comprometera alvos industriais e populações civis entre os objetivos da ação militar. Os bombardeios estratégicos só teoricamente distinguem entre alvos militares e civis. Na prática, essa distinção era ignorada. Mao Tsé-tung, na China, preconizava o uso da guerrilha e sustentava que "o efeito de uma ação violenta sobre os espectadores pode ser independente e até igualar ou exceder o desbarato físico infligido ao inimigo."<sup>7</sup>

Benjamin Natanyahu, líder do partido Lykud e primeiro-ministro de Israel, deixou em livro a definição: "Terrorismo é o ataque deliberado e sistemático a populações civis de modo a inspirar-lhes medo com vistas a objetivos políticos."<sup>8</sup>

A questão de Israel foi outro estímulo à violência política permanente no Oriente Médio. Frustrados pela derrota militar em 1967 e sem força ou competência para iniciar uma luta de guerrilhas contra o vencedor, os extremistas palestinos desfecharam campanha global contra Israel e seus aliados. Começaram por seqüestro de aviões e logo passaram à apreensão de reféns por toda parte, em Munique, na Ásia e na África.

A tecnologia moderna dos transportes e das comunicações entrou a ser eficientemen-

te explorada pelo Terror. O atentado era planejado em um país, financiado com recursos transferidos aleatoriamente de fontes as mais diversas e executado por agentes treinados em regiões remotas. Mais importante que os efeitos imediatos dos atentados é a sua repercussão na mídia, seu efeito de propaganda. O atentado contra os atletas israelenses em Munique foi acompanhado na telinha por quinhentos milhões de espectadores. As vítimas, não importa sejam inocentes, passam a ser meio e não fim.

As motivações dos terroristas se tornam cada vez mais complexas como intrincados seus relacionamentos internacionais. Passou-se a falar em "terrorismos" indicando especialidades e ramificações, anos atrás imprevisíveis. Não só quanto à motivação do atentado – política, étnica, religiosa, propagandística – mas quanto ao meio utilizado. Do explosivo passou-se à arma biológica e à ameaça do terrorismo nuclear. De todos, no entanto, depreendem-se certos traços comuns.

O atentado terrorista raro é praticado por um só indivíduo, fanático ou militante. Cada vez mais, é produto de uma rede, a rede do terror que reúne vários indivíduos distribuídos por vários países, agrupados por especializações ou funções. Pode ter até uma organização burocrática. A *Al Qaeda* de Bin Laden é característica. Dirigida pelo próprio, apóia-se numa espécie de conselho consultivo que controla quatro conselhos, responsáveis pelas várias atividades: (a) um comitê financeiro que controla os recursos tanto legais como ilegais necessários à manutenção da rede, a saber: a fortuna pessoal de Bin Laden, os negócios

7 Jenkins, Brian M. – "Defense against Terrorism" em *Annals of the Academy of Political Science*, 1967.

8 Ap. Heyman, op. cit., p. 4.

de propriedade do dito, mais doações e o produto do tráfico de drogas. Não é fácil retrair o percurso desses dinheiros, parte dos quais se desloca entre países mediante antigo sistema clandestino chamado *Hawala*, parte é transportado em espécie, em maletas, por homens de confiança. (b) o comitê religioso e jurídico justifica os ataques baseado na versão radical do Islã. (c) o conselho da mídia dissemina informações apoiando as atividades terroristas. E (d) o comitê militar recruta e treina combatentes, distribui armamento e coordena os atentados. Grupos de quatro ou cinco militantes espalhados no país alvo preparam o terreno para a operação terrorista, identificando e localizando o objetivo, forjando documentos e identidades, assumindo as tarefas da comunicação. Encarrega-se também de desfazer as missões suicidas.<sup>9</sup>

Não se trata, portanto, de ações isoladas, espontâneas, como as que caracterizavam os antigos anarquistas. O grupo ou o indivíduo executante dispõe sempre de poderosa e organizada retaguarda. O atentado é apenas a famosa ponta do *iceberg*.

Essa organização não exclui, todavia, o ato isolado em que o agente é movido por uma fixação patológica ou pelo impulso de uma ideologia política ou religiosa; nem o terrorista franco-atirador. Ao contrário, no dizer de uma autoridade: "Parece que a violência fora das estruturas estatais é cada vez mais perpetrada por indivíduos que se identificam nas mesmas idéias, que se reúnem para fins específicos, às vezes para co-

meter um único ataque." É o que Bruce Hoffman chama terrorismo "amador", não se referindo, é claro, à competência profissional, mas à espontaneidade não-planejada desses atentados, por isso mesmo os mais difíceis de prever.<sup>10</sup>

Foi o caso do primeiro ataque ao *World Trade Center* e à cidade de Oklahoma, levados a efeito por grupos que não pertenciam a organizações terroristas profissionais sedimentadas.

Torna-se raro, no entanto, o tipo de atentado planejado e perpetrado por um único indivíduo. O que às vezes parece iniciativa de um só protagonista fanático ou dementado, como a tentativa de assassinato contra o Papa João Paulo II, verificou-se ter sido inspiração soviética, planejada na Bulgária, com mentores e canais certos.

Reconheça-se, no entanto, que a probabilidade de aparecimento desses "amadores" aumenta com as próprias condições sociais das sociedades muçulmanas modernizadas, que minimizam a necessidade de uma base institucional. Haja vista o caso da Internet. O radicalismo das ideologias também contribui para aumentar o número de terroristas nesse categoria. Ora, segundo relatório do FBI, de 1995, são esses radicais, de frouxa vinculação às grandes organizações, que hoje representam o maior desafio do terrorismo internacional aos sistemas policiais e de justiça. Não pesa sobre eles nenhuma das coações e disciplinas impostas aos membros das organizações terroristas. É o caso dos suicidas – caso extremo do amadorismo –, que desfrutam de enorme liberdade de ação, de es-

<sup>9</sup> Dados do Instituto Internacional de Informações contra o Terrorismo, reproduzido em gráfico em *Newsweek*, 15 de outubro de 2001.

<sup>10</sup> Falkenrath, op. cit., p. 199.

colha de hora e local para o atentado, pas-sam insuspeitos na rua, no ônibus, na boate ou no café e detonam a bomba quando lhes convém e, é claro, indo com ela pelos ares. São casos extremos de terrorismo indivi-dual que só encontram antecedentes nos antigos anarquistas.

O inglês George Styles (*As bombas não têm piedade*, Londres, 1975), com a au-toridade de quem foi condecorado pela desativação de petardos na Irlanda do Norte, afirmava que, em qualquer atentado, há mais pessoas comprometidas do que os poucos que colocam a bomba, às vezes, logo detidos ou mortos. E enumerou os diversos desempenhos nesse teatro sinistro: (a) é o planejador que atua na retaguarda e parti-cipa na obtenção dos explosivos, detona-dores e mecanismos de disparo. Essa vas-ta operação pode ainda incluir criminosos comuns, traficantes, ladrões, contrabandis-tas de armas. Vêm em seguida (b) o mon-tador que junta as peças e camufla a bom-ba, dando-lhe aparência inocente; depois (c) o eletricitista que monta o circuito de dis-paro e, no caso de certos apetrechos mais sofisticados, acrescenta-lhe dispositivos de segurança que dificultam sua desativação e, ao mesmo tempo, simplificam a tarefa do executor ao colocá-la em funcionamento. Tudo isso é supervisionado por d) um che-fe de equipe, encarregado da operação como um todo, responsável pela implanta-ção da bomba ou, se for o caso, pela sus-pensão do atentado. A colocação no lugar designado fica a cargo de um ou dois agen-tes, isso sem falar (e) no motorista, familia-rizado com os percursos e estacionamen-tos, o momento do disparo e o caminho de

fuga. Há ainda (f) os olheiros, postados no local e que darão sinal verde para a opera-ção (g) capangas armados para segurança dos operadores, e, ainda, (h) aquele que sinaliza, por telefone ou sinal convencionado, o início do atentado.<sup>11</sup>

Atividades preliminares têm lugar nos chamados "aparelhos", imóveis destinados a acolher a organização terrorista e que exercem várias funções, conforme sua lo-calização e fins, de apoio, de base, fechado ou aberto, de moradia ou trânsito. Tudo isso evidencia a força e a fragilidade da ope-ração. À medida que se amplia o número dos participantes ela se torna mais vulnerá-vel a denúncias e vazamentos, e os relega a maior dependência do criminoso comum.

É inevitável essa dependência para ob-ter o carro roubado, a chapa fria, o local das operações, o fornecimento de armas. Representa o calcanhar de Aquiles da or-ganização terrorista por se tratar de merce-nários sem nenhum compromisso ideológi-co, motivados apenas pelo interesse do lu-cro. É precisamente nesse grupo que a po-lícia recruta seus informantes ou denunci-antes, como no bairro onde se localiza o aparelho ou o cárcere do seqüestrado.

A movimentação inusitada os denuncia, inevitável para o abastecimento dos agen-tes, seu revezamento, a transmissão de in-formação. Daí a importância da participa-ção da mulher nesses grupos, o que lhes dá uma aparência de vida doméstica normal. Isso está muito bem descrito e contado no livro do deputado Fernando Gabeira – *Que*

11 Clutterbuck, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas* (tradução), Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980, p. 104-105.

*é isso, companheiro?* –, obra que enriquece não só a biografia do deputado como a literatura universal do terrorismo, sem falar no filme nele inspirado.

O que é verdade para o atentado à bomba é ainda mais exato para os terrorismos biológico, químico ou nuclear. Esses instrumentos de destruição maciça pressupõem requisitos e condições raramente encontradas em países do Terceiro Mundo, sobretudo naqueles que carecem de uma economia industrializada. Citem-se dois obstáculos técnicos de maior monta: o acesso a materiais atômicos para o armamento nuclear e a utilização de microrganismos patogênicos ou toxinas para armas biológicas. “A grande quantidade de agentes químicos exigidos no fabrico de armas para uso militar em larga escala é menos um obstáculo técnico que econômico ou logístico, mas, em alguns casos, impede a proliferação dessas armas.”<sup>12</sup>

Não obstante, foram usadas em alguns episódios terroristas marcantes: no emprego do gás sarin pela seita *Aum Shinrikyo* ou Suprema Verdade, no metrô de Tóquio, e que matou doze pessoas e gaseou mais de cinco mil, causando, em muitos, lesões permanentes do sistema nervoso, e a distribuição de bacilos de antrax na correspondência dos correios após os atentados de 11 de setembro, de origem ainda conjecturada ou desconhecida, em todo caso, ao que parece, doméstica.

O terrorismo no Oriente Médio e em outras regiões do mundo onde parece endêmico – Espanha, Irlanda do Norte – é a dura realidade dos nossos tempos. Apanhou

desprevenidos os historiadores e filósofos da História. Nem Spengler, nem Toynbee, para ficar nessas eminências, o incluíram entre as possíveis causas da decadência ou desintegração das sociedades civilizadas. No entanto, parece que o revolucionarismo dos séculos XIX e XX vai cedendo lugar à subversão terrorista como forma de demolição do Estado moderno ou desafio às oligarquias no Poder. É viva contestação à segurança do cidadão e às premissas da ordem política, convivência e estabilidade. Por sua vez, as inevitáveis medidas de repressão ameaçam a democracia e a manutenção aos direitos fundamentais.

Como combatê-lo? O segredo é seu grande escudo, como o anonimato de seus membros. Distingue-se o terrorista do soldado que veste uniforme e leva identificação, até do *partisan* que faz corpo visível com a causa, defendida contra o inimigo, o invasor. No nível da repressão, a organização do terror só pode ser combatida por técnicas até então usadas na espionagem, pela chamada inteligência: a infiltração e a delação.

O terrorista, ao contrário dos anarquistas russos do século XIX, da *Narodnaya Volya*, só nominalmente se identifica com uma causa nacional ou minoria oprimida. Em raros casos faz corpo com uma forma de Estado, como acontece na Líbia, de Ammuar Kadafi, no Irã dos aiatolás, no Iraque de Sadam Hussein, no Afeganistão de Bin Laden e dos talibãs. Nesses casos, só a guerra fria ou quente, ou o cerco diplomático, podem combatê-lo.

Mais difícil ainda é prever e prevenir o ato terrorista concreto – a hora, o local, o

12 Falkenrath, op. cit., p. 19-86.



meio escolhido e a vítima, que pode ser qualquer um. No mito grego, Ulisses se esconde da fúria dos Ciclopes intitulando-se "ninguém". Da mesma forma, o terrorista moderno não tem nome nem rosto. Assim derrotou o poder de informação da maior nação do Ocidente, golpeando-a no coração do seu centro econômico, no atentado mais bem-planejado da História.

Especulativamente, uma forma de prevenir o atentado seria conferir identidade ao terrorista, obrigá-lo a sair da sombra do anonimato para a claridade da vida pública, ou seja, legitimá-lo politicamente, conferindo-lhe cidadania, partido, espaço de representação e expressão. Como está se tentando hoje na Colômbia e na Espanha. Seria, teoricamente, a única solução possível para o problema atual do Oriente Médio, caminho áspero, inchado de ódios e prevenções seculares, onde vêm naufragando as diversas arbitragens até agora tentadas. De qualquer modo, nesses casos, a solução não parece ser puramente militar, mas política e diplomática.

Os filósofos iluministas acreditavam que havia sido superada a época das guerras de religião substituídas pelas lutas entre Estados. Os marxistas reduziram todo conflito armado ao estalão comum da luta de classes que terminaria com a vitória do proletariado e sua sôfrega apropriação dos mecanismos do Estado. A História vai se incumbindo de demolir esses mitos.

O Oriente Médio se encarrega hoje de demonstrar que, ao contrário de desaparecer, os choques entre religiões continuam atuantes. E revela a presença de uma força psicossocial, que nem por ser invisível é menos poderosa: o fanatismo religioso.

As condições sociais, objetivas, do fanatismo podem ser múltiplas, mas todas dão ensejo a um mesmo tipo de personalidade e de comportamento psicossocial: a proliferação de um estado passional perverso, onde se somam e se deturpam elementos mentais e emocionais do dia a dia da normalidade – fé, lealdade e dedicação, fundidos, no entanto, no cadinho de uma idéia fixa. Daí resulta uma personalidade rígida, uma mente impermeável a quaisquer considerações que contrariem esse *leit motiv*, uma implacabilidade de decisões que levou um estudioso a definir o fanatismo como "entusiasmo inflamado pelo ódio."<sup>13</sup> Daí romper qualquer pacto social, hostilizar o convívio, para não falar na vida política e, o que é muito importante no mundo moderno, alimentar a fogueira do ressentimento.

Potencializado em movimentos coletivos – seja Canudos, os SS nazistas ou os talibãs – alimentado por crenças fundamentalistas, *revivals* ou renascimento de toda ordem, induzidos por líderes, chamem-se Antônio Conselheiro ou Osama Bin Laden, representam uma regressão a um passado arcaico e um retorno perigoso às alucinações do mundo mágico.

Sua presença exige o concerto de nações, a superação de interesses imediatos e a reação institucional, que vai muito além da repressão específica, mas pede reformulação das instituições sociais do Estado, e, também, da política externa, valorizando a participação na sociedade civil, a cidadania, um ideal de perfeição moral – trabalho concertado de estadistas, pais e mestres, para muitos anos.



13 Otto, M.C. – "Fanaticism" em *Encyclopedia of Social Sciences*, v. VI, Nova York, 1935, p. 91.



# Prática Democrática: a Ideologia da Democracia

Hélio Mendes\*

**Resumo:** Palestra proferida em 16 de abril de 2002, no auditório do IGHMB, apresenta um breve estudo sobre a *prática*, seus princípios, valores e planejamento, e aprecia sua aplicação na política e na democracia.

**Palavras-chave:** Prática, prática política, prática democrática.

A associação do real significado da palavra ideologia (conjunto de idéias harmonizadas para determinada finalidade) ao estudo filosófico e praxiológico dos termos ação, prática e práxis permite gerar um conjunto de idéias que se consubstanciam na prática democrática e se harmonizam na tentativa continuada de realização do ideal democrático – a democracia.

Na civilização ocidental, a democracia é a forma de governo surgida, como reação ao absolutismo, para a limitação do poder do governante, buscando justiça, liberdade e sentido coletivo no exercício do poder. Reação é a resposta a uma ação qualquer por meio de outra ação que tende a anular a precedente. Fica, assim, evidente ser a democracia uma ação política.

O significado filosófico dos termos *ação*, *prática* e *práxis* varia conforme a

corrente de pensamento considerada e, ainda que na mesma Escola, de acordo com o filósofo estudado. Entretanto, admite-se que, em diferentes Escolas e em muitos filósofos, de mesma ou de diferentes correntes de pensamento, existem faixas do entendimento nas quais o significado de tais termos pode ser considerado coincidente. Ocorre, ainda, que o termo *práxis* se tornou intencionalmente muito comprometido com o marxismo e, do mesmo modo, *ação* se relacionou com as chamadas *filosofias da ação*; o termo *prática*, contudo, permaneceu menos sujeito à associação de forma predominante a qualquer corrente de pensamento, além de ter mantido o significado equivalente em todas elas. Desse modo, para facilidade do entendimento comum, será usado, de preferência, o termo *prática* abrangendo os três termos considerados.

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

Aquelas faixas do entendimento em que pode ser considerado coincidente o significado dos termos *ação*, *prática* e *práxis* constituem o campo de estudo da Praxiologia – ciência que estuda, sistematicamente, as condições e normas da práxis e da própria prática humana.

## A PRÁTICA\*

O homem não tem habitat natural; em consequência, é um eterno insatisfeito, qualquer que seja o lugar em que esteja. Isso se traduz na compulsão de continuamente agir para melhorar a situação em que se encontre. A essa ação contínua, que representa toda e qualquer atividade humana, chama-se ação humana, prática humana, práxis humana. Atendo-se, principalmente, ao âmbito da praxiologia – a teoria geral da ação eficiente – será, então, desenvolvido o estudo da prática aplicada de maneira simples e direta às *coisas práticas*.

Assim, para efeitos práticos, será adotado o seguinte conceito de prática: a tentativa do homem, agindo sozinho ou em grupo com outros, para eliminar ou ao menos diminuir algum desconforto.

Na busca da maior eficácia da prática, torna-se evidente a necessidade de pesquisar as condições que favorecem essa maior eficácia, isto é, da procura da melhor qualidade da prática para que ela resulte, no mínimo, na diminuição do desconforto considerado ou, então, como consequência daquela eficácia, na completa eliminação

daquele desconforto. Assim, a pesquisa se aterá, principalmente, ao estudo da praticidade: estudo da qualidade da prática, para que, por meio da melhor qualidade, se obtenha a eficácia plena.

Do próprio conceito registrado acima depreende-se que a prática pode ser individual, se realizada por uma única pessoa, um único praticante, ou coletiva, em se tratando da prática conjunta de mais de uma pessoa, mais de um praticante.

Em última análise, a prática, mesmo a coletiva, é sempre um conjunto de ações individuais, pois que a prática coletiva nada mais é que a integração de práticas individuais para a consecução de um objetivo comum aos praticantes nela interessados, podendo a prática de uma só pessoa consistir de uma única ação ou, então, de mais de uma ação, realizadas estas em *coro*, em *série* ou formando um, ou mais de um, *complexo de ações*.

## PRINCÍPIOS

Parece evidente que a qualidade da prática – a praticidade – decorre: do conhecimento, *lato sensu*, de que dispõe o praticante; da preparação antecipada da ou das ações a realizar; da coordenação dessas ações; da segurança na execução de todas e de cada uma das ações componentes da prática; e, somente na prática coletiva, da cooperação entre todos os participantes da mesma prática.

Em face do exposto, pode-se, assim, por indução, formular os princípios da praticidade: o conhecimento; a preparação; a coordenação; a segurança; a cooperação, esta apenas na prática coletiva.

\* O estudo completo da Prática é encontrado em *Praticidade (Base para uma teoria política)*, 66 páginas, do mesmo autor.

Pode-se contra-argumentar dizendo ser o conhecimento o princípio único da praticidade, posto que todos os demais estão nele incluídos. Pode-se, do mesmo modo, afirmar ser a cooperação a própria prática coletiva e, conseqüentemente, o único e abrangente princípio da sua praticidade. Objetivamente, entretanto, e para fins práticos, parece melhor serem mantidos os princípios da praticidade tal como inicialmente formulados.

## VALORES

A prática, como norma, ocorre em determinado meio social e o praticante, ao escolher meios para atingir seus propósitos, deve considerar o ambiente, a conjuntura que se lhe apresenta.

É parte integrante dessa conjuntura, evidentemente, o conjunto de preceitos éticos e morais que regem a sociedade em que está inserido o praticante e no seio da qual intentará sua prática.

Desse modo, o praticante, ao preparar a prática, considera a ética e a moral vigentes no seu meio social, até mesmo quando a prática a ser intentada constitua ação ilegal ou imoral.

No que diz respeito à consecução da meta almejada, a prática consentânea à ética e à moral da sociedade, se comparada à prática ilegal ou imoral, exige menos precauções em sua realização, isto é, menor segurança de suas ações – o que também se traduz em economia de ações – e favorece a cooperação dos praticantes (em especial a iniciativa individual) bem como a coordenação das

ações necessárias à sua concretização (particularmente o exercício da direção da prática), tudo concorrendo para o aumento da probabilidade de êxito da prática considerada, ou seja, sua eficácia, sua praticidade.

Dito de outro modo: implicando a prática considerações racionais de custos e benefícios, a prática ilegal ou imoral, em relação à prática consentânea à ética e à moral, incorre em maiores riscos, tornando-se mais onerosa quanto à economia de ações pela necessidade de se prover maior segurança às ações preparadas, ou maior segurança a toda a prática, para que haja probabilidade de êxito.

Verifica-se, assim, que os valores da prática são os princípios éticos e morais da sociedade em que ela se realiza ou, dito de forma mais sucinta, os valores da prática são os mesmos que regem o meio social em que será intentada. Cabe, portanto, ao praticante decidir se, em sua prática, lhe convém respeitá-los ou violá-los.

## PLANEJAMENTO

O planejamento é um modo de, simultaneamente, se tratar da preparação da prática, da coordenação de suas ações e da sua segurança.

Pode-se conceituar o planejamento como: atividade permanente e continuada que se desenvolve de modo ordenado e racional, sistematizando um processo de preparação da prática e de coordenação e de segurança de suas ações.

Por meio do planejamento pode-se encontrar a resposta adequada às seguintes

questões: como fazer, quando fazer, onde fazer, com que meios fazer.

Dos *Fundamentos Teóricos* – ESG – 1983 extrai-se:

Um método de planejamento é influenciado, em seus pormenores, pela natureza do campo de atividade para o qual ele se destina. Mas um método de planejamento não deve ser entendido como representando um processo de fases preestabelecidas, no qual o resultado é obtido pela própria mecânica do método e pouco, se acaso algum, pelo espírito criador dos planejadores.

Na falta de definições concretas e finais de um problema, pode o planejamento ser desenvolvido sobre hipóteses, devendo estas, obviamente, ser viáveis e capazes de cobrir o problema quando ele se definir.

Por tudo isso, a utilização de um método de planejamento para a realização da prática muito contribui para o seu êxito, visto favorecer sua maior eficácia, sua melhor qualidade, em síntese, a praticidade.

## A POLÍTICA

O homem sempre viveu em sociedade. A vida em sociedade implica prática coletiva, com regras para a vida em comum e, principalmente, o estabelecimento de uma direção que administre a sociedade. Essa prática coletiva chama-se prática política, sua direção, governo, e à arte de administrar a sociedade chama-se política.

Fica, assim, evidente, mesmo que não seja considerado o conceito firmado para a

prática, ser a Política uma Prática, “cujo fim é alcançar o bem comum e a felicidade (ou “bem-estar”) de cada um dos indivíduos da comunidade”.

Verificado ser a política uma prática, trata-se agora de determinar as características que poderão dar-lhe a maior probabilidade de ser bem-sucedida, isto é, as condições que lhe conferirão praticidade.

Pode-se, portanto, pesquisar as características da política prática, analisando-se a política sob o crivo dos princípios que regem a praticidade, o que será feito a seguir.

## POLÍTICA PRÁTICA

### Conhecimento

Quanto maior a extensão e a amplitude do conhecimento de cada um dos cidadãos, maior a possibilidade de a política aproximar-se de sua finalidade: “alcançar o bem comum e a felicidade (ou “bem-estar”) de cada um dos indivíduos da comunidade”.

O conhecimento, sendo necessário ao cidadão que participa da política apenas como integrante da sociedade civil, torna-se imprescindível ao cidadão que, do mesmo modo, exerce cargo ou função na sociedade política. Evidencia-se, pois, a necessidade de dispor a sociedade e todo cidadão de um sistema de educação, *lato sensu*, para a aquisição e gradativa expansão desse conhecimento.

Em qualquer sociedade, o baixo nível do conhecimento induz às relações sociais e políticas do tipo *hegemônico* (comando e subordinação) em detrimento das relações do tipo *contratual* (contrato e coordenação), pois que, como apregoam os monarquís-

tas, "é mais fácil educar um rei do que educar todo o povo".

A saúde pública e a saúde de cada um dos cidadãos são também imprescindíveis à praticidade política, dado que a aquisição de conhecimentos é função das condições físicas e mentais dos cidadãos.

Quanto ao conhecimento, parece, portanto, imprescindível à praticidade política: a educação, *lato sensu*; a cultura – primordialmente a política – e a eugenia de toda a sociedade.

Para o aumento, aperfeiçoamento e contínua atualização do conhecimento de cada um dos cidadãos, impõe-se, além do esforço individual nesse sentido, a existência de um sistema de mútua informação entre a sociedade civil e a sociedade política, em acréscimo ao sistema de informação existente institucionalmente na sociedade política e aos meios de informação próprios à sociedade civil.

Do mesmo modo, para o aumento, aperfeiçoamento e permanente atualização do conhecimento dos dirigentes da sociedade, surge a necessidade da existência, na sociedade política, de um sistema de informações/inteligência que preste tal serviço àqueles dirigentes.

O conhecimento é a essência da praticidade, pois que pode ser considerado o princípio único da mesma, e, por via de consequência, o principal componente do poder, eis que este é a possibilidade de praticar e a prática consiste no emprego das faculdades físicas e mentais e dos meios de que dispõe o homem para produzir efeitos e conseguir resultados. Em síntese, conhecimento é poder.

### Preparação

Sendo o conhecimento o princípio fundamental da praticidade, impõe-se ao praticante da política (cidadão ou político), logo após decidido o que fazer – qual a prática escolhida – a obtenção, se for o caso, de conhecimentos e habilidades específicos necessários àquela prática.

Ainda na preparação da prática política, deverá o praticante tratar da preparação dos meios intervenientes na prática escolhida e, sendo necessário, do meio social em que será exercitada (preparação da opinião pública, obtenção de apoios políticos e outros).

Para encerrar a preparação da prática política pode-se, conforme o caso e se for possível e conveniente, recorrer ao ensaio, à experiência, à verificação ou ao teste do que foi planejado e de tudo o que intervém nessa prática.

### Coordenação

O primeiro e tradicional modo de ordenação da prática política tem sido a instituição de uma direção ou chefia dessa prática, melhor dizendo, a instituição de um governo.

Para a sociedade, o governo é o dirigente e o coordenador da prática política. Para governar, ele precisa de uma estrutura, uma organização que lhe permita exercer suas funções político-administrativas. Essa organização é o Estado; e o conjunto de cidadãos que compõe o Estado constitui a sociedade política.

Como "a realidade de um todo social consiste em dirigir e liberar ações específicas por parte dos indivíduos", verifica-se que, pela coordenação das práticas, o go-

verno dá realidade à vida social, à ação da sociedade, à prática política. Pela coordenação da prática política o governo dinamiza a sociedade.

A política tem sua finalidade (já indicada por Aristóteles). Em consequência, a sociedade deve ter uma concepção geral da maneira de realizar suas aspirações, isto é, a concepção dos objetivos a atingir para a consecução daquela finalidade. Estes são os objetivos principais da sociedade – objetivos nacionais.

Por sua vez, o governo para “dirigir e liberar ações”, coordenar ações, deve estabelecer objetivos intermediários – objetivos de governo – de alcance e duração limitados, mas sempre orientados no sentido indicado pelos objetivos finais da sociedade.

No intuito da melhor coordenação de ações, deve, ainda, o governo, para a consecução de seus objetivos, planejar a execução da prática política escolhida.

Os partidos políticos ou organizações assemelhadas, quando existentes, devem também estabelecer, em seus respectivos planos de ação política, os objetivos dessa ação, para melhor orientação de seus filiados, aderentes ou simpatizantes e, da mesma forma, como medida de coordenação das ações destes.

A inviabilidade da coordenação pelo governo, direta e simultaneamente, das ações de todos os cidadãos, implica a adoção da representação dos cidadãos no governo. Nas sociedades em que as relações sociais e políticas são do tipo *contractual* (contrato e coordenação) os cidadãos elegem seus representantes no governo; naquelas sociedades em que essas relações

são do tipo *hegemônico* (comando e subordinação) tal representação é exercida pelos diretores das “organizações de enquadramento da massa popular”.

As relações sociais e políticas do tipo *hegemônico* (comando e subordinação) parecem facilitar a coordenação da prática política, embora, como será visto mais adiante, possam dificultar a cooperação dos intervenientes nessa mesma prática.

### Segurança

Uma vez que “todas as ações são realizadas por indivíduos”, na prática política o primeiro cuidado quanto à segurança deve ser voltado para a segurança individual, tendo em vista a preservação da possibilidade de ação de cada pessoa, isto é, a preservação do seu poder pessoal. Dado que o poder pessoal se constitui das possibilidades físicas e mentais do indivíduo e dos meios de que dispõe para produzir efeitos, conseguir resultados, é fundamental à prática política a segurança de cada uma das pessoas e do seu respectivo patrimônio.

Quando se trata de conjuntos sociais (associações, sociedades, empresas, órgãos privados ou públicos e outros) da sociedade civil ou da sociedade política, a segurança deve ser cogitada em relação às pessoas que neles trabalham, ao trabalho neles realizado, ao funcionamento, reparo e manutenção de seus instrumentos, equipamentos, instalações e, inclusive, em relação aos seus dirigentes, pois que “um conjunto opera sempre por intermédio de um ou de alguns indivíduos cujas ações estão relacionadas ao conjunto de forma secundária”.



Segurança é um estado – uma situação – que deve ser sempre procurada para a consecução da prática. A segurança, sempre relativa, é maior ou menor em função da prática a ser tentada, das condições de sua realização. Não existe, pois, a segurança absoluta, ainda mais porque a prática é sempre uma tentativa para se passar de uma situação tida como menos favorável para outra considerada mais favorável. Desse modo, o conhecimento, em particular a avaliação da conjuntura, a preparação da prática, a coordenação das ações e a cooperação dos praticantes são fatores da segurança na prática pretendida. A segurança, ainda, preserva a liberdade de ação – possibilidade de agir, isto é, o poder – e a continuidade da ação no sentido desejado, ou seja, a própria prática.

Com referência à ação política do Estado, a segurança da mesma deve ser cogitada tanto no âmbito interno da sociedade como, do mesmo modo, na parte externa, em face de outras nações e Estados.

Cícero, citando Pacúvio, já dizia: *Patria est ubique est bene* – “Pátria é o lugar onde se está bem.” Embora utilitarista, tal conceito lembra a finalidade da política indicada por Aristóteles: “Alcançar o bem comum e a felicidade [ou bem-estar] de cada um dos indivíduos da comunidade.” Alerta o sentido para o fato de que o bom governo é importante fator de segurança do Estado, porquanto o cidadão que se sinta feliz, viva bem, melhor participará do processo político e melhor colaborará com o governo e cooperará com toda a sociedade.

Nessa concepção, é de grande importância para a segurança do Estado o pro-

cesso de modernização ou desenvolvimento da sociedade e do Estado, por permitir o aumento do poder dos cidadãos, das associações, da sociedade e do Estado.

Estado forte, governo forte, é aquele que conta com o apoio da sociedade à sua política; e esse apoio é função direta do exercício do poder no sentido da promoção do bem comum. “Sendo o poder função de sua própria eficácia”, torna-se evidente que é o sucesso da prática política que, em última análise, legitima o governo. A aprovação por parte dos cidadãos à ação governamental significa maior apoio, colaboração e cooperação dos mesmos ao governo, o que redundará em maior poder ao Estado e maior segurança para todos.

### Cooperação

“Sociedade é ação concertada, cooperação.”

O Estado – nação politicamente organizada – é sempre o resultado de um acordo entre seus nacionais. O *Estado de fato* se institui pelo poder de algumas pessoas e existe graças ao apoio de uns quantos e à tolerância ou conformismo de muitos. O *Estado de direito* advém de um contrato social celebrado entre seus cidadãos e existe em função do apoio da maioria desses cidadãos.

“Sociedade é ação conjunta e cooperação, na qual cada participante vê o sucesso alheio como um meio de atingir o seu próprio. Onde as únicas relações entre os homens são as dirigidas ao mútuo detrimento, não existe sociedade nem relações sociais. A sociedade não é apenas interação. A sociedade, ao contrário, implica sempre a cooperação de homens com outros homens,

de forma a permitir que todos os participantes atinjam seus próprios fins. Na sociedade, a cooperação substitui a troca autística pela troca interpessoal ou social. O homem dá a outros homens e recebe deles. Surge a interdependência. O homem serve para poder ser servido.”

Essas considerações indicam claramente que, em tese, a cooperação melhor se realiza nas formas de governo em que as relações sociais e políticas são do tipo *contratual* (contrato e coordenação).

O Governo – cabeça do Estado – é o órgão dirigente do Estado e da Nação. Instituído *de fato* ou constituído *de direito*, em última análise o que legitima qualquer governo é o sucesso de sua ação política. O insucesso é órfão, não tem parentes nem amigos; o sucesso tem sempre inúmeros pais, responsáveis, amigos e admiradores.

A ação governamental que vise ao atendimento dos anseios da sociedade e à promoção do bem comum propicia ao governo credibilidade, conseqüentemente, a confiança dos cidadãos, fator imprescindível à cooperação social e política. O governo bem-sucedido é aquele que conta com a aprovação da maioria dos cidadãos à sua ação política, o que se traduz em ter maior apoio, colaboração e cooperação da sociedade. Desse modo, a ação do governo deve ser orientada para fazer com que os cidadãos cooperem com sua política, para administrar as situações de contenda e para prevenir o surgimento de situações de conflito ou, então, de algum modo, resolvê-los.

No que interessa à política, parece evidente que a cooperação positiva, ou simplesmente cooperação, deve aumentar sua

praticidade, enquanto que a cooperação negativa, ou contenda, somente favorecerá tal praticidade se não existir, se for neutralizada ou eliminada ou, então, se de algum modo puder ser utilizada para auxiliar a consecução da finalidade pretendida.

Ainda no sentido de melhorar a cooperação na sociedade e desta com o governo, ressalta a promoção da modernização ou desenvolvimento da sociedade e do Estado, como processo de aumentar o bem-estar e o poder do cidadão e, também, o poder das associações, da sociedade e do Estado.

Assinale-se, por último, que embora, em princípio, a cooperação se realize de melhor modo quando as relações sociais e políticas são do tipo *contratual* (contrato e coordenação), existem, no entanto, processos e meios de desnaturação (*manipulação*) psicológica e social, os quais, convenientemente aplicados aos cidadãos e a toda a sociedade, podem resultar em muita cooperação da grande maioria da sociedade ao respectivo governo, até mesmo nos mais drásticos regimes do tipo *hegemônico* (comando e subordinação).

## PODER

“Em sentido mais apurado, considera-se Política a arte de conquistar, manter e exercer o poder.” – Escola Superior de Guerra (Manual Básico – 1976).

O homem, pelo emprego de suas faculdades físicas e mentais e dos meios de que dispõe, tem o poder de pretender atingir certos objetivos e pode almejar determinados resultados. Essa é a forma de poder de que dispõe para tentar produzir efeitos, con-

seguir resultados, atingir objetivos. Ao empregar suas faculdades físicas e mentais, bem como os meios de que dispõe – ao empregar seu poder – no todo ou em parte, para atingir algum objetivo, algum propósito, estará, então, praticando.

É evidente que o poder pessoal varia de pessoa a pessoa, em função da sua capacidade física e mental e dos meios de que dispõe cada uma delas. Ao se associarem para a consecução de um objetivo comum, o poder coletivo dessa associação poderá vir a ser maior, igual ou menor do que a soma desses poderes individuais, como consequência do modo de emprego desse poder coletivo, isto é, da maneira como será preparada e executada a prática a ser intentada para atingir o objetivo colimado.

Desse modo, para efeitos práticos, pode-se assim conceituar o poder: *a possibilidade do homem de, praticando, produzir efeitos e conseguir resultados.*

Poder é, portanto, a possibilidade de agir. É a força que, aplicada, pode produzir a desejada mutação da conjuntura.

Todo cidadão que participa do processo político, o faz exercendo seu poder; se participa sozinho, realiza sua prática política individual; se integra um grupo (ou uma associação) de cidadãos e, no bojo deste, participa do processo político, exerce seu poder juntamente com o dos outros na prática política coletiva desse grupo ou dessa associação.

A prática política individual, em princípio, é a ação política individual de um cidadão, na qualidade de membro da Sociedade ou da Nação. Na Sociedade

ou na Nação, o poder político do cidadão é o seu próprio poder pessoal.

O cidadão integrante do Estado, como norma, exercita a prática política coletiva. O membro do Estado tem, além do seu próprio poder pessoal, o poder inerente ao cargo político ou função política que exerce.

Tanto na Sociedade ou na Nação quanto no Estado, cada cidadão (por seu poder pessoal ou por este acrescido do poder do cargo – ou função – político que exercer), cada grupo ou associação de cidadãos (por seu poder coletivo) e cada órgão público, instituição (pelo poder político que exerce), que participa do processo político, constitui, de per si, uma fonte, um foco, um centro de poder político.

A prática política se realiza pelo emprego desses poderes políticos no seio da Sociedade ou da Nação (política interna) ou entre esta Sociedade ou Nação e outra(s) Sociedade(s)-Nação(ões), ou Estado(s)-Nação(ões) (política externa ou internacional, esta no caso dos Estados-Nação(ões) considerados em conjunto).

O poder do Estado é, portanto, a integração – não o somatório – dos poderes de todos os centros de poder da Sociedade ou da Nação, em função dos apoios, indiferenças e rejeições à ação política pretendida (poder nacional no caso de política externa ou internacional). Do mesmo modo, o poder do Governo é a integração desses mesmos poderes, considerando-se os centros de poder que aprovam, rejeitam ou combatem sua prática política almejada. Verifica-se, assim, que tanto o poder do Estado quanto o do Governo são circunstanciais e relativos, de acordo com a con-

juntura que se apresenta e a prática política a ser intentada.

Tanto o poder Nacional quanto o poder do Estado ou o poder do Governo, cada um de per si é função dos centros de poder individuais e coletivos da Sociedade ou da Nação e do Estado. Assim, o fortalecimento de cada um desses poderes (Nacional, do Estado e do Governo) implica, simultânea ou alternadamente, o fortalecimento dos centros de poder individuais e coletivos que o apoiam e o enfraquecimento ou a neutralização dos centros de poder que o rejeitam ou combatem ou, ainda, a utilização, de alguma forma, em proveito de algum daqueles poderes, da cooperação negativa desses mesmos centros de poder.

O estudo do poder evidencia variar o poder pessoal de pessoa a pessoa. Mesmo que se igualem os meios à disposição das pessoas, persistirá sempre a diferença entre suas possibilidades físicas e mentais. Não sendo viável igualar-se estas possibilidades pessoais, posto que as pessoas são diferentes umas das outras, não pode haver igualdade de poder entre pessoas ou entre grupos de pessoas. Eventualmente poderá haver equivalência de poder entre pessoas ou entre grupos de pessoas, mas isto será sempre uma situação momentânea, conjuntural. Explica-se, assim, a inviabilidade do igualitarismo como regime político e a extrema dificuldade da equitativa retribuição à participação societária de cada cidadão (sócio da sociedade), ou seja, da realização da imprópriamente chamada "justiça social".

Do estudo do poder pode-se, ainda, verificar a necessidade de direção (governo) na sociedade para promover a coordenação

das ações dos cidadãos e dos conjuntos sociais (associações e organizações) e, também, a cooperação entre todos eles, no emprego de seus poderes pessoais ou coletivos e, desta forma, garantir a existência da sociedade, pois que *sociedade é ação concertada, cooperação*. Em benefício de todos, o emprego do poder pessoal ou coletivo deve ser coordenado e ter o sentido da cooperação; as situações de contenda devem ser administradas pela direção (governo) da sociedade e os conflitos, se inevitáveis, por ela de algum modo resolvidos. Explicita-se, desse modo, a inviabilidade do anarquismo como forma de organização social e política.

As leis que regem o poder, principalmente a *lei da unicidade* (o poder é uno, indivisível), a *lei da expansão* (todo poder tende a se expandir até que seja impedido por outro) e a *lei da eficácia* (o poder é função de sua própria eficácia), finalmente, levam a se concluir que o poder, por sua própria natureza, tende a induzir as relações sociais e políticas ao tipo *hegemônico* (comando e subordinação).

## A DEMOCRACIA

O homem é um ser imperfeito. Em decorrência, jamais produzirá algo perfeito. Desse modo, são imperfeitas e contêm erros todas as teorias elaboradas pela mente humana, esta inclusive. Entretanto, em teoria dogmática, fatalista ou determinista há maior probabilidade de ocorrência e de persistência de erros do que em teoria adogmática e possibilista. Por tudo isso e por ser o regime político mais consentâneo à

prática, foi considerado o regime democrático a melhor forma de governo.

Na civilização ocidental, a democracia é a forma de governo surgida como reação (resposta a uma ação qualquer por meio de outra ação que tende a anular a precedente) ao absolutismo, para a limitação do poder do governante, buscando justiça, liberdade e sentido coletivo no exercício do poder.

A democracia não constitui um sistema, nem tem forma predeterminada. É a busca de um ideal, que se vem fazendo empiricamente. Desse modo, a democracia não é, virá a ser. Ela se faz, por tentativas e pela prática.

Como tentativa para a limitação do poder do governante, procurando justiça, liberdade e sentido coletivo no exercício do poder, a democracia vem a ser, evidentemente, uma prática política.

Considerando a democracia a procura de uma forma de governo ideal, não se pode pretender encontrá-la já realizada, no decurso da História da humanidade.

Encontram-se, sim, na atualidade, regimes mais ou menos democráticos, que devem observar pelo menos as características essenciais da democracia moderna para assim poderem ser chamados.

Essas características essenciais consistem: na adesão à teoria da soberania popular e à teoria do contrato social, simultaneamente; no exercício compartilhado do poder; na observância do princípio da maioria numérica; e no respeito aos direitos da minoria.

O regime que não apresente, simultaneamente, tais caracteres, não será, certamente, um regime democrático.

Verificado ser a democracia uma prática política, trata-se agora de determinar como lhe dar a maior probabilidade de ser bem-sucedida, isto é, estabelecer as condições que lhe conferirão a praticidade.

Sendo prática política, a praticidade da democracia deve seguir, no geral, a praticidade da política. Por ser, entretanto, uma forma especial de prática política, a democracia deve, do mesmo modo, na busca da sua eficácia, sujeitar-se, em acréscimo às condições gerais da praticidade política, a outras condições inerentes às suas especificidades.

Tais condições poderão ser pesquisadas submetendo-se as características essenciais da democracia moderna ao crivo dos princípios que regem a praticidade, do modo a seguir.

## DEMOCRACIA PRÁTICA

### Adesão simultânea à teoria da soberania popular e a do contrato social

Aceitando a adesão a essas teorias como ato voluntário e unilateral do cidadão e considerando-se ser, segundo uma delas, o poder supremo atribuído ao povo – consequentemente, uma parcela desse poder a cada um dos cidadãos, individualmente – deve-se admitir a qualquer cidadão, de per si, o direito de, a todo tempo, poder retirar sua adesão ao contrato social estabelecido e, até mesmo, a ambas as teorias. Na eventualidade dessa posição discordante vir a ser adotada pela maioria dos cidadãos, o regime democrático tornar-se-á inviável, nessa ocasião, na sociedade considerada. Na hipótese de expressivo número de cidadãos vir a compartilhar

dessa posição discordante, poderá, então, ocorrer a instabilidade política, na organização democrática dessa sociedade.

A questão da adesão a essas duas teorias será, portanto, uma das vulnerabilidades da forma democrática de governo.

Na prática democrática, a teoria da soberania popular e a teoria do contrato social se traduzem na representação política – formação da classe política – e no sufrágio universal – voto livre e paritário com reais opções de escolha ao eleitor.

A representação política advém da inadequabilidade da democracia direta à democracia moderna, em decorrência, principalmente, do grande número de eleitores, em geral, nos atuais colégios eleitorais, da heterogeneidade desses colégios, em particular no que diz respeito ao conhecimento, *lato sensu*, dos seus integrantes (eleitores) e da crescente facilidade de desnaturação (*manipulação*) psicológica da opinião dos mesmos, especialmente quando dos *plebiscita e referenda*. Nesse contexto, o sufrágio universal surge como solução de compromisso, julgada a melhor para conciliar, na aplicação da teoria da soberania popular, a substituição da democracia direta pela democracia representativa.

O grande risco para a forma democrática de governo, decorrente do instituto da representação política, é a transformação da *classe política* formada em *corporação elitista*, que sobreponha seus próprios interesses particulares àqueles de toda a sociedade, como tem ocorrido, com freqüência, em muitos dos regimes democráticos contemporâneos.

Do mesmo modo, o sufrágio universal tem sido muitas vezes desvirtuado, em ra-

ção da predominância, nesse processo, de interesses alheios ao jogo democrático e, do mesmo modo, de cada vez maior possibilidade de se influenciar a opinião dos eleitores no decurso das eleições.

A boa qualidade dos eleitores e dos candidatos a cargos eletivos aumenta a probabilidade de se vir a ter uma classe política constituída por eleitos dotados dos predicados adequados à boa representação de seus eleitores. Desse modo, parece aconselhável, para a formação de melhor representação política, que sejam instituídas condições mínimas para a qualificação de eleitores e de candidatos aos pleitos eleitorais.

#### *Conhecimento*

O conhecimento, *lato sensu*, em especial a cultura política por parte dos cidadãos é, evidentemente, indispensável para que a maioria deles, pelo menos, tenha interesse na prática e na preservação do regime democrático.

Aos eleitores, o conhecimento, *lato sensu*, conferirá maior discernimento para o voto livre e paritário e permitirá exigir reais opções de escolha para o escrutínio, podendo tudo isso resultar em melhor representação política e, conseqüentemente, em melhor constituição do governo democrático.

Quanto aos eleitos – classe política formada – aquele tipo de conhecimento propiciará melhores condições para o exercício da representação política e para a ação de governo, em si mesma. Na realimentação do processo democrático – nas eleições a seguir – esse conhecimento poderá facilitar aos representantes eleitos a edição de novas leis e regulamentos, que oferece-

rão aos eleitores melhores condições para o exercício do voto livre e paritário com reais opções de escolha.

O conteúdo do conhecimento, *lato sensu*, nele compreendida a educação política dos eleitores e dos eleitos, torna-se fundamental ao processo democrático.

#### *Preparação*

O preparo da formação da classe política e o do sufrágio universal implicam, inicialmente, tanto para o eleitor como para o candidato a cargo eletivo, a obtenção de conhecimentos e habilidades específicos, correspondentes ao processo eleitoral, isto é, cultura política.

Qualquer eleição deve ser objeto de prévia preparação, tanto no que concerne ao governo como, também, em relação aos eleitores e aos candidatos à eleição; o governo, promulgando leis específicas que bem regulem o processo eleitoral; o eleitor e o candidato a cargo eletivo, atendendo ao disposto nessas leis, para se habilitarem ao escrutínio.

Essa preparação compreende, do mesmo modo, o aspecto material de obtenção e de preparo dos equipamentos e instrumentos necessários e da estrutura dos locais para a votação e a apuração, além do treinamento do pessoal encarregado do processo eleitoral e o do próprio eleitor.

Eleita a classe política, deve haver o estabelecimento de suas futuras atividades para o exercício do poder, incluindo, no mínimo, o planejamento da ação governamental e o preparo de organismos e meios de execução e de outros de controle da ação planejada.

#### *Coordenação*

A coordenação do sufrágio universal será muito facilitada se houver um órgão

que se dedique unicamente ao preparo, ao planejamento, à execução e ao controle do processo eleitoral. A melhor solução para isto parece ser consubstanciar todo o processo em um órgão independente – Justiça Eleitoral – exclusivamente encarregado da aplicação da legislação específica e da fiscalização da observância dessa legislação em todo o processo eleitoral, desde seu início até a diplomação e posse dos eleitos.

Após a formação da classe política surge a necessidade da coordenação do seu trabalho, que se traduzirá na organização do governo – seus órgãos, funções, atribuições e outros.

A quantidade de representantes constitutivos da classe política repercute de modo direto na coordenação dos trabalhos a eles afetos e na dos órgãos que vierem a integrar; quanto maior o número desses representantes e desses órgãos governamentais, maior a dificuldade em coordenar suas ações.

#### *Segurança*

Não havendo possibilidade de se obrigar os cidadãos a aderirem à teoria da soberania popular e à teoria do contrato social, pois que tal adesão é ato espontâneo de cada um deles, a principal preocupação dos governantes, em qualquer regime democrático, no que diz respeito à segurança das instituições, deve ser a de governar de maneira a manter pelo menos a maioria dos eleitores interessados na manutenção do regime constituído.

No que se refere à segurança do processo eleitoral propriamente dito, impõe-se cogitar, inicialmente, da segurança na sua prepa-



ração, na sua execução, no seu controle e na sua fiscalização. Nessa questão, não deve ser descuidada a segurança quanto ao funcionamento, reparo e manutenção dos instrumentos, equipamentos e instalações necessários à realização de toda a dinâmica do processo.

Simultaneamente, considere-se a segurança pessoal daqueles que trabalham em proveito do processo eleitoral e, da mesma forma, a dos eleitores, principalmente quanto à garantia de locomoção (ir e vir) – segurança pública – e à liberdade de expressão (liberdade com reais opções de escolha).

A seguir, seja considerada a segurança dos eleitos, tanto para a sua diplomação e posse, como para o exercício da representação política.

#### *Cooperação*

A cooperação dos cidadãos, referindo-se à segurança do regime, decorre principalmente da confiança da sociedade no regime democrático. Nesse sentido, pode-se dizer que *democracia é um estado de espírito*. Desse modo, se o anarquismo é inviável, principalmente por ser necessário à sua consecução que todas as pessoas sejam virtuosas, a democracia é de difícil realização, por exigir, pelo menos, maioria de cidadãos corretos, na sociedade considerada.

De grande importância para a cooperação à formação da classe política e ao sufrágio universal é a sociedade política – primordialmente os representantes dos eleitores – gozar de credibilidade no seio de todo o colégio eleitoral.

A confiança dos cidadãos na justiça eleitoral e na sociedade política muito contribuem para a cooperação à forma-

ção da classe política e a todo o processo eleitoral.

#### **Exercício compartilhado do poder – Poliarquia**

O exercício compartilhado do poder visa, essencialmente, à limitação do poder dos governantes, o que deve propiciar, de certa forma, justiça e liberdade aos governados.

Dividindo-se o poder em faixas paralelas, em cada uma das quais o poder nela concentrado deva ser exercido de modo harmônico e independente ou autônomo em relação ao poder das demais faixas, obtêm-se dessa maneira, ao menos em teoria, uma forma equilibrada de governo.

Essa forma de exercício do poder, quando bem-organizada e dotada de processos eficazes de controle e de penalização dos governantes, se não tem propiciado a felicidade dos governados, pelo menos lhes tem evitado conseqüências desastrosas. É, no dizer de Churchill, “a pior forma de governo, desde que excluídas as demais”.

O exercício compartilhado do poder, por violentar a lei da unicidade do poder (o poder é indivisível) tem apresentado, em sua aplicação prática, equilíbrio instável, resultando, freqüentemente, no predomínio, em diferentes graduações, de um dos poderes de governo sobre os demais. Além desse risco, pode ocorrer o tácito acordo entre os diversos detentores dos poderes de governo para o exercício desses poderes em causa própria, transformando a representação política (classe política) em oligarquia, ou, então, ocorrer o conflito entre esses poderes, inviabilizando o governo. Tais inconvenientes têm sido minorados, nos regimes democráticos

parlamentaristas, pela atuação do poder moderador que, na forma estabelecida no contrato social, fiscaliza a ação dos demais poderes e os penaliza nas ocasiões próprias.

#### *Conhecimento*

Quanto maior e melhor for o conhecimento, *lato sensu*, de cada um dos componentes do governo, tanto melhor poderá ser o seu desempenho individual e, também, melhor poderá ser o desempenho de cada órgão do governo, tudo resultando em melhores leis, sua adequada aplicação e administração da sociedade.

O conhecimento facilitará, ainda, a cada governante (legislador, juiz, administrador) a ater-se aos limites de sua competência, a melhor orientar e fiscalizar a ação de seus subordinados e, do mesmo modo, a cooperar com seus pares de modo valorativo.

A integração dos esforços dos governantes e de seus auxiliares – sociedade política – para a consecução das metas e objetivos do governo, dependerá, em muito, da educação política de todos os integrantes da sociedade política.

#### *Preparação*

Os governantes devem dispor de órgãos de estudo, de assessoramento e de administração que lhes propiciem a obtenção de conhecimentos e habilidades específicos fundamentais ao desempenho de suas funções, que tratem do preparo, planejamento, execução e controle das ações decorrentes de suas resoluções e, bem assim, dos meios materiais (instalações, equipamentos e instrumentos), acrescidos dos recursos humanos indispensáveis à concretização dos seus propósitos.

#### *Coordenação*

Tratando-se de uma poliarquia, a coordenação das ações de poderes autônomos ou independentes e harmônicos somente poderá ser obtida pela fiel observância, por parte de todos os governantes, da finalidade a ser atingida pela Política (bem comum) ou dos objetivos fundamentais estabelecidos no contrato social (Constituição do Estado) para a consecução dessa finalidade e, ainda, pela perfeita delimitação nesse contrato social dos setores de atividades ou dos campos de atuação e das atribuições de cada um dos poderes constituídos.

#### *Segurança*

O exercício compartilhado do poder implica a existência de mais de um poder, evidentemente.

A segurança desses poderes deve ser cogitada tanto em relação ao ambiente exterior aos mesmos, como no que tange ao ambiente interior a cada um deles e visa a permitir que cada um desses poderes disponha da liberdade de ação necessária ao exercício de sua autoridade e de suas funções e atividades.

Sendo a democracia, por definição, *o império do dissenso*, isto implica, teoricamente, maiores cuidados com a segurança dos poderes constituídos, pois que haverá sempre na sociedade democrática opositores e contestadores ativos, protegidos pelas liberdades democráticas. Em contrapartida, por ser o regime democrático uma forma de governo contratual (contrato e coordenação), parece correto considerar-se que, sendo bom o governo, maior será a cooperação dos cidadãos, em geral, aos poderes constituídos,

tudo contribuindo para o aumento da segurança do governo e do Estado.

No que se refere à segurança da sociedade e do Estado, a poliarquia, por suas próprias características, implica reações menos rápidas, por parte do governo, às eventualidades e emergências, o que aconselha a inserção no contrato social de disposições que lhe permitam enfrentar com presteza as situações extraordinárias.

#### *Cooperação*

A dificuldade da coordenação da ação de poderes independentes ou autônomos faz aumentar a importância da cooperação entre eles.

Para facilitar a cooperação entre os poderes constitucionais, parece importante que os integrantes dos órgãos administrativos do Estado – sociedade política excluída a classe política – sejam impedidos de qualquer participação político-partidária, ou, pelo menos, que no aparelho estatal as chefias e funções principais sejam exercidas por cidadãos apartidários.

#### **Princípio da maioria numérica**

Consoante a essa característica essencial aos regimes democráticos “tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre”.

Ainda que aceito pela grande maioria dos cidadãos e mesmo admitindo-se que todos tenham boa cultura política, deve ser sempre considerada a possibilidade de falseamento

das eleições e de desnaturação da opinião dos votantes. A modernização das sociedades, o advento das sociedades de massa, a evolução tecnológica e as técnicas modernas de propaganda, de *marketing* político, de desnaturação (*manipulação*) psicológica da opinião pública e da dos cidadãos, muito têm facilitado viciar o processo de escolha por parte dos eleitores e, por conseguinte, a própria escolha a ser feita por eles.

#### *Conhecimento*

Quanto maior o conhecimento, *lato sensu*, de cada um dos eleitores, maior deverá ser, em teoria, seu discernimento para bem votar, evitar ser influenciado em sua opinião e recusar processos de escrutínio viciados em que não haja plena liberdade de expressão e reais opções de escolha.

#### *Preparação*

O processo eleitoral deve propiciar ao eleitor ampla e completa informação a respeito do que será votado, bem como meios para obtenção de outras informações que julgue necessárias, e tempo para reflexão.

Vale ressaltar, entretanto, que quanto mais demorado e prolongado o processo eleitoral, maior a possibilidade de ser o eleitor influenciado em sua opinião e do próprio processo vir a ser desvirtuado.

#### *Coordenação*

Para a melhor apuração da vontade da maioria, todo o processo de escrutínio deve ser, com antecedência, completamente regulamentado, abrangendo isto até a prévia escolha e designação dos escrutinadores.

#### *Segurança*

O fato da aceitação pela sociedade do princípio da maioria numérica vai permitir

que as divergências sejam resolvidas pelo voto, o que contribui para aumentar a segurança da sociedade considerada.

#### *Cooperação*

Parece evidente que a aceitação do princípio da maioria numérica favorece a cooperação dos cidadãos em relação ao regime democrático, pois que este princípio proporciona a todo tempo uma forma de solução de divergências.

### **Respeito aos direitos da minoria**

Segundo esse princípio, *nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria.*

Não havendo o respeito aos direitos da minoria, o regime democrático se transforma na ditadura da maioria.

Basicamente, os direitos da minoria são: o direito à existência; o direito à representação política minoritária; o direito a tornar-se maioria, em paridade de condições havidas para a formação da maioria.

O contrato social – Constituição do Estado – deve estabelecer o que seja minoria, seu direito de representação política minoritária no governo e as condições paritárias para o crescimento ou decréscimo, tanto da minoria como da maioria.

#### *Conhecimento*

O conhecimento, *lato sensu*, tanto dos eleitores como de seus representantes, favorecerá o reconhecimento da necessidade da existência da minoria e o conseqüente respeito aos seus direitos, para a realização do jogo democrático.

#### *Preparação*

A preparação da formação da classe política e das eleições propriamente ditas

deverá propiciar igualdade de oportunidade às diferentes correntes de opinião – partidos políticos – e aos candidatos aos cargos eletivos, para que não seja prejudicada a formação da representação minoritária nos devidos órgãos de governo.

#### *Coordenação*

Parece evidente que a coordenação das ações da representação minoritária no governo deverá ser realizada no âmbito da própria minoria. O respeito aos direitos da minoria facilitará, entretanto, que, em determinados casos, a própria minoria coordene suas ações com aquelas da maioria, para a consecução de projetos de interesse da sociedade.

#### *Segurança*

O respeito aos direitos da minoria contribui para a segurança do regime democrático, pois propicia o correto exercício da oposição, evitando que a minoria passe à contestação ao governo da maioria, visando a desestabilizá-lo e, também, faz com que, tanto a minoria como a maioria e os cidadãos permaneçam interessados na manutenção do regime democrático.

#### *Cooperação*

Por último, o respeito aos direitos da minoria facilita a cooperação da mesma no jogo democrático, na melhoria de projetos apresentados ao debate pela maioria e na consecução de metas e objetivos de interesse geral da sociedade.

## **CONCLUSÃO**

Cada sociedade tem o regime político possibilitado por sua evolução social,

principalmente seu estágio de cultura. Atingido o patamar que possibilite um regime que possa ser considerado democrático, esse regime será sempre um degrau na contínua escalada, propiciada pela prática democrática, visando ao difícil e remoto coroamento do ápice colimado: a democracia. Desse modo, pode-se dizer que, em cada nível de sua evolução social, a sociedade terá sua *democracia possível*.

O regime democrático é uma prática social, por intermédio da qual a sociedade tenta passar de uma organização política considerada menos favorável, em termos democráticos, para outra considerada mais favorável, no sentido do aprimoramento do regime. A sucessão de tentativas para o contínuo aperfeiçoamento democrático é, assim, melhor proporcionada pela prática democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia da democracia é a prática democrática. A prática democrática é a ação, orientada pela teoria da melhor prática no sentido do contínuo aperfeiçoamento do regime democrático, para a realização do ideal democrático, a democracia.

A prática democrática apresenta dois sentidos complementares que se imbricam, se superpõem, se misturam no tempo e no espaço em que se busca a democracia. O primeiro sentido é a geração da democracia pela prática incessante do regime democrático. O segundo sentido é a geração da democracia pela busca e pela observância continuadas das condições que propiciarão os sucessivos aperfeiçoamentos do regime democrático no sentido da plena democracia.

A potência da democracia reside na dinâmica do ideal democrático e na dinâmica da prática democrática.



## BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982. 992 p.
- Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 454 p.
- FERRARTE MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1971. 2 v.
- LEGRAND, Gerard. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 1983. 391 p.
- VON MISES, Ludwig. *A Ação Humana: um tratado de economia*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 872 p.
- KOTARBINSKI, Tadeusz. *Praxiology: an introduction to the sciences of efficient action*. Londres: Pergamon Press Ltd., 1965. 219 p.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. 1.318 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

# O Absolutismo e o Progresso da Guerra

Marcos da Cunha e Souza\*

**Resumo:** Palestra proferida em 30 de julho de 2002, focaliza o tamanho dos exércitos e o recrutamento nos Estados absolutistas e as transformações deles resultantes na conduta da guerra entre 1618 e 1763.

**Palavras-chave:** Absolutismo, guerra de sítio, mercenarismo.

**E**ste trabalho abrange a civilização ocidental, no período que segue desde a deflagração da Guerra dos Trinta Anos (1618) até o fim da Guerra dos Sete Anos (1763). Há uma arbitrariedade evidente nesses limites. Eis que não é fácil delimitar o absolutismo no espaço e no tempo. Em primeiro lugar porque alguns países, como a Holanda, nunca o experimentaram. Em segundo, porque ele se deu em épocas diferentes, segundo as particularidades de cada nação. Por fim, é comum cometermos o erro de confundir absolutismo com autoritarismo.

Os Felipes da Espanha, por exemplo, são frequentemente apontados como reis absolutistas. No entanto, o Conde-Duque de Olivares, ministro de Felipe IV, mostrou ao monarca, em 1625, o quanto este estava longe de controlar seu império. Olivares escreveu:

\* Professor Doutor em Direito. Sócio honorário do IGHMB.

Que Vossa Majestade considere que a questão mais importante de vossa monarquia é tornar-se Rei de Espanha: eu quero dizer com isso, Senhor, que Vossa Majestade não se contente em ser rei de Portugal, de Aragão, de Valença, Conde de Barcelona, mas que trabalhe (...) para reduzir estes reinos, que compõem a Espanha, ao estilo e às leis de Castilha, sem que haja mais qualquer diferença...

O que o duque queria dizer, e isto valia também para os reis da França e da Inglaterra e para o imperador germânico, é que as autonomias gozadas por certas regiões do país limitavam o poder do rei como administrador, como legislador e como coletor de impostos.

Portanto, a essência do absolutismo implicava em conceder ao titular do poder um *status* acima de qualquer exame por parte

de outro órgão, fosse ele judicial, legislativo, religioso ou eleitoral. Eis o papel saneador do absolutismo: centralizar poder nas mãos do rei, com vistas a criar uma administração nacional, financiada por tributos nacionais, recolhidos por uma burocracia nacional. Atenuando os privilégios fiscais da Igreja e da nobreza, rompendo as barreiras das regiões autônomas, demolindo corpos legislativos locais e unificando o judiciário, o Estado deveria se tornar mais simples e mais eficiente.

É interessante notar que a instalação de regimes absolutistas se fez frequentemente sem oposição rígida. Na França, após as desordens da Fronde e a morte de Mazarino (1661), o reino aspirava um Estado unido, estável e forte. Cenário ideal para o reinado pessoal de Luís XIV. Na Dinamarca, em 1660, o fortalecimento da monarquia foi oferecido ao rei pelo clero e pela burguesia e aceito sem derramamento de sangue pela nobreza. Nos dois exemplos não houve nenhum documento de índole constitucional que atribuísse aos monarcas novos poderes. Luís apenas decidiu não mais nomear primeiros-ministros, enquanto os dinamarqueses reconheceram a hereditariedade da monarquia local – gestos de aparência limitada, mas que removeram grandes obstáculos.

No campo militar, como veremos, o absolutismo permitiu financiar, de forma mais adequada, o esforço de guerra. Em alguns casos, como o sueco, foi inclusive fator decisivo de desenvolvimento econômico. Com dinheiro e governo centralizado, os Estados europeus puderam construir fortificações modernas, adequadas aos avanços da

artilharia. Puderam ainda constituir exércitos cada vez maiores e bem equipados, abastecidos por um sistema logístico regular. Na seqüência, esses grandes exércitos passaram a demandar formas de serviço militar compulsório que, longe de serem universais, geraram grandes transformações sociais. Em alguns casos chegou-se a militarizar a própria sociedade, como na Prússia do século XVIII.

### TAMANHO DOS EXÉRCITOS

O enorme crescimento dos exércitos durante o período absolutista é um fenômeno incontestável. O que ainda se discute é se os exércitos foram ampliados graças ao absolutismo ou, em sentido inverso, se o absolutismo floresceu graças ao crescimento dos exércitos. É talvez possamos dizer, ainda, que os dois fenômenos se completaram, de modo que o monarca fortaleceu seu exército e o exército fortaleceu o seu monarca.

Se tomarmos como exemplo a França do século XVII, veremos que não apenas os efetivos em tempo de guerra triplicaram em sessenta anos, como também os efetivos em tempo de paz tiveram um aumento significativo.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os efetivos de outros países também alcançariam cifras fantásticas, exigindo dos Estados cada vez mais recursos e criatividade para se financiarem. No início do século XVIII, 75% da receita da França era destinada à guerra.

Por outro lado, países com tradição parlamentar, como a Inglaterra, não con-



seguiam levantar e manter grandes efetivos. Não era por falta de pujança econômica, mas por falta de interesse dos corpos legislativos. Em 1745, quando Carlos Eduardo Stuart desembarcou na Grã-Bretanha para reivindicar a coroa em nome de seu pai, o país estava defendido por apenas oito mil homens. E foram precisos quatro meses para levantar um exército de trinta mil.

## O FINANCIAMENTO DA GUERRA

Exércitos cada vez maiores eram tão dispendiosos que a guerra poderia se tornar um jogo, onde o vencedor seria o último a falir. Ou, como se dizia: "Vitória irá para aquele que possuir o último escudo."<sup>1</sup>

Assim, diretamente relacionado ao crescimento dos exércitos está o financiamento da guerra. Os reis pré-absolutistas encontravam neste campo um sério obstáculo de ordem constitucional. O Brandemburgo,<sup>2</sup> por exemplo, foi um palco indefeso de batalhas alheias durante a Guerra dos Trinta Anos porque seu governante não tinha poderes para criar impostos que pagassem um exército permanente. A obtenção deste poder, após a guerra, está diretamente relacionada com a instalação do absolutismo naquele Estado.

Um dos expedientes mais usados no período significava garantir a subsistência dos exércitos através da exploração de recursos extraídos junto à população civil de territórios nacionais, aliados, neutros ou inimigos ocupados. Era um sistema que alguns

historiadores chamam de *taxa de violência*. Além da desumanidade intrínseca, tinha vários inconvenientes de ordem prática. A arrecadação exigia o emprego de uma grande parcela do exército, gerava revoltas e nem sempre obtinha recursos suficientes.

A partir de 1675, o governo francês passou a tratar com rigor roubos e pilhagens da tropa, mesmo em países estrangeiros. Oficiais foram demitidos e soldos descontados dos regimentos para indenizar regiões atingidas por abusos. As contribuições recolhidas em territórios ocupados passaram a ganhar traços de tributo, recolhidas diretamente para os cofres do reino e não para as unidades. Em 1678, 18% do orçamento militar francês foi pago com contribuições recolhidas em território inimigo.

Neste passo, Frederico, o Grande, assim resumiu sua passagem pela Boêmia, em 1745: "Minha intenção nesta campanha era viver às custas do inimigo, comendo e exaurindo todos os seus suprimentos e recursos na área da Boêmia adjacente às nossas fronteiras."

Mas a grande contribuição do absolutismo para o financiamento das guerras foi na área tributária, embora seja difícil traçar um perfil comum aos diversos países. Antes do absolutismo, os tributos destinados à manutenção do exército tinham caráter geralmente provisório, emergencial. Sua cobrança dependia de um acordo entre a monarquia e os representantes da nobreza, do clero e da burguesia. Daí os efetivos insignificantes em tempo de paz. E esse acordo, que dependia da convocação de órgãos legislativos temporários (Parlamento ou Estados Gerais) não raro

1 Don Bernardino de Mendoza.

2 Região da Alemanha que tem por centro Berlim e que impropriamente chamamos de Prússia.

causava instabilidade política e obrigava o monarca a fazer concessões em outros campos. Lembremo-nos da crise parlamentar que precedeu a Guerra Civil Inglesa. O mérito do absolutismo, nesse campo, está na criação de sistemas tributários voltados para a manutenção de exércitos permanentes cada vez maiores. Outro progresso ficou por conta da estrutura burocrática mais eficiente e centralizada, presente tanto no momento da arrecadação quanto na realização da despesa.

Os empréstimos também foram uma fonte importante de financiamento. Mas os países absolutistas geralmente pagavam juros mais altos, pois tinham tendência a modificar unilateralmente as condições dos contratos. A Espanha, em uma dezena de oportunidades, promulgou *decretos de bancarrota*, alongando unilateralmente prazos de pagamento e reduzindo juros. Os credores não tinham então meios legais de se opor a essas medidas, mas puderam negar novos créditos em momentos cruciais. Em 1627, essa falta de crédito levou à paralisia do Exército espanhol.

Rendas menores e excepcionais podiam ser obtidas por diversas formas, como a venda de terras pertencentes ou confiscadas pela coroa. Uma fonte largamente utilizada pela França foi a criação e venda de ofícios públicos, especialmente aqueles relacionados ao judiciário e à coleta de tributos.

Um dos exemplos mais interessantes do período é o financiamento da Suécia durante a Guerra dos Trinta Anos. Quando Gustavo Adolfo assumiu o trono, em 1611, recebeu um país pobre, atrasado e

pouco povoado. Tinha, no entanto, grandes reservas de ferro e cobre. O rei então estimulou a entrada de capital estrangeiro para as áreas de mineração e indústria bélica, trazendo ainda técnicos estrangeiros e novas tecnologias. Às vantagens fiscais somavam-se o baixo custo da mão-de-obra local, muita madeira para queimar nas fundições e energia hidráulica abundante.

Com a Guerra dos Trinta Anos, a desestruturação das rotas comerciais européias beneficiaram as exportações suecas. Parte considerável da produção passou a ser transportada em navios mercantes nacionais. Em 1630, o país era auto-suficiente na produção de canhões e um dos principais exportadores. Em seguida, as vitórias de Gustavo Adolfo na Alemanha garantiram a posse de um vasto território apto a fornecer recursos.

Após a morte do rei, na batalha de Lutzen, os líderes civis e militares do país concordaram que o peso dessa guerra não poderia mais onerar o povo sueco. Assim, além de taxar os territórios ocupados e de cobrar resgates das cidades alemãs, recomeçou-se à cobrança do direito de passagem no Mar Báltico e à obtenção de empréstimos garantidos indiretamente pela França. A guerra passou a nutrir a guerra e isto é visível nos números. Em 1630, o governo precisou arrecadar na Suécia 2,8 milhões de dalers de prata para pagar a guerra na Alemanha (soma que superava os rendimentos normais do Estado). Em 1633, a soma caiu para 128 mil.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Goran Hystad, *The Rise and Fall of the Swedish Empire*, em *CJHM*, Acta n. 9, Tel Aviv, p. 249.

O sucesso da Suécia em financiar a guerra, portanto, não residiu apenas em novas opções de financiamento mas, também, no desenvolvimento acelerado (se bem que temporário) de sua economia.

## A GUERRA DE SÍTIO

O absolutismo, indubitavelmente, possibilitou também a proliferação de novas fortificações e a demolição de velhos castelos feudais. Mais uma consequência do fortalecimento do Estado e do aumento de sua capacidade financeira. A guerra de sítio foi um dos aspectos marcantes do período.

O sítio era uma operação longa e cara. Contra a cidade neerlandesa de Breda durou de agosto de 1624 a maio de 1625. As obras ligadas ao cerco de Bois-le-Duc (Hertogenbosch), em 1629, tinham quarenta quilômetros de comprimento. E quando o sítio se estendia pelo inverno, congelava os assediados em suas trincheiras.

Os franceses viriam a desenvolver sua própria técnica de assédio. Sob o reinado de Luís XIV surgiu Sébastien Le Prestre, *Seigneur* de Vauban (1633-1707), um engenheiro militar duramente educado pela prática e que logo ganharia a confiança do rei. Com Vauban, o sítio tornou-se racional, técnico e de resultados mais previsíveis. Desenvolveu métodos que, corretamente empregados, necessariamente deveriam levar à queda da praça, com economia de tempo e vidas humanas. No cerco de Ath (1697), com apenas duas semanas e 53 mortos ele logrou dominar uma guarnição de 3.800 homens.

O inconveniente do seu método estava no grande número de homens e recursos necessários, mesmo para as menores fortificações. Vinte mil soldados era o que ele considerava como o mínimo para garantir o sucesso de um sítio.

Além de se ilustrar na captura de fortificações, Vauban revolucionou também ao construir e reformar as praças que literalmente salvaram a França durante a longa Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714). Não que ele fosse entusiasmado pela proliferação de fortificações. Ao contrário. Advertia constantemente que o excesso de praças tirava soldados do exército de campanha, além dos recursos desperdiçados na construção e manutenção. "Dez praças a menos devem valer ao rei trinta mil homens a mais", dizia.

Para melhorar a eficiência do sistema de defesa francês, Vauban propunha que as fronteiras francesas ("seja por tratado ou por uma boa guerra") fossem mais retas, menos salientes. Era o que ele chamava de fazer o *Pré Carré*. Feito isso, ele sugeria uma linha dupla de fortificações, "à imitação da ordem de batalha", protegendo as fronteiras do reino em face dos Países Baixos e da Alemanha. Seu estilo fez escola por toda a Europa e sobreviveu muito além de sua vida.

Durante o absolutismo, foram muito mais frequentes sítios do que batalhas campais. Mesmo nas campanhas empreendidas por Frederico, o Grande, não faltaram cercos, como os de Praga (1744), Neisse (1740), Glogau (1740), Pirna (1756) e Olmutz (1758). Além disso, muitas batalhas campais famosas resultaram da tentativa de um

exército interromper o sítio empreendido por outro. Foram os casos em Rocroi (1643), Marston Moor (1644), Dunas (1658), Kahlenberg (1683), Narva (1700), Malplaquet (1709), Turim (1706), Poltava (1709) etc... O Duque de Marlborough, adepto da guerra de movimento, conseguiu travar apenas quatro batalhas importantes contra os franceses, em dez anos, à frente do exército britânico (1701-1711). No mesmo período, conduziu trinta sítios.

## O RECRUTAMENTO

Durante os séculos XVI e XVII, os Estados tinham geralmente três formas de obter soldados: o recrutamento de voluntários (nacionais ou estrangeiros), o recrutamento compulsório e a contratação de exércitos mercenários.

Ao contrário do que se pensa, o recrutamento de voluntários era muito mais freqüente do que o compulsório. Houve época em que ser soldado era escolher uma profissão relativamente bem remunerada. Ganhava-se em média mais do que um pedreiro, além de receber alimento e, eventualmente, o produto de pilhagens.

Durante guerras muito prolongadas, porém, os salários ficaram menos atrativos e, vez por outra, foram até suprimidos. Ainda assim, os voluntários afluíam em grande número. Eram camponeses arruinados dispostos a ganhar qualquer coisa. O Marechal Lennard Torstensson, que assumiu o comando do Exército sueco em 1641, decidiu não mais oferecer soldo aos recrutas alistados na Alemanha, garantindo-lhes apenas comida, vestimen-

tu e saque. Durante a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), a situação social da França decaiu a níveis insuportáveis, criando uma leva interminável de voluntários famélicos e levando o Marechal Villars a comentar que "a infelicidade das massas foi a salvação do reino". Dessa forma, no início do século XVIII, o simples soldado é um pária, mal alojado, mal pago, vestido de forma incômoda (ainda que espalhafatosa, a princípio). Seu soldo equivalia ao de um servente.<sup>4</sup>

Além disso, havia entre os voluntários quem buscasse defender sua religião, ainda que sob a bandeira de monarcas estrangeiros. O escocês Robert Monro, que serviu no Exército sueco, afirma ter ido à guerra no continente em busca de aventura, experiência militar e, principalmente, para defender o protestantismo. Calcula-se que 25 mil católicos irlandeses alistaram-se no Exército francês como forma de combater os britânicos. E entre aqueles que buscavam apenas aventura, encontramos Ambrósio Richshoffer, que aos 18 anos de idade participou da invasão de Pernambuco.

Mas, sem dúvida, em vários momentos, os voluntários não foram suficientes. A França, cuja luta com a Espanha (1635-1659) ultrapassou a duração da Guerra dos Trinta Anos, foi obrigada a adotar temporariamente um recrutamento compulsório que tinha por principal alvo os excluídos da sociedade (*gens sans aveu*). Nas paróquias, caso os voluntários não cumprissem a quota local, as autoridades estavam obrigadas a indicar indivíduos entre

<sup>4</sup> *Guerre et Paix dans L'Europe du XVIIIème Siècle*, p. 240.

os menos produtivos. Em 1649, os vagabundos de Paris tiveram que escolher entre o Exército e o serviço nas galés.<sup>5</sup> Assim, a necessidade de novos recrutas gerou também o descontrole quanto à qualidade do elemento humano incorporado às fileiras. A coação também foi empregada pela França com vistas a criar o Exército de quase duzentos mil homens que iniciou a Guerra da Holanda (1672).

Esse processo foi se acentuando, influenciado também pelo aumento dos efetivos dos exércitos permanentes. Isso levou alguns países a instituir sistemas semelhantes ao serviço militar. Um destes sistemas já fora usado em outras épocas. Era o recrutamento regional, que obrigava as províncias, ou mesmo as paróquias, a fornecerem e equiparem um certo número de homens com certa regularidade. Não era, portanto, uma obrigação pessoal do cidadão para com o Estado, mas uma obrigação coletiva, da província ou região.

O passo seguinte foi estabelecer um serviço militar a partir da designação de *recrutáveis* em função de terem atingido a idade adulta (de 16 a 20 anos de idade, dependendo do país ou da época). O que não significa que todos seriam alistados, mas estavam sujeitos a serem designados. Na França era feito um sorteio entre os componentes da lista de recrutáveis. Mas, em princípio, os homens assim alistados serviam para compor uma milícia nacional, separada do Exército regular. No reinado de Luís XIV, esta milícia substituiu, nas fortificações, os regimentos enviados para o *front*. A partir de 1704, batalhões

de milicianos passaram a ser incluídos em regimentos regulares. Dois anos depois, as necessidades do país fizeram com que os sorteados fossem enviados diretamente para os batalhões de linha. Era o serviço militar obrigatório mediante sorteio. Essa prática, bastante impopular, levou a um grande índice de deserções, aumentadas por abusos e violências. Durante a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), 30% dos 260 mil soldados levantados pela França vieram da milícia.<sup>6</sup> Evolução semelhante se passou em outras partes da Europa.

A Suécia, embora tenha usado largamente tropas mercenárias, foi o primeiro país a organizar um Exército permanente fundado sobre o princípio do serviço militar. Mas isto se deu por meio de uma evolução lenta, iniciada em 1544, e que se estendeu por 150 anos.

Geoffrey Parker apresenta, no seu livro *The Military Revolution*, números interessantes relacionados a essa fase do sistema sueco. Anualmente, o governo especificava um quota de homens a serem alistados – 13.500, em 1627; 11.000, em 1628; 8.000, em 1629; 9.000, em 1630 etc. Quotas aparentemente pequenas, porém monstruosas para a demografia sueca. Um reflexo concreto vem da paróquia de Bygdea, que forneceu 230 jovens entre 1621 e 1639, dos quais 215 morreram e 5 voltaram aleijados. Dos dez restantes, embora ainda em serviço em 1639, talvez nenhum tenha voltado para casa quando a Guerra dos Trinta Anos acabou, nove anos depois. Dos 27 que foram alistados em

5 John A. Lynn, *Giant of the Grand Siècle*, p. 356/357.

6 *Armées et sociétés en Europe de 1494 à 1789*, p. 64/65.

1638, apenas um estava vivo na contagem do ano seguinte.

Esse sistema não deixaria de gerar protestos, pois os camponeses eram tirados de suas fazendas sem consideração quanto às suas situações pessoais. Em 1644, a base do recrutamento passou a ser sobre grupos de fazendas (*rotar*) e não mais o sorteio entre grupos de homens. Um verdadeiro cadastro militar foi elaborado. E, com a crise nacional aberta após a derrota frente ao exército prussiano (1675), algo mais radical deveria ser feito.

A reforma militar veio à reboque de uma grande reforma do sistema agrário. O Rei Carlos XI, após a desastrosa guerra com a Dinamarca e Brandemburgo (1675-1679), tomou para si poderes especiais, incorporando à Coroa terras da nobreza e, com elas, criando o sistema da *Indelta*. À exceção da guarda real e da artilharia, todo o recrutamento do Exército repousaria sobre a *Indelta*. Por esse sistema, dentro dos *rotar* o soldado recebia, em tempo de paz, um pedaço de terra para cultivar com sua família. Isso reduzia consideravelmente a despesa do Estado com sua manutenção. As terras dos soldados ficavam próximas às terras recebidas por seus capitães, dando origem a pequenas vilas militares dentro dos *rotar*. Essa proximidade permitia levar uma vida civil sem deixar de lado o treinamento militar. As companhias de um regimento eram ligadas por estradas que, por sua vez, levavam o regimento até os portos de embarque. Este sistema, que se prestava bem à defesa do país, permitiu a Carlos XII ter um Exército treinado para combater na Europa Central e Oriental no curso

da Grande Guerra do Norte (1701-1721). Para o Estado sueco a *Indelta* garantiu a manutenção de um Exército permanente, pouco oneroso em tempo de paz e que respondia ao problema social de sobrevivência da família na ausência do militar. Para a economia sueca, contudo, a *Indelta* resultou em retrocesso, pois criou uma economia rural de subsistência em detrimento da vocação internacional que vinha prevalecendo desde Gustavo Adolfo. Reflexo típico de uma reforma agrária malfeita e que deveria nos servir de lição, ainda hoje.

Muito da personalidade prussiana se deve ao sistema de cantões criado no século XVIII pelo governo de Berlim, que limitava as liberdades individuais dos jovens a partir dos 10 anos de idade. Esse sistema evoluiu das milícias criadas em 1701, onde os jovens camponeses tinham que dedicar certos dias ao treinamento militar. Em seguida, o Rei Frederico Guilherme declarou (pelo decreto de 9 de maio de 1714) que os jovens "pela sua natureza e especial ordem e comando de Deus altíssimo são responsáveis e obrigados a servir com sua propriedade e seu sangue". Mas o sistema de cantões propriamente dito, que ligava cada jovem ao regimento do seu distrito e que limitava seu direito de se mudar e até de se casar, somente veio a ser implantado em 1733.

A própria criação do sistema de cantões tem relação direta com a introdução do absolutismo na Prússia. Hans Delbrück descreve o ato de criação desse sistema como "a proclamação do princípio do poder ilimitado da nação, materializada no rei, para dispor de seus súdi-

tos segundo a sua vontade, de acordo com suas necessidades”.

Graças às suas reformas, Frederico Guilherme deixou para seu filho, o futuro Frederico, o Grande, um Exército de 68 mil homens em um país de apenas 2,2 milhões de habitantes (1740).

No entanto, apesar das aparências, o cantonamento não significou o início do serviço militar obrigatório, por três motivos: 1) várias categorias profissionais, assim como os filhos de famílias com renda acima de 10 mil dalers estavam isentos; 2) o governo continuava a preferir o recrutamento de voluntários; 3) a Prússia preferia ainda ter uma grande proporção de mercenários, como forma de não desviar da economia sua mão-de-obra.

Nesse sentido, Frederico, o Grande, considerava ideal que o efetivo das companhias fosse constituído por dois terços de estrangeiros, muitos destes vindo de outros exércitos. Durante a Guerra dos Sete Anos ele, inclusive, alistou à força milhares de soldados inimigos capturados. Daí a sua eterna preocupação em evitar deserções, expressa em inúmeras instruções.

Não podemos esquecer de mencionar, por fim, o recurso a *empresários da guerra*. Este último sistema, bastante prático, tinha o nome de *condotta* na Itália, e deu origem ao termo *condottiere*, para designar os generais-empresários<sup>7</sup> contratados pelos príncipes. Teve seu apogeu naquela

península durante o século XVI e, em seguida, na Alemanha durante a primeira metade do século seguinte.

O recurso a generais-empresários se justificava em várias hipóteses. Mas, em linhas gerais, vinha da necessidade de se levantar rapidamente um exército usando, freqüentemente, homens trazidos de outros países (os mercenários). A existência de um tal serviço especializado permitia ao monarca ter efetivos reduzidos em tempo de paz, em prol das finanças públicas. Às vezes, simplesmente comprava-se um exército mercenário já existente, como foi o caso da tropa de Bernard de Saxe-Weimar adquirida pela França em 1635. Esse sistema costumava garantir boa qualidade técnica, mas pouca lealdade. Alguns mercenários buscaram, inclusive, usar de sua influência para se fazerem senhores, príncipes. Foi o caso do já citado Wallenstein, que chegou a receber do imperador germânico a posse de um ducado na costa do Báltico.

Ao nosso trabalho, interessa anotar que os comandantes mercenários perderam sua influência política, e até militar, durante o absolutismo. Já não se viam mais homens como Wallenstein, Mansfeld e Saxe-Weimar tentando usar seus exércitos para criar para si novos estados. Já não se viam mais exércitos mercenários autônomos, mas sim regimentos formados por mercenários e enquadrados aos exércitos nacionais.

## PODER NAVAL

Embora os Estados absolutistas fossem capazes de eventualmente imprimir saltos de

7 Os historiadores criaram vários termos para designar aqueles que exerciam essa atividade. Geoffrey Parker refere-se a eles como *contratadores privados* ou *empresários militares*. Alguns franceses os chamam simplesmente de *entrepreneurs*.

crecimento no que tange às suas forças navais, eram nesse aspecto menos eficientes do que Estados de regime parlamentar. Estes últimos (especialmente a Inglaterra e a Holanda), por atraírem mais investimentos e por possuírem gigantesca frota mercante, estavam mais propensos a manter um elevado padrão de qualidade.

Contudo, Pedro, o Grande, soube usar seu poder absoluto para construir em poucos anos frotas admiráveis, tanto no Mar Negro quanto no Báltico. Com mão de ferro e muito entusiasmo, esse personagem único trabalhou pessoalmente na construção da força de 86 navios que desceu o Rio Dón, em 1699, para atacar os turcos. Depois, a partir de 1710, construiu, no Báltico, um frota de 93 galeras a remo que, manobrando por fiordes e águas rasas, destruiu o poder naval sueco na região.

## CONCLUSÃO

Sem querer mais nos alongar, havia no Estado absolutista uma obstinação que servia tanto para o bem quanto para o mal. O absolutismo tornava a vontade nacional menos vulnerável aos infortúnios da guerra. Peguemos como exemplo a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714). O comandante inglês, Marlborough, embora tenha conseguido realizar feitos inesquecíveis durante vários anos, capturando, como já se disse, cerca de trinta praças francesas, foi destituído após vencer a batalha de Malplaquet. A insatisfação popu-

lar gerada pelos milhares de britânicos mortos naquela refrega acabou por mudar a direção do Parlamento britânico. Essa mesma insatisfação parlamentar levaria a Inglaterra a abandonar seus aliados em um momento decisivo. Por outro lado, a França, apesar de anos de insucessos e humilhações neste mesmo conflito, soube esperar até que a famosa manobra de Denain (1712) a recolocasse em pé de igualdade com seus adversários, abrindo caminho para uma paz aceitável. O mesmo se pode dizer da Rússia de Pedro, o Grande, durante a Grande Guerra do Norte (1700-1721). Porém, essa mesma obstinação, por vezes, levava à destruição do Estado, como foi o caso da Suécia de Carlos XII e poderia ter sido o destino da Prússia de Frederico.

Concluindo, o Estado absolutista foi um processo importante para a modernização de certos países. No campo militar, embora tenha apresentado alguns pontos fracos, foi responsável por grandes transformações. A centralização administrativa praticamente extinguiu os exércitos mercenários, sem no entanto dispensar o emprego de estrangeiros. Desenvolveu formas compulsórias de alistamento que serviriam de base para o serviço militar moderno. Regulamentando o alistamento, diminuiu velhos abusos. Financiou e abasteceu efetivos cada vez maiores. Permitiu, por fim, a construção de dezenas de fortificações modernas, dentro de padrões científicos.





# O Condestável da Cruz de Lorena



*Petrônio Raimundo Gonçalves Muniz\**

**Resumo:** Charles de Gaulle e sua época, seu patriotismo, seus pensamentos e suas ações são o objeto deste ensaio extraído de palestra proferida em 18 de junho de 2002, no auditório do IGHMB, ao ensejo do transcurso de mais um aniversário do célebre "Apelo".

**Palavras-chave:** Charles de Gaulle, França Livre, Terceira República Francesa.

*Eu mantive a impressão, em contato com esse alto e fleumático homem – aqui está o Condestável de França.*

Winston Churchill, maio 1940.

**P**rimavera de 1927. Na *École Supérieure de Guerre*, um marechal de França dignava-se a apresentar pessoalmente àquele arcótipo o conferencista do dia. Um simples capitão de infantaria, alto e taciturno. Aos circunstantes respeitosa e atentamente disse-lhes o vencedor de Verdun: "Senhores – ouçam o Capitão de Gaulle... Ouçam-no com atenção, pois dia virá em que a França reconhecida apelará para ele."

Nenhum dos presentes, fosse ele Henry-Philippe Pétain ou Charles-André Joseph Marie de Gaulle poderia dimensionar ou sequer intuir o conteúdo dramaticamente profético daquela apresentação.

\* Doutor em Direito e Historiador.

Os deuses, para afastar dos homens maiores tormentos nesta vida, lhes negaram o poder de desvendar o futuro.

Assim, por mercê divina e fraqueza humana, foram naquele instante poupados, não os poucos privilegiados assistentes à reunião, mas todo o povo francês de antever as circunstâncias apocalípticas em que, 13 escassos anos depois, aquele apelo haveria de ter lugar.

Verão de 1940. A beleza festiva da natureza emoldurava o crepe da agonia de uma nação guerreira. Ante um universo aturdido e estupefacto, desenrolavam-se os últimos lances da maior catástrofe militar dos tempos modernos. O Exército francês, exemplo do mundo, espelho da existência de glórias da sua nação, estava batido. Desintegrara-se.

A Terceira República, meio ao caos incontrolável, ao espírito de abandono e ao pânico quase generalizado, perdera o rumo,

Soçobrava celeremente açoitada pelas vagas da invasão. Estertorava.

E, com o presente brutalmente esfacelado pela debaixe militar, desacreditou no futuro. Desacreditando, comprometeu-o afrontando o próprio passado, crendo, dessa feita, ceder a um destino inevitável.

Defrontada com o dilema inexorável de prosseguir a guerra fora das fronteiras metropolitanas já cobertas pela maré montante do inimigo, ou cessar todas as hostilidades em separado, a Terceira República fez a sua escolha. Pediu armistício. Confessava-se definitiva e inapelavelmente vencida, decorridos apenas trinta e nove dias do lançamento da ofensiva alemã, ocorrida na madrugada de 10 de maio.

Por isso, a mesma voz que, 24 anos antes, repetira a imortal divisa *Ils ne passeront pas* por sobre as ruínas sangrentas mas inexpugnadas do campo fortificado de Verdun, informava agora, a um povo em estupor, haver demandado ao inimigo um meio honroso de pôr termo à luta. O frio e as sombras envolveram as terras de França em pleno calor do estio.

Naquele ocaso trágico de uma nação soberana, um pequeno avião voou rumo à Inglaterra. Nos longes da história ressurgiam os torreões dos castelos-fortes acometidos cinco séculos antes por Joana, a camponesa de Domrémy, em celeste missão de libertar o mesmo país de outro invasor.

Na cabine da aeronave, um homem seguia para o desterro. Expatriava-se voluntariamente naquela hora terminal. Náufrago isolado, arriscava de uma só vez o “tudo” para quase todos. Nome, família, posição,

carreira, futuro. De seu, nada lhe restava salvo a própria vida.

Mas esse homem solitário “levava consigo, naquele pequeno aeroplano, a honra da França”.

Jamais a grandeza fora tão pungentemente descrita como nessas poucas palavras do único homem que, naquela ocasião, era também grande bastante para dimensioná-la e senti-la – o indomável “leão britânico” Winston Churchill.

Na gesta gaulesa surgia agora, do fundo dos tempos e no torvelinho da tragédia, o seu mais puro e autêntico herói. Obedecendo ao que definiu como o “apelo mudo mas imperativo da França,” o filho cujo nome confundia-se com o da mãe-pátria seguia para o seu encontro marcado com o destino.

Para retomar as palavras tocantes de Henry Amoureux, que admiravelmente traduziu esse apocalíptico instante:

Separado, e separado pela mais rude das derrotas, do seu passado, do seu meio, da sua Pátria, foi naquele momento, sem dúvida, que ele se deu por ambição não apenas levantar a bandeira, o que poderia ser o feito de não importa qual heróico soldado da fortuna, mas ainda e sobretudo de tomar-se, no exílio, o intransigente representante da nação francesa que ele pretendia encarnar solitariamente, sem outro mandato que o do infortúnio.

Cometimento extraordinário. Intraduzível pela frase; inconcebível pela imaginação. Inexistente nos registros da História. Um homem isolado, no seu próprio dizer, “desvalido de força ou de quaisquer das formas clássicas de legitimidade – eleição, manda-

to ou direito hereditário, assumir os destinos do seu país na encruzilhada fatal da sua existência”.

Do início dessa fabulosa saga, testemunha-nos as *Memórias de Guerra*:

Diante do vazio aterrorizante da renúncia geral, minha missão apareceu de vez, clara e terrível. Nesse momento, o pior da sua história, cabia a mim assumir a França.

A França perdeu uma batalha!

Mas a França não perdeu a guerra.

Quanto à natureza da missão “clara e terrível” a executar, nenhuma dúvida:

O que eu estava resolvido a salvar era a Nação francesa e o Estado francês. O que eu tinha de trazer de volta à guerra não eram apenas os franceses, mas a França.

O “trazer de volta à guerra” envolvia e transcendia infinitamente mais que a sublime luta pela redenção da honra de uma nação. Importava, sim, profeticamente, no conceito da natureza mundial do conflito do qual as operações franco-alemães eram apenas o prelúdio.

“Nada está perdido porque esta guerra é uma guerra mundial.”

O “trazer de volta à guerra” representava a via dolorosa irremível de assegurar à França uma posição de relevância no mundo futuro, garantindo-lhe o lugar de prestígio que então, *par droit de conquête*, lhe caberia na História.

“É preciso que a França, nesse dia, esteja presente na vitória.”

“Então, ela reencontrará sua liberdade e sua grandeza.”

Acreditar nesses postulados em meio à catástrofe total, naquele sombrio junho de

1940, raríssimos visionários poderiam fazê-lo. Agir em consequência, em perfeita sanidade mental, somente um homem seria capaz. Porque, a tanto necessitaria “conduzir a própria França em si mesmo” como o expressou, em iluminadas palavras, André Malraux.

Proclama-o insuspeitamente Edmond Pognon em seu livro admirável:

Houve um momento na história da França em que ela existiu unicamente através desse ser; quando encarnou-se inteiramente nele, quando, no rigor dos termos, ele foi a França.

A gênese dessa situação sem paralelo encontramos-la, indubitavelmente, na *certaine idée* do general sobre a sua pátria, exprimida com estilo impecável em trecho antológico das *Memoires de Guerre*.

Admirando-a misticamente como “a princesa de um conto de fadas ou a Madona dos afrescos” acreditava-a votada a um “destino eminente e excepcional”, incompatível com quaisquer outros objetivos menos grandiosos. “A França, tal como a vejo, não pode ser a França sem a Grandeza.”

“A França não pode ser a França sem a Grandeza.”

Esses nobilitantes sentimentos quedar-se-iam porém ignorados no limbo das boas intenções, não pertissem eles de um homem excepcional, de um caráter *hors de pair* irredutivelmente convicto de que sua pátria “haveria de atravessar provas gigantescas” consistindo-lhe a missão de sua vida prestar-lhe “alguns serviços assinalados” quando chegada fosse a ocasião.

Desvendando sua personalidade e filosofia de vida no surpreendente *Le Fil de*

*L'Épée* (um dos melhores estudos já escritos sobre a liderança), o general projeta-se por inteiro quando analisa um dos elementos essenciais ao líder ideal de homens – o caráter.

Em face do acontecimento, é a si próprio que recorre o homem de caráter. Seu movimento é impor a sua marca na ação, de chamá-la a si, de fazê-la o seu assunto.

É longe de abrigar-se sob a hierarquia, de ocultar-se nos textos, de cobrir-se com relatórios, ei-lo que se ergue, firma-se e desafia.

É, em trágica premonição da catástrofe de 1940, explicita o seu comportamento ao profetizar:

Mas, quando os acontecimentos se tomam graves, o perigo premente, quando a salvação comum exige iniciativa imediata, o gosto do risco e a solidez (...). Uma espécie de vagalhão profundo impele ao primeiro plano o homem de caráter. Onde já se viu uma grande tarefa ser realizada sem que um homem de caráter sinta irresistível necessidade de agir?

Finalmente, rompendo de golpe entre o formalismo e o essencial, deixa evidente que nas grandes crises os padrões regulamentares *podem e devem* ser ultrapassados, exemplificando-o através de concludentes exemplos históricos:

Nada teria sido conseguido se esses homens tivessem cedido aos conselhos da mesquinha prudência ou às sugestões de uma covarde modéstia.

Mais do que isso, aqueles que realizam grandes coisas devem ignorar as convenções de uma falsa disciplina.

Assim, Lyautey conservando o Marrocos, a despeito de ordens superiores. Assim, em 1914, Lanrezac salvando o seu exército depois de Charleroi, rompendo o combate a despeito das instruções recebidas e, após a batalha naval da Jutlandia, ocasião perdida pelos ingleses de destruir a armada alemã, Lord Fischer, Primeiro-Lorde do Almirantado, ao receber os relatórios do Almirante Jellicoe, comandante da frota britânica, lamentava com tristeza: "Ele tem todas as qualidades de Nelson, salvo uma: não sabe desobedecer".

Portanto, a conduta do general, militar exemplarmente disciplinado, poderia ter surpreendido a muitos, exceto ele próprio. O *divortiorum aquarum* traduzido no "Apelo aos Franceses" de 18 de junho de 1940 trouxe tão-somente ao conhecimento público uma vida cuja existência anterior havia sido uma preparação para essa hora e essa prova.

Corroborava este juízo o trecho de Maurice Druont, escrito com o estilo e a autoridade de membro da Academia Francesa:

Parece que ele [o general] jamais tenha duvidado, desde a infância, do papel excepcional que haveria de representar.

Este papel, seu orgulho o reclamava, sua intuição o anunciava, seu pensamento nisso se preparava e sua paciência o aguardava.

...

Ele estava pronto. Senão, como teria mostrado, desde logo, uma tal certeza de si e uma tal exigência serena ao tratar de igual para igual as nações, quando era apenas um homem só, exilado de sua própria pátria?

Essa conjunção de circunstâncias extraordinárias, única e certamente a última na história dos povos, possibilitou o milagre desconhecido de todas as teorias políticas.

Uma nação imersa na derrota, presa do desespero e da vergonha, ouvir ser proclamada, com o mundo inteiro por testemunha, em verdadeiro ato de fé, esperança e orgulho, a crença inabalável na sua ressurreição.

Afortunada França, que nas trevas do infortúnio encontrou tal filho respondendo-lhe o apelo,

“Ah, mãe, tal qual somos, eis-nos para vos servir.”

A recusa em aceitar como definitiva a derrota militar no território metropolitano, com fundamento nas razões cartesianamente argüidas de “honra, bom senso e do interesse superior da Pátria”, corporificada no imortal documento, deu assim pública forma ao extraordinário contrato entre dois protagonistas não menos extraordinários: um homem predestinado e uma pátria em agonia.

Pacto *sui-generis* cuja resistência, a três décadas de acontecimentos sem precedentes, a todos enseja a perspectiva temporal suficiente para o dimensionamento da sua grandiosidade, alcance e profundidade excepcionais.

Sendo negado obediência às decisões de um governo em dissolução, e reconhecimento a um regime incapaz de assegurar a soberania e a independência do país, com violação à ordem moral de um povo que, desde Vercingetorix, jamais se curvara à submissão, pôde o Estado francês, naquele instante supremo encarnado na figura onímoda do mais ilustre dos seus filhos, ter garantida a continuidade das suas verdadei-

ras instituições. E muito mais ainda. Ver anunciada *urbí et orbí* a legitimidade intrínseca de um movimento insurrecional de oposição ao ordenamento formalmente jurídico emanado de uma assembléia nominalmente existente.

Esse paradoxo imenso – a legitimidade na exceção – ousou reivindicá-lo o general. E o mais formidável: transmudá-lo em idéia-força e jurisdicizá-lo, fazendo-o aceitar como legalmente válido.

Conseguiu-o na sua solitária odisséia o general, por ser não um chefe de partido ou facção política no exílio, ou comandante militar na disputa do poder, mas a expressão corpórea da alma imortal da própria França.

Pôde fazê-lo, unicamente, o general, na qualidade de homem de Estado, ciente como Aristóteles da distinção entre o justo natural e o “justo legal” e, por isso mesmo, consciente do caminho a seguir nessa encruzilhada fatal.

Não afrontou a ordem jurídica existente pelo desvalor dos seus preceitos, senão para legitimá-la no sentimento ancestral de um povo e nos objetivos permanentes de uma nação cuja primeira aspiração é o existir. Mas existir “livre, na honra e na independência”.

Contestou-a de fato e de direito para não permitir que aquele mesmo ordenamento, inadaptado estruturalmente às crises e emergências excepcionais viesse a transformar-se, sem clamor algum de protesto, no sudário de morte do Estado francês.

Porém, nem mesmo a convicção inabalável da justeza do seu gesto histórico em “assumir a França” jamais o confundiu quanto à natureza de exceção da legitimidade

profunda que encarnava, oriunda daquele apelo “vindo do fundo dos séculos”.

A desconcertante resposta, entre gentileza e ironia a Henry Queuille, em Argel, no ano de 1943, remarcando-lhe o caráter insurrecional do governo que integrava, resalta, no âmago de uma situação de fato, a dominância de um raciocínio sob cânones eminentemente jurídicos e sua conformidade ao aspecto legal da legitimidade.

O grande cabo de guerra, por sua formação humanista (“no fundo das vitórias de Alexandre encontra-se sempre Aristóteles”), pelo conhecimento profundo das lições da História e por uma visão inigualável de estadista, sabia, e muito mais que isso, sentia no poder de fato que assumira a imprescindibilidade da autoridade legal inerente ao Estado. Pois, como já dito alhures, “só a ordem jurídica define uma nação civilizada; só ela lhe desvenda e realiza o futuro; só ela eterniza e marca na universalidade das nações o lugar de um verdadeiro Estado”.

Como bem salienta Guy Mollet em recente obra sobre a Constituição Francesa de 1958, “a idéia que, cumprindo o seu dever em 1940, pudesse ser taxada de ilegitimidade, mesmo quando o poder legítimo abdicava, lhe era insuportável”.

O estabelecimento de uma estrutura de governo – de caráter provisório –, o reconhecimento internacional da França Livre, a manutenção do princípio da soberania do povo francês e das instituições legítimas do Estado republicano, vale dizer, a jurisdicização de sua conduta histórica, foi-lhe preocupação dominante desde a primeira hora.

Atormentava-o a idéia de que tudo acontecera pela vacância na legislação francesa

de mandamento que assegurasse, sem ruptura da legitimidade constitucional, poderes ao Presidente da República suficientes para enfrentar situações de gravidade excepcional e manter, nessas conjunturas, a independência e a integridade do país.

Dai porque, em coerência tenaz com o seu passado, em 1958, quando de volta à dignidade de chefe do Governo, fez incluir nos dispositivos da Carta Magna francesa, durante os trabalhos de reforma constitucional, o atual artigo 16, que assegura ao chefe do Estado os poderes necessários para tomar as medidas exigidas pelas circunstâncias, “quando as instituições da República, a independência do país, a integridade do seu território ou o cumprimento dos seus compromissos internacionais estiverem ameaçados de maneira grave e imediata e o funcionamento dos poderes públicos constitucionais estiver interrompido”.

Poderes inexistentes em 1940 que permitissem o Presidente Lebrun transportar-se a Argel e continuar a guerra, compelindo-o a convocar *in-extremis* o venerando Marechal Pétain para a chefia do Governo, “abrindo assim caminho à capitulação”, como fez lembrar com propriedade o general, ao justificar tão audaciosa e revolucionária norma ao Direito Constitucional francês.

É quando, nos debates sobre o texto, o mesmo Guy Mollet apresentou-lhe os riscos e perigos a que poderiam conduzir o uso abusivo de tal preceito, o general lhe respondeu peremptoriamente: “Introduza no texto todas as medidas de salvaguarda, todas as precauções que desejar, mas faça-

mos de sorte que aquilo que se produziu em 1940 não seja mais possível.”

Poderes que em 23 de abril de 1961, já institucionalizados, lhe permitiram na plenitude “da legitimidade francesa que a nação me conferiu”, enfrentar e vencer a revolta dos generais de Argel – “um punhado de generais reformados” –, conjurar a guerra civil iminente, prosseguir na política de descolonização iniciada e consagrada posteriormente por imensa maioria de votantes e assegurar, uma vez mais ainda, a integridade do Estado francês a tão duras penas defendida desde o imortal apelo de 18 de junho.

Qual outro o teria conseguido, como fez o general naquelas circunstâncias – a mais grave crise entre o Exército e o poder político na França no pós-guerra –, por maiores recursos que dispusesse?

Quem, senão “este velho extenuado de provações” seria detentor de tamanho prestígio para dirigir-se à nação naquela crise, em termos tão pessoalmente tocantes e ao mesmo tempo de tal modo imperativos?

Ah, meu querido e velho País, eis-nos ainda uma vez juntos diante de uma pesada prova. Em virtude do mandato que o povo me concedeu e da legitimidade que eu encarno após vinte anos, peço a todos e a todas que me apoiem aconteça o que acontecer.

Quem, senão ele, revestiria de maior autoridade o legado deixado ao Exército de sua pátria, quando, ao evocar aquela Guerra da Argélia perante dois mil oficiais durante as celebrações do 17º aniversário da libertação da cidade de Estrasburgo, pronunciou essa lição imperecível.

Mas, desde que o Estado e a Nação tenham escolhido seus caminhos, o dever militar está fixado de uma vez por todas. Fora dessas regras ele não pode existir, restando apenas soldados perdidos.

Afortunado país capaz de gerar um varão que encarnasse, não durante vinte, mas por quase trinta anos, a legitimidade nacional sobrepairando o horizonte visual dos partidos políticos e suas querelas, mantendo durante todo esse tempo, *dentro ou fora do governo*, o significado de sua presença, sua profunda ligação com o povo e o seu pacto inquebrantável com as raízes da nacionalidade.

Afortunado solo capaz de gerar um varão cuja magistratura moral, tão destacadamente superior e autêntica, pudesse curvar não apenas o adversário da véspera, mas triunfar de sentimentos antagônicos inexpugnáveis ao raciocínio lógico, pois fundados em personalíssimas razões de ordem afetiva e emocional.

No comovente depoimento de Jean Pouget, testemunhamos Madame Philippe Pétain, viúva do ex-marechal de França caído em desgraça, desejando civicamente pronunciar-se no primeiro referendun da Quinta República, em 28 de setembro de 1958, e confusa ainda no dia mesmo da consulta popular a ponto de procurar na missa matinal o auxílio para o seu drama de consciência, declarar posteriormente ao seu voto: “Cumprí o que o meu marido haveria de ter feito no interesse da França: *J’ai dit oui à de Gaulle.*”

O voto favorável ao general era mais uma vez o *sim* à própria França.

Quem percorrer a existência desse extraordinário condutor de homens verá a

constância do seu amor “sem desfalecimentos pela França” traduzir-se na procura incessante da legitimidade para seus atos; no esforço incansável para o aprimoramento das instituições democráticas francesas; na proclamação impertérrita do direito, a autodeterminação dos povos; no reconhecimento diuturno do valor da liberdade para o destino das nações; na defesa dos direitos individuais face ao gigantismo estatal e na advertência de público reiterada sobre a perda de qualquer superioridade política, jurídica e moral dos governos que, sob quaisquer pretextos, negam esses valores, terminando por se nivelarem aos próprios sistemas que pretendem combater.

Verá que, mesmo fiel à política da “França de mãos livres”, jamais tergiversou quanto aos compromissos com a liberdade – o seu posicionamento nas crises do Muro de Berlim e dos mísseis soviéticos em Cuba são apenas dois marcantes exemplos. Testemunha-o, insuspeitamente, o general norte-americano Vernon Walters no livro *Poderosos e Humildes*, recentemente publicado pela Biblioteca do Exército:

Por vinte e cinco anos, de uma posição privilegiada, observara este grande homem. Ele era uma personalidade complexa. Amara tanto a França que se identificara com ela. Às vezes isso o tornara um aliado difícil. Porém, quando a situação se agravava, ele sempre ficava ao nosso lado.

Verá, finalmente, que esse filho ilustre, mesmo sem possuir acentuada vocação liberal, por temperamento e profissão, jamais, fossem quais fossem as pressões do momento, confundiu a legitimidade profunda

que encarnava “ao lado dos literais dispositivos constitucionais” com o direito de exercer o poder desvinculado do pronunciamento expresso e soberano do povo, única fonte legítima, por ele mesmo reconhecida e proclamada, daquele mesmo poder.

Para o general, ao contrário de Napoleão, “o Direito e a Justiça não estavam com o canhão de maior calibre”.

O respeito à vontade nacional livremente expressa e o conseqüente acatamento às suas decisões avulta – para a honra da França – como o traço dominante e permanente da atuação pública desse homem de armas incorruptível à tentação de empolgar o poder pela força ou dela valer-se arbitrariamente para impor suas verdades à consciência dos seus concidadãos.

Comportamento – ressalte-se, tanto mais valioso, tanto mais dignificante, tanto mais sublime, quanto sabidas as restrições que sempre manteve ao povo de sua pátria – “franceses que tão alto guardava no coração e tão baixo os via”, como lembra Philippe Alexandre. Restrições por sua inconstância, seu imediatismo, pela sua lassitude e pelos “fermentos de dispersão” que cultivava, incompatíveis, uns e outros, com os cimos grandiosos, únicos ao seu ver dignos de uma nação “cujo gênio é iluminar o universo”.

Testifica-o o diálogo pungente mantido com Michel Droit a propósito desse tema sempre tão presente e angustiante para o general.

Este, depois de lamentar a falta de ambição nacional dos povos modernos, começa a meditar em voz alta, quase em solilóquio, desesperançado pelo tão pouco in-



teresse dos seus compatriotas para com os destinos da França.

Na semi-obscuridade, o general não é mais que uma sombra em minha frente. Uma sombra imensa, cuja voz baixa como a luz do dia e cuja silhueta parece ir desaparecendo pouco a pouco sob as espáduas que se curvam e pelo desencorajamento das palavras.

Repentinamente, de uma só vez a sombra se alteia. Os punhos permanecem ainda apoiados no birô, mas os braços se distendem semelhantes a cabos de aço suspendendo uma estátua.

A última frase do General fora: "Sim, os franceses viverão; eles manterão a sua vidinha." Então, bruscamente a voz trágica e desesperada lança de suas profundezas: "Mas a França, ela não viverá mais."

Mas não lhe desconhecendo as fraquezas, nunca lhe minimizou as grandezas, nem a capacidade inextinguível de ingentes esforços para as mais ásperas e gloriosas ações.

Transformar esse magma fluido, inconstante e amorfo da vontade popular na rocha inquebrantável da consciência de uma nação importava-lhe não em sufocar essa vontade. Ao contrário. Em despertar-lhe as potencialidades, contagiar-lhe com um ideário superior e conduzir-lhe as linhas de força, no supremo esforço "da renovação e do reerguimento".

Foi-lhe a vida inteira a lição reiterada, pela palavra e pela ação, que essa imensa tarefa transcende os poderes de um homem ou de uma classe por mais iluminado ou predestinada que se julgue ser.

É a missão comum da nação por inteiro, tornada consciência, participe e responsável pelos destinos do país, através de uma liderança superior livremente consentida. E também por um complexo institucional suficientemente forte para permitir e suportar o entrechoque das opiniões e a discussão das *verdades* de cada um, dentro do clima de respeito e liberdade indispensável à validade de todos os resultados. Instituições, por seu turno, suficientemente fortes em sua legitimidade para impedir o êxito da atuação desagregadora dos grupos patologicamente empenhados na destruição da ordem legal e do Estado dela decorrente.

Onde lição intensamente mais dramática do valor e da eficácia desses postulados do que nos tristemente famosos idos de maio de 1968? Os ominosos tempos da *chénit* (desordem).

Com a desordem nas ruas, com a universidade, o comércio, a indústria e os serviços paralisados por greve geral, com a subversão generalizando-se, com o povo amedrontado, com o governo perplexo, com os adversários prontos ao "golpe de graça" e a assumir o poder, com a guerra civil novamente às portas, com sua amada França em novo perigo mortal e com o coração sangrando por aquela juventude que negava a espiritualidade patriótica, o general falou à nação.

Duraram suas palavras cinco minutos. Tempo apenas suficiente para realinhar aos franceses a legitimidade nacional e republicana do governo e sua disposição de manter a ordem constitucional, e para alertar-lhes quanto aos riscos de "se resignarem ao poder do vencedor que se imporia auto-

eraticamente ao desespero nacional". Tempo apenas suficiente para dizer-lhes que se algo existia de errado, a nação seria convocada na devida hora a pronunciar-se em referendo sobre as reformas a serem adotadas, mas que, naquele momento, estava mobilizada para uma ação cívica em torno dos poderes constituídos e das instituições legítimas; tempo apenas suficiente para concluir garantindo-lhes solenemente que "a república não abdicaria, o povo se recuperaria, e que o progresso, a independência e a paz triunfariam com a liberdade".

Apenas cinco escassos minutos. Tempo bastante para ser contida a inundação, alterado novamente o curso da História e fazer um país mudar de mãos.

Assim, o povo francês, nas encruzilhadas decisivas do país, passou a ouvir a voz grave do seu velho campeão, convocando-o a pronunciar-se direta e responsabilmente sobre os rumos a serem seguidos, o que vale dizer, a construir o próprio destino.

Como bem ressaltado pelo Vice-Presidente Marco Maciel no Prefácio à edição brasileira de *O Fio da Espada*, através do referendo – "a mais democrática das vias" – a vontade da nação francesa transmutou-se em centro de irradiação normativa. Aquele recurso foi utilizado pelo *grand Charles*, não como uma contrafação para reafirmar o querer oficial tornando-o onipotente, porém "como resposta a um imperativo, e um recurso para quem, em momentos de crise, e ao ver impugnadas as suas intenções, deseja certificar-se sobre se está ou não identificado com a vontade da nação to-

mada como um todo", nessa feliz definição do esquecido e também General Antonio de Spínola.

Enquanto a vontade nacional assim expressa o escutou, pelo tempo que o povo francês, compreendendo ou intuindo os seus objetivos o secundou, enquanto a República assegurou-lhe crédito e confiança inabaláveis, não vacilou o firme timoneiro em enfrentar todos os mares, conduzindo a nau da pátria em sua singradura para a grandeza.

Em 27 de abril de 1969, talvez incomodado pela sombra do gigante, ou fatigado pelo esforço de longos anos para permanecer "nos cumes", ou quem sabe, desejoso apenas de fruir a tranquilidade da planície, esse mesmo povo rompeu o contrato famoso negando-se a segui-lo no referendo sobre o Senado e as Regiões, cortando com pequena maioria a grande reforma institucional que se seguiria "rumo à participação", a obra síntese de toda a atuação política do general.

Os capitães das tempestades são mal aceitos nos ventos da bonança. Cumpria-se mais uma vez o vaticínio de Tácito: "A marca dos grandes povos é a ingratidão para com seus grandes homens."

"Eu cesso de exercer as minhas funções de Presidente da República. Esta decisão tem efeito hoje, ao meio-dia."

Um pouco abaixo, a assinatura inclinada: C. de Gaulle.

A epopéia iniciada solitariamente em 18 de junho de 1940 chegara definitivamente a seu termo. O proscênio, vazio, poderia voltar às dimensões comuns. Nele já não cubiam mais titãs.

Perdia o fio a espada que, por trinta anos, fora a honra de um Exército, a esperança de um povo e a grandeza de uma nação.

*Le grand Charles* reencontrava sua solidão. “E ele somente ele como testemunha de sua glória e de sua razão”, do verso de Rimbaud. Regressava definitivamente ao seu verdadeiro reino. A torre hexagonal – forma geográfica da França amada, que mandara construir na velha mansão da Boisserie, por entre carvalhos seculares e em cujos jardins refloria em cores vivas cada nova primavera o seu emblema: uma cruz de Lorena, longa de dez metros. O mesmo local de onde, onze anos antes, atendendo a novo apelo da pátria, saíra para reassumir o governo e salvar, pela segunda vez, o Estado francês *in articulo mortis*.

Dezenove escassos meses após, no anoitecer outonal de 9 de novembro de 1970, treze dias antecedendo o seu 80º aniversário, como um daqueles gigantes da floresta atingido por fulgor dos céus, abatia-se aquele que a premonição do seu único igual – Winston Churchill –, reconhecera como “o homem do destino”. O primeiro dos franceses pertencia agora à História. A França pode ser finalmente unânime em reconhecer-lhe a grandeza.

Homem de outras eras, profeta dos novos tempos, atravessou sua época em diálogo permanente com a posteridade.

Familiar à idéia da morte, aceita como “o jogo divino do herói”, viveu camonea-

namente as suas *obras valerosas*, como se daquela lei fosse liberto, abraçando tarefas e enfrentando missões superiores à temporariedade humana.

Possante e solitário, desprezando todas as doutrinas e respeitando cada opinião, se impôs aos homens e dominou os acontecimentos. Destruíu mitos do determinismo e da irreversibilidade dos ventos da História. Forjou, com a têmpera do seu caráter, o molde dos novos rumos para uma velha nação.

Estrategista pragmático na ação militar e na atuação política, insuperável na arte do aproveitamento das contingências, perlongou a estrada da vida candidamente leal aos ideais de infância, cujos sonhos desconhecem obstáculos e acometem o impossível.

Consciente da sua incontestável primazia dentre seus compatriotas, esse monarca, esse “prodigioso agente de mutação da História”, no dizer de Pouget, arvorou fielmente, durante toda sua longa vida, as insígnias de uma corporação que se dedica sem restrições ao dever, à disciplina e à obediência, para se fazer reconhecer simplesmente por aquilo que sempre e apenas se julgou ser – um soldado, um servidor da França.

Em suas próprias palavras: “Antes de tudo, a salvação da Pátria.”

Charles André Joseph Marie de Gaulle, o Condestável da Cruz de Lorena. O mundo não verá outro igual.



*A Nação que confia em seus direitos em vez de confiar em seus soldados engana-se a si mesma e prepara sua própria queda.*

Ruy Barbosa



# Três reflexões sobre a Guerra do Paraguai

*Francisco Fernando Monteoliva Doratioto\**

**Resumo:** Reflexões sobre as origens e desenvolvimento da Guerra do Paraguai escritas de forma objetiva, evitando simplificações que personifiquem os acontecimentos ou que decorram das paixões nacionais dos contendores. Texto da palestra proferida pelo autor em 20 de agosto de 2002, no auditório do IGHMB.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai, Francisco Solano López, revisionismo.

**N**ão é o caso de repetir informações factuais, que constam em meu livro *Maldita Guerra, nova história da Guerra do Paraguai*, mas, sim, apresentar reflexões sobre alguns aspectos do conflito.

São três os temas escolhidos para essa reflexão: as origens da interpretação revisionista sobre as causas da Guerra do Paraguai; se o conflito era ou não inevitável; e os motivos de sua longa duração.

## **A ORIGEM DA INTERPRETAÇÃO REVISIONISTA SOBRE AS CAUSAS DA GUERRA DO PARAGUAI**

Terminada a Guerra do Paraguai e até fins do século XIX, não se questionava, quer

nos países vencedores, quer no Paraguai, mesmo entre antigos colaboradores de Francisco Solano López, a responsabilidade deste quer pelo desencadear do conflito, quer por sua continuidade inútil, quando já estava caracterizada a derrota paraguaia. Também era praticamente consensual ter sido Solano López um ditador, que governou o Estado como se fosse sua propriedade particular, e que foi o responsável por atos cruéis contra seus subordinados e membros da população civil.

O controle absoluto que Solano López exercia sobre o Paraguai e seu impressionante comportamento durante a guerra repercutiram nas historiografias de vencedores e vencidos. Sem amplo acesso aos arquivos de governos e de personagens da época da guerra, bem como sem os conhecimentos teóricos e metodológicos que o historiador

\* Professor adjunto do curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília e professor no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.



passou a usufruir posteriormente, essas historiografias personalizaram a explicação das causas do conflito na figura de Solano López, deixando em segundo plano o processo histórico que levou à guerra.

No Paraguai, no final do século XIX, a juventude estudantil de Assunção estava cansada da interpretação do passado do país, apresentado como terra de déspotas e desencadeador de uma guerra que lhe foi ruïnosa. Essa juventude buscava romper com o sentimento de inferioridade em relação às outras nações e necessitava de heróis que encarnassem os valores, supostos ou verdadeiros, da nacionalidade paraguaia. A educação liberal oferecia-lhes quase unicamente a denúncia do passado e dos *anti-heróis*, os três ditadores que governaram o país até 1870.

Essas circunstâncias viabilizaram o nascimento do revisionismo da figura de Solano López. Este teve sua imagem transformada para a de herói, suposta vítima da agressão da Tríplice Aliança. Esse revisionismo foi fomentado por Enrique Venancio Solapo López, filho do ditador, interessado em recuperar os bens da família, que haviam sido confiscados por decreto do Governo Provisório paraguaio em 1869. Elevar Solano López à condição de herói facilitaria conseguir a anulação desse decreto e, portanto, recuperar esses bens.<sup>1</sup>

O revisionismo *lopizta* se robusteceu nas décadas seguintes, a ponto de, em 1936,

o Presidente paraguaio, Coronel Rafael Franco, editar decreto tornando Solano López herói nacional. Foi, porém, nas três décadas da ditadura do General Alfredo Stroessner (1954-1989) que o *lopizmo* tornou-se ideologia de Estado, sendo perseguidos aqueles que a questionavam. Afinal, o Partido Colorado fora fundado, em 1887, pelo General Bernardino Caballero, expoente do Exército paraguaio na guerra contra a Tríplice Aliança e homem de confiança de Solano López, herói dos colorados. Stroessner chegou ao poder em 1954 por meio de um golpe de Estado e necessitava do apoio do Partido Colorado. Nesse contexto, Stroessner lançou mão de princípios ideológicos que lhe dessem legitimidade histórica e apoios, apresentando-se como continuador da obra de Caballero e de Solano López. No Paraguai, foi o pensamento de direita e não de esquerda, como ocorreu no Brasil e em outros países, que construiu a figura histórica de Solano López como um herói épico e mártir que morre para salvar sua pátria.

Em nosso país, o revisionismo favorável à figura de Solano López e responsabilizando o Império pela Guerra do Paraguai foi introduzido, já em fins do século XIX, pelos ideólogos do positivismo, inimigos do regime monárquico de governo. Esses ideólogos combateram, em jornais e livros, aqueles que apontavam ser de Solano López a responsabilidade pelo início da guerra.<sup>2</sup>

Foi, porém, na década de 1960 que apareceu uma nova vertente explicativa, apresentando o imperialismo inglês como

1 *Relatório Político sobre o Paraguai (confidencial)*, por Arthur dos Guimarães Bastos, 2º Secretário da Legação em Assunção. Anexo ao ofício 122, Assunção, 05.10.1931. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legações do Brasil – Paraguai – Ofícios Enviados, 201-4-6.

2 COLLOR, Lindolfo. *No Centenário de Solano López*. São Paulo: Melhoramentos, 1926, p. 69.

responsável pela Guerra do Paraguai. Solano López adquiriu, assim, dimensão ainda maior, a de herói anti-imperialista. Por essa interpretação, a guerra resultou, em última análise, do confronto entre uma premeditada estratégia de crescimento auto-sustentado, de parte do Paraguai, e outra, baseada no ingresso de recursos financeiros e tecnológicos estrangeiros, adotada pelo Brasil e Argentina. O historiador paraguaio Ricardo Caballero Aquino, citando textualmente dois expoentes desse revisionismo – o argentino León Pomer e o uruguaio Eduardo Galeano – afirma ser a teoria imperialista a favorita de uma “esquerda populista latino-americana”.<sup>3</sup>

Nos últimos anos, vários historiadores brasileiros e mesmo paraguaios contestaram essa explicação imperialista. Demonstrei no meu livro *Maldita Guerra* que o conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai resultou do próprio processo histórico regional, não tendo havido qualquer interferência britânica para desencadear o conflito. Ao contrário, transcrevo carta conciliadora do representante britânico em Buenos Aires, Thornton, para o Chanceler paraguaio, José Berges, logo após o aprisionamento do vapor *Marquês de Olinda* em Assunção, e do rompimento de relações diplomáticas com o Brasil por parte do Paraguai. Nessa carta, Thornton oferecia seus serviços para evitar uma guerra entre esses dois países.<sup>4</sup>

3 CABALLERO AQUINO, Ricardo. *Abnegación Románica y Estéril* em: CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias, Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1988, v. 1, p. 18.

4 In: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 90.

O Paraguai, ao contrário do que afirmaram os revisionistas no Brasil, não tinha um projeto de *desenvolvimento para dentro*, não era um país industrializado, não constituía uma ameaça comercial à Inglaterra e nem esta tinha interesse vital no algodão paraguaio. O Paraguai era um país agrícola, atrasado, que tentava, sim, se inserir na divisão internacional do trabalho e importava técnicos e máquinas ingleses. Responsabilizar o imperialismo inglês pelo desencadear da guerra vai contra, portanto, à lógica histórica, inclusive porque o Império do Brasil havia rompido relações diplomáticas com a Grã-Bretanha em janeiro de 1863, devido à chamada Questão Christie.

Como explicar, então, que os meios acadêmicos brasileiros tenham anestesiado seu senso crítico e ignorado documentos, aceitando passivamente – quando não respaldando – a explicação imperialista? Penso que o motivo principal está no contexto histórico da época em que essa explicação foi gerada e difundida. As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares, que impuseram restrições às liberdades, inclusive acadêmica. Uma forma de se lutar contra o autoritarismo era minando suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida acrítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal; por denunciar a ação imperialista e por criticar o desempenho dos chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomeu Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e, no Brasil, Caxias e Tamandaré tomaram-se, respectivamente, patronos do Exército e da Marinha. Nota-se,

ainda, nas entrelinhas de trabalhos revisionistas, a construção de certo paralelismo entre Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras *progressistas* no século XIX, isolado e vítima da então potência mais poderosa do planeta, a Grã-Bretanha.

## A GUERRA ERA INEVITÁVEL?

A pergunta pode parecer, em um primeiro momento, redundante. Existe a tendência de se crer que se um determinado fato histórico ocorreu, então ele era inevitável. Não penso assim. Creio que para cada situação histórica existem várias alternativas e cabe ao historiador explicar porque uma delas se impôs às demais, tomando-se História. No caso da crise no Rio da Prata, em 1864, a alternativa da guerra se impôs por um conjunto de fatores.

Do lado brasileiro, o fator mais importante foi a falta de uma diretriz de política externa para a região, por parte do Partido Liberal que retornou ao poder em 1862. Quando na oposição, os liberais haviam criticado a política em relação ao Rio da Prata, implementada desde final da década de 1840, que consistia em garantir as independências do Paraguai e do Uruguai, de modo a evitar a reconstrução, sob a forma de uma república liderada por Buenos Aires, do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Essa república implicaria na nacionalização dos rios Paraná e Paraguai, ameaçando a livre navegação em direção a Mato Grosso, vital para a comunicação entre essa província e o Império. Ademais, uma república

poderosa ao sul poderia ser um exemplo a inspirar movimentos republicanos no Brasil e, ainda, ser uma ameaça potencial sobre a problemática província do Rio Grande do Sul.

Essa postura crítica dos liberais não havia resultado, porém, na elaboração de uma política alternativa para o Prata. Assim, já fragilizado junto à opinião pública brasileira, em decorrência da impotência frente à agressão inglesa na Baía da Guanabara em fins de 1862 – a Questão Christie – o Governo liberal não resistiu à pressão de estancieiros gaúchos para intervir na guerra civil uruguaia. Ao contrário, viu nessa intervenção a oportunidade para recuperar o prestígio interno no Brasil. Partia o Governo liberal da premissa de que o frágil Governo legal uruguaio, sob controle dos *blancos*, não teria condições de resistir às pressões brasileiras em favor dos interesses dos estancieiros gaúchos.

A intervenção brasileira no Uruguai, nessas circunstâncias, rompia com a política anterior. Afinal, a intervenção de 1851, contra Oribe, ocorrera devido à presença de tropas de Rosas em território uruguaio, com o conseqüente risco à independência do Estado Oriental, e não em favor de interesses específicos dos pecuaristas gaúchos. Além disso, a intervenção de 1864, em favor dos *colorados*, também inovava ao ser feita em harmonia com Buenos Aires. Na verdade, na crise uruguaia, bem como nos seus desdobramentos, os liberais brasileiros agiram de forma reativa, improvisada, a reboque dos acontecimentos, enquanto anteriormente a política dos conservadores em relação ao Rio da Prata tinha sido ativa, resultante de avaliação conjuntural e subordinada a objetivos estratégicos definidos.



Tanto no plano político quanto no militar eram errôneas as informações de que dispunham os governantes e chefes militares brasileiros. A representação diplomática brasileira em Assunção sofreu, a partir de 1862, com mudanças frequentes de chefia, comprometendo a obtenção de informações sobre o país. O último Ministro Residente pré-guerra, Cézár Sauvan Viana de Lima, estava no posto há apenas três meses, tendo chegado em fins de agosto de 1864; ele e seus auxiliares eram vigiados pela polícia paraguaia e não tinham acesso à sociedade local.<sup>5</sup> Mesmo impedido de obter informações confiáveis, esse representante enviou informes ao Rio de Janeiro afirmando não haver risco de o Paraguai apoiar concretamente o Governo uruguaio contra o Brasil. Desse modo, não foi levada a sério a ameaça de Solano López de dar esse apoio, implícita na nota entregue à Legação brasileira em 30 de agosto de 1864. Por outro lado, Sauvan Lima informou a Tamandaré, comandante da esquadra que participou da intervenção no Uruguai, que as tropas paraguaias não teriam capacidade de resistir a uma eventual ação militar brasileira. Para o diplomata, bastaria uma força de dez mil homens para derrotar os soldados paraguaios, por serem precariamente armados e treinados, e tomar Assunção.<sup>6</sup>

5 VIANA DE LIMA para Chanceler DIAS VIEIRA, ofício confidencial e reservado, Assunção, 19.09.1864. Arquivo Histórico do Itamaraty, 201-1-10. Documento sem título, outubro/novembro de 1864, com informe detalhado dos movimentos dos membros da Legação brasileira em Assunção. Archivo Nacional de Asunción, *Colección Rio Branco*, documento 2411.

6 VIANA DE LIMA para DIAS VIEIRA, ofício confidencial e reservado, Assunção, 10.10.1864, e VIANA DE LIMA para TAMANDARÉ, ofício confidencial e reservado, Assunção, 13.10.1864. Arquivo Histórico do Itamaraty, 201-1-10.

É difícil imaginar que o Governo imperial tivesse promovido a intervenção militar no Uruguai caso tivesse uma avaliação correta das intenções de Solano López. Também é difícil imaginar que Tamandaré tivesse mantido a postura de intervenção militar direta em favor dos *colorados*. E parece menos provável, ainda, que ele tivesse se oposto à tentativa do diplomata e político conservador José Maria da Silva Paranhos – futuro Visconde do Rio Branco – de buscar, no início de 1865, uma solução negociada, quer para pôr fim à guerra civil, quer para o atendimento das exigências brasileiras.

De parte de Solano López, por sua vez, sua decisão de ir à guerra deu-se sobre falsa premissa. Ele convenceu-se da veracidade dos alertas do Governo do Uruguai de que, na guerra civil neste país, as posições harmoniosas entre o Império brasileiro e a Argentina indicavam que os dois países pretendiam dividir o território do Estado Oriental, anexando-o, e, posteriormente, se voltariam contra o Paraguai. Esses alertas eram infundados e dificilmente Solano López teria nelas acreditado se dispusesse de representantes diplomáticos no Rio da Prata que lhe proporcionassem informações fidedignas. Na região, porém, inexistiam diplomatas ou cônsules paraguaios, havendo apenas um representante comercial em Montevidéu.

Na Argentina, por sua vez, o Presidente Bartolomeu Mitre, a partir do início de 1865, estava informado dos preparativos militares do Paraguai – afinal, o Mato Grosso fora invadido em dezembro do ano anterior – e do risco de um ataque a território argentino.<sup>7</sup> São muito fortes os indícios de que

7 DORATIOTO, Francisco, op. cit., p. 131-132.



Mitre desejava esse ataque, visto como uma oportunidade de ter um pretexto para atacar Solano López, aliado externo da oposição federalista argentina, que resistia à construção do Estado nacional centralizado sob a hegemonia de Buenos Aires. Contudo, também nesse caso, informações equivocadas ocupam posição relevante na definição da política externa por parte dos homens de Estado argentinos. Mitre não tinha informações corretas sobre os efetivos paraguaios e sua preparação militar.

O Governo uruguaio, por seu lado, equivocou-se ao supor que o Paraguai fosse lhe dar socorro de imediato, já em meados de 1864. Somente essa convicção pode explicar o comportamento das autoridades uruguaias de desafiar, simultaneamente, o Império brasileiro e a Argentina. Essa postura robusteceu a decisão do Governo imperial de intervir no Uruguai.

Pode-se concluir, portanto, que, no processo de decisão em todos os países envolvidos na guerra, a baixa qualidade das informações recebidas pelos governos contribuiu para o desencadear da guerra. Os governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível.

Em pelo menos duas ocasiões se pode vislumbrar uma "encruzilhada histórica", quando foi possível aos homens de Estado interpretarem os fatos de uma forma que reduzisse, em lugar de acelerar, a dinâmica que levou à guerra. A primeira foi quando da intervenção militar terrestre brasileira no Uruguai, iniciada em 12 de outubro de 1864.

Solano López não interpretou que o objetivo da intervenção se esgotava na queda do Governo *blanco*, mas, sim, de que era a prova da veracidade das acusações da diplomacia uruguaia de que a Argentina e o Brasil planejavam pôr fim à independência do Uruguai. O território do Uruguai, segundo essa acusação, seria dividido entre esses dois países, os quais, em seguida, se voltariam contra o Paraguai.<sup>8</sup>

A segunda "encruzilhada histórica" foi a assinatura do Protocolo de Paz de Villa Unión. Por esse documento, o presidente uruguaio em exercício, o *blanco* Manuel Herrera y Obes, que estava fortificado em Montevideu, aceitou que o caudilho *colorado* Venâncio Flores assumisse a Presidência da República, pondo fim à guerra civil. O acordo foi obtido graças a José Maria da Silva Paranhos, político do Partido Conservador e que, por ser grande conhecedor dos assuntos do Rio da Prata, foi enviado pelo Governo liberal para o Uruguai. Um ataque à capital poderia ter levado à morte dois mil soldados brasileiros, devido às trincheiras que a defendiam.<sup>9</sup>

O sucesso de Paranhos custou-lhe, porém, sua demissão. A justificativa para tal ato era a de não ter o acordo reparado a honra do Império ultrajada pelo governo *blanco* do Presidente Aguirre, que promoveu a queima, em praça pública, da bandeira brasileira. Paranhos, durante a sua missão, atritara-se com o Contra-Almirante

8 BOX, Pelham Horton. *Los orígenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Buenos Aires: Ediciones Nizza, 1958, p. 186.

9 BOHMANN, J. B., General. *A Campanha do Uruguai (1864-1865)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 294.

Tamandaré, comandante da esquadra brasileira nas costas do Uruguai e defensor de represálias militares contra Aguirre, em substituição à postura negociadora do diplomata. Desgostoso com os acontecimentos, Tamandaré pediu demissão do comando das forças navais do Império no Prata. O chefe de Governo, Conselheiro Furtado, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dias Vieira, propuseram a demissão de Paranhos ao Imperador, argumentando que ela era reclamada pela opinião pública.<sup>10</sup> De fato, o sentimento bélico ganhara dinamismo próprio junto à opinião pública brasileira, fugindo ao controle de seu maior fomentador, o Governo liberal, que utilizava a situação uruguaia para desviar a atenção da opinião pública dos problemas internos brasileiros.

Com a demissão de Paranhos foi eliminada uma saída diplomática para a situação uruguaia. Para o Visconde de Niterói, o convênio de 20 de fevereiro de 1865 era o “prenúncio de um arranjo pacífico em toda a extensão que tanto teria poupado o Brasil e ainda mais o Paraguai”, pois a guerra poderia ter sido “talvez até evitada”.<sup>11</sup>

O pano de fundo desses acontecimentos foi a própria definição e consolidação dos Estados nacionais na região. O Estado nacional argentino centralizado somente foi formalizado em 1862 e a oposição

interna federalista neutralizada, com grande dificuldade, ao ser isolada do apoio externo, de Solano López e dos *blancos* uruguaio, graças à Guerra do Paraguai. O Estado nacional paraguaio, por sua vez, deixou de ser autocrático, tornando-se *liberal*, e teve suas fronteiras definidas com seus dois maiores vizinhos: em 1872, com o Brasil, e em 1876, com a Argentina. No Uruguai, rompeu-se o equilíbrio instável entre *blancos* e *colorados*, em favor destes. O próprio Império do Brasil, que já definira e consolidara o Estado nacional monárquico centralizado na década de 1840, vitorioso na guerra teve reforçado o sentimento de identidade nacional, robusteceu os vínculos com a Província do Mato Grosso e impôs a definição de limites com o Paraguai. A guerra, para os quatro países nela envolvidos, contribuiu, com maior ou menor intensidade, para o fortalecimento da identidade nacional, instrumento de legitimidade dos respectivos Estados nacionais.

## OS MOTIVOS DA LONGA DURAÇÃO DA GUERRA

Também aqui a falta de informação ocupa papel relevante. Refiro-me à ausência de cartas geográficas sobre o Paraguai por parte das forças aliadas. As décadas de isolamento paraguaio em relação ao exterior, até 1840, e, a partir de então, o absoluto controle sobre a sociedade paraguaia por parte dos governos de Carlos Antonio López e de Francisco Solano López, impediram que estrangeiros explorassem o interior do país.

10 RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do. *O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947, Obras do Barão do Rio Branco, v. VII, p. 202, 215.

11 Voto do Visconde de Niterói na Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, 25.12.1873. Arquivo Histórico do Itamaraty, Atas do Conselho de Estado – Seção dos Negócios Estrangeiros, cópia datilografada, p. 303.

Após a guerra, em julho de 1870, o Duque de Caxias, ao defender-se no Senado do Império de críticas a seu comando no Paraguai, argumentou que as ações aliadas eram feitas "às apalpadelas".<sup>12</sup> A falta de mapas, de conhecimento sobre o terreno do teatro de guerra, explicaria em parte, segundo essa defesa, a dificuldade das tropas aliadas iniciarem ofensivas importantes, entre o final de 1866 e o início de 1868.

O conhecimento do terreno é, evidentemente, de vital importância para o planejamento e execução de ações militares. Contudo, meses de combates frente à fortaleza de Humaitá, a captura de prisioneiros e, mesmo, a deserção de soldados paraguaios, permitiam familiaridade suficiente com o terreno para os aliados desencadearem ações ofensivas. Tal desconhecimento não é o motivo principal para explicar a longa duração do conflito, embora tenha sido significativo.

Há, ainda, outros fatores secundários que ajudam a entender a demora na retomada de operações militares após a derrota aliada na batalha de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866. Um deles é a dificuldade do Marquês de Caxias, novo comandante das forças imperiais na guerra, em reorganizá-las frente à carência de homens, material e, ainda, ao moral abalado da tropa, que não chegou a ser totalmente restabelecido. Ao mesmo tempo, o soldado paraguaio lutava com bravura, mesmo após sofrer derrotas, fato reconhecido por todos os testemunhos da época, inclusive dos chefes militares aliados.

É no plano político, porém, que se deve buscar os fatores principais que explicam a longa duração da guerra. Um deles é a partidização dos oficiais do Exército e da Marinha do Império, que pertenciam ou eram simpatizantes de um dos dois partidos da época, o Liberal e o Conservador. Ocorriam disputas e desconfianças entre oficiais brasileiros devido a sua filiação partidária, quer no Brasil, quer no teatro de operações. Nas mudanças de comando, quando o novo chefe pertencia a filiação partidária diferente de seu antecessor, havia, muitas vezes, a troca dos comandantes de unidades menores. A substituição da competência e do preparo militar pelo critério político nessas mudanças comprometeu o desempenho e o estado de ânimo das forças brasileiras. O problema foi minorado com a chegada de Caxias ao Paraguai, em fins de 1866, e a conseqüente unificação, em sua pessoa, do comando das forças brasileiras. Anteriormente, elas tinham sido comandadas, em gritante erro militar, por três oficiais generais de igual patente: Quintanilha Jordão, Tamandaré e o Visconde de Porto Alegre.

Outro fator político, de maior relevância do que o anterior, foi a relação de desconfiança entre os chefes militares brasileiros e seus colegas argentinos. Havia a separá-los décadas de rivalidade entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, herança das disputas entre as metrópoles espanhola e portuguesa no Prata, robustecida pela Guerra da Cisplatina e pela política externa expansionista do ditador argentino Juan Manuel de Rosas. Essa rivalidade tornou-se, para utilizar um conceito historiográfico,

<sup>12</sup> CAXIAS, Sessão do Senado de 15.07.1870. *Anais do Senado*, 1870, v. II, p. 100.



uma verdadeira “força profunda”,<sup>13</sup> coletiva e durável, das sociedades argentina e brasileira.

Eram poucos, no Brasil e na Argentina, os defensores da aliança estratégica entre os dois países que substituísse, permanentemente, as relações de rivalidade pelas de cooperação. Entre esses poucos encontravam-se o Presidente Bartolomeu Mitre, comandante-em-chefe das forças aliadas até o início de 1868, e Rufino de Elizalde, chanceler argentino. Do lado brasileiro, entre os que pensavam nessa relação estratégica, destacavam-se Francisco Octaviano de Almeida Rosa, que assinou o Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865, e José Antônio Saraiva, ex-enviado especial ao Prata no início da intervenção brasileira na guerra civil uruguaia.

A maioria dos políticos e chefes militares brasileiros encarava como tática a aliança com a Argentina e pensava que, finda a guerra, os dois países voltariam à rivalidade e poderiam, mesmo, chegar à guerra entre si. Essa era a opinião de chefes militares brasileiros como o Visconde de Porto Alegre, de Tamandaré, de seu substituto no comando da esquadra no Paraguai, José Ignacio, e do próprio Caxias. Tamandaré tinha como elemento adicional a explicar sua aversão aos argentinos, bem como sua resistência em aceitar o comando de Mitre, o fato de ter lutado contra Buenos Aires na Guerra da Cisplatina.

Também Caxias desconfiava da insistência do presidente argentino para que a esquadra forçasse a passagem de Humaitá.

Essa insistência decorria do plano de Mitre de, em lugar de promover um ataque frontal contra a fortaleza, sitiá-la por água, por meio da passagem da esquadra, e por terra, mediante uma marcha por seu flanco esquerdo do Exército aliado, até alcançar o Rio Paraguai acima dessa posição. Devido à posição privilegiada de Humaitá e suas dezenas de canhões, Caxias estava convencido de que Mitre, ao propor tal plano, “tem pensamento oculto e maléfico contra o Império”. A força naval brasileira, argumentava com razão Caxias, era instrumento de exercício de poder do Império no Rio da Prata e sua destruição, durante a guerra contra o Paraguai, seria motivo de regozijo em Buenos Aires.<sup>14</sup> De fato, a defesa dos interesses do Império no Prata estava umbilicalmente ligada a uma Marinha de Guerra forte, a qual viabilizava as intervenções na área, transportando e desembarcando tropas e promovendo bloqueios.

A premissa de Caxias sobre a importância do poder naval brasileiro era verdadeira, mas errava ao ver em Mitre outras intenções que não a de anular Humaitá. Mostrava-se contraproducente a sinceridade e a lógica militar de Mitre, ao escrever a Caxias que valeria a pena perder até dois terços dos encouraçados e, mesmo, toda a esquadra, no cumprimento do principal objetivo dessa força, que era a de anular Humaitá.<sup>15</sup> A realidade é que Mitre tinha um projeto estratégico de cooperação entre a Argentina e o Brasil para o pós-guerra, e

13 DUROSELLE, Jean Baptista. *Tout Empire Péira*. Paris: Armand Collin, 1992, p. 223.

14 CAXIAS para o Ministro da Guerra, ofício reservado, Tuiú-Cuê, 11.09.1867. Arquivo Nacional, *Guerra do Paraguai*, caixa 811, pacote 1.

15 Em ROTTJER, Enrique I, Coronel. *Mitre Militar*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1937, p. 203-204.

seus planos políticos e militares não eram orientados pela desconfiança em relação ao aliado brasileiro. Na guerra e depois dela, Mitre permaneceu um leal defensor das boas relações de seu país com o Brasil.<sup>16</sup> O mesmo não ocorria, porém, com os principais chefes militares e políticos do Império, que fizeram suas carreiras com a convicção de ser inevitável um conflito armado contra os argentinos. Essa convicção se tornou arraigada entre esses chefes, influenciando suas decisões em alguns momentos da guerra, especialmente ao evitar ações da esquadra contra Humaitá entre 1866 e início de 1868.

## COMENTÁRIOS FINAIS

A Guerra do Paraguai foi um marco no processo histórico dos países nela envolvidos. Ádua é a tarefa de compreender suas origens e desenvolvimento de forma objetiva, evitando explicações simplistas que personificam os acontecimentos ou, ainda, que decorrem das paixões nacionais. A melhor forma de o historiador reduzir ao máximo a subjetividade dessa análise é o respeito à metodologia histórica e a pesquisa em arquivos, quer na busca de documentação inédita, quer para reler documentos já manuseados por outros estudiosos. Em ambos os casos, bem como na leitura de memórias dos personagens históricos, cabe ao historiador confrontar a documentação, compará-la, analisar sua lógica interna e sua relação com o contexto em que foi gerada,

permanecendo atento para contradições, dubiedades e silêncios.


A pesquisa histórica deve ser norteadada pelo princípio ético do respeito às vozes do passado, buscando explicar às gerações atuais o contexto em que foram geradas e os valores que carregavam. Outro princípio que deve estar presente no trabalho do historiador é o da humildade, devendo considerar, sempre, que seu trabalho não é A verdade final sobre determinado assunto, mas sim UMA verdade. Afinal, a descoberta de documentos inéditos ou novas abordagens teóricas podem levar ao aperfeiçoamento das verdades conhecidas ou, então, à sua superação.

No livro *Maldita Guerra* e neste ensaio estão presentes esses dois princípios. Foi minha preocupação apresentar o sacrifício e a dedicação dos personagens anônimos, soldados ou civis, independente de sua nacionalidade. Foi minha preocupação explicar as origens e a dinâmica da guerra a partir de sólida base documental, incorporando os avanços metodológicos e teóricos. O resultado desse trabalho, dos muitos anos de pesquisa, está exposto, sem censura, sem omitir informações que considere relevantes, no meu livro. Essa é a minha verdade, é uma verdade que pode, claro, vir a ser superada. Contudo, qualquer contestação que venha a ser feita terá que também basear-se em base documental, sob pena de ser mais uma abordagem ideológica de um tema que, por tantas vezes, foi vítima de paixões e subjetividades, ofendendo os mortos e desrespeitando os vivos.



<sup>16</sup> Para maiores detalhes ver DORATIOTO, Francisco. O fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina, em *Revista Múltipla*. Brasília: Faculdades Integradas UPIS, v. 4, n. 6, jul. 1999, p. 21-40.





# A Batalha de Tuiuti

*Aureliano Pinto de Moura\**

**Resumo:** Texto da palestra proferida em 26 de novembro de 2002, no auditório do IGHMB, relata em detalhe a maior batalha campal travada na América do Sul.

**Palavras-chave:** Guerra da Tríplice Aliança, Osório, Solano López.

## OS ANTECEDENTES

O Exército aliado iniciou transposição do Rio Paraná às 2 horas da manhã do dia 16 de abril de 1866, sob o comando de Osório. As embarcações desceram até a confluência do Rio Paraguai, desembarcando em sua margem esquerda, nos fundos do potrero de Itapiru.

Ao desembarque houve alguma resistência paraguaia, mas, graças ao fogo da artilharia naval brasileira, o inimigo retraiu para Itapiru.

No dia 18, pela manhã, as tropas aliadas avançaram até Itapiru que, no dia anterior, havia sido abandonada pelos paraguaios. Após pequena resistência de remanescentes paraguaios, Itapiru foi ocupa-

da pelos brasileiros. O inimigo retraiu para Passo da Pátria.

No dia seguinte, a esquadra brasileira bombardeou Passo da Pátria, então quartel-general de Solano López. No local, 45 mil paraguaios esperavam as suas ordens. Solano López, então, ordenou o retraimento para uma nova linha defensiva, em Estero Bellaco. Passo da Pátria foi incendiada pelos paraguaios.

## A SURPRESA DE ESTERO BELLACO

Em 2 de maio, os paraguaios ocupavam posição em Estero Bellaco, procurando surpreender a vanguarda comandada por Venâncio Flores.

A vanguarda aliada, disposta na margem sul do Estero Bellaco, era constituída por 3.500 uruguaios, reforçada por infantaria,

\* General-de-Divisão Médico. Sócio titular do IGHMB.

cavalaria e artilharia brasileiras. Venâncio Flores, por segurança, realizou um reconhecimento sem nada encontrar de anormal.

Próximo ao meio-dia, a tropa aliada sofreu um inesperado ataque inimigo que a obrigou a abandonar a posição, retraindo até onde se encontrava o grosso do seu exército.

O combate cresceu, levando à intervenção da 6ª Divisão, comandada pelo General Vitorino, para fazer frente aos reforços paraguaios que chegavam.

Graças à intervenção de Osório, após três horas de combate a tropa aliada obrigou os paraguaios a retraírem para suas antigas posições.

Na perseguição ao inimigo, as tropas brasileiras depararam com um extenso campo, não muito longe da Lagoa Tuiuti, onde a artilharia paraguaia desdobrava-se em uma elevação de três quilômetros de largura. Era a chamada Linha Roja. Analisando os acontecimentos, logo os aliados perceberam que a retirada paraguaia obedecia a um plano estratégico.

Os aliados ainda não haviam conseguido carrear todos os seus meios para Passo da Pátria. Faltava alimento, o transporte era deficiente, a cavalaria e os muires definhavam.

Em Estero Bellaco não foi mantido o contato com o inimigo. O terreno era muito difícil para as ações da cavalaria e a tropa estava desgastada, o que levou Osório a mandar desmontar parte da cavalaria em benefício do restante da tropa.

Somente no dia 20 de maio a tropa aliada cerrou à frente, até Tuiuti.

## O PROSSEGUIMENTO

Ao amanhecer do dia 20 de maio, o Exército aliado iniciou o seu deslocamento para o norte, seguindo a estrada que levava a Humaitá. Procurou passar o Estero Bellaco, enquanto a esquadra brasileira penetrava pelo Rio Paraguai, conforme o planejado.

A vanguarda de Venâncio Flores foi constituída por dois batalhões de infantaria orientais, o Regimento San Martin e a 6ª Divisão de Infantaria brasileira, mais artilharia.

Diante do perigo iminente, Venâncio Flores posicionou uma bateria de artilharia brasileira ao sul de Passo Sidra, visando apoiar a passagem da tropa, e ordenou o ataque à posição inimiga. A resistência paraguaia foi pequena, permitindo o avanço aliado.

No mesmo dia em que os aliados chegaram em Tuiuti, Solano López transferiu-se para Passo Pucú, a seis quilômetros, ao norte da linha do Sauce, onde permaneceu por dois anos.

Nos passos, os paraguaios mantinham-se em posição, procurando oferecer uma resistência aos aliados e, em seguida, retraírem, mediante ordem.

Precedido de um violento bombardeio de artilharia, o Exército aliado prosseguiu em direção ao inimigo até fazer o contato e entrar em combate. O esforço principal foi realizado no Passo Sidra, onde pareceu ser mais frágil a defesa, o que favorecia o flanco. Enquanto isso, a cavalaria argentina, sob o comando do General Hornos, atravessou o estero em Passo Carretas, com exceção do Regimento San Martin.

A defesa paraguaia procurou deter o avanço aliado, enquanto possível. Logo foi



levada a retrair para o norte do Passo Rojas. "As peças de artilharia foram retiradas ao galope."

Ao chegar em Tuiuti, a tropa aliada acampou. O terreno da região não era favorável para uma ação ofensiva e as tropas de Solano López barravam o caminho para Humaitá com uma linha de trincheiras, ao norte do Estero Rojas. O desconhecimento da região deixou o Exército aliado em uma situação difícil. As trincheiras paraguaias do Sauce tinham cerca de 1.600 metros e estavam fortemente organizadas.

O acampamento aliado ficou sobre um terreno arenoso entre o Estero Bellaco (ao sul) e o Rojas (ao norte), e ao sul da Lagoa Tuiuti. A oeste havia a mata do Sauce e a leste um terreno coberto por um coqueiral de iataís. À frente da posição, após um campo de 900 a 1.600 metros, um mato denso, linear, no sentido leste-oeste.

Em posição central no acampamento aliado, havia uma elevação de pequenas colinas, paralela à linha de defesa, local onde o General Osório instalou o seu quartel-general.

Em 20 de maio, todo o Exército aliado estava em Tuiuti, enquanto Solano López encontrava-se em Passo Pucú, bem distante.

Após desdobrar-se, o Exército aliado recebeu ordem para, aproveitando o terreno, adotar uma posição defensiva, escalonada, em linhas sucessivas, devendo abandonar Passo da Pátria. Neste espaço de tempo, Solano López aproveitou para fortificar o terreno e barrar as sendas de penetração, ignoradas pelos aliados.

Em 21 de maio, pela primeira vez, os dois exércitos encontravam-se frente a frente, permitindo a observação direta do campo adversário.

A direita paraguaia apoiava-se em um bosque denso que se prolongava até encontrar o carriçal do Potrero Sauce. Este possuía apenas uma abertura estreita, aberta para o Boqueirão do Sauce, em frente ao acampamento aliado, defendido por uma pequena trincheira artilhada.

Neste mesmo dia, 21 de maio, foram construídas pequenas trincheiras. Algumas com 1,80m de profundidade. "Os aliados, para atacar de frente os paraguaios, deviam atravessar dois passos igualmente profundos e ficarem expostos durante toda a passagem a um fogo tremendo." (G. Thompson) Para Centurión, a posição paraguaia "(...) era bastante respeitável, tanto assim que não era acessível a nenhum movimento envolvente por nenhum lado." Ali estavam 25 mil paraguaios, mais outros 10 mil acampados em Humaitá, prontos para intervir.

Solano López achava-se em seu quartel-general em Passo Pucú, "(...) em uma elevação situada do outro lado do passo de um estero, onde cruzava o caminho para Humaitá, e a 5km da linha do Sauce. Ocupou uma casa coberta de palha rodeada por um laranjal de formato quadrado" (E. Cardozo). Próximo, foram construídas outras destinadas a sua família e ao seu estado-maior. Uma linha telegráfica foi construída ligando o quartel-general a Humaitá e a Assunção, bem como aos principais comandantes.

O Exército aliado (45 mil homens) desdobrado em Tuiuti, às vistas das posições



paraguaias, formava "(...) uma espécie de ângulo esférico: seu vértice, dirigido até a principal posição paraguaia, era ocupado pelas tropas orientais e brasileiras, da vanguarda, tendo como núcleo central um grupamento de 24 peças raiadas. Na ala direita colocaram-se as forças argentinas, em duas linhas, cobertas em sua ala exterior pela cavalaria. Sobre a ala esquerda, em quatro escalões próximo à retaguarda, situaram-se as tropas brasileiras. (E. Cardozo)

Em 22 de maio, os aliados avançaram para o norte, realizando um reconhecimento às posições paraguaias. Em consequência, decidiram que deveriam aproximar-se ainda mais da linha inimiga. Era preciso conhecer melhor as fortificações e a posição inimiga.

Na manhã do dia seguinte, Venâncio Flores realizou reconhecimento no flanco direito paraguaio. A tarde, um novo reconhecimento foi realizado, dando a perceber que a posição paraguaia estava muito bem organizada. Ficou decidido, então, um reconhecimento em força no dia 24 de maio.

## FORÇAS EM PRESENÇA

Reunido o Conselho de Guerra aliado, resolveu-se atacar em 25 de maio. Tentariam uma penetração para romper as linhas inimigas. Daí a necessidade de um novo reconhecimento no dia 24.

Em 22 de maio, porém, Solano López já havia decidido mudar o seu plano de operações. Passaria à ofensiva, empregando o grosso da sua tropa de cavalaria e infantaria. Realizaria um ataque frontal ao centro do acampamento aliado, em Tuiuti,

e um duplo envolvimento. Buscava a batalha decisiva.

O seu plano anterior consistia em esperar os aliados em sua posição, em Estero Rojas, e atacá-los pela retaguarda. No seu entender, seus soldados só iriam ser notados quando já estivessem na retaguarda aliada.

A razão da mudança, segundo George Thompson, foi saber que Bartolomeu Mitre atacaria no dia 25 de maio. Logo, deveria antecipar-se tomando a iniciativa do combate antes que os aliados concluíssem a fortificação da posição, antes que o 2º Corpo de Exército brasileiro (General Porto Alegre) transpusesse o Rio Paraná e antes que a esquadra brasileira passasse Humaitá.

Solano López contava, naquele momento, com cerca de 34 mil homens. Destes, apenas 25 mil chegaram a participar do combate. (E. Cardozo)

A sua linha de defesa era encoberta por matas que iam até Potrero Piris. Por detrás dessas matas, na noite de 23 para 24 de maio, Solano López organizou suas forças em três colunas:

- A 1ª Coluna (General Barrios), com 7.000 infantes e 1.200 cavalarianos, constituía a ala direita;
- A 2ª Coluna (Coronel José Díaz), com 3.700 infantes e 1.200 cavalarianos, auxiliado pelo Major Hilário Marcó, com 3.000 infantes e 1.200 cavalarianos, posicionou-se ao centro; e
- A 3ª Coluna (General Resquin) constituiu a ala esquerda, com 1.500 infantes e 4.800 cavalarianos.

Eram cerca de 25 mil homens, número inferior aos 32 mil homens dos aliados. Em reserva, cerca de 7 mil homens (Coronel Bugrez), que nunca chegaram a ser empregados.

Comandava a tropa aliada o General Bartolomeu Mitre, tendo o General Manuel Luís Osório no comando brasileiro.

As tropas brasileiras estavam constituídas por quatro divisões de infantaria (Argolo, Sampaio, Guilherme e Vitorino), duas divisões de cavalaria (J. L. Mena Barreto e Tristão Pinto), a brigada do General Neto e duas brigadas de artilharia (Gurjão e Gomes Freitas), que contavam com trinta canhões *La Hitte*.

As tropas argentinas eram constituídas por dois corpos (Paunero e Emílio Mitre), a quatro divisões de infantaria, um regimento de cavalaria e uma brigada de artilharia, contando com um total de 37 canhões. Na vanguarda, duas brigadas de cavalaria, sob o comando do General Hornos. Eram ao todo 9.600 homens.

Os orientais, do General Venâncio Flores, eram 1.360 homens.

As tropas aliadas tinham um efetivo de aproximadamente 32 mil homens e cerca de 150 canhões.

## O DESDOBRAMENTO

### *Os aliados*

O Exército aliado desdobrou-se no terreno em três escalões, deixando desguarnecido o Potrero Piris, apesar dos protestos do General Argolo. À esquerda os brasileiros e à direita os argentinos.

### *No 1º Escalão*

A 3ª Divisão de Infantaria (Sampaio), com cinco batalhões de infantaria e três de voluntários; a 6ª Divisão de Infantaria (Vitorino), com três batalhões de infantaria e oito de voluntários; e 1ª e 3ª Batalhões de Artilharia a Pé.

O 1º Corpo argentino (Paunero), com quatro divisões e um piquete de cavalaria provincial. A 2ª Brigada de Cavalaria (Hornos) constituía a vanguarda argentina.

O Escalão contou, ainda, com o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo (Mallet), dois regimentos de cavalaria, em reserva, e uma pequena tropa uruguaia.

### *No 2º Escalão:*

Mais ao sul, estavam os 1º e o 3º Batalhão de Artilharia a Pé; a 1ª Divisão (Argolo), com três batalhões de infantaria e seis de voluntários; a 4ª Divisão (Guilherme), com três batalhões de infantaria e cinco de voluntários; e mais a 19ª Brigada Auxiliar, menos o 1º Batalhão de Engenheiros.

O 2º Corpo argentino (Emílio Mitre), com quatro divisões; o 2º Regimento de Artilharia; três regimentos de cavalaria e mais a Legião Paraguaia, em reserva;

### *No 3º Escalão:*

As 2ª e 5ª Divisões de Cavalaria (Mena Barreto e Tristão Pinto), e os 7º e 24º de Voluntários;

Ao sul do Estero Bellaco, a Brigada Leveira (Neto), com quatro corpos de cavalaria de Voluntários, fazia a proteção dos trens.

À frente do 1º Escalão, desdobrava-se à vanguarda aliada (Venâncio Flores). À sua direita, batalhões de infantaria brasileiros,

da 12ª Brigada; dois batalhões de infantaria uruguaiois; e mais o 1º Regimento de Artilharia a Cavalos (Mallet). À esquerda de Mallet, a artilharia uruguaia, protegida pela infantaria oriental.

Ao entrar em posição, o Tenente-Coronel Mallet, "(...) recomendou que, a partir daquela noite, se abrisse em toda a frente um largo e profundo fosso, o que se faria em silêncio e sem estrépito". As terras seriam espalhadas de tal forma que não formassem parapeitos (T. Fragoso). O 1º Batalhão de Engenheiros, na mesma noite, iniciou a abertura das trincheiras, que no dia seguinte estavam concluídas.

Os canhões entraram em posição a uma distância de 900 a 1.600 metros da linha paraguaia do Estero Rojas. Os animais foram levados para o Passo da Pátria. Todos os canhões eram raiados.

O desdobramento aliado formou uma linha constituída pela vanguarda, o grosso das forças brasileiras e a tropa argentina, à direita. Formou um ângulo quase reto, frente às posições paraguaias.

O posto de comando do General Osório, em uma pequena elevação, permitia uma visão geral do terreno à sua frente, assim como das tropas à sua retaguarda.

O Exército aliado estava em atividade de faxina, na manhã do dia 24 de maio, um tanto despreocupado. Carneavam o gado e pastoreavam os cavalos, sob a proteção de dois batalhões de infantaria, no Potrero Piris. A munição ainda vinha sendo trazida de Estero Bellaco. Ao meio dia estava previsto o "pega cavalo". Nesta manhã chegou a notícia de que o Osório recebera o título de Barão de Herval.

A região estava em silêncio e o sol brilhava. Não havia sinais do inimigo e o General Emílio Mitre já estava montado, preparando-se para mais um reconhecimento. A soldadesca limpava o seu armamento.

## OS PARAGUAIOS

No dia 22 de maio, Solano López decidiu-se por um ataque de aniquilamento na manhã de 24 de maio. Empregaria somente a cavalaria e a infantaria. Para alguns, esta mudança de planos teria sido sugerida pelo Coronel Wisner de Mongerstein; para outros, ao contrário, este oficial teria aconselhado Solano López a não atacar em inferioridade numérica de efetivos.

Na véspera do ataque, Solano López percorreu as linhas paraguaias e dirigiu-se à tropa procurando dar coragem e determinação aos seus comandados. À noite, em Passo Pucú, Solano López reuniu os seus comandantes e os instruiu, com o objetivo e a determinação de destruir o Exército aliado.

Decidido a atacar no dia 24, Solano López organizou as suas forças estacionadas em Passo Pucú em três colunas. Atacariam simultaneamente pelo centro, pelos flancos e também pela retaguarda.

A 1ª Coluna (ala direita), comandada pelo General Barrios, contava com dez batalhões de infantaria, dois regimentos de cavalaria (8.700 homens) e quatro obuses. Deveria progredir pelo Sauce até o Potrero Piris e atacar o flanco esquerdo aliado, caindo sobre a sua retaguarda.

A 2ª Coluna (centro), do Coronel José Díaz, contava com cinco batalhões de in-



fantaria e dois regimentos de cavalaria (4.950 homens), mais as tropas de Hilário Marcó, com quatro batalhões de infantaria e dois regimentos de cavalaria (4.200 homens). A coluna deveria realizar um ataque frontal ao grosso aliado.

A 3ª Coluna (ala esquerda), comandada pelo General Resquin, contava com oito regimentos de cavalaria e dois batalhões de infantaria (5.300), devendo realizar o esforço principal. Tinha como objetivo a tropa argentina, no flanco direito aliado. Resquin reuniu as suas tropas em Yataity Corá e, na hora assinalada, deveria realizar um movimento envolvente, até encontrar-se com as tropas do General Barrios, na retaguarda aliada.

O ataque foi marcado para as 9 horas da manhã do dia 24, procurando surpreender os aliados. Deveriam agir com rapidez e agressividade, tão logo fossem lançados os foguetes previstos pelo General Barrios. Seria o sinal de que tudo estava pronto para o desembocar do ataque, que seria desencadeado após um disparo de canhão disparado pela artilharia de Bugrez.

Solano López permaneceu na retaguarda durante todo o combate, em uma posição central, afastado da linha de frente, com uma escolta do Regimento Acá Carayá e outra de infantaria leve, para observar o desembocar do ataque do seu posto de observação. Teoricamente, foi o comandante das operações.

## A BATALHA

Às 11h55min, Barrios ordenou o disparo de um foguete à Congrève. Era o sinal

previsto de que estava pronto para o ataque. Não foi possível, para Barrios, cumprir o horário pré-determinado por Solano López (9h30min). As dificuldades enfrentadas para transpor o estero e vencer a mata foram o motivo do retardo para o sinal combinado. Os seus soldados foram obrigados a marchar em fila indiana, enfrentando os estreitos caminhos e os esteros.

Como resposta ao foguete, troou o canhão de Bugrez sinalizando o início do ataque. Ouvido o disparo no campo aliado, o corneteiro do quartel-general foi mandado tocar "sentido" e "chamada ligeira". "Todos correm aos seus postos" (General Cunha Matos). Instantes após o disparo do canhão de Bugrez, da vegetação em frente ao flanco direito paraguaio começaram a surgir os primeiros homens do Coronel José Díaz.

O Major Hilário Marcó, com seus batalhões a baioneta e os regimentos de cavalaria de sabre na mão, sem disparar um só tiro, precipitou-se sobre a vanguarda aliada. Os paraguaios levaram de vencida os piquetes da cavalaria uruguaia, que nem sequer conseguiram entrar em forma. O mesmo ocorreu com o Batalhão Independência e o Libertad. O 41º Batalhão de Voluntários, não conseguindo deter o inimigo, retraiu sobre a artilharia uruguaia. A cavalaria paraguaia chegou até a boca dos canhões "(...) procurando apagar o seu fogo a machadadas (...)" mas a infantaria brasileira veio em socorro e obrigou-os a retrair.

Rearticulando-se, a cavalaria de Marcó voltou ao ataque. Em determinado momento, foi levada a mudar de direção, dando uma guinada para a esquerda. Ao se aproximar das posições do 1º Regimento de

Artilharia a Cavalo, foi destroçada pelo fogo. "Foi um alívio (...) estávamos preparados para repelir o assalto", disse o General Cunha Matos.

As primeiras cargas desencadeadas pelas tropas de Marcó terminaram no fosso intransponível mandado cavar por Mallet. O mesmo ocorreu com as cargas subsequentes. "Por aqui não entram", bradou Mallet com toda ênfase. O que restou dos esquadrões paraguaios escoou em direção a Yataity Corá.

Antes de atacar o flanco esquerdo aliado, o Coronel José Díaz foi obrigado a cruzar um extenso estero, sob forte fogo aliado. Ultrapassado o obstáculo, reorganizou as suas tropas e desencadeou o ataque. Conseguiu fazer a vanguarda aliada retrair e prosseguiu avançando, procurando contornar e romper as linhas aliadas. Do matagal, continuavam surgindo mais e mais soldados paraguaios.

Atento ao perigo, Osório lançou a 3ª Divisão de Infantaria. Esta contra-atacou, procurando barrar o avanço paraguaio. À testa seguia a 7ª Brigada, reforçada pelo 4º Batalhão de Voluntários. Ao mesmo tempo, foi ordenado aos 4º e 6º Batalhões de Infantaria defender a artilharia uruguaia, ameaçada. Foi durante este ataque da 3ª Divisão de Infantaria que tombou, mortalmente ferido, o Coronel Antônio Sampaio. Com a sua morte, assumiu o comando da Divisão o Coronel Jacinto Machado Bittencourt, então comandante da 7ª Brigada de Infantaria.

A grave situação no flanco esquerdo aliado chamou a atenção do General Osório. No mesmo instante, ordenou à 10ª Brigada, com cinco batalhões de voluntários,

mais o 13º Batalhão de Infantaria, contra-atacar para impedir a penetração inimiga no interior da posição. Atrás da 7ª Brigada, Osório ordenou que a 11ª Brigada, do General Guilherme, atacasse uma coluna paraguaia que surgiu do interior da mata. Essa brigada, mais a tropa uruguaia ali presente, fez o inimigo retroceder, fechando a brecha que havia sido aberta.

No mesmo momento em que as 3ª e 4ª Divisões de Infantaria contra-atacavam sobre as tropas do Coronel Díaz, a 6ª Divisão, do General Vitorino, engajou no combate à direita e à esquerda das posições do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo. Concomitantemente, a 14ª Brigada empenhava-se à esquerda de Mallet e as outras duas, a 12ª e a 18ª, lutavam à sua direita. Na retaguarda da 12ª, mantinha-se o 38º Batalhão de Voluntários.

Durante o combate, o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo foi reforçado por duas baterias do 3º Batalhão de Artilharia à Pé, por ordem de Vitorino.

Toda a artilharia brasileira, sob o comando do General Gurjão, constituía o centro de resistência da linha de defesa aliada, permitindo que a posição da tropa aliada fosse mantida.

Os aliados, levados pelo estímulo e exemplo de Osório e de Venâncio Flores, levaram de roldão tropas paraguaias, impedindo que elas rompessem as suas linhas.

Na frente, a linha de defesa foi restabelecida e os contra-ataques das divisões brasileiras levaram os paraguaios a retrair. Restava, porém, todo o flanco esquerdo da posição aliada, que era uma preocupação para Osório. Ficava vulnerável.

Coube ao General Barrios conduzir o ataque a esse flanco. Deveria romper a defesa brasileira partindo do Potrero Piris e procurar fazer junção com as tropas do General Resquin, na retaguarda aliada. Coisa que não conseguiu. O General Barrios entrou em combate com três horas de atraso, quando "(...) a batalha ao centro e nos flancos estava praticamente decidida". (E. Cardozo)

As tropas do General Barrios penetraram em massa no Potrero Piris. O vigor do ataque levou as tropas brasileiras a retrain até as antigas trincheiras paraguaias de Estero Bellaco. A infantaria paraguaia foi se infiltrando pela mata, procurando conquistar terreno.

Previdente, o General Osório ordenou a várias unidades que convergissem sobre a posição ameaçada. Entregou o comando dessas tropas ao General Mena Barreto, comandante da 2ª Divisão de Cavalaria, que combatia a pé.

Os soldados paraguaios continuavam a surgir, vindo de dentro da mata, através dos dois boqueirões, as únicas passagens que permitiam chegar até o Potrero Piris, um no sentido leste-oeste e o outro no norte-sul. Este último levava até Passo Sibra, diretamente na retaguarda aliada, abrindo caminho até Passo da Pátria, através do Estero Bellaco.

A maioria das tropas paraguaias procurou atravessar por esse boqueirão, tentando atingir a retaguarda aliada.

Estiveram empenhadas, defendendo esse flanco, várias unidades brasileiras que, agindo diretamente sobre o flanco esquerdo de Barrios, levaram-no a retrain. José

Luís Mena Barreto, depois de conseguir recalcar o inimigo, procurou um lugar conveniente para cortar a ação de uma outra tropa inimiga que, no momento, atacava a infantaria brasileira. Nesse instante, o General Mena Barreto recebeu ordens de Osório para defender a 19ª Brigada, do Coronel Gomes de Freitas.

A Brigada Ligeira, do General Neto, posicionou-se no Potrero Piris dando pasto aos animais, juntamente com os 1º e 24º Batalhão de Voluntários e mais dois batalhões de infantaria da 13ª Brigada.

O ataque de Resquin ao flanco direito aliado foi organizado em duas colunas. A primeira, com os seus regimentos de cavalaria, atacou o flanco esquerdo argentino, visando à cavalaria, que foi levada a retrain, procurando um melhor posicionamento no Estero Bellaco. O 1º Corpo, do General Paunero, após intenso combate, conseguiu deter o ataque de Resquin, tendo a artilharia argentina infligido grandes perdas aos paraguaios. Esta operação contou com o reforço de um batalhão de infantaria brasileiro.

O 2º Corpo, do General Emílio Mitre, procurou proteger o flanco direito aliado e ainda teve de reforçar a 12ª Brigada, na vanguarda, comandada pelo General Hornos. A vanguarda havia sido atacada pelas tropas de Resquin.

A tropa argentina, vigorosamente atacada pela cavalaria paraguaia, em particular a sua artilharia, foi socorrida pela 8ª Brigada de Infantaria brasileira, sob o comando pessoal de Osório. Ao retrain, as tropas argentinas do General Hornos foram parar em Passo de Pátria, causando pânico



co. Emilio Mitre, com o apoio brasileiro, conseguiu fazer retrair as tropas de Resquin. (Sena Madureira)

Durante o confronto com as tropas argentinas, Resquin conseguiu apoderar-se de 34 peças da artilharia comandada pelo Coronel Maldones, quando do retraimento inicial. Diante do sucesso, Resquin pediu a Solano López que mandasse, urgente, tropa de artilharia para assumir os canhões. Para surpresa sua, Solano López, ao invés de mandar os homens solicitados, ordenou a sua retirada para Passo Pucú. (F. I. Resquin) Em realidade, além de Resquin ressentir-se do apoio de infantaria, o restante das suas tropas já havia sido destroçado.

De todo o dispositivo paraguaio, o único que conseguiu chegar à retaguarda aliada foi Olabarrieta, com a sua cavalaria. Contornou o flanco direito aliado, passou pela retaguarda argentina, chegando até a retaguarda brasileira, onde Barrios e Resquin deveriam ter chegado. Durante todo o trajeto, Olabarrieta foi alvo de intenso tiroteio. Em lá chegando e não vendo sinal das tropas de Vicente Barrios, retornou pelo mesmo caminho, tendo o seu efetivo quase todo aniquilado.

Durante o início da batalha, Solano López estava em seu quartel-general, em Passo Pucú, de onde logo saiu para posicionar-se em um bosque, entre Passo Fernandez e Passo Rojas, a cinco milhas de distância. Aí permaneceu, recebendo as informações do desenrolar do combate, até determinar a retirada, no final da tarde, às 17h30min. Em seguida, retirou-se para Passo Gómez, na casa de Bugrez, onde foi se reunir com Barrios, Díaz e Resquin para avaliar o resultado da batalha.

Segundo Thompson e Sena Madureira, Solano López não teria observação direta do campo de batalha. Nem com "(...) telescópio".

Causou espécie que, em momento algum, Solano López procurasse empregar a sua reserva de sete mil homens estacionados em Passo Pucú, sob o comando de Bugrez.

## O DIA SEGUINTE

"No dia seguinte ao combate, o Exército aliado ocupou-se em fazer fuzilar e degolar os nossos desgraçados prisioneiros de guerra, que haviam ficado feridos no campo de batalha." (F. I. Resquin) Esta afirmativa somente se acha registrada no livro de Resquin, a despeito de toda a extensa bibliografia consultada.

Em 25 de maio, o *Boletín de Campaña* nº 6, da *Imprenta Del Ejército*, em Passo Pucú, tem como cabeçalho: *Las heroicas huestes de La República acaban de legar la más gloriosa página a la historia nacional.*

A edição do *El Semanario*, de Assunção, também registra "a grande vitória". Ao saberem da notícia do "grande triunfo", os sinos de Assunção repicaram em homenagem aos seus heróis. A bandeira nacional foi hasteada no Palácio do Governo e vinte e uma salvas de artilharia foram ouvidas. A multidão correu para as ruas para comemorar ao som de bandas de música. (E. Cardozo) Medalhas e promoções foram distribuídas. José Díaz e José Maria Bugrez foram promovidos a brigadeiro.

No campo de batalha, soldados recolhiam os seus feridos e mortos no terreno neutro entre os dois exércitos. Alguns tiros chegaram a ser trocados nas matas do Sauce.

Solano López passou todo o dia 25 com receio de um ataque aliado. Tinha consciência de que o seu exército fora destroçado e de que as tropas na sua ala esquerda estavam fracas e vulneráveis, contando apenas com algumas guardas avançadas. Segundo Resquin, Solano López teria dito que "(...) *si em aquella noche o em el siguiente dia no fuese atacado, podia contar com larga vida*".

A realidade era bem diferente das notícias divulgadas pelo *Boletín de Campaña* nº 6 e por *El Semanário*. Foram cerca de sete mil mortos e oito mil feridos paraguaios. O 40º Batalhão de Infantaria foi destroçado, o mesmo ocorrendo com os 6º e 7º. Segundo o General Resquin, as perdas paraguaias somaram cerca de 12 mil homens.

Os brasileiros tiveram 719 mortos e 2.292 feridos; os argentinos, 125 mortos e 480 feridos; e os uruguaios tiveram 133 mortos e 163 feridos. Alguns mortos aliados foram enterrados. Outros foram incinerados, em pilhas de cinquenta a cem corpos, juntamente com mortos paraguaios, alternados com lenha.

O Exército aliado, ao invés de aproveitar-se da situação e marchar em perseguição ao inimigo, preferiu permanecer na posição. Apenas reforçou as suas trincheiras. Poderiam ter flanqueado a esquerda paraguaia e dirigir-se para Humaitá, alcançando as baterias pela retaguarda. Mas não o fizeram. As tropas estavam exaus-

tas e o terreno era desconhecido. A cavalaria estava, praticamente, a pé e as verdadeiras condições das tropas paraguaias eram desconhecidas.

Tal decisão tem sido alvo de grandes polémicas entre os estudiosos do assunto.

## CONCLUSÕES

### • Em relação aos paraguaios:

A concepção do ataque paraguaio foi boa e o planejamento bem-elaborado, mas a execução deixou a desejar.

A ausência de Solano López na linha de frente não deu unidade de comando, falhando a coordenação e o controle na execução da manobra.

O deslocamento da ala direita, através do Potrero Piris, foi mal avaliado, levando a que Barrios chegasse atrasado seis horas para o ataque.

Marcó, ao sentir-se acuado, derivou em direção leste, desfilando diante das baterias de Mallet, tendo suas tropas destroçadas; Resquin por sua vez, encurtou o envolvimento à ala direita aliada, contrariando a orientação de López e, além de enfrentar um terreno difícil, não empregou a sua infantaria para ocupar e manter o terreno conquistado pela sua cavalaria;

Não empregou a reserva de sete mil homens sob o comando de Bugrez; Solano López não considerou a sua desvantagem em efetivos e desencadeou o ataque, procurando antecipar-se aos aliados.

### • Em relação aos aliados:

Segundo Bartolomeu Mitre, o General Osório já havia pressentido o ataque pa-



raguaio e a manobra que realizaria. Sobre essa hipótese foi concebida a manobra defensiva aliada e a sua manobra defensiva em profundidade.


A vanguarda aliada foi surpreendida pelo ataque paraguaio, assim como o seu flanco esquerdo o foi pelas tropas do General Barrios. O reconhecimento na vanguarda deixou a desejar e a ala esquerda aliada nada fez em benefício da sua segurança. Não houve o reconhecimento pela cavalaria nem a escuta pela infantaria, nos esteros e nas matas vizinhas.

A iniciativa de Mallet, posicionando a sua artilharia protegida pelos fossos construídos e pelas carretas bem distribuídas, impediu, pelo fogo, a ruptura da posição aliada.

O escalonamento da posição defensiva e o posicionamento da reserva permitiram a Osório realizar os contra-ataques necessários, obrigando o inimigo a retrain.

Na tropa argentina, as iniciativas de Paunero, as intervenções de Mitre e o apoio preciso, proporcionado por Osório, fizeram com que os aliados resistissem ao ataque e obrigaram as forças de Resquin a retirar-se para Passo Pucú.

A presença e a atuação de Osório e Flores no campo de batalha muito influíram no moral da tropa.

Ao analisar a maior batalha já havida na América Latina, pode ser afirmado, sem erro, que "Tuiuti é Osório e Osório é Tuiuti". Foi o grande comandante. 

## 2002 66º ANIVERSÁRIO DO IGHMB



Mesa que presidiu a Sessão Magna comemorativa do 66º aniversário de fundação do IGHMB, destacando-se a presença do General-de-Exército Luiz Seldon da Silva Muniz, Comandante do CML.



# Alguns Pontos Polêmicos na História da Guerra de 1801 no Brasil<sup>1</sup>

Silvino da Cruz Curado\*

**Resumo:** Comunicação apresentada no colóquio “Incorporação dos Sete Povos das Missões”, patrocinado pelo IHGB, IGHMB, Comissão Portuguesa de História Militar e Comissão Argentina de História Militar. Ocupa-se, sobretudo, dos antecedentes e das conseqüências das lutas de que resultaram a incorporação do território dos Sete Povos das Missões ao do Rio Grande de São Pedro, hoje Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Sete Povos das Missões, Rio Grande de São Pedro, Rio Grande do Sul.

A partir de 1796, a Espanha, tendo abandonado Portugal em guerra com a França, foi-se submetendo à vontade desse país, chegando ao extremo de invadir o solo lusitano, em 1801. Na emergência, e a fim de evitar que as forças francesas também passassem a fronteira, foi assinado o Tratado de Badajoz, que custou aos portugueses muita honra e fazenda. E custou, sobretudo, Olivença, cuja devolu-

ção, prevista em posteriores tratados, nunca se chegou a efetuar.

Entretanto, na América, continuava viva uma dupla insatisfação. Era a dos espanhóis em relação à expansão conseguida pelos portugueses, muito para além dos limites de Tordesilhas. E era a dos lusitanos por terem sido desalojados do Rio da Prata, que consideravam o limite natural do Brasil, e obrigados a ceder, no tratado de 1777, extensos territórios anteriormente atribuídos pelo de 1750. Refletindo um tal estado de espírito, as arrastadas demarcações de limites foram interrompidas em 1797, no meio de acusações recíprocas.

Ora, foi neste cenário que o conflito de 1801 teve um prolongamento no Brasil, do qual fez parte o feito temerário da Conquista das Missões, que, pela forma verdadeira-

\* Tenente-General do Exército português.

<sup>1</sup> As abreviaturas utilizadas nas referências a documentos constam da enumeração das fontes manuscritas. Nas transcrições foi atualizada a ortografia e, em alguns casos, a pontuação. Parcialmente, esta comunicação repete ou desenvolve outra com o título *A Guerra de 1801 no Brasil* apresentada no XI Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – *Portugal e os Abalos Político-Militares da Revolução Francesa no Mundo* –, realizado em Lisboa de 5 a 7 de novembro de 2001.

mente heróica como foi conseguido e pela considerável extensão de território que acrescentou ao Brasil, deixou na penumbra outros acontecimentos dignos de registro.

Assim, na fronteira do Rio Grande, foi possível levar os limites para posições semelhantes às atuais e aí conservá-los, apesar das grandes pressões recebidas do lado espanhol. (Ver Esboço do Sul do Brasil.) Em Mato Grosso, a corajosa defesa do Forte de Coimbra e a destruição do fortim espanhol de São José do Apa evitaram a perda, por parte do Brasil, de extensões consideráveis e de posições muito importantes. Contrariamente, a fronteira com a Guiana Francesa aproximou-se perigosamente do Amazonas, por força dos tratados de Badajoz e de Madri, de 1801. Finalmente, no mar, primeiro os corsários franceses, e depois também os espanhóis, causaram sérias dificuldades à navegação e ao comércio, apresando numerosos navios e suas cargas.

O honroso privilégio de me dirigir a uma audiência tão esclarecida dispensa-me, não só de outras considerações introdutórias, como de uma descrição dos acontecimentos há muito feita nas páginas da Revista deste prestigiado Instituto. Quem não conhece, por exemplo, a *Memória da Tomada dos Sete Povos das Missões*, de Gabriel Ribeiro de Almeida, uma fonte a que recorreram tantos historiadores?

Esse fato permite-me centrar a atenção apenas em alguns pontos polêmicos, solicitando a generosidade do leitor para o trabalho deste tardio frequentador de arquivos que, procurando não ser um *war maniac*, não irá além de um contador de curiosidades.

Na generalidade da historiografia salienta-se o fato de o governador do Rio Grande de São Pedro não ter, em 1801, aguardado a comunicação oficial da situação de guerra e das instruções conseqüentes para iniciar o movimento das suas forças para a fronteira. Por outro lado, tem variado a atribuição da iniciativa da conquista das Missões. O Brigadeiro Francisco João Roscio, presente no Rio Grande, escreveu que não lhe constava “de pessoa alguma que expressamente o ordenasse, o propusesse, e o intentasse”.<sup>2</sup> Capistrano de Abreu afirmou que Borges do Canto e Santos Pedroso acuaram sem ordem de ninguém. Aurélio Porto defendeu que o inspirador do grande feito foi o Tenente-Coronel Patrício Correia da Câmara e escreveu:

Houve, não há que duvidar, conjugando a documentação hoje conhecida, uma insinuação partida do alto, que tinha em vista anexar, às possessões portuguesas do Brasil, o território de Missões e quiçá a própria região depois denominada Província Cisplatina, ao menor choque entre Portugal e Espanha.<sup>3</sup>

Pareceu-me que devia começar por tentar concretizar as orientações superiores, relativas a um assunto tão grave como era o da guerra.

Em setembro de 1796, foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o futuro Conde de Linhares. Logo no mês seguinte, deu-se o rompimento entre a Espanha, aliada à Fran-

2 Ofício de 23.12.1802 para o Coronel Manuel Marques de Souza, Wierderspahn, 1934, p. 112.

3 Porto, 1943, p. 463.



ça, e a Inglaterra, colocando Portugal numa posição difícil.

As preocupações resultantes de tal fato e das futuras evoluções levaram D. Rodrigo a dirigir-se ao vice-rei e outras autoridades do Brasil, pelo menos em treze momentos diferentes, nos quatro anos seguintes.<sup>4</sup> De forma geral, depois de ligeira descrição da situação, todas essas comunicações utilizavam palavras como vigilância, cuidado, cautela ou precaução para evitar a surpresa por parte da Espanha, a quem sempre se atribuía má-fé, e da França. Devia repelir-se todo o ataque, obrar-se ativamente em determinadas circunstâncias, e socorrerem-se mutuamente as capitanias.

Interessa salientar o ofício de 23 de março de 1797, no qual, face às queixas chegadas do Brasil de que os vizinhos demoravam e viciavam a execução do Tratado de Limites para estenderem os seus territórios, foi dada a seguinte orientação:

“(...) sem comprometer a nossa Coroa, (...) não havendo rompimento, se lhes faça uma guerra surda, e de tal, que não só ponha um decidido obstáculo a todo e qualquer ulterior progresso que queiram fazer sobre o nosso Território; mas que até se vejam continuamente inquietados em todas as cabeceiras e curso do Uruguai, Paraná e Paraguai, devendo sempre propor-se a Coroa de Portugal o levar os confins dos seus Domínios ao ponto que a Natureza lhe

deu<sup>5</sup> (...) e, igualmente, é S. M. servida que, logo que V. Exa. (o Vice-Rei) receber da Europa a certeza de que os espanhóis nos atacam, faça atacar a um tempo, pela Esquadra, Montevidéu, e Buenos Aires, enquanto o Rio Grande e as cabeceiras do Uruguai, Paraná e Paraguai serão ao mesmo tempo ameaçados e insultados, a fim de que os espanhóis não possam concentrar as suas Forças em um só ponto; o que V. Exa. só executará recebendo ordens positivas de S. M. (...).”

Ao governador do Rio Grande<sup>6</sup> acrescentava que deveria examinar a possibilidade de estabelecer forças militares de São Paulo nos campos de Curitiba, donde irradiasse o povoamento que assegurasse a ligação entre as duas capitanias e evitasse a expansão dos espanhóis. Por outro lado, seria de procurar que os paulistas, sem parecerem autorizados pelos governadores, levantassem bandeiras e estendessem “povoações ao longo do Uruguai, do Paraná e do Paraguai, perseguindo e destruindo, logo que daqui se lhe expeça qualquer aviso, as povoações espanholas aquém do Rio da Prata (...)”. Poderiam voltar a constituir-se Companhias de Aventureiros que seriam muito próprias para, “no caso de rompimento, para penetrarem por todos os pontos da Linha Divisória (...).

4 Em 03.11.1796, 07.01.1797, 23.03.1797, Códice 573 do AHU.; em 24.04.1798, 30.07.1798, 02.08.1798, 24.09.1798, 02.11.1798, 06.11.1798, 01.05.1799, 08.06.1799, 31.10.1799, 23.12.1799, 02.02.1800, Códice 574 do AHU.; e em 08.07.1800, 20.02.1801, 20.03.1801, Códice 575 do AHU.

5 O Rio da Prata.

6 Tenente-General Sebastião da Veiga Cabral da Câmara. Ainda que o Governo do Rio Grande de São Pedro fosse uma capitania subordinada à do Rio de Janeiro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho dirigia-se-lhe diretamente talvez porque já decorriam diligências para a separação das capitanias, por ser o setor mais exposto a eventuais ataques espanhóis e pela elevada patente do governador.

para fazer uma tal diversão aos espanhóis que eles não pudessem fazer uma grande reunião de forças sobre o Rio Grande". Igualmente seria de preparar, tal como já existiam noutras capitânias, "uma espécie de milícias a que chamam *Pedestres* (...) a mais própria para defender os limites da nossa Linha Divisória e estendê-los até onde conviesse aos interesses da Real Coroa. Estes corpos de tropa ligeira seriam os mais próprios para roubar o gado cavalgar, mular e vacum dos espanhóis (...)". Tudo deveria ser realizado com extremo segredo e de maneira a poder negar-se qualquer concorrência do Governo.

Repare-se que, na conquista das Missões, a guerra surda foi localmente traduzida por "fazer as hostilidades que lhe fosse possível aos castelhanos"<sup>7</sup> ou por "hostilizar o inimigo e segurarem a cavallhada que fosse possível para o emprego do Real Serviço,"<sup>8</sup> e o cuidado de não comprometer a Coroa, assim: "(...) e como a guerra ainda se não tinha declarado naquela fronteira, somente lhe foi proibido (a Borges do Canto) pelo tenente-coronel comandante o não levarem fardas por se não conhecerem por militares, pelas suas insígnias."<sup>9</sup>

A atuação na fronteira sul também esteve de acordo com referidas orientações. Para evitar a surpresa, o Sargento-Mor Vasco Pinto Bandeira, que mantinha espias no campo oposto, informado do aumento das guardas espanholas e de boa-

tos que diziam ter sido publicada a guerra em Buenos Aires e Montevidéu, foi oculto a uma delas onde confirmou tais notícias. Manuel Marques de Sousa escreveu que "daqui resultou a vantagem de atacarmos primeiro as suas guardas do cordão".<sup>10</sup> Mas a comunicação oficial da guerra ainda não tinha chegado, pelo que se devia evitar o rompimento. O mesmo Pinto Bandeira atacou a guarda do Quilombo e surpreendeu a guarnição, mas deixou-a sair em liberdade. No seu relato, o governador, evitando utilizar a palavra ataque, escreveu: "Forçados estes (os espanhóis) pelo seu valor, intrepidez e fidelidade das nossas tropas foram obrigados a abandonar precipitadamente todos os seus postos avançados"<sup>11</sup> (...). Depois, já oficializada a guerra, atacou-se Cerro Largo, o que também satisfazia às diretivas, por evitar concentrações de forças e destruir uma das povoações aquém do Prata.

Em 20 de fevereiro de 1801, quando se admitia que uma esquadra francesa pudessem estar a caminho do Brasil e o embaixador de Espanha deixara Lisboa, declarando quase a guerra a Portugal, foi enviada uma fragata aos portos do Brasil levando estas notícias e ordenando, além das medidas habituais, a preparação de um ataque por mar a Buenos Aires e Montevidéu, "enquanto a Tropa do Rio Grande os atacar em frente e a de São Paulo nas costas".<sup>12</sup>

7 Anônimo (Fontes impressas), p. 325.

8 Ofício do Ten-Cel Patrício José Correia da Câmara, comandante da fronteira das Missões, para o governador do Rio Grande de São Pedro, de 23.08.1801, transcrito em Monteiro, p. 573.

9 Anônimo (Fontes impressas), p. 325.

10 Atestado do Coronel Marques de Sousa, de 20.02.1802. (AHU, B-RGS, cx. 11, anexo ao doc. 680).

11 Ofício para o Vice-Rei, de 28.11.1801 (AHU, B-RGS, cx. 10, anexo ao doc. 593).

12 Ofício nº 28 (AHU, Códice 575).

Mas tal comunicação não chegou ao Rio de Janeiro nem ao Rio Grande.

Em 20 de março, dois meses antes de ocorrido em Portugal, foi mandado publicar o estado de guerra com a Espanha e enviadas instruções para a mesma que serão referidas mais à frente. Foram das últimas de D. Rodrigo, como Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, pois entregou aquele cargo ao Visconde da Anadia, em 16 de junho.

Com a ameaça da guerra presente durante anos, é natural que se pretenda saber que medidas foram sendo tomadas.

Em situação semelhante, o Marquês de Pombal começou por tomar disposições para obter, como escreveu, “o dinheiro destinado ao pagamento e sustentação das tropas, a base fundamental de toda a guerra”.<sup>13</sup> No tempo de D. Rodrigo, o Tesouro estava exaurido com os infrutíferos gastos da compra da paz. Lançou-se um empréstimo no Brasil, em 1796, mas não teve a aceitação desejada, pelo que a falta de fundos foi uma constante.

Em 1797, foi enviada para o Brasil uma pequena esquadra, mas a sua presença não foi marcada por grandes glórias e “devorou” as reduzidas finanças do vice-rei. Entretanto, os corsários continuaram a causar danos insustentáveis, o que originava sucessivas ordens para o Vice-Almirante Antônio Januário do Vale. Deveria fornecer comboios à navegação de três em três meses, patrulhar a costa de Pernambuco, da Bahia e do Rio de

Janeiro, bloquear o Rio da Prata etc. Com as ordens, vinham reprimendas e vexames, chegando D. Rodrigo a ameaçar o vice-almirante com Conselho de Guerra. Nem mesmo Donald Campbell, que comandava em 1801, incensado como “hábil e valeroso”, conseguiu evitar que, só entre maio e agosto, fossem apresadas 15 embarcações. É que os corsários disputavam de bases em Caiena e no Prata, podiam atacar ao longo da extensa costa e o vice-rei escrevia, em 11 de setembro: “As embarcações da Esquadra se acham quase todas necessitando de conserto.”<sup>14</sup>

Em novembro de 1799, foi enviado para o Rio de Janeiro o Tenente-General José Narciso de Magalhães de Meneses, a fim de comandar as forças da capitania, com exceção das do Rio Grande. Apesar de extensas instruções para “prevenir todo e qualquer conflito de jurisdição”, menos de um ano depois o general informava não poder cumprir a sua missão, queixava-se do vice-rei e pedia o seu regresso a Portugal.

Tinha encontrado os regimentos tão desfalcados que nunca conseguira reunir mais de 800 soldados. Deveria levá-los sucessivamente ao pé completo a que faltavam 3.700 homens, mas “sem que de semelhante aumento resulte dano à cultura ou ao comércio”. Ora, quem recrutava era o vice-rei e este já informara a D. Rodrigo que “eu não descubro meio algum de remediar a falta que padecem os mesmos Regimentos sem transtornar toda a ordem política e econômica desta Capitania e, por consequência, sem arruinar a sua

13 Ofício do Marquês de Pombal para o vice-rei, de 09.07.1774.

14 Ofícios 45 e 47, de 11.09.1801, (AHU, B-RJ, cx. 194)



lavoura e o seu comércio de que tanto depende o seu aumento".<sup>15</sup>

Em fevereiro de 1800, reconhecendo-se a necessidade de reforçar a Ilha de Santa Catarina a partir da guarnição do Rio de Janeiro, foi ordenada de Lisboa a descida de Minas para a capital de dois regimentos de milícias. Chegaram com reduzidos efetivos e com pouca aptidão para o serviço de guarnição, por serem de cavalaria. "Bem-montado e fardado, com aquela uniformidade de um Regimento de Linha", escreveu o vice-rei;<sup>16</sup> "indisciplina, ignorância e armas arruinadas", referiu o General José Narciso.<sup>17</sup>

Nessas circunstâncias, considerando perigoso desfalcar a guarnição da capital, conseguiu o Conde de Resende que Santa Catarina fosse reforçada com cinco com-

panhias do Regimento de Infantaria de São Paulo. Mas, iniciada a guerra, socorreu o Rio Grande com o Regimento de Estremoz que já lá tinha um destacamento.

D. Rodrigo foi sempre remetendo para o Brasil o armamento e munições que era possível. Mas, quando em 1797 houve um período de tensão nas fronteiras e o vice-rei enviou a Lisboa o Sargento-Mor Joaquim Xavier Curado para apresentar e sustentar os pedidos de materiais necessários, recebeu como resposta de consolação "que o cuidado imediato, que há em atender ao mais urgente não permite distracção alguma, ainda que seria igualmente justa e conveniente".<sup>18</sup>

Foi feito um grande esforço de melhoria das fortificações. O Conde de Resende, com os cofres vazios, aumentou baterias à Fortaleza de Santa Cruz e realizou muitos outros trabalhos recorrendo ao expediente de, como ele escreveu, "condecorar com os postos de capitão, tenente e alferes aqueles sujeitos que espontaneamente concorressem para a construção e subsistência das mesmas fortificações".<sup>19</sup> Mais tarde, o Conselho Ultramarino, alarmado com o pedido de confirmação de 587 patentes de comandantes de fortes, baluartes, cortinas, flancos e revelins, existentes ou virtuais, referiu-as como "patentes honoríficas das fortificações ou venda disfarçada das graduações".<sup>20</sup>

Também se recorreu no Rio de Janeiro e no Rio Grande, mas em número limitado

15 Ofício 108, de 27.08.1800, (AHU, B- RJ, cx. 185).

Evitar que o recrutamento afetasse a agricultura era uma preocupação da época, a qual se encontra presente nas *Reflexões de Alorna* (de 1799, só impressas em 1902) e no *Ensaio de Andrade* (de 1806). A solução estaria em manter grande parte dos efetivos de licença para que não se afastassem demasiado tempo dos trabalhos do campo. No Brasil, passados os tempos fáceis da produção mineira, era forçoso conseguir que a produção agrícola gerasse os recursos necessários. Mas os efetivos da tropa paga eram tão reduzidos que dificilmente asseguravam os serviços de rotina, que incluíam os de polícia, e guarneciam as numerosas fortificações. O Conde de Resende, já em 31.12.1797, informava que mandava de licença registrada os soldados lavradores e supria a sua falta com soldados de milícias que assim se exercitavam e cuidavam do armamento (AHU, B- RJ, cx. 167). Por Carta Régia de 10.05.1799, para o vice-rei, estabelecia-se: "Quanto ao licenciamento da Tropa que em benefício da agricultura e da Real Fazenda, se procurará estender a nove meses no ano (...)" (AHU, Cód. 574, f. 108 v.). Dessa forma, nas vésperas do conflito, acentuava-se o caráter miliciano do Exército.

16 Ofício 197 de 08.10.1800 (AHU, B-RJ, cx. 188).

17 Ofício de 02.12.1800 (AHU, B-RJ, cx. 189).

18 Ofício de 24.03.1798 (AHU, Cód. 574).

19 Ofício 12 do vice-rei, de 11-02-1800 (AHU, B-RJ, cx. 181).

20 Parecer do Conselho Ultramarino, de 18.03.1803 (AHU, B-RJ, cx. 206).

“pela falta de cabedal e daqueles gêneros que são indispensáveis” à construção de barcas canhoneiras e fomilhos necessários ao lançamento de balas ardentes, últimas inovações para a defesa de portos, e a carretas para transporte da artilharia a cavalo.

Em Mato Grosso, passaram os sacrificados milicianos anos seguidos em armas, guardando longínquas fortificações e outros pontos de interesse, contando com um reduzido reforço dos *hussards*, calcule-se, de Goiás. E em boa hora se iniciou a construção dos novos fortes de Coimbra e Miranda.

Presidindo a toda a difícil situação, encontrava-se o Conde de Resende, não já o enérgico vice-rei do início da década de 1790 mas, com o conhecimento da Coroa, um homem extremamente doente e incapacitado de desempenhar as suas funções. No Sul, foi já do leito de morte que Sebastião Xavier da Veiga Cabral impulsionou a conquista de Cerro Largo. E, a partir do Rio Pardo, fez Patrício José da Câmara intermináveis e bem sacrificadas deslocações, cheio de febre e de chagas, para comandar os seus homens onde era necessário.

Uma das particularidades dessa guerra foi a de ter decorrido, na América, tanto tempo depois de ter sido assinada a paz entre as metrópoles. (Ver gráfico Duração da Guerra.) A explicação óbvia é dada pela curta duração que o conflito teve na Europa, isto é, menos de três semanas, e pela dificuldade das comunicações. Mas é preciso notar que esta última foi muito agravada pela ação dos corsários franceses e espanhóis contra a navegação portuguesa, obrigada a seguir em comboio, e da Marinha britânica contra a espanhola. Muita cor-

respondência foi, segundo as normas, lançada ao mar antes do apresamento dos navios em que seguia, como sucedeu, por exemplo, aos 31 ofícios do vice-rei que Xavier Curado levava a Lisboa. Nem mesmo os paquetes do correio marítimo conseguiam escapar, havendo notícia do apresamento de dois e do encalhe de um.

Foi assim que o vice-rei, alertado da declaração de guerra feita pela Espanha, por notícias chegadas aos comerciantes e confirmadas pelo governador da Bahia, mas sem quaisquer detalhes nem instruções da Coroa, enviou uma parada por terra ao referido governador, em busca de elementos que lhe permitissem cumprir a sua obrigação.<sup>21</sup> Nem sequer tinha recebido o já mencionado ofício de 20 de fevereiro, que alertava para a iminência da guerra. Tinha sido lançado ao oceano pela fragata *Andorinha*<sup>22</sup> quando, já depois de ter saído da Bahia, se rendeu após honroso combate.

Conhecemos as reflexões do vice-rei face à falta de ordens concretas:

“(…) todos estes avisos eram de prevenção para resistir aos ataques do inimigo, e repelir a força por meio da força e não me autorizavam para cometer atos de hostilidade, e fazer represálias por serem estes atos só próprios da Autoridade de Real.

Além dessas considerações, recordo-me de haver exemplos de se ter declarado guerra na América entre as duas

21 Ofício 40 do vice-rei, de 14.08.1801 (AHU, B-RJ, cx. 191).

22 Mais corveta que fragata, lutou mais de seis horas com uma fragata francesa mais poderosa que, cortando-lhe os mastros, impossibilitou a utilização posterior da sua artilharia.



potências, ficando os Estados da Europa na mesma tranqüilidade. (...)”

Temia a reação dos espanhóis no Rio Grande e ser responsável pelo início da guerra sem ordem positiva.<sup>23</sup>

Finalmente, só em 23 de julho, quatro meses depois de escrito, chegou ao Rio de Janeiro o também já referido ofício de 20 de março, o qual só atingiria o Rio Grande em 16 de agosto, quando a conquista das Missões já ia adiantada. Era redigido nos seguintes termos:

“A Corte de Espanha, depois de ter mostrado em toda a sua conduta a falta de boa fé que deveria praticar a nosso respeito, acaba finalmente [em 27 do mês anterior] de nos declarar a guerra com a maior perfídia (...). Ordena, portanto S.A.R. que V. Exa. faça publicar nessa Capitania o estado de guerra com a Espanha; e que procure todos os possíveis meios de evitar as suas hostilidades e de as praticar a seu respeito, para cujo fim se devem auxiliar mutuamente entre si todas as capitanias desse estado.

O mesmo Senhor manda recomendar a V. Exa. que veja se, de acordo com o hábil e valeroso Comandante [da Esquadra] Campbell e com os Governadores de São Paulo e Rio Grande, pode combinar um ataque sobre os estabelecimentos espanhóis do Rio da Prata, acometendo-os em frente, descendo pelo Uruguai e pelo Paraná, enquanto vão as naus pelo Rio, para lhes fazer uma diversão. Bem entendido que antes de se tentar esta ação, se devem tomar todas as medidas para que os portos e costas ma-

rítimas dos Domínios de S.A.R. fiquem seguros e livres de todo e qualquer ataque.”<sup>24</sup> (Ver esboço O Ataque ao Prata.)

D. Rodrigo, sendo um governante preparado e culto, dispunha já de uma razoável cartografia do Brasil e conhecia as enormes distâncias que se exprimiam em centenas de léguas. Mas não devia ter uma consciência concreta e efetiva das reais dificuldades resultantes da conjugação da largueza de tais espaços com a escassez dos recursos, a existência de largos vazios populacionais onde a falta de apoios era total e as imposições de uma natureza exuberante e tantas vezes indomável.

Só assim se pode explicar que, tendo nas mãos o memorial do Tenente-Coronel Xavier Curado, que estimava haver 15 mil homens aptos para pegar em armas em Buenos Aires e quatro mil na região de Montevideu, concebesse uma tão complexa operação, dependente, ainda, da condição de os portos e costas do Brasil ficarem livres de todo e qualquer ataque.

O Conde de Resende, em ofício de 31 de agosto, escreveu:

“Não sendo a execução deste Plano positiva e absolutamente determinada, como se colige da mesma carta, tem lugar o refletir sobre a possibilidade e forma daquele ataque, sem contar ainda com as peculiares dificuldades e objeções que tenham a propor os referidos governadores, conforme a natureza do terreno e forças atuais das suas Capitanias (...).”

Seguiu desenvolvendo as suas reflexões em muito extenso e bem-fundamentado estudo de situação,<sup>25</sup> como hoje lhe chamarí-

24 AHU, Cód. 574.

25 Ofício 41, de 31.10.1801 (AHU, B-RJ).

23 Ofício da nota 21.

amos. Face à impossibilidade de conseguir a surpresa e à dramática escassez de meios, demonstrava que todas as modalidades de ação apresentavam demasiados riscos e dificuldades praticamente insuperáveis. Retenhamos apenas a opinião em que tinha os homens que, sem planos tão grandiosos e irrealistas, ousaram e acrescentaram, de fato, o Brasil: "O ataque pelo Rio Grande, se me regular só pelo caráter daqueles Povos, pela natureza que todos têm de tropa ligeira, insensíveis aos trabalhos e inimigos declarados dos espanhóis logo que nascem, também poderia afirmar mais a sua constância que a sua perda (...)." Sabia do que falava!

Visto o que se cogitava nos altos escalões, que desenvolvi por julgar menos conhecido, é mais que justo passar ao Rio Grande, onde Sebastião da Veiga Cabral, estando numa fronteira em disputa, foi tomando as medidas que os meios lhe consentiam, na observação das diretivas recebidas diretamente da Corte e que anteriormente referi.

Contou com forças de voluntários e de milicianos, para além das de linha, todas altamente motivadas e especialmente adaptadas quer ao terreno, quer ao tipo de combates a travar. Para além dos interesses superiores da Coroa com que aliás sempre se identificaram, batiam-se por uma causa que sentiam sua e consideravam justa: defender o que com tanto sacrifício tinham construído, recuperar o que lhes retirara um tratado negociado em desvantagem e tirar algum desforço dos espanhóis, de passadas ações que ainda doíam. E era a possibilidade de novas sesmarias, amplas estâncias, terras excelentes, ervaís produtivos e muito, muito gado.

No lado oposto, só tardiamente os espanhóis tentaram, e com pouco êxito, fixar algumas populações em terras que os charruas assolavam. As suas forças, majoritariamente milicianas, fracamente instruídas e deficientemente comandadas, tinham sido deslocadas dos seus longínquos interesses, pelo que não teriam o mesmo grau de motivação.

Talvez isso explique a sucessão de vitórias das armas portuguesas e o impressionante número de baixas espanholas havidas em alguns combates.

Trata-se de história que muito honra portugueses e brasileiros. Mas, considerando-a conhecida, procurei, sobretudo, aspectos menos divulgados.

Devo referir que as fontes que consultei, milhares de páginas que lamento não ter sido capaz de explorar melhor, são constituídas por manuscritos destinados a circular nos circuitos do Real Serviço. São ofícios e relatórios ou, ainda, requerimentos pedindo retribuição de serviços e respectivos atestados, muitos envolvendo, consciente ou inconscientemente, o desejo de valorizar ou justificar a atuação própria. Mesmo a *Memória* de Gabriel Ribeiro de Almeida foi entregue a D. João, em 1806, ao mesmo tempo que o seu autor solicitava a promoção a coronel do seu regimento de milícias e o lugar de administrador dos Sete Povos.<sup>26</sup> Faltam tes-

26 Requerimento sem data mas posterior a 13.01.1806, acompanhado de dois requerimentos, documentos comprovativos (de Roscio, de Patricio Correia da Câmara e de José Saldanha), e ainda de três lembretes. Num resume-se o requerimento; noutro diz-se que nos relatos da tomada das Missões enviados pelo Brigadeiro Roscio não era referida a atuação do requerente, embora agora o fizesse na atestação; no terceiro afirma-se não existir ofício que refira o oficial (AHU, B-RGS, doc. 611).

temunhos de autores não envolvidos. O próprio Visconde de São Leopoldo, nomeado, em 1801, auditor militar do Rio Grande, louvou-se mais nos documentos arquivados na Secretaria do Governo do que em depoimentos que poderia ter recolhido.

Veja-se como o Sargento-Mor engenheiro José Saldanha, posteriormente autor de conhecidos relatos formais, retratou, em linguagem de carta particular, o início da conquista das Missões, tal como era visto do Rio Pardo, quando a mesma ainda decorria:

“A primeira coisa que ali conquistaram os nossos gaúchos ou salteadores do campo, e com bem pouca gente, foi a guarda de São Martinho (...). Os mesmos gaúchos que parece não excediam ao número de 33, comandados por um desertor nosso José do Canto e um Manuel dos Santos que mais lhe competiria o nome de Manuel do Diabo pelas crueldades que tem praticado nos seus saques (...).”<sup>27</sup>

Referi acima a busca de aspectos menos conhecidos. Um deles, segundo creio, reside no fato de tanto esforço, valor e coragem ter corrido sérios riscos de ter sido em vão. Assim, não me parece totalmente correta uma idéia generalizada que se pode sintetizar na seguinte afirmação de Arthur Ferreira Filho: “Quando a paz voltou, na Europa, entre portugueses e espanhóis, receava-se que a Espanha reclamasse a devolução das terras a que se julgava com direito pelo Tratado de Santo Ildefonso. Tal, porém, não aconteceu.”<sup>28</sup> Na mesma linha

de pensamento, o Coronel Jonathas Rego Monteiro referiu que a Espanha consideraria Olivença mais valiosa que o território tomado pelos portugueses, “motivo pelo qual não cogitou de fazer reclamações, nem mesmo sabendo-se apoiada pela França (...).”<sup>29</sup>, e há historiadores espanhóis que acusam o vice-rei do Prata e o Governo de Carlos IV de falta de empenho. Mas terá sido bem assim?

Considero que a integração no Brasil do território das Missões e dos outros ocupados em 1801 correu riscos no próprio Rio Grande e ao nível das Coroas, como passarei a documentar. Qualquer beliscadela daí resultante na imagem de personagens que nos habituamos a respeitar deve ser entendida na complexidade das situações que então se viviam.

Começemos pela fronteira das Missões.

O obstáculo do Uruguai, limitando a transposição aos *passos*, conferiu aí, aos limitados mas muito ativos efetivos portugueses que os guarneciam, nítida superioridade sobre as forças espanholas que reiteradamente tentaram a recuperação do território perdido. Mas forças que marcharam do Paraguai e de outros pontos no interior e se concentravam em Candelária, estimadas em dois mil homens, constituíam uma séria ameaça para aquele setor, a que só a oportuna publicação da paz pôs termo.

A referência a estas forças dá-me o ensejo para dar a conhecer uma explicação plausível para a inesperada retirada de D. Lázaro Ribera de Coimbra, terminando o ataque ao forte e recolhendo-se apressa-

27 Carta do Major José Saldanha, de 22.09.1801 (A. H. U., B.-R. G. S., doc. 401).

28 FERREIRA FILHO, p. 52.

29 MONTEIRO, p. 602.



damente a Assunção, o que em nada diminui o merecimento do grande feito de Ricardo Franco. O General Raul Silveira de Melo atribuiu a retirada ao esgotamento das munições e à demora da tropa de reforço que seguia apeada com o gado.<sup>30</sup> Ora, acontece que os prisioneiros feitos no ataque ao fortim de São José do Rio Apa, incluindo um alferes com boas relações em Assunção e que tomara parte no ataque ao Forte de Coimbra, declararam:

“Um correio extraordinário do Vice-Rei de Buenos Aires frustou a empresa. Determinou o Vice-Rei que sem perda de tempo se recolhesse D. Lázaro à Capital a recrutar gente para socorrer Montevideu e guarnecer as suas campanhas de Santa Teresa que estavam em grande consternação. Que deixasse a ação de Coimbra para outra ocasião (...).<sup>31</sup>

Lázaro fez partir por terra um contingente de seiscentos homens e, pouco depois, um outro de oitocentos milicianos e duzentos mulatos, caborés e índios, além de carreteiros e peões, comandados pelo Coronel Espínola, o qual também aparece referido na correspondência das Missões.

Passemos à fronteira sul do Rio Grande.

O Coronel Manuel Marques de Sousa marchou, em 27 de agosto, a assumir o comando das forças no Jaguarão que, entretanto, foram recebendo reforços de tropa de linha e miliciana e levaram a cabo alguns confrontos altamente favoráveis aos portugueses. Só dois meses depois, em 30 de outubro, foi atacada a vila e fortificação de

Cerro Largo, numa operação bem-planejada e conduzida. A guarnição capitulou e saiu sob promessa de não voltar a pegar em armas naquela guerra.

A demora ter-se-ia devido ao elevado nível das águas do rio que não permitia a sua transposição por grandes efetivos. Mas, por escrito do ajudante de ordens do agonizante governador, sabemos que este, vendo “bem a seu pesar” ser retardada a execução do ataque, teve que enviar ao coronel “ordens providenciais e instruções”.<sup>32</sup>

Logo em 1º de novembro, sabendo estar a expirar o general governador, marchou o mesmo coronel em direção à Vila do Rio Grande para tomar as providências pertinentes. Entregou o comando ao Tenente-Coronel Jerônimo Xavier de Azambuja que deveria retirar as forças para o acampamento inicial, a coberto do Jaguarão, deixando apenas quarenta homens no forte, depois de arrasado, “pois não podia conservá-lo sem dividir as suas forças e ficar, desta sorte, em estado de não se poder opor às que o inimigo ainda conservava na campanha”.<sup>33</sup> No dia 5, falecia o Tenente-General Sebastião Xavier da Veiga Cabral, enquanto chegavam notícias particulares, que sempre precediam as oficiais, de ter sido negociada a paz. Com as colheitas a se perderem, os milicianos começaram a desertar e foram, na maior parte, mandados regressar a casa para evitar o pior. A situação degradou-se rapidamente.

Gabriel Ribeiro de Almeida dá-nos a sua visão de miliciano.

32 Atestado de José Inácio da Silva, relativo ao Sarg-Mor Vasco Pinto Bandeira, de 12.07.1803 (AHU, B-RGS, cx. 11, anexo ao doc.680).

33 Requerimento do Coronel Manuel Marques de Sousa, de 1802 (AHU, B-RGS, cx. 05, anexo ao doc.419).

30 MELO, p. 455.

31 Ofício do Governador de Mato-Grosso, de 03.04.1802 (AHU, B-MG, cx. 39, doc. 1963).

“Deixo aos políticos decidir sobre este modo de proceder. Os Sete Povos das Missões conquistados com um punhado de homens, e por meros soldados, acham-se debaixo dos domínios de S.A.R.; e aquela fortaleza do Serro Largo, conquistada por aquele Coronel, munido de artilharia e 800 homens, está possuída dos espanhóis, que em poucos dias se senhorearam outra vez dela (...).”

Refere ainda que, propondo-se o comandante espanhol Marquês de Sobremonte passar o Jaguarão, e não havendo providências para encontrar o inimigo na fronteira, se acharam os povos em grande confusão, dispendo-se a passarem a São José do Norte.<sup>34</sup>

Menos conhecida será a versão do Brigadeiro Francisco João Roscio, chamado na emergência de Porto Alegre a assumir o governo interino. Engenheiro competente, desenvolveu, nas disputas com os espanhóis e com a idade, uma escrita desconfiada e muito dura, e terá ficado magoado por ver, depois, o Coronel Manuel Marques dos Santos ter sido promovido enquanto ele, que considerava ter salvo o continente, não recebera qualquer reconhecimento da Coroa. Com estas prevenções, vejamos o seu relato.

A caminho da Vila do Rio Grande, recebeu informação do referido coronel de que a tropa era escassa, tendo desaparecido grande parte dela depois da tomada de Cerro Largo. Tinha feito saber aos negociantes as notícias que tinha e, se bem que esperasse defender a fronteira, advertira-os para acautelarem as suas fazendas porquanto, quando aparecesse o inimigo, não que-

ria confusão e só tratar da defesa. Referia, ainda, que a tropa espanhola ultrapassava as cinco mil praças.

Sigamos Roscio nas suas próprias palavras:

“Ainda que me pareceu este aviso fundado de alguma forma em terror e cobardia, não me persuadi achar tão adiantados os seus efeitos, como observei no dia da minha chegada ao Rio Grande [dia 25], notando uma fermentação displicente e temerosa; a qual motivaram os mesmos comandantes com as sobreditas notícias, sendo os primeiros em fazer retirar até as suas menores alfaias, assim como das próprias estâncias os escravos, com tudo o que puderam conduzir a maiores distâncias. Alguns dos negociantes haviam já embarcado os seus efeitos para o lado Norte e outros os tinham entrouxado para o mesmo fim. As embarcações do comércio estavam detidas por ordem e, portanto, encalhado todo o seu tráfico (...). [Nos dois dias seguintes] soube ter marchado o Inimigo para as margens do Jaguarão; sendo o que mais me escandalizou e pôs em atento cuidado, saber que a mencionada Fortificação de Serro Largo fora sem razão alguma abandonada ao arbítrio do mesmo Inimigo que havia capitulado, tornando a guarnecê-la, com desprezo da capitulação que havia jurado e assinado, enquanto o Tenente-Coronel Jerônimo Xavier Azambuja andava talando aquelas campanhas conquistadas e remetendo os animais vacuns e cavallares para a sua estância, cuja avareza e outras circunstâncias indispueram toda a tropa, principalmente a de Auxiliares,

34 ALMEIDA (Fontes impressas), p. 13.

que abandonando aqueles destinos, se retiraram a seus domicílios, falando altamente que haviam arriscado suas pessoas e seus modos de vida, não para aumento e serviço do Estado, mas para saciar ambições particulares, com prejuízo seu e da Coroa (...).<sup>35</sup>

Perante essa situação, bem poderia ter-se repetido o desastre de 1763 o que, conjugado com a ação das forças que se avizinhavam do Uruguai, colocaria em sério risco todas as conquistas e mesmo o próprio Rio Grande. Sabemos que a ação acertada e firme de Roscio, antes e depois da chegada da declaração da paz, afastou tal perigo. Mas não se julgue que as autoridades de Buenos Aires, de Montevideu e da fronteira se conformaram e desistiram da devolução dos territórios ocupados durante a guerra. Para além de sucessiva e exigente correspondência, houve movimentações de tropas espanholas que, vistas como preparação de ações ofensivas, desencadearam novas chamadas à fronteira das forças portuguesas. Vários foram, também, os incidentes entre patrulhas portuguesas e espanholas, chegando a haver baixas de ambos os lados, a que se seguiam protestos e acusações recíprocas. Tinha surgido uma nova discussão à volta da definição do território que tinha sido efetivamente conquistado e da fixação de uma linha divisória provisio-

nal para vigorar até que as Cortes, aparentemente distraídas, tomassem decisões.

Nem sempre os gaúchos acatavam as ordens do novo governador, Paulo José da Gama, que, para evitar incidentes, limitavam a profundidade das suas incursões em busca de gado. Foi assim, por exemplo, que o Capitão José Borges do Canto, autorizado pelo governador das Missões, Major José Saldanha, a deslocar-se até o Jarão, situado a cinquenta léguas de São Luís, foi aprisionado, a cem, pelos espanhóis. Cinco dias depois, tentou escapar com os companheiros, mas voltou a ser capturado. Em 16 de agosto de 1804, o Major Saldanha escrevia: "Trato agora de ver se os liberto por meios amigáveis e políticos [por via de um cura amigo de Canto que regressava a Buenos Aires], pois que sendo apreendidos em tais alturas, se reputariam por vagabundos e gaúchos do campo, conluídos com os infiéis (...)."<sup>36</sup> Ainda que outros autores afirmem que morreu às mãos dos charruas, Rudolfo Garcia diz que foi morto por uma patrulha espanhola, neste mesmo ano de 1804. Certo é que Gabriel Ribeiro de Almeida já se lhe refere como falecido, em 1806.<sup>37</sup>

Mas o maior risco de se perderem as conquistas teve lugar em Lisboa e Madri!

Em 5 de julho de 1802, ainda com um conhecimento incompleto do acontecido nas fronteiras do Brasil, iniciou a acutilante diplomacia espanhola uma série de insistentes protestos e exigências, escritos na linguagem arrogante dos vencedores. Co-

35 Ofício de Roscio para o governador do Rio Grande, interrompido na 28ª página, pela morte em 10.10.1805 (AHU, B-RGS, cx. 10, anexo ao doc. 626). Roscio já tinha abordado a situação que teve que enfrentar nos seguintes documentos: Ofício para o mesmo governador, de 13.04.1803 (AHU, B-L ex. 4, anexo ao doc. 273); representação de 15.06.1804 (AHU, B-RJ, cx. 211) e carta para o Visconde da Anadia da mesma data (AHU, B-RJ, cx. 213).

36 Ofício para o ajudante de ordens do governador do Rio Grande (AHU, B-RGS, cx. 10, anexo 11 ao doc. 603 que refere outros incidentes com os espanhóis).  
37 Requerimento referido na nota 26.



meçou por reclamar de fatos relativos a Mato Grosso, tais como a construção dos novos fortes, o que enfraqueceria qualquer futuro protesto relativo ao ataque de Lázaro Ribera, que omitiu. Exigiu uma satisfação conveniente e uma reparação de todos os excessos das usurpações verificadas no Sul e o cumprimento do tratado de limites, queixando-se dos comissários portugueses pelo insucesso e grandes gastos das demarcações.<sup>38</sup>

O príncipe regente, ainda abalado com a perda de Olivença, terá sido levado a pensar, ingenuamente, que o gesto generoso de oferecer a devolução das conquistas no Brasil – cuja vastidão e interesse talvez nem ajuizasse – antes que a mesma fosse formalmente requerida, levasse o sogro, Carlos IV, a concordar que uma pequena parcela de terreno de Juromenha, situada além do Guadiana, não fosse incluída no território perdido. No fundo, esperava que, retribuindo a generosidade, o monarca devolvesse, não só a referida parcela onde se situava a povoação de Vila Real, com cerca de 250 habitantes, mas também Olivença, com 750km<sup>2</sup> e 12 mil habitantes.

Precipitadamente, foi a oferta comunicada à Corte de Espanha em meados de agosto.<sup>39</sup> O Visconde da Anadia redigiu as conseqüentes ordens para o Brasil,<sup>40</sup> de que forneceu cópia ao seu colega dos Estran-

geiros,<sup>41</sup> mas acabou por suspender a sua expedição, invocando ordem do príncipe,<sup>42</sup> sempre pressionado por facções diversas dos seus conselheiros. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por exemplo, então no Erário Público, escreveu que choraria sempre o fato de não ter sido atendida a sua proposta para que não se cedesse ou oferecesse logo a cessão do que se havia conquistado no Rio Grande.

Não permite o espaço disponível resumir o desenvolvimento dessa insólita situação. A Espanha, sem querer ouvir falar em Olivença, a insistir pelo cumprimento da oferta espontânea da entrega dos territórios, sucessivas vezes confirmada pelos secretários dos Estrangeiros, e mesmo pelo príncipe, e o secretário dos Domínios Ultramarinos a travar, nos últimos momentos, as ordens correspondentes para o Brasil.<sup>43</sup>

Entre outras diligências, tentou ainda a agressiva ação diplomática espanhola exigir um tratado definitivo de limites, com base no de 1777 e nos trabalhos de campo já realizados, sem necessidade de novas demarcações. Era uma outra forma de reaver os territórios ocupados na guerra. Concor-

38 ANTT – LEP, cx. 32.

39 Ofício do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros para o Encarregado de Negócios em Espanha, de 14.8.1802 (ANTT, ofícios para Madri, livro 598, f. 18).

40 Ofício para o vice-rei e para o governador do Mato Grosso, de 21.08.1802 (AHU, Cód. 575, p. 351).

41 Ofício do Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos para o dos Negócios Estrangeiros, de 21.08.1802 (AHU, B-L, anexo ao doc. 282, post. 05.11.1803).

42 Ofício do Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos para o dos Negócios Estrangeiros, de 04.11.1802 (AHU, B-L, anexo ao doc. 282, post. 05.11.1803).

43 Essa situação, relacionada com a Questão de Olivença, parece não ter sido ainda tratada em Portugal. O seu desenvolvimento pode ser seguido na correspondência *de e para* a Legação de Portugal em Madri, da Legação de Espanha em Lisboa para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros existente no ANTT e na correspondência sobre o assunto trocada entre os Secretários de Estado existente no AHU.

davam os portugueses com a necessidade do tratado, mas como os anteriores demarcadores não tinham conseguido chegar a acordo em vários pontos, afirmavam ser indispensável voltar ao terreno. Era uma outra forma de adiar as devoluções e ir assegurando a ocupação lusitana.

Além da pressão diplomática, concluiu-se em Madri, no início de 1806, sob orientação de Godoy, o plano de uma ação militar que, além dos efetivos do vice-reinado, incluía uma expedição de quatro mil homens.<sup>44</sup> E na mesma altura, o Ministro do Despacho referia ao embaixador português: "Se o Vice-Rei de Buenos Aires fosse mais activo, Portugal já não possuiria aqueles terrenos!"<sup>45</sup> Era tarde! Por esta altura, teve lugar a intervenção dos ingleses no Prata, o que deu início a um novo período histórico em toda a região.

Falamos, sobretudo, do *antes* e do *depois* da guerra, de orientações por vezes irrealistas, de dúvidas sobre algumas atua-

ções no Rio Grande e de desconcertantes manobras diplomáticas. Não retoquei as personagens nem adocei as situações. Pertencem à gloriosa História luso-brasileira.

Propositadamente, pouco nos ocupamos do grandioso feito cuja evocação aqui nos reuniu. Preferimos esboçar, ainda que a largos traços, a complexidade do quadro envolvente, de forma a que, por contraste, sobressaísse a ação ousada de um pequeno grupo de valentes que, indiferentes a todos os sacrifícios e riscos, explorando de forma inexcedível o efeito de surpresa e da adesão dos índios, tanto engrandeceu esse maravilhoso País de que, com os brasileiros, também se orgulham os portugueses.

Finalmente, é de justiça uma saudação de muito apreço ao valor dos adversários de ontem que tiveram de arrostar a escassez de meios, as tremendas dificuldades resultantes do grande afastamento das suas bases e a determinação dos seus opositores.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS

### • Fontes manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM) – Lisboa.

*Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul feita pelo Sargento-Mor Domingos José Marques Fernandes, 1804, p. 68 a 106.*

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

Brasil – Limites (B-L), Caixa 4.

Brasil – Mato Grosso (B-MG), 1796-1806.

Brasil – Rio Grande do Sul (B-RGS), 1796-1807.

Brasil – Rio de Janeiro (B-RJ), 1796-1807. (Esta documentação está em reorganização, sem numeração definitiva, pelo que se refere apenas à respectiva data.)

Brasil – São Paulo (B-SP), 1796-1803.

Brasil – Correspondência da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos para o Vice-Rei e Governadores, Cód. 573, 574 e 575.

ARQUIVO NACIONAL – Rio de Janeiro (AN). Cópia dos seguintes documentos arquivados na COAT 6, Secretaria do Estado do Brasil, Cód. 104.

Correspondência entre o Brigadeiro Francisco João Roscio e o Coronel Manuel Marques de Sousa, de 4 a 16 de novembro de 1801, folhas 117 a 123.

44 MAEDER, p. 238.

45 Ofício de 18.04.1806 (ANTT, LPE., cx. 652).

- Cópia da *Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguay*, por José Borges do Canto, e Manuel dos Santos Pedroso, de 8 de maio de 1802, folhas 87 a 90.
- Cópia da *Instrução dos ataques mais notáveis que na próxima pretérita guerra foram praticados no Departamento de Missões na Costa do Uruguay e Povo de S. Borja (...)*, pelo Tenente de Auxiliares Francisco Carvalho da Silva (...), anterior a 29 de maio de 1802, folhas 91 a 93.
- Cópia da carta do Marquês de Sobremonte para Paulo José da Silva Gama, de 29 de dezembro de 1804, folhas 109 a 111.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Documentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central.
- Correspondência da Legação de Portugal em Espanha para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 1802 a 1806 (LPE), Caixas 648 a 652.
- Correspondência da Legação de Espanha em Portugal para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 1802 a 1806 (LEP), Caixa 432.
- Ofícios (da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros) para Madri (Legação de Portugal em Espanha) (S. E. N. E.), Livros 598, 599 e reservados 113.

• **Fontes impressas**

- ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de. "Memória da Tomada dos Sete Povos de Missões da América de Hespanha", *Revista do IHGB*, tomo V, Rio de Janeiro, n. 17, abril de 1843, p. 3-21.
- ANÔNIMO, Ano de 1801. "Notícias e acontecimentos pela presente guerra nos Sete Povos das Missões e n'esta fronteira do Rio Grande de S. Pedro", *Revista do IHGB*, tomo XVI, Rio de Janeiro, 1853, p. 323-346.
- CANTO, José Borges do. "Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguay", *Revista do IHGB*, tomo LXXVII, parte II, Rio de Janeiro, 1914, p. 54-62.
- MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. "Documentos relativos à história da Capitania, depois Província, de São Pedro do Rio Grande do Sul", *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLP. I., 1874, p. 264-302.
- PEDROSO, Manuel dos Santos. "Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos Sete Povos Guaranis das Missoens Orientaes do Uruguay, desde o principio até o fim da guerra proxima passada", *Revista do IHGB*, tomo LXXVII, parte II, Rio de Janeiro, 1914, p. 63-67.
- SALDANHA, José (?). Notícia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801, na Campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional, em VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil*, 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, Tomo V, aditada por Rodolfo Garcia, 1975.

• **Bibliografia**

- AAVV. *Ofícios dos Vice-Reis do Brasil. Índice da correspondência dirigida à Corte de Portugal de 1763 a 1808*, 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1970.
- ABRANTES, Ventura Ledesma. "O Patrimônio da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença", *Revista Ocidente*, Lisboa, 1954.
- ABREU, J. Capristano. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALORNA, Marquez. *Reflecções sobre o Systema Economico do Exercito*. Lisboa: Livraria Ferin, 1902.
- ANDRADE, Gomes Freire de. *Ensaio sobre o methodo de organizar em Portugal o Exercito relativo à população, agricultura, e defeza do Paiz*. Lisboa, 1806.
- ANTUNES, de Paranhos. *Dragões de Rio Pardo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1954, p. 153-164.
- ARAÚJO, Artur da Cunha. *Perfil do Conde da Barca*. Porto: Depositária Livraria Tavares Martins.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*, v. IV. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*, v. I – As Origens. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord). *O Exército na História do Brasil*, v. II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, e Salvador: Odebrecht, 1998.



- CASTRO, Luciano de. *A Questão do Amazonas nos Tratados de Paris e de Madri (1797 e 1801)*. Lisboa: Portucalense Editora, 1945.
- CIDADE, F. de Paula. *Lutas ao Sul do Brasil com os Espanhóis e seus Descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, SILVA, André Mansuy Diniz (Introdução e direção). *Textos Políticos, Econômicos e Financeiros – 1783-1811*. 2 tomos. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- CURTO, Diogo Ramada. *D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego*, em AAVV, *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa: Biblioteca Nacional e IN-CM, 2001.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987.
- FERREIRA, A. A. Souza. *História Militar do Brasil (Regime Colonial)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945.
- FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul – 1503-1960*, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.
- FUNCHAL, Marquez do. *O Conde de Linhares – Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*. Lisboa: Edição do autor, 1908.
- GAY, Pedro. “História da República Jesuítica do Paraguay desde o descobrimento do Rio da Prata até aos nossos dias, ano de 1861”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 4º trimestre de 1863.
- HANDELMANN, H. *História do Brasil*, 2. ed., tomo 11. São Paulo: Melhoramentos e MEC, 1978.
- LHÉRETIER, Michel. “Napoléon et le Portugal (1799-1808)”, *Publicações do Congresso do Mundo Português*, v. VIII. Lisboa: Comissão dos Centenários, 1940.
- MACEDO, José Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: Edição da Revista *Nação e Defesa*, 1988.
- MAEDER, Ernesto J.A. *Misiones del Paraguay. Conflictos y disolución de la sociedad guaraní (1768-1850)*. Madri: Editorial Mapfre, 1992.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*, 2. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1992.
- MATOS SEQUEIRA, ROCHA JÚNIOR. *Olivença*. Lisboa: Portugália Editora, 1924.
- MELO, Raul Silveira. *História do Forte de Coimbra*, v. 2 (1748-1802). Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. “A Campanha de 1801. Tomada dos 7 Povos Missioneiros”, *Anais do III Congresso de História Nacional*, v. 4. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1941.
- PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*, v. 1. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PORTO, Aurélio. “A Conquista das Missões e os Cachoeirenses”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1º trimestre do ano I, 1921, p. 8-17.
- . “O Regimento de Dragões do Rio Pardo na Expansão Geográfica do Rio Grande”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1º e 2º trimestres do ano VI, 1926, p. 606-634.
- . “Dr. José Saldanha”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. LI, Rio de Janeiro, 1938, p. 139-162.
- . *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- RIBAS, José Maria Onrubia y. “Las Relaciones entre España e Portugal en el Reinado de Carlos IV (1788-1808)”, *Publicações do Congresso do Mundo Português*, v. VIII. Lisboa: Comissão dos Centenários, 1940.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1946.
- SAMPAYO, Luiz Teixeira. *Compilação de Elementos para o Estudo da Questão de Olivença*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático do MNE e Grupo dos Amigos de Olivença, 2001.
- SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal (...)*. Tomo XVIII (por Luiz Augusto Rebello da Silva). Lisboa: Governo de Portugal, 1860.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, v. VI. Lisboa: Editorial Verbo, 1982.
- SILVA, João Ribeiro da. *A Conquista das Missões Orientais do Uruguai*, 2. ed., Rio de Janeiro, 2001.
- SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. *As Missões Orientais: seus antigos domínios*. Porto Alegre, 1909.
- SORIANO, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil*, tomos II e III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*, 4. ed. bras., v. III. São Paulo: Melhoramentos e MEC, 1977.
- TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*, v. II. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1921.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, 8. ed. integral, tomo V. São Paulo: Melhoramentos e MEC, 1975.
- VELOSO, J. M. de Queiroz. *Como perdemos Olivença*, 2. ed. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1939.
- VICENTE, Antônio Pedro. *Um Soldado da Guerra Peninsular – Bernardim Freire de Andrade e Castro*. Separata do n. 40 do Boletim Histórico Militar, Lisboa, 1970.
- . *O Tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos*, 2. ed. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.
- . "O Início das Guerras Peninsulares". Fontes do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Actas do X Colóquio de História Militar Brasil e Portugal – História das Relações Militares*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 231-246.
- . "Olivença. Início da expansão napoleônica na península", *História* 36, Lisboa, junho de 2001, p. 42-51.
- WIERDERSPAHN, Henrique Oscar. "A Conquista das Missões 1801", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1º trimestre do ano XIV, 1934, p. 95-114.
- . A Conquista de Cerro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1º trimestre do ano XVII, 1937, p. 119-124.

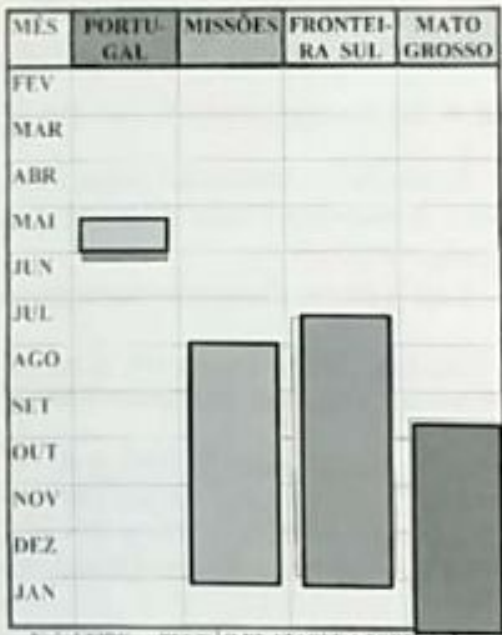
### ESBOÇO DO SUL DO BRASIL



DISTÂNCIAS PELAS ESTRADAS ATUAIS

Rio de Janeiro – Porto Alegre	1.550km
Santa Catarina – Porto Alegre	475 km
Porto Alegre – Rio Grande	325 km



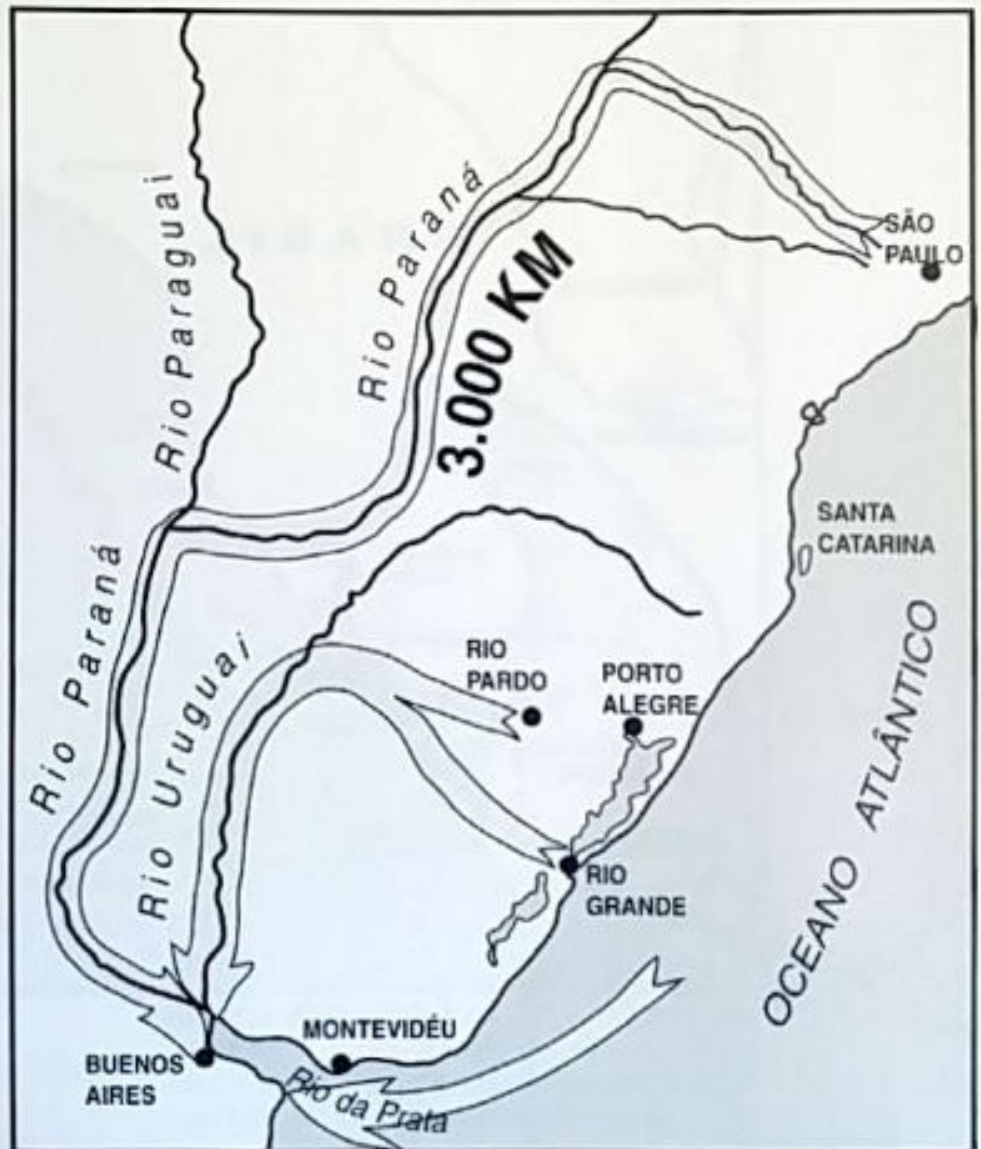


### DURAÇÃO DA GUERRA

- 29 de janeiro      Decisão de ataque a Portugal
- 19 de fevereiro    Parte o embaixador espanhol
- 27 de fevereiro    Espanha declara a guerra
- 19 de maio        Início da Guerra das Laranjas
- 24 de maio        Portugal declara a guerra
- 6 de junho        Data da assinatura oficial da paz

### O ATAQUE AO PRATA

(Diretiva da Coroa)



# As Causas e o Ideário da Revolução Constitucionalista de 1932

Carlos de Meira Mattos\*

**Resumo:** Comunicação apresentada no simpósio promovido pelo IGHMB e IHGB, no período de 10 a 12 de setembro de 1972, enfocando a Revolução Constitucionalista de 1932 no ano em que se comemora os 70 anos da sua deflagração. Examina o seu ideário e as causas por que foi deflagrada e por que fracassou.

**Palavras-chave:** Primeiro governo Getúlio Vargas, Revolução Constitucionalista de 1932, chefes civis e militares.

O historiador francês Jules Michelet encontrou, nas obras do italiano Giovanni Vico, os fundamentos de uma ciência histórica, baseada em métodos de avaliação que combinavam os fatos históricos com a filosofia, o ambiente social, a psicologia coletiva, a expressão dos personagens. Michelet, aplicando o método de pesquisa de Vico, depois de ter publicado várias obras, abalou-se a escrever a *História da Revolução Francesa*.

Em plena atividade de pesquisa, escreveu a um amigo: "Jamais levantei peso tão grande, combinei tantos elementos aparentemente díspares, numa única unidade viva."

Nossa tarefa é menor. Nossa postura de historiador é pequena, mas pretende-

mos chegar a uma unidade viva – a Revolução de 1932.

Vários acontecimentos precedentes levaram os paulistas, há 70 anos passados, no dia 9 de julho, a tomarem a drástica decisão de partirem para a luta armada, como única solução para os insuportáveis problemas políticos que os angustiavam.

Como sempre acontece, a acumulação dos agravos conduz a um ponto que os torna insuportáveis, e diz-se, então, que foi "a gota d'água que transbordou". No caso de nossa Revolução de 32, a gota d'água foram os acontecimentos de 23 de maio, quando tombaram a rajadas de metralhadora, num tiroteio na esquina da Rua Barão de Itapetininga com a Praça da República, cinco idealistas e bravos jovens paulistas. Seus nomes: Mário Martins de Almeida,

\* General-de-Divisão, sócio emérito do IGHMB.

Antônio Américo de Camargo Andrade, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza e Amadeu Martins.

Os episódios de 23 de maio convenceram os líderes constitucionalistas paulistas de que deviam se preparar para novas refregas em que não sofressem tamanha desvantagem no choque armado, tendo em vista que o grupo adversário se apresentava apetrechado com armas de guerra. Aí fortaleceu-se a idéia de um movimento militar.

Vamos aos acontecimentos que anteciparam e precederam a “guerra paulista” de 1932.

O Partido Democrático de São Paulo, tendo à frente figuras ilustres e de expressiva representatividade, que participara ativamente na Aliança Liberal, movimento revolucionário que conduziu Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, uma vez vitoriosa a Revolução fora alijado da alta administração do governo de São Paulo.

Getúlio Vargas poderia ter escolhido para governar São Paulo qualquer um dos prestigiosos políticos paulistas pertencentes ao Partido Democrático – entre eles, Francisco Morato, Marrey Júnior, Cardoso de Mello Neto, Joaquim Sampaio Vidal, Henrique de Souza Queiroz, Paulo de Moraes Barros, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Manfredo Costa, Henrique Bayma, Antônio Carlos de Abreu Sodré.

Com essa magnífica plêiade de aliados à sua disposição, colocou-os de lado. Impôs a São Paulo um interventor imaturo, capitão do Exército, adventício, inexperiente, completamente desconhecido ali.

Começou aí, nos primeiros dias do governo Vargas, a grande desavença com São Paulo. Não adiantou buscar uma compensação lateral nomeando o eminente paulista Dr. José Maria Whitaker para Ministro da Fazenda e, mais tarde, o líder do Partido Democrático, Paulo Nogueira Filho, para, em nível ministerial, coordenar uma comissão geral de compra.

Nenhum dos dois ilustres paulistas agüentou-se no cargo federal. A crise estava aqui, no estado, cuja gente inconformada, desfeiteada, injuriada, não tolerava mais a humilhação a que era submetida pelo governo de Vargas.

Em meados de julho de 1931, depois de cerca de oito meses de interventoria, resolveu o ditador demitir o Capitão João Alberto. Nem Vargas nem o próprio João Alberto suportaram mais a pressão da repulsa dos paulistas.

Veio a segunda interventoria. Assumiu-a o insigne jurista paulista Dr. Laudo de Camargo. Mas, teria que governar aceitando os grilhões da ditadura – não poderia substituir o Coronel Miguel Costa no comando da Força Pública. Nomeou um Secretariado de primeiro nível: Antônio de Almeida Prado, Fonseca Telles, Queiroz Telles, Numa de Oliveira, Abrão Ribeiro, este último Secretário de Segurança Pública; para prefeito da capital, Francisco Machado de Campos. No entanto, as limitações impostas por Vargas à autonomia do estado não permitiram que Laudo de Camargo se sustentasse no cargo. Cerca de cinco meses conseguiu se agüentar. A gota d’água para o seu pedido de renúncia foi uma

visita do Capitão João Alberto, por ordem de Getúlio, exigindo mudanças no seu Secretariado.

A crise política chega à fervura. O Comandante da 2ª Região Militar, General Manoel Rabelo, assume interinamente o governo. Sucedem-se as idas e vindas a São Paulo e ao Rio de Janeiro de delegados da ditadura e da Frente Única Paulista então organizada, unindo os partidos Republicano e Democrático. Atuam como emissários Oswaldo Aranha e Góes Monteiro, de parte do Palácio do Catete; Waldemar Ferreira, Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho e Aureliano Leite, pelos paulistas. Enquanto isso, a população de São Paulo vive em polvorosa – sucedem-se os comícios, passeatas, discursos inflamados, conflitos de rua.

Destacam-se à frente das manifestações os admiráveis oradores Ibrahim Nobre e Romeu Lourenção; presentes, ativamente, os estudantes de Direito do Largo de São Francisco.

De surpresa, após a sondagem de vários candidatos, Getúlio nomeia para a Interventoria de São Paulo o Embaixador Pedro de Toledo, aposentado, paulista, residente no Rio de Janeiro. Pedro de Toledo era descendente de ilustre família paulista. Seu avô, Brigadeiro Joaquim Floriano de Toledo, fora tesoureiro, comandante das armas e vice-presidente da Província de São Paulo, cuja presidência exercera por mais de uma vez. Seu pai, Manoel Joaquim de Toledo, fora oficial do Exército, comandara a Polícia da província e participara da Guerra do Paraguai.

Mas o Embaixador Pedro de Toledo estava afastado do estado havia muitos anos.

O novo interventor nascera em 1860; tinha então 72 anos. No passado, antes de ingressar na diplomacia, batera-se entusiasmadamente pela candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, em cujo governo servira como Ministro da Agricultura.

Sua nomeação, em 1º de março de 1932, apesar da surpresa total causada nos meios políticos locais, agradou aos paulistas. Diz o principal historiador da Revolução de 1932, Paulo Nogueira Filho: “(...) acrescentamos que Pedro de Toledo, fibra de lutador, caráter inflexível, cultura e inteligência, era homem sensível aos anseios populares.”

Ali chegando, logo se entrosou com os políticos paulistas. Não teve a preocupação de mudar completamente o Secretariado. Manteve Silva Gordo, Mendonça Lima, Salles Gomes, Henrique Guedes, Cordeiro de Farias. Nomeou, de sua escolha, Theodureto de Camargo e Manoel Carlos Figueiredo Ferraz, respectivamente, para as pastas de Agricultura e Justiça. Mais tarde, este último foi substituído por Waldemar Ferreira.

O Coronel Miguel Costa, dublê de militar e político ativo, presidente da Legião Revolucionária transformada em Partido, continuava a agitar. Prenunciou-se a desavença entre o General Góes Monteiro, Comandante da 2ª Região Militar, e o Coronel Miguel Costa.

Nessa época, março/abril de 1932, a convicção geral era que se tornara impossível evitar um conflito pelas armas. O Governador Pedro de Toledo vivia sob insuportável pressão dos delegados da ditadura, que tolhiam seu poder de governar den-

tro dos padrões de autonomia do estado. Nesse ambiente explosivo, Júlio Mesquita Filho e Cesário Coimbra, pelo Partido Democrático, Ataliba Leonel e Coreolano de Góis, pelo PRP, passam a chefiar a mobilização para a possibilidade de luta armada. Negociadores, Aureliano Leite e Abelardo Vergueiro César são enviados a Porto Alegre e Belo Horizonte a fim de articular com os líderes da oposição o desencadeamento do movimento militar.

O General Isidoro Dias Lopes, que se demitira no início de 1931 do comando da 2ª Região Militar e passara para a reserva, fora escolhido para tratar da organização militar do movimento.

Nesse clima de efervescência estouram os acontecimentos de 23 de maio, quando os partidários da Legião Revolucionária, de Miguel Costa, reprimem a bala de fuzis e metralhadoras uma manifestação popular pró-reconstitucionalização do País, matando cinco jovens.

Os acontecimentos de 23 de maio levaram o povo de São Paulo ao auge da humilhação e da frustração – humilhação e frustração que foi o elo místico que estreitou o seu levantamento unânime, exigindo uma solução, fosse qual fosse, pela força se necessário, que resgatasse os brios e o orgulho da gente paulista.

No período de 23 de maio a 9 de julho, data quando São Paulo unido se levantou militarmente contra a ditadura, a população do estado viveu em constante polvorosa. As articulações se sucediam, a conspiração militar corria solta, a busca de aliados em outros estados se intensificava e as manifestações de rua,

cada vez mais entusiásticas e violentas, se repetiam.

O principal espinho do conflito local eram as provocações do Coronel Miguel Costa, que, afinal, fora apeado do comando da Força Pública e substituído pelo Coronel Marcondes Salgado, este nomeado pelo Governador Pedro de Toledo. Mas, mesmo sem comando da Polícia Militar, o Coronel Miguel Costa continuava à testa da Legião Revolucionária e do Partido Popular Paulista (PPP). Estranha a posição de Miguel Costa: sua Legião, de índole esquerdista, pretendia preservar a Revolução de 30 e tinha, portanto, como principal inimigo, a Frente Única Paulista, mas mantinha um clima de atritos abertos e constantes com os líderes do Governo federal. Era uma espécie de *tertius*, no confronto maior entre a Frente Única Paulista e o Governo federal, sob forte influência do Clube 3 de Outubro.

O General Góes Monteiro, Comandante da 2ª Região Militar, delegado do Governo em São Paulo, assim se exprimiu em entrevista sobre o Coronel Miguel Costa: "Os obstáculos que criou com a sua Legião resultaram no afastamento do Partido Democrático, na demissão do General Isidoro do Comando da 2ª Região Militar, na derrubada do Interventor João Alberto, e na deposição de Laudo de Camargo e Manoel Rabelo."

O ápice da crise, que precipitou a irrupção do movimento militar, aconteceu em 7 de julho, quando o General Bertholdo Klinger, previsto para comandar a Revolução Paulista em gestação, foi demitido do comando da Circunscrição Militar de



Mato Grosso. Klinger fora convidado pelo General Isidoro e aceitara. Esperava-se que Klinger trouxesse cinco mil homens bem adestrados e equipados (triste ilusão). A demissão de Klinger fora precipitada por ele mesmo, enviando correspondência crítica, violenta, ao Ministro da Guerra. A crise provocada por Klinger obrigou os conspiradores a anteciparem o rompimento da revolução, prevista para 15 de julho.

Aí as coisas se anteciparam: os líderes políticos paulistas, no dia 8, em reuniões sucessivas, decidiram desencadear, no dia 9, o movimento militar contra a ditadura.

Contavam com o apoio do interventor gaúcho e de importantes setores políticos mineiros liderados pelo ex-Presidente Arthur Bernardes. O interventor em Minas Gerais, Dr. Olegário Maciel, mineiramente, ora aderiu e ora "desadereu" ao movimento constitucionalista.

As esperanças fagueiras de São Paulo, de contar com esses apoios político-militares, logo se desvaneceram. O interventor rio-grandense, muito longe de apoiar, transformou-se, logo, num dos mais importantes fatores de fortalecimento político e militar, na mobilização realizada, em suporte ao governo de Vargas. O ex-Presidente Arthur Bernardes, favorável aos paulistas, não conseguiu mobilizar os seus partidários. E o que foi pior, Klinger chegou praticamente sozinho; trouxe uma tropa insignificante. Como disse Paulo Nogueira Filho, logo nos primeiros dias que se seguiram ao 9 de julho, verificou-se que São Paulo estava absolutamente só. Os líderes gaúchos e mineiros que vieram se solidarizar com São Paulo, como João Neves da Fontoura,

Djalma Pinheiro Chagas e outros, somente valeram pela eloquência de seus discursos.

O movimento cívico de 32 empolgou São Paulo. Não lhe faltou entusiasmo e desprendimento. Não lhe faltou organização, surpreendente mobilização de pessoal e industrial, extraordinária criação de serviços para o apoio aos combatentes – MMDC, correios, saúde, agasalhos. As mulheres paulistas mais uma vez revelaram a fibra das "anti-emboabas". A campanha financeira – "dê ouro para São Paulo" – revelou o extraordinário espírito de doação de nossa sociedade. A propaganda e a campanha psicológica atingiram níveis de excelência nunca vistos no Brasil, por meio da imprensa escrita e, principalmente, da falada, através da recém-difundida radiofonia. Os noticiários pela Rádio Record, lidos pelo grande locutor César Ladeira, mantiveram os paulistas e seus partidários de outros estados empolgados pelos ideais do movimento de 32.

Então? Vem a pergunta. Por que São Paulo foi derrotado? A resposta, não temos dúvidas em pronunciar: pela falta de seus esperados aliados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e pelo seu despreparo militar. A parte militar da campanha foi conduzida com incompetência, quer do ponto de vista estratégico, quer tático, quer de organização e estrutura das forças.

Vejamos alguns desses desacertos.

Primeiro, quem faz revolução rompe com o poder constituído, parte para a ofensiva. Por ter tido a iniciativa de romper as operações, surpreende o adversário; este leva algum tempo para se recompor do estado de surpresa e tomar as pri-

meiras medidas efetivas de defesa. O que aconteceu aqui.

Irrompida a revolução em 9 de julho, somente no dia 13, quatro dias depois, a 2ª Divisão de Infantaria começou a se mover rumo ao Rio de Janeiro. Durante esses preciosos dias, o governo ditatorial não tinha ainda organizado sua defesa militar; o acesso à Capital Federal, objetivo principal a conquistar, estava livre. Somente em 17 de julho, oito dias após a irrupção do movimento revolucionário, travou-se o primeiro combate, na região do túnel, nas proximidades de Cruzeiro, e a ação já foi defensiva.

Veja-se que foram perdidos os valiosos dias em que o grande fator da estratégia, a surpresa, favorecia inteiramente os paulistas. Sabia-se que a população carioca era simpática à causa de São Paulo.

Se tivessem chegado logo ao Rio de Janeiro, a sorte militar da revolução poderia ter sido muito outra. Tomar uma atitude revolucionária e cair na defensiva é se condenar, a priori, à derrota. Para desculpar essa falha fatal já se ouviram várias justificativas. O plano ofensivo do Coronel Figueiredo foi recusado. Mas isso não podia acontecer – faltou audácia, ousadia nas decisões.

Em segundo lugar, sob o aspecto tático, a execução das operações falhou pelo despreparo dos comandos, dos quadros e da tropa. Foi tudo improvisado. As unidades do Exército sediadas no estado, quase unanimemente aderiram à revolução, contaminadas pelo entusiasmo irresistível com que o povo abraçou a causa constitucionalista (embora houvesse defecções individuais). A Força Pública entrou para a luta armada dividida pelas rivalidades entre os grupos


miguelistas e salgadistas, que vinham se combatendo desde o começo do governo de Laudo de Camargo. Os primeiros, fiéis aos sentimentos de seu líder, Coronel Miguel Costa, em geral, tiveram um comportamento fraco, que alguns autores alcunham de traição – quando nos comandos, ou evitavam os riscos do combate ou desertavam, entregando-se ao inimigo. Os exemplos mais chocantes se deram no túnel e na frente de Itararé. Os voluntários, jovens civis cheios de esfusante entusiasmo, não encontraram um enquadramento militar que os levasse à vitória.

No tocante à organização e estrutura da força combatente cometeram-se erros irreparáveis. A começar pelo comando geral. Por que o General Klinger, um desconhecido em São Paulo, e não o General Isidoro, estreitamente ligado aos líderes políticos de São Paulo e que já vinha sendo encarregado de coordenar a mobilização militar? Se a razão foi contar com os cinco mil homens que Klinger traria de Mato Grosso, essa razão se transformou em amarga desilusão. O General Klinger levou quatro dias para sair de Campo Grande, chegar a São Paulo e assumir o comando das operações. Essa demora foi fatal para a sorte da revolução. Perdeu-se a oportunidade da surpresa estratégica, através de uma ofensiva fulminante sobre a Capital Federal, ainda completamente desguarnecida para uma defesa. A morte do Coronel Salgado, comandante da Força Pública, chefe respeitado, anti-miguelista e que vinha restaurando a coesão dessa organização, 15 dias após o início da luta, veio favorecer a retomada das posições pelos miguelistas.

Salgado foi substituído no comando da Força Pública pelo Coronel Herculano de Carvalho, conhecido por suas atitudes vacilantes, que acabou assinando um armistício em separado com o governo ditatorial. Como se vê, a estrutura dos comandos foi falha, cheia de desavenças e rivalidades pessoais e grupais. Em síntese, não se teve uma estrutura e organização militar de comando para ganhar a guerra.

O principal historiador desses acontecimentos e partícipe dos mesmos preferiu não culpar ninguém e a todos culpar. Em seu livro *A Guerra Cívica de São Paulo, 1932*, avaliando o “erro fatal” das tropas constitucionalistas – o não terem avançado sobre o Rio de Janeiro nos primeiros dias – assim se expressa: “Ela [a respon-

sabilidade] é no caso coletiva.” Todos foram culpados: os chefes militares, dilapidando-se em luta surda; os chefes civis, não obstante amparados pela consagração pública, omitindo-se de participação na solução dos mais graves problemas emergentes da situação militar.

Em síntese, a Revolução de 32 foi um movimento político-militar que despertou na gente de São Paulo um arrebatamento cívico impressionante, por sua fé, entusiasmo, desprendimento e união de todas as camadas de sua população. Levantamento cívico-exemplar, talvez nunca visto igual no Brasil. A mobilização do povo e das atividades industriais foram irrepreensíveis. Mas, foi como uma alma extremamente forte obrigada a pulsar em corpo fraco. 

## BIBLIOGRAFIA

BARROS, Guilherme A. de. *A Resistência no Túnel*.

CARVALHO, Herculano. *A Revolução Constitucionalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1932.

ELLIS Jr., Alfredo. *A Nossa Guerra*. São Paulo: Editora Piratininga, 1933.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo, 1934.

KLINGER, Bertholdo. *Memorial*. Revista Brasileira, 1934.

LEITE, Aureliano. *Martírio e Glória de São Paulo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1934.

MENOTTI DEL PICCHIA. *A Revolução Paulista*. São Paulo, 1932.

———. *A Resistência no Túnel*.

PEREIRA, Antônio Carlos. *Folha Dobrada – Documento Histórico da Revolução de 32*. Edit. O Estado de S. Paulo, 1982.

SILVA, Hélio. *A Guerra Paulista – 1932*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A Guerra Cívica de 1932*. 5 volumes.

AMARAL, Pedro Ferraz do. *Resumo de A Guerra Cívica de 1932*, publicado em 1982.



# Desinformação, Arma de Guerra em 1932

*Hernâni Donato\**

**Resumo:** Comunicação apresentada no simpósio comemorativo do 70º aniversário da eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, patrocinado pelo IGHMB e IHGB, no período de 10 a 12 de setembro de 2002. Aprecia o uso da desinformação, em diferentes aspectos, por ambos os contendores do conflito, bem-planejada, executada e sucedida na tarefa de isolar e intrigar os revoltosos face à comunidade nacional.

**Palavras-chave:** Desinformação, Revolução Constitucionalista de 1932, radiodifusão.

**D**esinformar, ensina o dicionário, “é informar mal; fornecer informações inverídicas”. Empregada como arma de guerra, a desinformação significa trabalhar a opinião pública de modo que esta, chamada a decidir sobre idéia, pessoa ou evento, ajuíze conforme o querer do desinformador.

Não se trata de novidade. É recurso tão antigo quanto os conflitos. Porém, no Brasil, raramente foi tão hábil e eficientemente engendrada e utilizada como em 1932, em favor do Governo Provisório. Contribuiu para circunscrever o âmbito da Revolução

Constitucionalista, inamistá-la em vastas áreas do país e favorecer a mobilização destinada a enfrentá-la.

Gente simples, recrutada ao norte e ao sul, entrou na luta acreditando combater estrangeiros que, tendo se apoderado do controle econômico de São Paulo, buscavam empalmar também o mando político. Isso faziam ajudados por alguns paulistas antigos, egoístas, rancorosos, vingativos, intencionando fazer do estado um país independente, hostil às áreas e às classes empobrecidas do Brasil.

Esses separatistas e os intrusos disfarçariam seus propósitos com o reclamar convocação de assembléia constituinte. Uns e outros deveriam ser combatidos sem piedade.

\* Professor Doutor, sócio honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.



Professor Doutor Hemâni Donato, presidente do honra do IHGSP, ao fazer a sua comunicação.

São inúmeros os depoimentos a respeito daquela atividade desinformadora e dos seus resultados.

O General Brazílio Taborda (*Alguns Episódios*) refere que o Coronel Apparício Borges

“(...) era meu amigo e nosso companheiro de ideal na Revolução de 32. Em Passo Fundo, quis levantar toda a Brigada Policial gaúcha em favor de São Paulo, só não o conseguindo por haver Getúlio mandado apregoar por todo o Rio Grande que São Paulo havia proclamado a sua independência. Esta foi a razão que levou seus companheiros a negarem-se ao levante. A informação de Getúlio foi tão apregoada (...) que Apparício acabou se convencendo de que era verdadeira e veio combater São Paulo.”

Oracy Nogueira reproduziu, na página 232 do seu livro *Negro Político – Político Negro*, mensagem deixada por sargento marinha no álbum fotográfico da família do baiano, preto, médico e senador esta-

dual paulista Alfredo Casemiro da Rocha, em cuja casa de Cunha se aboletara. Proclamou o marujo:

“(...) os paulistas que levantaram com armas em punho para sujar nossa história, com parte de constituição, enganando o brioso povo paulista a fim de separatismo, procura desmembrar o grande estado do nosso mapa. (...) Morte, gritamos de todo coração! Morte aos cabeças. Liberdade ao povo paulista. Viva o Brasil unido. Viva a Marinha brasileira.”

Um princípio de explicação para a facilidade no convencimento daquelas afirmativas comparece às páginas do livro *O Pequeno Exército Paulista*, de Dalmo de Abreu Dallari:

“Não foi difícil essa mobilização, uma vez que as lideranças de muitos estados já vinham sustentando que o acúmulo de riquezas em São Paulo é que determinava o atraso de outras regiões. Enfatizando esse argumento, passou-se a apresentar como separatista o movimento dos



Paulistas, dizendo-se que São Paulo queria separar-se do Brasil, abandonando à própria sorte os demais estados.”

Separatismo, uma tecla. Invasão estrangeira, por fascistas e por comunistas, outra. Ambas emocionalizaram o sentir patriótico, especialmente do homem norte-nordestino.

Asseverou Glauco Carneiro em *História das Revoluções Brasileiras*:

“De todos os pontos do país tropas foram mandadas contra São Paulo, pretextando os interventores que seus estados lutariam contra os italianos residentes na terra bandeirante que pretendiam fundar ali uma colônia fascista às ordens de Mussolini. Pelo rádio e pelos jornais foram evocadas as confusões dos dias da Questão do Protocolo, quando conflitaram autoridades paulistanas e grupos descontrolados de italianos.”

A convocação patriótica para enfrentar estranhos teve em Manuel Ananias dos Santos um ardoroso aderente. Ele entrara, com disposição guerreira, para a história das lutas armadas, na jornada dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922. Dez anos depois, sendo sargento da Força Pública de Sergipe, foi expedido para a frente de luta. Mais tarde, declarou a Glauco Carneiro que a sua tropa combatera com a absoluta convicção de que enfrentava “estrangeiros que haviam assumido o controle de São Paulo, querendo desligá-lo da Federação, sendo a luta de Getúlio um esforço pela integração do poderoso estado do Brasil”.

Fica, pois, razoavelmente entendido o entusiasmo com que a tropa regular, os policiais, os recrutados no momento lançaram-

se contra as posições constitucionalistas. A eficiente propaganda alcançara transformar a campanha repressiva em cruzada patriótico-religiosa.

Religiosa, é certo. A ameaça do comunismo, com o seu cortejo de horrores descritos pelos coronéis sertanejos e pelos pregadores de púlpito (segundo a sua postura ao tempo), instrumentalizou muitos dos combatentes. Estes foram ao ataque animados pelo objetivo santificado de resgatar o povo irmão de São Paulo aos comunistas algozes da pátria, da religião, da família e então no poder estadual.

Vale, a respeito, o relato de Guilherme de Almeida a Paulo Nogueira Filho, em *A Guerra Cívica de 1932*. Reproduz a declaração de nordestino, sargento de tropa regular, aprisionado no setor de Cunha:

“O que o homem sustentava, com lucidez e tranquilidade, é que seus chefes lhe haviam explicado tudo, tudo, muito bem. Lutavam, ele e seus companheiros, contra a República Comunista de São Paulo, que ele sabia ter um presidente italiano chamado Matarazzo.”

Não faltou o ingrediente intriga no receituário da desinformação. Cartazes espalhados por Minas Gerais, Bahia, interior fluminense e Nordeste reproduziam a paulistíssima sigla MMDC, interpretando-a para o sertanejo: Mata Mineiro, Degola Carioca. Quantos acreditaram? É de se imaginar o espírito com que esses tomaram o fuzil.

Foi, portanto, planejada, bem-executada e melhor sucedida a tarefa de isolar o estado revolucionado e de exibi-lo à comunidade nacional sob luz adversa.

Porém, com que meios se alcançou tal resultado? Houve o palanque, a proclamação, o púlpito, o jornal, o alto-falante, o bocu-ouvido. Houve, principalmente, o rádio.

Até um rádio requintado. O gaúcho Baptista Pereira (*Diário da Capela*) registra que

"(...) uma propaganda maquiavélica mas inteligente desnaturava os intuitos de São Paulo, apontando-o como separatista e desprezador do resto do Brasil. Nos estados do Norte, rádios clandestinas emitiam discursos cujos *speakers* se anunciavam como paulistas da gema, discursos que não eram mais do que descabeladas verrinas contra os nortistas."

Desinformar também pode ser silenciar, omitir. Entre os êxitos desse tipo de guerra, resultou especialmente efetivo o de evitar que o País e o exterior tomassem conhecimento de que a idéia constitucionalista sustentada pelas armas não se restringia a São Paulo e a Mato Grosso do Sul atual (estado de Maracaju, naqueles dias), mas rompera qual metastase no Rio Grande do Sul, no Pará, no Amazonas, na Bahia, em pelo menos uma cidade de Minas Gerais e na Capital Federal em seguidos pronunciamentos populares. E isso em agosto, quando a sorte das operações militares travadas em solo paulista já se inclinara em favor do Governo Provisório.

Somente anos depois, e ainda assim nebulosamente, o Norte soube das correrias e combates no pampa gaúcho e os sulistas informaram-se sobre a morte, nas águas do Amazonas, de 64 artilheiros rebelados, do sacrifício de estudantes revoltados em Belém, da prisão de mais de setecentos sublevados nas faculdades de Salvador. O silêncio vigorou, evitando perplexidades e inter-

rogações dentro do País e, fora dele, a possibilidade de concessão do *status* de beligerância aos constitucionalistas. No entanto, foram 29 os combates travados fora do estado de São Paulo, reclamando a Constituição. Neles, do lado revoltado, morreram mais de quatrocentos homens. Admira que tal silêncio, absoluto em 1932, persista, só um pouco menos denso, em 2002.

Assim, tanto quanto nas trincheiras, a guerra foi travada no éter. Também aí os constitucionalistas atuaram em desvantagem. São Paulo dispunha de três estações de rádio: Record, Educadora e Cruzeiro do Sul. Mobilizadas à exaustão. Conheça-se a programação da Record, durante os meses de julho a agosto: das 2 às 4 horas, boletim retrospectivo; das 12 às 14, boletim número 1; das 16 às 18, boletim número 2; das 19 às 24, microfones à disposição das autoridades, de associações e personalidades de outros estados desejosos de fazerem-se ouvir, em defesa da Constituição, pelos co-estaduanos. E de muitos prestativos oradores.

Mencionar alguns desses oradores que se revezavam diariamente é incursionar a fundo no melhor da cultura brasileira: Monteiro Lobato, Cassiano Ricardo, Paulo Setúbal, Guilherme de Almeida, Alfredo Ellis Júnior, Cyro Costa, René Thiollier, os Alcântara Machado, Motta Filho, Orígenes Lessa, Vivaldo Coaracy, Antonieta Rudge, Guiomar Novais, Sousa Lima, Mignone, Marcelo Tupinambá, Camargo Guarnieri, Victor Brecheret, Gobis, Mugnaini, Lopes de Leão, Pedro Alexandrino, Segall, Badenes, Belmonte, Ibrahim Nobre.

Os nomes, brilhantes; o tempo concedido, generoso. Mas os canais apenas

três e a oratória perorante, catedrática, luminosa, ao nível mais alto da possível audiência. Do lado adverso, as dezenas de prefixos emitiam em linguajar destinado a fazer ranger os dentes dos que sabiam empunhar o fuzil ou se constituíam em público multiplicador. Vivaldo Coaracy, em artigo no *O Estado de S. Paulo*, resumiria a auto-crítica dos responsáveis pela difusão constitucionalista: "O rádio é uma admirável arma de guerra de que talvez não tenhamos sabido nos utilizar com toda a eficiência..."

O recadejar claro e direto dos técnicos em comunicação do governo getuliano obteve, junto às massas, maior efeito do que a oratória flamante daqueles nomes estelares da cátedra, da literatura, da música, da escultura, da pintura, da política, da religião, atuantes nos estúdios paulistanos. Tardamente, os revolucionários responsáveis aperceberam-se disso. Reagiram criando o Serviço de Publicidade, o qual, mantendo o estilo condoreiro, elaborou a mensagem segundo a fórmula do adversário: diminuto respeito à verdade.

Esse Serviço cuidou de responder às acusações mais graves feitas à Revolução. À de separatismo, contestava levando aos microfones filhos notáveis das unidades mais empenhadas ao lado de Vargas; às de comunização opunha declarações enfáticas do arcebispo, de bispos, líderes religiosos leigos; à de fascistização era contestada com depoimentos de milhares do Exército, notoriamente nacionalistas. Insistia em que a maioria da Força Pública, cerne do Exército Constitucionalista, era de soldados norte-nordestinos.

E, desinformação por desinformação, ocorreu em ambos os lados o recurso da

obstrução. Afonso Schmidt (*A Locomotiva*), que se conservou comunista que era, infenso ao apelo revoltoso, observou que, "no meio da barulheira da indução, avultava a interferência proposital das estações paulistanas, com o intuito de tornar impossível a recepção das mensagens cariocas".

Os litigantes também mandaram ao ar vozes clandestinas, falando em território adverso. Em São Paulo ficaram, mais atuantes do que expectantes, células tenentistas ligadas à Legião Revolucionária e ao PPP (Partido Popular Paulista). Embora lhassem as transmissões da Record, da Educadora e da Cruzeiro do Sul, desmentindo-as no ato, através de emisoras ocultas. No citado *A Locomotiva*, aprendemos que,

"(...) em certos pontos da cidade, funcionavam transmissores de rádio em permanente comunicação com o Rio de Janeiro. E tal serviço era tão perfeito que a polícia, disposta de todos os recursos técnicos, só conseguiu prender meia dúzia de aparelhos, assim mesmo abandonados pelos seus operadores, demonstrando que eles tinham sido avisados em hora oportuna, talvez por espões de tocaia na própria polícia revolucionária."

Outros grupos de desinformantes postavam-se junto aos sítios onde alto-falantes dilatavam a voz das rádios e nas bancas de jornais. Desmereciam o noticiário oficial, davam curso a boatos e a revelações.

A recíproca paulista da rádio clandestina funcionou principalmente no Rio de Janeiro, logo desde 13 de julho, operada por Paulo Yasbek e, ocasionalmen-

te, por não-paulistas, engenheiros, professores, o poeta gaúcho Felipe de Oliveira. Este foi preso e exilado por isso. A emissora mudava freqüentemente de local, chegando a transmitir de suíte no Copacabana Palace Hotel. Um código foi estruturado para transmitir informações militares fornecidas por elementos do Ministério da Guerra contrários à ditadura. Tal código, baseado em dicionário tcheco-português do qual, sabidamente, só havia dois exemplares no Brasil – um com Yasbek, no Rio, e o outro com seu irmão, em São Paulo. Um dia, Paulo souso fazer-se incluir na comitiva do Ministro da Justiça em visita ao Sul, meter na bagagem oficial o necessário para montar estação clandestina e deixá-la operando: Rádio Constitucionalista de Porto Alegre. Informava e desinformava.

Mas desinformação pode também levar a resultados contrários aos programados. Reclama estudo mais profundo mas não pode deixar de ser considerado o item referente ao quanto terá custado à credibilidade da Revolução, entre o povo paulista, o desrespeito à verdade, os abusos noticiosos cometidos pelos orientadores do noticiário. Paulo Duarte (*Palmares pelo Avesso*) sintetizou esse exagero registrando que

“(...) o conjunto das notícias de guerra deve ser de um otimismo capaz de manter em calma e sem alarme a população, mas esses otimismo não devem chegar ao exagero ridículo que se via em todos os jornais (...) só a estupidez seria capaz do que se via em descrição de heroísmos e bravatas. (...) os jornais irri-

tam profundamente aqueles que estão na linha de fogo.”

E isso aconteceu, muito.


O empenho em desinformar está flagrantemente presente no texto do redator do *Correio de São Paulo*, ao descrever uma retirada nada gloriosa:

“Historiaremos hoje outro episódio que ficará em nossa história como fato que honrará nossa mocidade guerreira. Referimo-nos à marcha realizada de Apiaí à Xiririca por uma coluna constitucionalista (...).”

Até o leitor menos arguto, indo ao mapa ou conhecendo a geografia, dar-se-ia conta da exata natureza daquela operação. E não teria robustecida a certeza da vitória.

O cientista social Oracy Nogueira, voluntário no Batalhão de Caçadores Diocesanos, de Botucatu, depõe que rodando a unidade de seca a meca, praticamente desarmada e desmuniada, ainda assim foi mantida na convicção de que a guerra era um triunfo, até o dia da desmobilização, em face da derrota, em fins de setembro.

Pedro Brasil Bandecchi narrou que seu pai, com escritório na Praça Manuel da Nobrega, centro da cidade de São Paulo, postava-se ao pé da banca de jornais ali existente. E media o decrescer do ânimo popular à medida que a geografia teimava em desmentir, com a sucessão dos nomes das cidades evacuadas, as vitórias anunciadas nas manchetes.

Por duas formas – a do adversário e a própria – a Revolução Constitucionalista de 1932 foi combatida e ferida pela desinformação. O que pode ser uma lição válida para todos os tempos. 

# O Emprego da Aviação na Revolução Constitucionalista de 1932

Manoel Cambeses Junior\*

**Resumo:** Comunicação apresentada no simpósio comemorativo do 70º aniversário da eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, realizado no período de 10 a 12 de setembro de 2002 e patrocinado pelo IGHMB e IHGB, discorre sobre o relevante papel da aviação nas ações de legalistas e revolucionários. Destaca, além das dificuldades logísticas encontradas, a organização dos comandos aéreos e as missões aéreas.

**Palavras-chave:** Revolução Constitucionalista de 1932, Aviação, missões aéreas.

A aviação teve relevante papel na Revolução de 1932, embora os dois lados em luta dispusessem de poucos aviões. O Governo federal contava aproximadamente 58 aeronaves divididas entre a Marinha e o Exército, já que a Força Aérea, nessa época, ainda não fora criada.

Em contrapartida, os paulistas possuíam apenas dois aviões *Potez* e dois *Waco*, além de um pequeno número de aviões de turismo. No final de julho, o governo rebelde conseguiu mais um aparelho, trazido pelo Tenente Artur Motta Lima, que desertou do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Os "vermelhinhos", como eram conhecidos os aviões do Governo federal, não apenas

atuaram nas linhas de combate, como foram utilizados para bombardear várias cidades paulistas, entre as quais Campinas, onde causaram grandes prejuízos. Serviam, igualmente, como meio de propaganda, deixando cair panfletos sobre as cidades inimigas e em locais de concentração das tropas rebeldes. Já os aviões das Unidades Aéreas Constitucionalistas (UAC) conhecidos como "gaviões-de-penacho", pouco puderam fazer.

Ainda assim, realizaram duas façanhas de grande impacto. Em 21 de setembro, num ataque de surpresa a Mojimirim (já em poder de Eurico Dutra), conseguiram inutilizar cinco dos sete aviões federais ali estacionados, antes que estes pudessem levantar vôo. No dia 24, três "gaviões-de-penacho" atacaram o couraçado *Rio Grande do*

\* Coronel-Aviador, sócio honorário do IGHMB.



*Sul*, fundado em Santos, com o objetivo de relaxar o bloqueio ao porto local. Nesse ataque, um dos aviões explodiu no ar, matando piloto e co-piloto. Os outros dois aparelhos, porém, conseguiram cumprir a missão. Dois meses antes, em 23 de julho, Santos Dumont, o Pai da Aviação, deprimido com a utilização de seu invento como arma de guerra, suicidava-se em Guarujá.

### AS FRENTES DE COMBATE DA REVOLUÇÃO DE 1932

Com a eclosão do movimento em São Paulo, logo na primeira semana as forças legalistas se desdobraram nos limites do estado, estabelecendo inicialmente duas frentes: uma ao sul, na fronteira com o Paraná, cujos elementos marchariam sobre São Paulo seguindo o eixo Itararé-Faxina (Itapeva)-Itapetininga; outra a leste, cujos componentes avançariam pelo vale do Paraíba. Posteriormente, outra frente se abriu na fronteira com Minas Gerais, sendo objetivo das forças aí desdobradas progredir com um flanco sobre o vale do Paraíba e com outro sobre Campinas, apertando o cerco sobre a capital.

Ainda na fase de ebulição política, quando ficou evidente a forte possibilidade de as sucessivas crises desembocarem em conflito armado, os contendores em potencial procuravam mobilizar os meios de combate mais avançados para impor a sua vontade. É óbvio que os dois lados reconheceram de pronto a importância da aviação, e ambos desenvolveram grandes esforços para enriquecer seus meios aéreos. Com presença marcante e decisiva nas três fren-

tes de combate, e mesmo sobre o mar, durante o bloqueio naval do Porto de Santos, a aviação foi responsável pela unicidade histórica da Revolução de 1932, na medida em que nenhum chefe pôde dela prescindir. Ela é referencial obrigatório em qualquer análise político-militar do movimento constitucionalista.

Na realidade, durante a guerra civil, ocorreu pela primeira vez, na história do País, o ensaio em escala considerável da arma mais temida do período de entre-guerras. Embora a disponibilidade de meios fosse modesta de parte a parte, os resultados da intervenção dos mesmos nos combates foram surpreendentes. Constitucionalistas e legalistas, nas três frentes, clamavam continuamente por maior presença da aviação, certos de sua condição de fiel da balança na dicotomia vitória/derrota.

A ânsia por meios aéreos manifestou-se desde os instantes iniciais da luta. Um dos primeiros atos paulistas foi ocupar o Campo de Marte, base do Exército nos arredores de São Paulo, onde se encontravam dois aviões *Potez 25 TOE* e dois *Waco CSO*, um dos quais pertencente ao Grupo Misto de Aviação, sediado no Campo dos Afonsos. Assim, na manhã de 10 de julho, a aviação constitucionalista compreendia quatro aviões, aos quais se acrescentariam, posteriormente, o *Waco CSO C-3* levado para São Paulo, no dia 21 de julho, pelo Primeiro-Tenente Arthur da Motta Lima, e o *Neuport Delage Ni D-72*, transportado na segunda quinzena de agosto pelo Capitão Adherbal da Costa Oliveira, por terem ambos os pilotos aderido à causa revolucionária. Além desses, uma série de aviões le-

ves foi posta à disposição dos rebeldes por proprietários privados: três *De Havilland DH 60x Moth*, dois *Harriot 410*, um *Nieuport Ni-81*, um *Morane-Saulnier MS29*, um *Curtiss JN-2* e um *Caudron 93-bis*. Alguns dias mais tarde foi acrescentado a essa frota heterogênea um *Laté 26*, requisitado da *Aeropostale*, com vistas a possível adaptação para bombardeio.

Também os legalistas cedo revelaram reconhecimento pelo valor potencial da nova arma. Já em 10 de julho, o General Góes Monteiro instruiu o Coronel Pessoa no sentido de solicitar ao Ministério da Guerra que mantivesse sempre à sua disposição três aviões armados.

No início das hostilidades, a aviação legalista era mais bem servida de meios aéreos. Da Aviação Militar foram mobilizados: o *Grupo Misto de Aviação*, com doze aviões *Potez 25 TOE* de observação e bombardeio e cinco aviões *WACO CSO* armados com metralhadoras e porta-bombas; a Escola de Aviação Militar, com um avião de bombardeio *Amiot 122*, um caça *Nieuport-Delage Ni D-72* e onze *De Havilland DH 60T Moth*, atualizados em missões de ligação, observação e regulagem de tiros de artilharia.

A Aviação Naval mobilizou a 18ª Divisão de Observação com quatro aviões *Vought 02V-2A Corsair* e a Flotilha Mista Independente de Aviões de Patrulha com três aviões *Martin PM* e sete *Savoia Marchetti S-55*. Para tarefas de ligação, reconhecimento e observação, havia, ainda, disponíveis 12 *De Havilland DH 60* e dois *Avro 504*.

Se o primeiro passo foi mobilizar os meios existentes, o segundo, tanto de le-

galistas quanto de constitucionalistas, foi adquirir meios complementares, necessariamente importados, já que a indústria local era incapaz de produzi-los. Dos contratos negociados pelo Governo federal, apenas um, referente à compra de 36 *Waco C90*, se concretizou com a rapidez necessária para permitir o emprego operacional no conflito. Dos 36, só dez foram montados a tempo de terem participação efetiva, mesmo assim com uma particularidade. A intenção era usar os *Waco C90* primariamente como aviões de caça, e secundariamente como de bombardeio e observação. O contrato especificou a instalação de metralhadoras de 7mm, com a finalidade de utilizar munição já fabricada no País para armamento de mesmo calibre usado na infantaria. Entretanto, como as munições aérea e terrestre têm características distintas, as metralhadoras dos *Waco C90*, em sua maioria, entravam em pane logo após as primeiras rajadas. Os aviões passaram então a cumprir, primariamente, missões de bombardeio e observação, e os poucos cujas metralhadoras aceitaram a munição autóctone eram intensamente solicitados e deslocavam-se para as três frentes, realizando missões primárias de caça.

Para os paulistas, as dificuldades de aquisição de material eram significativamente maiores. As negociações em Nova York, por exemplo, com a *Consolidated Aircraft*, para a compra de dez aviões *Fleet 10D*, quando quase concluídas, foram abortadas por intervenção direta do Governo brasileiro junto ao Departamento de Estado.

Só mesmo através de operação triangular em Buenos Aires, a fim de burlar cláusulas do Tratado de Havana, foi possível adquirir dez aviões *Curtiss O-13 Falcon* na fábrica de montagem da *Curtiss Wright Corporation*, em Los Cerrillos, Chile, pela quantia de US\$ 292.500. Eram aviões robustos, equipados com motor *Curtiss D-12* de 435 HP, velocidade máxima de 224km/h, raio de ação de 1.000km e teto de 4.600m, capazes de realizar bombardeio picado. Sem dúvida, foram os aviões mais aperfeiçoados que participaram da luta aérea.

O transporte desses aviões para o Brasil foi um desafio. Em princípios de agosto, pilotos americanos e ingleses, especialmente contratados, iniciaram os vôos de traslado, via Argentina e Paraguai. Dois aviões foram entregues a pilotos brasileiros em Encarnación, no Paraguai, próximo à fronteira argentina. No dia 25 de agosto, um dos aviões fez pouso forçado em Concepción, sendo apreendido pelas autoridades paraguaias sob a acusação de sobrevôo não-autorizado de seu espaço aéreo. Pouco mais de uma semana depois, outro *Falcon* sofreu acidente na Argentina, próximo à fronteira chilena. Finalmente, em 1º de setembro, os paulistas receberam os primeiros *Falcon* e as entregas posteriores foram feitas aos rebeldes brasileiros na cidade de Campanário, no sul de Mato Grosso. De lá eram trasladados para o Campo de Marte, a fim de receberem metralhadoras e porta-bombas, estes últimos já de fabricação nacional. Apesar do esforço hercúleo, apenas quatro *Falcon* participaram das operações

aéreas antes que a revolução chegasse ao fim. O primeiro emprego foi em 20 de setembro, em missão de bombardeio ao campo de Mojimirim.

## OS COMANDOS AÉREOS

Para emprego dos meios aéreos, o General Góes Monteiro dispunha em seu estado-maior de dois assessores, os capitães Vasco Alves Secco e Carlos Pfaltzgraff Brasil.

O Major Eduardo Gomes, comandante do Grupo Misto de Aviação, que desde o rompimento das hostilidades coordenava o emprego de sua unidade e dos reforços da Escola de Aviação Militar, foi designado, em 16 de setembro, comandante das Unidades Aéreas do Destacamento de Exército do Leste.

No dia 6 de setembro, foi designado comandante das Unidades Aéreas do Destacamento de Exército do Sul o Major Ajalmar Vieira Mascarenhas.

Os aviões da Marinha ficavam sob o controle operacional direto das autoridades navais, operando em apoio aos navios de superfície desdobrados nas proximidades do porto de Santos, para efetivação de bloqueio naval e também em apoio à flotilha naval de Mato Grosso, sediada em Ladário. Participaram, também, de operações com a Aviação Militar no vale do Paraíba e na frente sul, em missões de escolta e observação.

Os meios aéreos paulistas foram enfeixados nas mãos do Major Ivo Borges, comandante das unidades aéreas da aviação constitucionalista, e nas do Major Lysias A.



Rodrigues, comandante do Grupo de Aviação Constitucionalista.

## MISSÕES AÉREAS

Em termos de infra-estrutura de aeródromos, os paulistas tinham muito mais flexibilidade que os governistas. Enquanto estes dispunham apenas do Campo dos Afonsos, do Galeão e só muito mais tarde de Resende, aqueles serviam-se do Campo de Marte como base principal, significativamente aumentado durante a revolução, e também dos campos de Lorena, Taubaté, Mojmirim, Campinas e Itapetininga. De uma posição central em relação às zonas de combate, com facilidade de desdobramentos nos campos citados, os paulistas colocavam-se em posições bem próximas das três frentes, conseguindo assim, com os mesmos aviões e pilotos, a realização de grande número de surtidas.

Durante os primeiros dias de hostilidades, tanto legalistas quanto constitucionais empregavam seus aviões em missões de reconhecimento e propaganda. Assim, no dia seguinte ao rompimento das hostilidades, 10 de julho, os paulistas enviaram ao Rio de Janeiro um dos seus *Waco CSO*, com o objetivo de lançar panfletos, e nesse mesmo dia lançaram uma patrulha aérea de combate sobre São Paulo, constituída de dois *CSO* e um *Nieuport Ni D-80*, com a finalidade de interceptar aviões legalistas.

Três dias mais tarde, os governistas planejavam duas surtidas de *Potez 25 TOE*, executando-as em seguida. No curso da primeira, concentrações de tropas paulistas foram detectadas e atacadas perto de

Queluz e durante a segunda foi interceptado um *Waco CSO* paulista em vôo de observação perto de Bananal. O Tenente Márcio de Souza e Mello, no comando do *Potez 25*, iniciou a aproximação para o combate, desferiu as primeiras rajadas, mas, com problemas de sincronização das metralhadoras e ultrapassado em velocidade, abandonou a perseguição.

Sentindo a necessidade de dispor de um aeródromo mais próximo das frentes de combate, os legalistas planejaram a ampliação do campo de Resende que, embora só tenha adquirido plena operacionalidade na segunda quinzena de agosto, foi usado pela aviação legalista desde meados de julho.

Assim, em 16 de julho, dois *Potez 25 TOE* e dois *Waco CSO* da Aviação Militar decolaram do Campo dos Afonsos e pousaram em Resende, onde os esperava um *Vought 02V-2A Corsair* da Aviação Naval, para realizarem missão conjunta sobre São Paulo. Os dois *Waco CSO* lançariam panfletos, os dois *Potez 25 TOE* atacariam o Campo de Marte, enquanto o *Vought 02V-2A Corsair* faria a cobertura de escolta. No dia seguinte, os legalistas renovaram o ataque ao Campo de Marte com três *Potez* e um *Amiot Bp 3*, lançando bombas de 50 libras, sem grandes danos para as instalações. Nesse mesmo dia, um *Potez* atacou o campo de Taubaté.

A situação no vale do Paraíba, inicialmente favorável aos paulistas, evoluiu mais tarde para vantagem dos legalistas. Com a finalidade de reduzir a iniciativa dos paulistas nessa área, os governistas montaram uma série de ataques aéreos a pontos críticos

das posições defensivas adversárias. Em 20 de julho, três *Waco* e três *Potez* cumpriram missões de apoio aéreo aproximado em proveito das forças governistas que defendiam São José do Barreiro, então sob pesado bombardeio da artilharia paulista. Os aviões concentraram os ataques sobre as baterias, destruindo-as totalmente e aliviando a pressão que então exerciam.

Os ataques aéreos foram, para ambos os contendores, a grande novidade da Revolução de 1932, não raro causando pânico nos combatentes terrestres. Este efeito foi explorado ao máximo pelos legalistas, que instituíram a prática de usar patrulhas aéreas sobre tropas rebeldes, muito mais para fins psicológicos do que propriamente pelo que poderiam representar certos alvos de oportunidade. Os *Waco CSO* de cor vermelha, que desempenharam grande parte dessas missões de inquietação, eram temidos e foram logo apelidados pelos paulistas de “vermelhinhos”.

Dada a inferioridade de meios no vale do Paraíba, os paulistas resolveram concentrar seus recursos aéreos na frente sul, onde havia total ausência de oposição aérea legalista. Assim, o Major Lysias Rodrigues desdobrou o Grupo de Aviação Constitucionalista com dois *Potez* e três *Waco* no campo de Itapetininga, próximo da linha de frente.

Desse ponto privilegiado, a partir de 16 de julho, aquela unidade aérea passou a hostilizar as forças legalistas, atacando concentrações de colunas, comboios e linhas ferroviárias. Usando tática de aviões isolados ou aos pares, cada piloto realizando duas ou três surtidas por dia e sem oposi-

ção aérea, o grupo procurou conter o avanço das tropas do General Waldomiro Lima, inquietando, retardando e causando baixas. A tal ponto que o comandante da frente sul se viu na contingência de solicitar apoio aéreo urgente ao quartel-general no Rio de Janeiro. Finalmente, em 26 de julho, um *Potez* chega a Faxina, aeródromo recentemente ocupado pelas tropas governistas.

Tão logo o *Potez 25* foi reabastecido e armado, decolou de Faxina para uma missão de reconhecimento armado à base dos constitucionalistas em Itapetininga, pilotado pelos tenentes Carlos França e Antônio Lemos Cunha. O avião atacou o QG da aviação rebelde e, no retorno, bombardeou um comboio de tropas.

No dia seguinte, duas novas surtidas foram realizadas, e, no dia 28, ao atacar o campo de Itapetininga onde havia um *Waco* estacionado, foram lançadas duas salvas de bombas que, entretanto, não atingiram o alvo. Sentindo que enfim começara a encontrar oposição aérea, o Major Lysias procurou imediatamente neutralizar a ameaça potencial. Despachou dois *Potez* para Faxina que, surpreendendo o avião governista estacionado, não tiveram dificuldades em atacá-lo, causando-lhe sérios danos e indisponibilidade prolongada. Com isso, a frente sul perdeu o apoio aéreo de que tanto necessitava.

No dia 5 de agosto, entretanto, mais um *Potez* deixou Resende com destino a Faxina, a fim de substituir o avião danificado dias antes.

No dia 8, empenhado em missão na parte da manhã, foi interceptado por uma for-



mação paulista de dois *Waco* e um *Potez*, sob o comando do Capitão Gomes Ribeiro, mas conseguiu escapar. Na tarde desse mesmo dia, no entanto, na execução de nova surtida, foi mais uma vez interceptado pela mesma formação rebelde, desta vez sob o comando do Major Lysias, e, em combate aéreo na região de Buri, o *Pótez* governista recebeu vários tiros no radiador de água, e foi obrigado a aterrar fora de campo, no interior das linhas amigas, felizmente sem danos pessoais, mas com perda total do equipamento.

Querem alguns pesquisadores que o *Potez 25 TOEA-117* tenha sido o primeiro avião abatido em combate aéreo na América Latina, antecipando-se em oito semanas a evento semelhante em 30 de setembro de 1932, quando um avião paraguaio *Wibault 73* foi derrubado por um *Vickers 143*, na Guerra do Chaco, conforme consta dos registros aeronáuticos internacionais.

Três dias depois, 11 de agosto, um terceiro *Potez* é deslocado para Faxina. Já no dia seguinte, escoltado por dois *Vought Corsair* da Marinha, decolou para missão de ataque à base de Itapetininga, mas não encontrou qualquer oposição aérea porque o Grupo de Aviação Constitucionalista se deslocara para Lorena, a fim de tentar barrar o avanço governista no vale do Paraíba e na frente mineira.

Chegados a Lorena, foram logo empenhados em ataques a pontos fortes da frente legalista, surpreendendo as tropas há muito habituadas apenas ao sobrevôo de aviões amigos. Com o intuito de marcar o seu espírito ofensivo, os rebeldes planeja-

ram um audacioso ataque ao campo de Resende, levado a efeito no dia 13 de agosto à 01h30min, sem maiores conseqüências táticas, mas constituindo-se no primeiro ataque aéreo noturno realizado na América Latina. É o que afirmam alguns pesquisadores, declarando que ele precedeu de dois anos e quatro meses o alegado primeiro ataque do avião naval paraguaio *Macchi M 18*, que consta nos registros aeronáuticos como tendo sido realizado em 20 de dezembro de 1934.

Como resposta à afronta, os legalistas executaram nesse mesmo dia um ataque maciço ao campo de Lorena, com cinco *Potez* e dois *Waco* dos recentemente chegados dos Estados Unidos. Embora surpreendessem os aviões paulistas estacionados e realizassem ataques durante cinco minutos, nada disso impediu que conseguissem decolar com os aviões na direção de São Paulo.

Logo depois desse ataque, os paulistas desfecharam um outro contra Areias, ocupada pelos governistas, utilizando um *Potez* e dois *Waco*. Perto de Bom Jesus da Bocaina, durante o retorno, interceptaram um *Potez* governista, pilotado pelo Tenente José Cândido de Murici Filho, tendo como observador-metralhador o Tenente José Vicente de Faria Lima, que estava bombardeando a usina elétrica local. Houve rajadas de parte a parte, sem perdas, mas os rebeldes desengajaram do combate por falta de munição e combustível.

No dia seguinte, depois de realizar missões em Queluz e Areias, os paulistas retornaram a Lorena, e, concluindo que estavam em vias de perder este campo avan-

çado, retraíram para a antiga base de Itapetininga.

Na segunda quinzena de agosto, intensificaram-se as ações aéreas de ambos os contendores.

Os paulistas retornaram ao vale do Paraíba e no dia 22 houve um combate aéreo envolvendo um *Waco* e um *Nieuport*, do lado dos paulistas, e um *Waco* e um *Potez*, do lado do Governo. Os aviões paulistas regressavam de um ataque às tropas na região de Queluz e os do Governo, que tinham tomado conhecimento antecipado do ataque, decolaram de Resende para persegui-los. Houve troca de rajadas entre os combatentes, mas nenhum avião foi abatido.

No dia 23, três *Potez* e dois *Waco* legalistas descobriram a base de Guaratinguetá, onde estavam estacionados dois *Waco*, dois *Potez* e um *Nieuport*, os quais regressaram pouco antes de um bem-sucedido ataque às tropas governistas na região de Cunha. Os cinco aviões legalistas iniciaram a corrida de bombardeio do Sul, atingindo em cheio um dos *Potez* rebeldes, que se fez em chamas. Em consequência, os quatro aviões remanescentes retraíram para São Paulo.

Em 26 de agosto, a aviação constitucionalista passou a operar simultaneamente de Mojimirim, a pequena distância da fronteira mineira e do Campo de Marte, em apoio a um batalhão que lutava desesperadamente para manter a posse de Itatiaia, conquistada pelos legalistas no dia seguinte.

A situação para os rebeldes deteriorava-se seriamente, obrigando a esforço máximo dos pilotos, do pessoal de apoio e das

máquinas. Como consequência, o Grupo de Aviação Constitucionalista retraiu para a base principal, o Campo de Marte.

Conquistadas novas posições, os legalistas pressionavam na frente mineira. Para isso, três *Waco* deslocaram-se de Resende e passaram a operar de Pouso Alegre, com quilômetros a nordeste de Mojimirim. Simultaneamente, os aviões baseados em Resende desenvolveram operações intensas no vale do Paraíba. E, para aumentar a pressão sobre os rebeldes, dois *Waco* deslocaram-se para Faxina no dia 1º de setembro. Assim, a aviação legalista marcava presença nas três frentes de combate.

Na frente mineira, a ofensiva terrestre acelerou-se e os paulistas começaram a ceder terreno. No dia 5 de setembro, as forças governamentais ocuparam Mojimirim e seus aeródromos. Seis dias depois, três *Waco* foram transferidos de Pouso Alegre para a cidade conquistada, apesar de a frente dos combates encontrar-se ainda próxima ao aeroporto. Eles fustigaram continuamente as tropas rebeldes nas estradas e ferrovias ao sul de Mojimirim.

Nesses combates faleceu o único piloto legalista, Segundo-Tenente Lauto Aguirre Horta Barbosa, atacando uma composição ferroviária na região de Casa Branca, quando o *Waco* que pilotava foi abatido pelo fogo de armas antiaéreas.

Também na frente sul a ofensiva legalista acelerou-se, a despeito do potencial dos constitucionalistas e de seu grupo de aviação. Itapetininga continuava em uso, apesar de bem próximo da frente de combates terrestres. No dia 17 de setembro, entretanto, percebendo a ativa oposição aérea

também nessa frente e a progressão das forças terrestres, os paulistas sentiram que seria temeridade operar de aeródromo tão próximo da linha de frente e assim, dois dias depois, evacuaram definitivamente Itapetinga, que lhes servira de base desde o início do conflito.

As forças em confronto no transcorrer da Revolução de 1932 tiveram oportunidade de exercitar técnicas de comando e estado-maior na condução das operações terrestres e aéreas.

Os ensinamentos da Primeira Guerra Mundial, aqui transmitidos ao Exército pela Missão Militar Francesa nas escolas de estado-maior e de aperfeiçoamento, sistematizaram os trabalhos nos escalões de comando, planejamento e execução, ensejando a emissão de documentos nos três níveis, através dos quais podem ser analisadas as operações terrestres e aéreas levadas a efeito durante a Revolução de 1932.

Três dias após o rompimento das hostilidades, os primeiros navios da Marinha chegaram às costas de São Paulo, iniciando o bloqueio do porto de Santos.

Para o apoio a esses navios e a outros que a eles se juntariam, nesse mesmo dia, três *Savoia-Marchetti S 55* e dois *Martin P1S* deslocaram-se para Vila Bela, na Ilha de São Sebastião. Além das missões de apoio aéreo às unidades navais, era intenção da Marinha empregar os aviões acima, juntamente com quatro *Vought O2U-2A Corsair*, em ataques a alvos terrestres. Os *Corsair* na configuração flutuadores operavam do Galeão, por ser tecnicamente contra-indicado fazê-lo ao largo de Vila Bela, o que levou a Marinha a aumentar o

campo de pouso da ilha e utilizar a configuração rodas, a fim de poder operá-los mais próximo da área de combate, fazendo o patrulhamento da costa paulista entre Santos e Parati.

No dia 18 de julho, dois *Corsair* em missão de reconhecimento armado no eixo Parati-Cunha-Lagoinha foram hostilizados por fogo antiaéreo e interceptaram um *Potez* rebelde que conseguiu fugir protegendo-se na nebulosidade existente na região. Três dias depois, dois *Corsair* receberam a missão de atacar uma bateria, cujos fogos estavam barrando o avanço de um batalhão de fuzileiros navais na área de Cunha. Após demorada busca sem conseguir localizá-la, a patrulha preparava-se para regresso à base quando o Capitão-de-Corveta Petit avistou uma concentração inusitada de carros de boi e carroças de cavalo. Descendo para investigar, foi atacado por fogo de armas de pequeno calibre e decidiu soltar suas bombas sobre a concentração, a 15m de altura. À explosão das bombas aéreas, para surpresa do piloto, seguiram-se várias outras. O reconhecimento posterior mostrou tratar-se da destruição de morteiros e sua dotação de munição, ou seja, destruição da bateria que barrava a progressão dos fuzileiros, propósito atribuído aos *Corsair* comandados por Petit.

Para reforçar a Aviação Militar desdobrada no vale do Paraíba, dois aviões *Corsair* permaneceram regularmente em alerta no Galeão, enquanto os outros dois apoiavam as unidades navais, partindo do campo de Vila Bela, já com novas dimensões. No dia 27 de julho, estes últimos receberam a missão de escoltar um *Martin PM* e



dois *Savoia Marchetti S-55* no ataque às instalações da Light em São Paulo, mas a missão foi abortada. No dia seguinte, nova tentativa de ataque a Cubatão, também sem sucesso, por conta de precárias condições atmosféricas sobre o alvo. A terceira tentativa, no dia 29, com um *Savoia Marchetti* e um *Corsair*, foi positiva quanto ao ataque, mas os resultados do bombardeio foram insignificantes.

Na segunda quinzena de agosto, quando os ataques nas três frentes terrestres se intensificaram, a Aviação Naval executou uma série de vôos de patrulha, de reconhecimento e de ataque ao longo do litoral paulista, coincidindo com aquela ofensiva.

Hostilizados pelos rebeldes que ocuparam o Forte de Itaipu, no dia 3 de setembro, três *Savoia Marchetti* escoltados por um *Corsair* realizaram um primeiro ataque ao forte, seguido de outro no dia 5, que resultou em sérios danos com destruição de vários canhões.

No mês de setembro, com a chegada dos primeiros *Falcon* ao Campo de Marte, um deles foi destacado para Mato Grosso, com o objetivo de atacar o monitor *Per-nambuco*, fundeado no Rio Paraguai próximo a Porto Esperança. Pilotado pelo americano Otton Hoover e tendo como observador Juvenal Paixão, durante três dias, cinco ataques foram conduzidos contra o navio, causando-lhe sérios danos.

Para a devida proteção aérea a seus navios fluviais, a Aviação Naval transladava para Ladário, em agosto, com grande dificuldade, dois aviões *Avro 504* equipados com flutuadores e armados com uma única metralhadora *Vickers*. Esses aviões

fizeram inúmeros vôos de ligação e reconhecimento em proveito das forças governistas do Destacamento Nery da Fonseca e em apoio à Flotilha naval de Mato Grosso. Foram pilotados nessas missões pelo Capitão-Tenente Ary de Albuquerque Lima e pelo Primeiro-Tenente Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio. Na realidade, os aviões não tinham condições de enfrentar os *Falcon* em combate aéreo, por serem operacionalmente inferiores.

Ainda durante o mês de setembro, aviões *Corsair* participaram das operações aéreas na frente sul.

## A FASE FINAL DO CONFLITO

Com a retirada do Grupo de Aviação da base de Itapetininga, em 19 de setembro, a situação tornava-se crítica para os constitucionalistas. As forças legalistas avançaram em todas as frentes, e a resistência rebelde começava a entrar em colapso. O número de surtidas da Aviação Militar crescia significativamente à proporção que o conflito marchava para a inevitável conclusão, sendo que os *Waco* baseados em Mojimirim chegaram a cumprir cinco missões por dia.

Mesmo acuada, a aviação paulista ainda resistia. No dia 20 de setembro, pela primeira vez, os aviões *Falcon* entraram em ação na frente mineira, bombardeando o campo de Mojimirim. Eram ao todo dois *Falcon*, um *Waco* e um *Nieuport Delage* fazendo a escolta. Quinze minutos antes do bombardeio tinham acabado de aterrizar quatro *Waco* legalistas em trânsito para a frente sul; dois desses aviões foram incendiados e dois sofreram danos menores.

Entusiasmada com o sucesso desse ataque, a aviação constitucionalista executou, quatro dias depois, um ataque diversionário aos navios de guerra que faziam o bloqueio de Santos, com a finalidade de fazê-los concentrar a atenção nos aviões, dando chance ao navio *Ruth*, que trazia armamento e munição para os rebeldes, de iludir o bloqueio naval e entrar no porto. Para a missão foram designados dois *Falcon* e um *Waco*, mas o ataque não teve sucesso e foi abatido pelo fogo antiaéreo do cruzador *Rio Grande do Sul* o *Falcon* pilotado pelo Primeiro-Tenente Gomes Ribeiro, que tinha como observador o Dr. Mario Machado Bittencourt, matando os dois tripulantes. Essa missão foi o canto do cisne do Grupo de Aviação Constitucionalista.

A importância do navio *Ruth* para os paulistas pode ser avaliada através do registro publicado na obra *Os Engenheiros de São Paulo em 1932*, de Artur Morgan. No capítulo "Ruth", referindo-se a uma visita de navios de guerra a São Paulo, entre os quais estava o próprio *Ruth*, incorporado à esquadra após a revolução e rebatizado com o nome de *Rio Branco*, assim se expressou o autor: "Que ironia da sorte! Como entraste hoje em Santos, e como seria se tivesses entrado em 1932!"

Nos últimos dias de setembro, ficou claro para os paulistas a impossibilidade de reversão do curso do conflito. Em 29, tiveram início as negociações para o cessar-fogo. O Coronel Oswaldo Villa Bella, chefe do estado-maior do General Ber-

tholdo Klinger, e o Major-Aviador Ivo Borges foram os militares que, representando as forças constitucionalistas, compareceram ao QG do General Góes Monteiro para assinar o armistício, o qual se consumou em 3 de outubro.

Com o término da revolução, os Majo- res Ivo Borges e Lysias Rodrigues, o Capitão Adherbal da Costa Oliveira, os primeiros-tenentes Orsini de Araújo Coriolano e Arthur da Motta Lima, todos reformados pelo Governo, exilaram-se em Lisboa e Buenos Aires.

Anistiados em 1934, pelo Decreto nº 23.674 de 2 de janeiro, foram todos reintegrados em seus quadros.

Conquanto o número de aeronaves diretamente empregadas nas missões de combate tenha sido reduzido e a eficácia operacional relativamente modesta, não há dúvida de que a progressão das forças de superfície foi significativamente afetada pelas operações aéreas de ambos os lados.

Legalistas e constitucionalistas sofreram o ineditismo e a violência dos bombardeiros e às vezes tentavam, de fuzil na mão, atingir os velozes aparelhos que espalhavam a morte e a destruição. Todos acompanhavam os vertiginosos piques, flexando a terra com fulminantes rajadas, quase sempre indefensáveis. E quantos admiravam a audácia dos pilotos ao mesmo tempo maldizendo a diabólica aplicação da arma aérea.

Como asseverou Glauco Carneiro: "A Aviação foi a trágica surpresa da revolução."





# Raízes e Evolução da Cavalaria

*Nilson Vieira Ferrreira de Mello\**

**Resumo:** Palestra proferida em 24 de setembro de 2002, no auditório do IGHMB, discorre sobre a origem e evolução da espécie eqüina e sua utilização nos primórdios da civilização, e sobre o surgimento da Cavalaria e sua evolução até os nossos dias.

**Palavras-chave:** Cavalo, Cavalaria, evolução.

## O CAVALO E SUAS ORIGENS

**D**esde quando o homem logrou domar os pôneis selvagens das estepes, o cavalo e seus assemelhados do gênero *equus* participaram intensamente das atividades humanas. Os ancestrais mais remotos desse colaborador do gênero humano em sua obra civilizadora surgiram no planeta – e no continente americano – há 50 ou 60 milhões de anos. Eram animais de pequeno porte, de talhe entre uma lebre e uma raposa, que possuíam quatro dedos nas patas dianteiras e três nas traseiras.

Esses pequenos mamíferos corriam livremente pelas pradarias cobertas de densa e úmida relva e, a despeito de convivem com animais gigantes e de não possuírem meios poderosos de defesa,

conseguiram sobreviver graças à sua velocidade e agilidade.

Robustos e prolíferos, prosperaram em número e evoluíram para se adaptarem às mudanças radicais do meio ambiente ocorridas na sucessão das eras geológicas. Há cerca de um milhão de anos, atingiram aproximadamente a aparência que têm hoje: seu porte avantajou-se, os dedos das patas fundiram-se em um único, cuja unha formou o casco, e os dentes tornaram-se adequados à função de triturar.

Esse vigoroso quadrúpede, que fora capaz de suportar os mais rudes climas e as mais severas mudanças ecológicas, sobrevivendo mesmo diante de espécies maiores e dotadas de meios poderosos de agressão, espalhou-se pelo continente americano. No seu perambular em busca de pastagens, tomou o rumo norte, atingiu o estreito gelado de Bhering e derramou-se

\* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio honorário do IGHMB.



pelas vastidões asiáticas, de onde alcançou a Europa.

É curioso observar que, se não houvesse ocorrido essa migração, a história da civilização teria se desenvolvido segundo outro ritmo e, talvez, de maneira muito diferente. É que, por causas ainda não definitivamente esclarecidas, o cavalo foi extinto no seu *habitat* original durante a era glacial, antes mesmo do seu primeiro contato com o ser humano. Portanto, o homem não teria sequer conhecido esse prestimoso colaborador, não fosse aquela extraordinária migração.

O homem primitivo, caçador por instinto e necessidade, via o cavalo apenas como mais uma presa capaz de fornecer-lhe alimento. Foi somente no terceiro milênio a.C. que ele conseguiu domesticá-lo, não para o utilizar como meio de transporte – é curioso notar – mas como reserva alimentar, isto é, como provedor de leite e de carne. Nas longas travessias das vastidões asiáticas, os povos nômades tangiam manadas de éguas às quais alguns garranhões eram incorporados para garantir a perpetuação dos rebanhos, pois os machos da espécie eram deixados em liberdade devido à sua indocilidade.

Durante milhares de anos mais, montar a cavalo iria permanecer uma habilidade desconhecida.

## O CAVALO NOS PRIMÓRDIOS DA CIVILIZAÇÃO

O mais antigo registro histórico da utilização do gênero *equus* para outros fins que não o alimentar data de 1.500 anos a.C. Trata-se da figura de um carro, tirado por uma parilha de animais, pintada no estandarte da

cidade sumeriana de Ur. Portanto, o cavalo teria sido primeiramente empregado na guerra quando da invasão da Mesopotâmia por hordas nômades, provenientes da Ásia Central. Esse nobre animal, que viria a formar com o homem eficaz binômio de combate, surgiu no campo de batalha puxando carros, os quais eram pesadas viaturas de dois eixos e quatro rodas inteiriças, isto é, sem raios, destinadas a levar os guerreiros à distância da luta corpo a corpo.

Os egípcios, mais tarde, empregaram carros mais leves como uma plataforma para acercarem-se rapidamente do inimigo, atingi-lo com suas armas e retrocederem para sua linhas. Davam, portanto, ênfase à velocidade, colocando o eixo de suas viaturas de duas rodas bem para a retaguarda.

Já os hititas da Ásia Menor exploravam o poder de choque dos carros para romper o dispositivo do adversário e, para tanto, colocavam o eixo das suas viaturas, igualmente de duas rodas, bem no centro, a fim de aumentar-lhes a estabilidade.

Observa-se, assim, que desde aqueles recuados tempos, o emprego dos carros na guerra já oscilava entre o poder de choque, para esmagar o inimigo, e a velocidade, para surpreendê-lo.

O cavalo não é o único animal que tem sido empregado na guerra. A necessidade de dispor de grande força e resistência em atividades bélicas tem levado o homem a utilizar, antes da vulgarização do motor, elefantes, camelos, muares e até bois para deslocar e transportar cargas pesadas. Outras características e habilidades dos animais também têm sido exploradas em diversas ocasiões. Os cães, pelo seu faro e fidelidade,



são ótimos em atividades de guarda, assim como os gansos, que têm a seu crédito o episódio histórico do alarme que deram quando do ataque dos gauleses ao Capitólio, em 390 a.C. Os pombos-correio desempenharam um papel importante na transmissão de mensagens, quando não existiam ainda os meios eletroeletrônicos de comunicações. Em 1870, por exemplo, foram eles que garantiram a comunicação da Paris sitiada com o restante do Exército francês. Ainda recentemente, foram realizadas experiências para utilizar golfinhos em missões de guerra, aproveitando-se a inteligência e a capacidade que têm esses mamíferos aquáticos de serem adestrados.

## O SURGIMENTO DA CAVALARIA

É provável que o guerreiro montado, seja em plataforma tirada por animal, seja sobre o dorso do cavalo, do elefante ou do camelo tenha surgido como resposta à conveniência de se obter uma posição dominante no combate.

Essa categoria especial de combatente, a par da dominância, acabou por adquirir também mobilidade e potência de choque. Delineavam-se, assim, as características básicas que iriam determinar o aparecimento da cavalaria como arma.

O termo *cavalaria*, para designar essa estirpe especial de guerreiros, talvez não derive, como muitos supõem, do vocábulo *cavalo*. Alguns estudiosos são de opinião que ele vem de cava, espécie de lança longa com que se armavam os combatentes montados de outrora. Outros pesquisadores acham que cavalaria vem de *akva*, pa-

lavra sânscrita que designava as plataformas utilizadas pelos persas e macedônios para obter a dominância a que aludimos. Dario, no século IV a.C., e Alexandre, no século III da mesma era, empregaram largamente essas plataformas, assim como formações a cavalo, como instrumentos de combate capazes de assegurar-lhes as vantagens da dominância, da velocidade e da potência de choque.

Desde então, a história da cavalaria tem-se constituído numa longa série de adaptações às condições sempre mutáveis das guerras, como aliás também ocorre com as demais armas. Essa contínua evolução de meios e formas de emprego não resulta, porém, de mero esforço de sobrevivência. Ao contrário, é a permanência de determinadas necessidades operacionais, como cobertura e reconhecimento, e de determinados princípios de guerra, como segurança, manobra e economia de meios que tornam eterna a arma capaz de satisfazer àquelas e a estas.

Na Antigüidade, ocorreu o emprego de massas de combatentes montados, a princípio empiricamente, mas depois com razoável conhecimento das características e possibilidades dessas formações. Nas Guerras Púnicas (264 a 201 a.C.) podemos situar o surgimento da cavalaria como arma; nelas, os cavaleiros númidas, a serviço de Cartago, ofereceram exemplos de emprego judicioso desse tipo especial de combatentes, o mais brilhante dos quais ocorreu na batalha de Canae (216 A. C.). Aníbal, comandando 50 mil cartagineses contra 70 mil romanos de Varro, soube aproveitar magistralmente suas frações a cavalo, comandadas por

Asdrúbal e Maharbal, para envolver e aniquilar o inimigo, transformando a enorme desvantagem numérica em que se encontrava em arrasadora vitória. Findos os combates, os romanos tiveram 48 mil mortos e 13 mil prisioneiros, contra a perda de somente 6 mil cartagineses.

## A EVOLUÇÃO DA CAVALARIA

Na Idade Média, a arte militar definhou até recuperar-se, já no final desse período, com o aparecimento de novos engenhos bélicos e de novas organizações militares. Conquanto tenha sido uma época histórica de muitos conflitos, na qual o homem d'armas predominou, e tenham ocorrido alguns eventos bélicos de vulto, como as Cruzadas e a Guerra dos Cem Anos, a batalha nela perdeu a característica de entrecchoque de massas organizadas, impulsionadas por um comando. As manobras, os esquemas táticos e o exercício da liderança não podiam prevalecer na série de duelos individuais em que se transformara a batalha, duelos estes nos quais os únicos requisitos eram a destreza e a bravura. A cavalaria tornou-se, então, pesada e couraçada, esquecendo-se da mobilidade e da flexibilidade. Contudo, manteve o predomínio no campo de batalha e elevado prestígio na sociedade feudal, do qual é exemplo a instituição da Cavalaria.

Um fato novo viria, afinal, tirar a cavalaria dessa despreocupada superioridade. Foi o aparecimento da bombardarda, ancestral do canhão, na batalha de Crécy (1346), durante a Guerra dos Cem Anos. A perplexidade causada pela novidade, mais do que

a eficácia do tiro desse engenho rudimentar, contribuiu para a dizimação da cavalaria francesa diante da infantaria inglesa. Crécy foi o túmulo de 1.200 cavaleiros franceses, fato que abalou a galharda confiança dos nobres de armadura e penacho, que podiam ser derrubados de suas montadas pelo impacto de bolas de ferro, ficando à mercê do mais humilde besteiro.

Em face dessa estrondosa derrota, a reação da cavalaria francesa foi de apejar para combater. E assim vamos encontrá-la diante da cavalaria inglesa a cavalo, na batalha de Poitiers (1356), ainda na Guerra dos Cem Anos, julgando estar aproveitando a experiência dolorosamente colhida dez anos antes. O resultado foi nova e fragorosa derrota, que culminou com a captura do seu rei, João III, o Bom, pelo Príncipe de Gales, filho de Eduardo III, chamado de Príncipe Negro por causa da cor da armadura que usava.

Estava, assim, criada a primeira grande dúvida sobre o emprego de uma arma que, até então, movimentara-se desembaraçadamente no campo de batalha. Mas, a Guerra dos Cem Anos não terminaria sem presenciar o emprego adequado das formações de cavaleiros. Surpreendentemente, foi uma jovem camponesa da Lorena quem iria oferecer os exemplos de emprego correto do combatente montado. Joana D'Arc, exaltada pelo sentimento de predestinação para a tarefa de libertar a França da ocupação inglesa, mostrou que, se era temerário investir a cavalo contra um inimigo em posição favorável à defesa, era ainda mais insensato apejar diante de suas formações montadas.

Com o passar do tempo, aperfeiçoou-se o armamento e firmou-se a importância

do fogo no campo de batalha. Não obstante, alguns cavaleiros insistiam em apresentar-se nos combates em elegantes uniformes de gala e dispostos em rigorosas formações de parada. Julgavam a bala vil e traiçoeira, porque disparada por mãos covardes, que não ousavam enfrentar aqueles que feriam. Tendiam, assim, a desprezá-la; atitude que tornava as pesadas baixas impeditivas da vitória. Tal procedimento, conquanto bravo, logo iria determinar nova revisão no emprego da cavalaria.

Mais uma vez, a reação pecou pelo exagero. Impressionada com a crescente importância do fogo na guerra, a cavalaria jogou fora suas lanças e armou-se de pistolas. Os esquadrões, antes impetuosamente lançados ao entrevero, passaram a marchar para o inimigo executando uma bizarra manobra denominada *caracol*. Essa espécie de carrossel consistia em dispor-se os esquadrões em linhas sucessivas de sorte que, ao aproximar-se a primeira do adversário à distância de um tiro de pistola, os cavaleiros disparavam as suas armas e infletiam à esquerda e à direita, deixando o campo livre à segunda. O processo deveria prosseguir até obter-se suficiente desorganização do inimigo que permitisse o assalto final, a fio de espada. É óbvio que os disparos de pistola jamais atingiam o efeito desejado, ao passo que o longo desfilar diante do adversário ocasionava muito mais baixas do que a carga fulminante. E, pior ainda, essa forma de emprego representava o abandono da mobilidade e do espírito ofensivo da cavalaria, afinal recuperado na batalha de Rocroi (1643), durante a Guerra dos Trinta Anos. Nela, Condé, diante de uma situação deses-

peradora, lançou seus esquadrões sobre as alas e a retaguarda do inimigo, destroçando o escol da infantaria espanhola.

A partir de então, tendo se reencontrado com suas missões, a cavalaria manteve seu lugar na batalha, a despeito do fogo. Os comandantes afinal perceberam que, se explorassem convenientemente sua mobilidade, sua passagem pela zona dos fogos eficazes do inimigo era muito rápida, da ordem de dois a três minutos. E, quando ela entrava nessa zona, a ameaça que representava era de tal ordem que o inimigo preferia fugir a atirar.

Durante o último quartel do século XVII e todo o século XVIII, a cavalaria conservou integralmente sua mobilidade e aptidão para a manobra, mesmo a despeito do fogo. Este, aliás, não tinha grande profundidade no campo de batalha. Durante o período napoleônico, o alcance dos canhões era de 400m e o dos fuzis 200m. Todavia, ninguém negava mais sua importância no combate, ofensivo ou defensivo, e tanto carga como o assalto a arma branca dependiam do apoio de fogo para serem bem-sucedidos.

Mas, a crescente densidade do fogo no combate tornava cada vez mais onerosas as ações frontais, aumentando a importância das manobras de ala, em busca dos flancos e da retaguarda do inimigo. Esse novo conceito operacional contemplou a cavalaria com renovado destaque no campo de batalha. Napoleão soube explorar magistralmente as características manobreadas da arma do movimento. Constituiu grandes massas de cavalaria e empregou-as em missões de exploração e segurança, de forma a conhecer a localização e as possibilidades



do inimigo, e assim prover-se da liberdade necessária para tomar decisões. Durante a batalha, fixava o inimigo e o desgastava para, empregando a cavalaria, desbordá-lo ou envolvê-lo, obrigando-o a empenhar suas reservas. Ao primeiro sinal de desorganização do dispositivo do adversário, dirigia o esforço principal para o ponto de ruptura e culminava a batalha com profunda perseguição, lançando seus esquadrões no aproveitamento do êxito. Assim procedeu em muitas das batalhas que compõem a brilhante constelação das suas vitórias.

O grande gênio militar organizou sua cavalaria em três categorias. A primeira, considerada de elite porque voltada para as ações decisivas, era a cavalaria pesada, constituída pelos couraceiros. Havia, na *Grande Armée*, 14 regimentos desse tipo, cujos cavaleiros usavam meia armadura no peito e nas costas, capacete metálico e eram armados de espada e pistola. Montavam cavalos de grande porte, tanto franceses como prussianos e austríacos. Os regimentos de couraceiros eram enquadrados por divisões e constituíam a espinha dorsal das reservas dos exércitos do imperador. Seu emprego buscava a decisão pela ação de choque, isto é, pela carga. Esta era metodicamente executada, segundo preconizara Frederico, o Grande, para a cavalaria prussiana: o primeiro terço da distância entre os dispositivos amigo e inimigo devia ser percorrido ao trote, joelho com joelho; em seguida, os couraceiros punham seus cavalos ao galope controlado para preservar a formação e, em consequência, a ação de massa para, apenas nos 50 metros finais, passarem ao galope de carga, para aumenta-

rem o *momento*, vale dizer, o produto da massa pela velocidade.

A segunda categoria da cavalaria napoleônica – e a mais numerosa – era a constituída pelos dragões, capazes de combater tanto a cavalo como a pé. Recebiam, para isto, instrução de infantaria, até mesmo de combate a baioneta.

A terceira categoria era formada pelos hussardos e caçadores a cavalo, que trabalhavam em proveito de escalões de comando criados por Napoleão, os corpos-de-exército, provendo-lhes reconhecimento e segurança. A esta categoria juntaram-se, em 1809, os lanceiros, novamente adotados nos exércitos europeus após cerca de duzentos anos de ausência, desde quando, impressionada com a importância do fogo no combate, a cavalaria lançara fora as suas lanças. Os lanceiros, como os hussardos, tinham suas raízes na Europa Oriental, em particular na Polônia e na Hungria, e guardavam as tradições de presteza na ação e espírito de iniciativa dos cavaleiros das estepes. Eram empregados contra a infantaria em ações instantâneas, utilizando suas lanças longas com as quais atingiam os soldados a pé antes de serem por eles atingidos com suas baionetas.

Em todas as batalhas do grande curso, a cavalaria esteve presente e, em muitas, representou papel relevante, quando não decisivo. Em Marengo (1800), Kellerman, com seus 400 cavalarianos, lançou uma carga contra o flanco dos 6 mil austríacos de Zach, transformando em vitória uma quase derrota. Em Lena, a cavalaria tricolor cumpriu seu papel de vocação após a batalha, perseguindo tenazmente os prussianos e cobrindo, em

24 dias, 800km. Mas a mais brilhante ação da cavalaria de Napoleão ocorreu em Eylau (1807). Nessa batalha, a reserva do exército imperial, constituída de 10.700 cavalariairos, foi lançada sobre as linhas russas, cobrindo os 2.500m que a separavam do dispositivo inimigo na maior e mais decisiva carga que a história militar registra.

Colaboradora em tantas vitórias do imperador, a cavalaria acompanhou-o, também, na sua derrota final. Em Waterloo, a derrocada iniciou-se quando Ney, julgando Wellington em retirada, deslocou prematuramente a cavalaria sob seu comando, inclusive os regimentos da reserva do Exército francês, e lançou-a em desastrosa carga. O terreno desfavorável e o momento inoportuno obrigaram aquela massa enorme de cinco mil cavaleiros a marchar ao trote, joelho com joelho, tornando-a vulnerável ao fogo da infantaria inglesa.

Passada a fase áurea do emprego da cavalaria sob Napoleão, nova crise surgiria com o advento da arma raiada e do canhão de retrocarga. Esses aperfeiçoamentos do material, aumentando a rapidez e a precisão do tiro, iriam despertar nos cavalarianos exageradas preocupações com a segurança. Ao irromper a guerra franco-prussiana, em 1870, a cavalaria de ambos os contendores operava muito próxima da infantaria, quando não a reboque desta. Trocava, assim, a sua aptidão para manobrar nos amplos espaços pelo apoio aproximado das tropas a pé. Os alemães foram os primeiros a corrigir esse desvio de comportamento de uma arma essencialmente móvel e manobreira. O III Corpo germânico, em Metz, confrontava uma posição francesa de efetivo superior e vantagio-

samente instalada no terreno. Em face de uma situação que se tornava crítica, o comandante do Corpo, General Alvensleben, decidiu empregar a brigada de cavalaria Bredow. Essa grande unidade realizou um amplo movimento desbordante, a coberto das vistas do inimigo, e caiu de surpresa sobre a infantaria e a artilharia francesas, aniquilando-as com fulminante carga.

No continente americano, a cavalaria atuava, com liberdade e desembaraço, nos grandes espaços ainda pouco providos de vias de transporte. No Norte, participou das lutas pela emancipação das colônias inglesas que viriam a constituir os Estados Unidos, bem como da Guerra da Secessão, primeiro conflito travado em bases operacionais modernas. Contribuiu, também, na conquista do Oeste e na dominação – quando não na eliminação – de nações indígenas. No Canadá, através de um ramo policial paramilitar – a Real Polícia Montada – contribuiu largamente para garantir a ocupação civilizada de enormes territórios.

Na América do Sul participou, com Bolívar, das campanhas libertadoras, esteve com San Martín na épica travessia dos Andes e brilhou nas campanhas platinas. Na Guerra da Tríplice Aliança, o maior conflito jamais registrado no hemisfério austral, desempenhou papel de relevo sob as bandeiras dos quatro países envolvidos. Do lado brasileiro, cavalarianos de diferentes graus hierárquicos distinguiram-se pelo valor e pela bravura, desde Antônio João, simples tenente comandando 15 homens na remota colônia de Dourados, que derramou conscientemente o seu sangue como "protesto solene pela invasão do solo da (...) Pátria",

até experimentados chefes como Andrade Neves, o Barão do Triunfo, e Osório, Marechal do Exército, Barão, Visconde e Marquês do Herval, Patrono da Cavalaria brasileira.

No período entre as guerras de 1870/71 e de 1914/18, os exércitos de vários países empenharam-se em explorar as possibilidades bélicas dos novos materiais, produzidos pelo surto industrial da época. Não obstante, alguns chefes de cavalaria, embalados pelas glórias do passado, relutavam em admitir a necessidade de introduzir modificações na organização, equipamento e emprego da arma. Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, esses cavalarianos, apegados ao passado, saltaram agilmente a cavalo, pensando em reeditar as cargas que fizeram da cavalaria a arma da audácia e da decisão.

Outro, porém, era o campo de batalha em que teriam de atuar. Nele estrugiam as granadas e matraqueavam as metralhadoras, obrigando até mesmo a infantaria a mergulhar nas trincheiras, estendidas dos Vosges ao Mar do Norte. De um lado e do outro de um intrincado sistema de valas, fossos, túneis e redes de arame farpado, os exércitos oponentes mantinham-se estáticos, tendo de permeio a "terra de ninguém", permanentemente batida pelo fogo. Qualquer tentativa de romper essa imobilidade acarretava milhares de baixas ao imprudente.

Nesse cenário desolador, pouco havia a fazer uma arma móvel, de nítida vocação para a manobra. E eis a cavalaria combatendo como infantaria, cavando trincheiras, lançando granadas e batendo-se a baioneta. Para isso, foi sendo dotada de equipamento mais pesado e incorporando às suas uni-

dades frações de petrechos e de sapadores. Mas, nostálgica de suas verdadeiras missões, empenhava-se em patrulhas, alongava-se em reconhecimentos e lançava-se ao desconhecido sempre que se lhe apresentava oportunidade.

Logo, porém, iria surgir o engenho que revolucionaria a arte militar, devolvendo à cavalaria sua mobilidade e potência de choque. Na batalha de Cambrai (20 de novembro de 1917), o Corpo Blindado inglês lançou um ataque de 381 "tanques" às posições alemães, rompendo-as e provocando pânico entre os defensores. Estava, assim, criada a arma blindada, herdeira da cavalaria pesada das guerras napoleônicas.

No período entre as duas guerras mundiais, os cavalarianos iriam vacilar entre preservar a cavalaria dotada do cavalo, seu meio tradicional de conduzi-la ao combate, mecanizando-a apenas parcialmente, ou aderir sem reservas ao motor e à lagarta. Porém, alguns dos grandes teóricos da guerra prontamente perceberam as vantagens dos blindados e a inexistência de lugar, na batalha moderna, para tropas montadas. Contudo, ainda na Segunda Guerra Mundial ocorreu o emprego de formações hipomóveis na artilharia, no apoio logístico e até constituindo divisões de cavalaria, como aconteceu na Polônia e na União Soviética.

No Brasil, o processo de mecanização da cavalaria foi lento e sofrido. Não havendo perigo iminente de emprego da força terrestre em operações de vulto, nem vizinhos com os quais tivéssemos sério desencontro de interesses, e principalmente, diante da crônica carência de recursos atribuídos ao Exército, nós, os cavalarianos formados na tradi-



ção hípica, pudemos dar-nos o luxo de prolongar as delícias oferecidas pela pista de obstáculos e pelo campo de pólo por mais algum tempo. Todavia, alguns percebiam que o excessivo apego ao cavalo poderia conduzir a cavalaria a perder seu lugar na batalha, e foram esses pioneiros da motomecanização que, arrostando incompreensões e preconceitos, conseguiram manter a cavalaria brasileira na sua qualidade de arma combatente eficaz e necessária.

## A CAVALARIA ATUAL

O campo de batalha moderno não é mais exclusivamente terrestre. Hoje ele tem uma terceira dimensão que aumenta a sua complexidade e alarga os seus limites. Em consequência, a forma de atuação da força terrestre teve de evoluir: a histórica necessidade de cooperação entre a infantaria, a cavalaria e a artilharia, apoiadas por outras armas e serviços, transformou-se na integração de sistemas operacionais, constituindo *equipes de armas combinadas*, inclusive aeronaves. É a *batalha ar-terra*, novo conceito operacional que veio revolucionar o emprego da cavalaria, assim como dos demais ramos da força terrestre.

Até então, a diferença de velocidade entre a infantaria e a cavalaria indicava naturalmente as missões de uma e de outra. A maior velocidade da cavalaria, sua mobilidade tática e estratégica ofereciam ao comandante o instrumento próprio para ver o que se passava à distância, precisar as informações sobre o inimigo, garantir-lhe tempo para tomar sua decisão e economizar meios necessários à ação principal e, final-

mente, dar o golpe final graças à sua ação de choque. Esse sistema tradicional de guerra encontrou o zênite de sua aplicação durante as guerras napoleônicas.

Desde então, o contínuo desenvolvimento dos materiais e equipamentos alterou as relações entre os diferentes ramos dos exércitos. Nos primeiros meses da Primeira Guerra Mundial, a mobilidade das forças terrestres mostrou-se insuficiente para compensar o aumento do poder de fogo dos novos armamentos, como metralhadoras e canhões aperfeiçoados. O resultado foi a estagnação da frente ocidental. Isto levou os pesquisadores a procurarem meios de restaurar a guerra de movimento, encontrado afinal no "tanque", logo percebido pelos grandes estudiosos contemporâneos da guerra, entre eles J. F. C. Fuller e Liddel Hart, como substituto do cavalo.

Nos debates ocorridos entre as duas guerras mundiais, os mais perspicazes viram o emprego do carro-de-combate como substituto da cavalaria tradicional, atuando com autonomia nos grandes espaços nas missões de exploração e de perseguição, e em massa nas rupturas. Prevaleceu, porém, a opinião dos mais conservadores, que viam o "tanque" como um meio de apoio à infantaria. Essa posição foi a adotada pelos exércitos inglês e francês, mas não pelo alemão e pelo russo. Essa oposição de formas de emprego dos blindados persistiu até a Segunda Guerra Mundial, quando as formações *panzer*, colhendo retumbantes vitórias, levaram os aliados a empregar os blindados em organizações de combinação de armas, como a divisão blindada.

Após a Segunda Guerra Mundial, quando generalizou-se a motorização, diminuiu

sensivelmente a diferença de velocidade e de alcance entre a infantaria motorizada e a cavalaria blindada e mecanizada. A tropa capaz de desempenhar as missões tipicamente de cavalaria estava na dependência de um material que quebrasse o impasse. O helicóptero de combate tornou-se esse material, e a cavalaria fez-se aérea. Criou-se, então, a brigada de cavalaria aérea de combate e a brigada de infantaria aeromóvel, esta correspondendo aos antigos regimentos de dragões e aquela ao conceito de cavalaria pesada.

As unidades modernas de helicópteros operam, portanto, como as unidades de blindados na Segunda Guerra Mundial e de cavalaria no século XIX.

A organização proposta para uma divisão de cavalaria aérea do Exército norte-americano, em 1999, incluía, como unidades de manobra, 3 regimentos de helicópteros de ataque (cavalaria pesada), 1 regimento de cavalaria aérea (cavalaria ligeira), 1 brigada de infantaria de assalto (dragões) e um *regimento de aviões caça-bombardeiros*, dotado de aviões *Harrier* de decolagem e pouso na vertical (aeronaves VSTOL – *vertical/short takeoff and landing*).

No Exército norte-americano, o regimento é uma organização comparável à brigada brasileira, dotada de meios de combate, apoio ao combate e apoio administrativo, e o corpo de exército é a principal organização para conduzir a batalha ar-terra.

## CONCLUSÕES

O imenso desenvolvimento alcançado pela ciência e pela tecnologia resultou em alterações profundas na arte militar. Perma-

necem, porém, válidos os princípios de guerra e continuam a existir necessidades básicas para o exercício do comando. Assim, segurança, surpresa, economia de forças e manobra continuam sendo princípios na busca da vitória. Igualmente, informações precisas, cobertura e reserva potente e móvel seguem sendo necessidades sentidas pelos comandantes operacionais.

A validade desses princípios e a permanência dessas necessidades põem em evidência a atualidade da arma capaz de atender a ambos. Agora, como no passado, cabe à cavalaria abrir e encerrar a batalha e dela participar eficazmente. O que mudou foram os meios, os quais, em vez de restringir, aumentaram exponencialmente suas possibilidades, ressaltando suas características. Conquanto ainda na Segunda Guerra Mundial ocorresse o emprego de grandes massas de cavalaria hipomóvel, organizadas em grandes unidades, os blindados e, mais recentemente, as aeronaves, viriam a desempenhar, com idêntico brilho e maior eficácia, o papel antes cumprido pelas formações montadas.

E, se foi banido do campo de batalha o cavalo, nobre e fiel amigo de tantas e tão memoráveis campanhas, não desapareceu a cavalaria, rediviva nas hostes blindadas e aéreas, que restauraram seu poder de choque e aumentaram sua mobilidade e seu poder de fogo.

Disse alguém que o combate, sem a presença da cavalaria, torna-se algo bastante deselegante. Em nome da elegância, que inclui procedimento cavalheiresco e nobre mas não descarta a eficiência, é que nós, os cavalarianos de todos os tempos, afirmamos que *sempre haverá uma Cavalaria!*





# Os Militares e a Inconfidência

*Marcos Ribeiro Corrêa\**

**Resumo:** Comunicação apresentada na sessão do NEPHIM de 4 de junho de 2002, distingue, à luz dos entendimentos modernos da História, os verdadeiros objetivos da Conjuração (Inconfidência) Mineira, considerando as realidades brasileiras na ocasião em que foi deflagrada, e examina a participação de 13 militares no movimento que não considera revolucionário, mas uma tentativa malsucedida de sedição.

**Palavras-chave:** Inconfidência (Conjuração) Mineira, Visconde de Barbacena.

**À** luz dos entendimentos modernos da História, a Conjuração Mineira não pode ser considerada um movimento revolucionário, mas, quando muito, uma tentativa malsucedida de sedição, rapidamente abortada no nascedouro.

Em que pese o grande conteúdo sentimental que leva os brasileiros a dar ênfase desmesurada aos acontecimentos de Minas Gerais, atitude assumida pela maioria dos que defendem ideais republicanos, em particular depois da proclamação da República, nada houve de realmente positivo nas ações dos conjurados.

Todos eles agiam desligados da realidade, pairando sonhadoramente no reino encantado das lucubrações literárias de

seus principais chefes, movidos por impulsos originários de doutrinações vindas de outras sociedades cultural e politicamente mais adiantadas. Seus objetivos eram nobres e de grande significação, mas desligados totalmente da realidade brasileira naquela ocasião.

A situação da colônia era, em geral, de calma e paz. A não ser nas Minas Gerais, onde a cobrança de impostos atrasados poderia gerar inquietações, nada parecia perturbar a vida da população. A discretíssima atuação das sociedades secretas, que trinta e poucos anos depois levaria à Independência, ainda era pouco sentida, além de estar apenas começando. Os intelectuais tinham conhecimento do que se passava no exterior, tanto através dos livros que conseguiam, de alguma forma, receber, como

\* Economista, sócio titular do IGHMB.

pelas notícias que os viajantes e os estudantes que retornavam da Europa lhes traziam. Eles vinham de Coimbra e de outras universidades européias, onde as idéias revolucionárias circulavam abertamente.

A Independência norte-americana excitava as mentes mas não era conhecida da grande massa, e nem mesmo da sociedade em geral. A Revolução Francesa ainda nem começara. Sentia-se no ar que algo não tardaria a acontecer, tanto mais que a Viradeira, movimento reacionário ocorrido em Portugal após a queda de Pombal, derrubara do poder todos aqueles que professavam idéias políticas mais avançadas.

Os conjurados, divididos em dois grupos, seguiam ouvindo, em reuniões semi-abertas, as intermináveis tertúlias de poetas e de visionários. O grupo, cuja liderança era exercida por Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, pensava em república em Minas, com ou sem a adesão das demais capitânicas. Já o grupo do cônego Luís Vieira da Silva, o brasileiro mais erudito da época, era mais moderado, propugnando por uma monarquia tipo inglesa, o Brasil como um reino unido a Portugal, solução que garantiria a sobrevivência do Brasil como um todo. Essa divisão refletia aquela que existia na Maçonaria, mola, na época, de todos os movimentos libertários.

O povo não entrou em momento algum nas cogitações dos conjurados. Partiam do pressuposto de que, como representavam a elite da capitania, o que decidissem seria aceito incondicionalmente pelo resto da população. Contavam, além

disso, que a derrama, já programada, criasse o ambiente propício para a revolta. Quanto às tropas, elas seguiriam disciplinadamente as ordens de seus oficiais, na sua maioria, de certo modo, comprometidos com a conjuração.

Essas tropas faziam parte do Regimento de Cavalaria Paga, criado em 1775, e cujo comando cabia, teoricamente, ao capitão-general governador da capitania. O novo governador recém-empossado era o Visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça, de quem se diz que, no mínimo, era maçom ou virtualmente, desde a universidade, ligado à Maçonaria. Viera para as Minas Gerais por influência da família, que o queria ver afastado das garras da polfícia e da Inquisição. Era público e notório que simpatizava com as idéias democratizantes dos iluministas, trazidas para Portugal por Pombal e seus amigos, mas era monarquista e leal à Rainha Dona Maria I; dava-se bem com a maioria dos conjurados e, provavelmente, estava bem-informado das maquinações, não tomando qualquer medida para coibir as reuniões. Suspendeu a derrama quando sentiu que, se a mantivesse, estaria dando cabais razões à Conjuração. Estava desarmada a bomba que parecia prestes a explodir. Surpreendeu-se, porém, quando o grupo dos exaltados republicanos mantiveram em curso as reuniões, já agora com uma conotação cada vez mais subversiva, com sinais evidentes de incitação à indisciplina no seio da tropa.

Delas participava assiduamente o culto Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, fluminense, filho natural do



2º Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, que governara a capitania entre 1752 e 1758, e, depois, fora governador do Sul do Brasil. Ele era o virtual comandante do regimento, já que o governador tinha suas funções administrativas a desempenhar. Não podia, portanto, ignorar que os mais exaltados, cujo principal porta-voz era o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, planejavam aprisionar o governador e, eventualmente, se houvesse resistência, até matá-lo.

O que poderia se seguir a isso era imprevisível, levando-se em conta a existência, na região, de um número muito grande de escravos e de desocupados, por conta da crise na mineração. Era uma combinação que, numa situação de indisciplina na tropa, poderia deflagrar uma tremenda balbúrdia. Não foi outra a razão pela qual, dentre os militares envolvidos, à exceção do Alferes Xavier, foi o único condenado, não tendo conseguido retornar ao Brasil. A nação, uma vez independente, reconheceu seu sacrifício, pois seu filho chegou a general no Segundo Reinado, tendo sido agraciado, inclusive, com o título de Barão de Itabira.

Outro militar de alta patente que tinha conhecimento de tudo o que se passava era o Tenente-Coronel Francisco Antônio Rabelo, ajudante-de-ordens do governador e português de nascimento. Era amigo de todos os conjurados, tendo provado na devassa que não participara das reuniões subversivas. Foi o enviado do governador à Lisboa para explicar aos ministros e ao regente o que realmente se passara em Minas. Tão bem se houve na missão que foi promovido a coronel. Retornou a Minas,

onde permaneceu até 1799 e, quando voltou ao Reino, foi promovido a general, morrendo antes da invasão francesa.

O subcomandante do regimento era o Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, outro português. Era muito ligado aos conjurados, principalmente ao Alferes Xavier que, mercê de seus conhecimentos de ervas, havia curado uma de suas filhas. Interrogado na devassa, convenceu que não tivera participação ativa na conjuração. Permaneceu no regimento até 1811, atingindo o posto de brigadeiro ao passar para a reserva.

Dos capitães, o mais envolvido com a Conjuração era o mineiro Maximiano de Oliveira Leite, tetraneto do bandeirante Fernão Dias Paes e ligado por laços de parentesco às principais famílias da região. Substituíra o Alferes Xavier no comando do Destacamento do Caminho do Rio, posição de extrema importância no caso de uma possível vitória. Chegou a ser preso, mas provou que não estava em Vila Rica por ocasião das reuniões subversivas; para isso, consta que pagou com barras de ouro a liberdade. Por via das dúvidas, embrenhou-se nos sertões de Paracatu, desaparecendo por completo. Tinha fama de frouxo, ou melhor dito, de efeminado.

Outro que desapareceu da História, no rumo dos sertões baianos, foi o mineiro Capitão Manuel da Silva Brandão, comandante do Destacamento Diamantino, dado como maçom. Ninguém o perseguiu.

Livre de complicações, porque literalmente morreu de medo, ficou o português Capitão Antônio José de Araújo. Também livres ficaram os tenentes José Antônio de

Melo e Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira, ambos brasileiros e dos quais pouco se sabe. Provaram que não estavam em Vila Rica na época das reuniões subversivas.

O mesmo fizeram os alferes Matias Sanches Brandão e Antônio Gomes de Oliveira, ambos mineiros e citados na devassa. Provaram que não compareceram às reuniões fatídicas. O porta-estandarte Francisco Xavier Machado, português, promovido a alferes no lugar de Tiradentes, era grande amigo dele e fora recentemente curado por ele no Rio de Janeiro. Estava há bastante tempo de licença para tratamento de saúde, podendo assim provar que não comparecera às tais sessões. Sua mais importante missão, ultimamente, fora avisar ao Alferes Xavier que estava sendo procurado para prendê-lo. Fez carreira nas Forças Armadas do Reino e do Primeiro Reinado, chegando a coronel.

Da tropa, ninguém é mencionado na devassa. Ausência de participação ou deliberado esquecimento? Isso só poderia ter partido do Visconde de Barbacena, figura enigmática, que merece um estudo mais profundo para melhor ser compreendido. Tudo indica que ele conhecia tudo do movimento e, enquanto esteve convencido de que ele não ameaçava realmente a segurança da capitania, nada fez para cerceá-lo nem para punir fosse lá quem fosse. Envolver a tropa no episódio não traria nada de bom. Ainda mais que não se punira, praticamente, quase nenhum dos oficiais.

Voltando ao reais implicados, é evidente que seu comportamento foi, em geral, mui-

to descuidado, pois não guardavam o menor sigilo com relação ao que tramavam. Tentavam aliciar – principalmente o Alferes Xavier – qualquer um que lhes desse ouvidos. Era voz corrente em Vila Rica o que estava se passando, mas o povo mesmo se mantinha completamente alheio, o que parece ter ocorrido no seio da tropa. Há apenas referências vagas, não comprovadas, à atuação do Aleijadinho e de sua gente. Os profetas talhados pelo artista seriam a representação dos conjurados. Mais nada.

Na realidade, o Visconde de Barbacena tinha um plano, bem-sucedido na sua execução, qual seja: o de evitar que a disciplina fosse quebrada. Já frisamos que, se grassasse a indisciplina numa região como as Minas Gerais, importantíssima para Portugal, onde o número de escravos era muito grande em relação ao resto da população, existia a possibilidade de, numa ausência temporária de autoridade, haver movimentos incontrolláveis de rebeldia, cujo desfecho seria imprevisível. A situação de caos no Haiti, que ocorreu mais ou menos na mesma época, poderia ter tido lugar antes, aqui no Brasil.

A situação era muito delicada. Nenhum dos oficiais aqui mencionados, embora de alguma forma envolvidos na trama, iniciou as denúncias nem foi punido por não o ter feito. As denúncias partiram de oficiais honorários, titulares de posto em regimentos de tropas de 2ª e 3ª linhas. Tanto Joaquim Silvério dos Reis quanto Domingos de Abreu Vieira estavam nessa situação, da mesma forma como outros que testemunharam na devassa, todos portando tí-

tulos pomposos da hierarquia militar. Eram, em geral, portugueses endividados com o Erário Público e malquistos pela sociedade local, que os considerava meros aproveitadores.

E, ironia da História, Joaquim Silvério dos Reis casou-se com uma cunhada do General Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias, e mais tarde regente do Império. Um de seus filhos, brasileiro convicto, lutou bravamente junto com seu primo.

Enfim, o Visconde de Barbacena deu boa conta de seu projeto, garantindo a disciplina da tropa e a segurança da capitania. Ao mesmo tempo, por um portador de confiança – o seu ajudante-de-ordens –, fazia chegar ao conhecimento do Trono um relatório em que os fatos eram descritos pela sua ótica, de molde a não ser apanhado em momento algum numa falha. Seu sucesso foi tal que, ao retornar à Lisboa foi muito bem-recebido, como um governador que soubera evitar o pior, tendo sido agraciado com a promoção a conde. Sem esquecer seus antigos amigos, tudo fez para aliviar a situação dos clérigos conjurados que cumpriam pesadas penas em vários conventos de Lisboa. Com tempo, é o principal advogado pela comutação de suas penas. Dessa for-

ma, o cônego Luís Vieira da Silva conseguiu retornar ao Brasil e, na clandestinidade, organizar a estrutura definitiva da Maçonaria Brasileira.

Vimos, assim, que a participação dos militares na Inconfidência, que preferimos chamar de Conjuração, pautou-se sempre pelo respeito à disciplina e à hierarquia, mola mestra de qualquer força armada. Quando ficou patente que se caminhava para uma situação insustentável e de profunda periculosidade para a sociedade mineira, a oficialidade do Regimento de Cavalaria Paga de Minas Gerais soube recuar para posições sólidas, para o que contou com o apoio do governador.

Assim, só o comandante, que deixara que a indisciplina e a quebra de hierarquia invadissem o quartel, foi punido. O Alferes Xavier, ao assumir, deliberadamente, responsabilidades maiores do que as que eram realmente suas, atraiu para si todo o rigor da lei e por isso mereceu o castigo. Sua corajosa atitude salvou a vida de todos os seus colegas de conjuração.

Os outros militares envolvidos foram, em sua maioria, até o fim de suas carreiras, tanto nas tropas coloniais quanto nas do reino e, até, nas do Império.



## BIBLIOGRAFIA

*Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1976 a 1983, 10 volumes.

Jardim, Márcio. *A Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, v. 579.



# O Visconde da Torre Sesquicentenário de seu falecimento

*Christóvão Dias de Ávila Pires Junior\**

**Resumo:** Comunicação apresentada em 14 de maio de 2002, no auditório do IGHMB, fornece dados biográficos do Visconde da Torre, herói das lutas pela consolidação da Independência na Bahia.

**Palavras-chave:** Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Torre de Garcia D'Ávila, Independência da Bahia.

## O VISCONDE DA TORRE

**A**ntônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque nasceu em Salvador, Bahia, e foi batizado na freguesia da Sé, em 12 de fevereiro de 1785. Coronel dos batalhões de 2ª Linha das Milícias e Marinha da Torre, condecorado com a Medalha de Ouro da Independência, foi Secretário de Estado e Guerra do Brasil, em 1808, e membro do Conselho Geral da Bahia, de 1828 a 1830.

Fidalgo Cavaleiro da Casa de Sua Majestade Imperial, Gentil Homem da Câmara de Sua Majestade, Grande do Império, Oficial da Imperial Ordem de Aviz e Comendador da Ordem de Cristo, foi o primeiro titular do Império do Brasil com o

título de Barão da Torre de Garcia D'Ávila, concedido por decreto imperial de 1º de dezembro de 1822, dia da coroação do Imperador D. Pedro I. Único título brasileiro por mais de dois anos, foi elevado a visconde em 12 de outubro de 1826, com honras de Grandeza em 18 de julho de 1841.

### DECRETO DE 1º DE DEZEMBRO DE 1822

*Havendo respeito aos grandes merecimentos e distintas qualidades que concorrem na pessoa do Coronel Comendador Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Senhor da Torre de Garcia D'Avila na Província da Bahia; e aos relevantes serviços que tem prestado com a maior honra, patriotismo, decidido entusiasmo em bem do Estado e gloriosa causa da Independência e Constituição do Império; e considerando também ser a Casa tal,*

\* Engenheiro militar, sócio titular do IGHMB.

*por sua antigüidade e nobreza que os que nela sucederem me poderão sempre servir e aos meus Augustos Sucessores tão honradamente como deles espero, e o fizeram os de quem ele descende, cuja memória Me é muito presente; e por folgar outrossim que por todos estes motivos e pela muito boa vontade que tenho de lhe fazer Mercê (sendo por certo de quem ele é) Me saberá sempre merecer, continuando a prestar à Nação iguais serviços; Me praz e Hei por bem de lhe fazer Mercê, como faço, do Título de Barão da Torre de Garcia D'Avila, elevando por este modo o Título de Senhorio de que de tempos antigos tem gozado a sua Casa e Família. Paço, em o primeiro de Dezembro de mil oitocentos e vinte dois, primeiro da Independência e do Império.*

*Imperador D. Pedro I*

*José Bonifácio de Andrada e Silva*

Em 12 de dezembro daquele mesmo ano de 1822, onze dias após a coroação de D. Pedro I, assentou-se, o então Barão da Torre, como irmão da Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, no Rio de Janeiro, sendo empossado juiz em 15 de agosto de 1823 – tendo sido o primeiro provedor desta Irmandade, no Império do Brasil.

Casou-se, em 28 de maio de 1834, com sua sobrinha D. Ana Maria de São José e Aragão, filha de seu irmão Brigadeiro Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde de Pirajá, e de D. Maria Luiza Queiroz de Teive e Argolo, Viscondessa do mesmo título.

Foi agraciado com a Medalha de Ouro da Independência, juntamente com seus dois irmãos, da Casa da Torre: o Barão de

Jaguaripe e o Visconde de Pirajá, por relevantes serviços que prestaram à causa da Independência.

Foi o Visconde da Torre o último senhor e administrador do Morgado da Torre, cuja sede, o Castelo da Torre, com sua capela sextavada de Nossa Senhora da Conceição, fora construído em 1551, por seu oitavo avô, Garcia D'Ávila, sucedendo-se, naquela Torre, dez gerações.

## ÓBITO

Do livro de assentamento de óbitos da freguesia da Penha, na Bahia, anos de 1849 a 1866, às folhas 44, consta:

*Aos cinco de dezembro de 1852 pelas dez horas e meia da manhã, faleceu de uma congestão cerebral, que o privou da fala e por isso não podendo receber os demais sacramentos, apenas foi absolvido e ungido o Exmo. Sr. Visconde da Torre, Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, de idade de 68 anos, casado com a Exma. Viscondessa de mesmo título D. Ana Maria de São José e Aragão. Faleceu, ad intestato, e foi sepultar-se no Convento dos Religiosos de São Francisco desta Cidade, sendo aqui encomendado. Do que para constar fiz este assento, que assinei. O vigário João Pinheiro Reguião. Nada mais consta. Câmara Eclesiástica da Bahia, 31 de julho de 1861. Padre Moisés Pinho Santos, Sub-Secretário.*

Os restos mortais do Visconde da Torre encontram-se no jazigo perpétuo dos Ávilas e Pires e Albuquerque, em frente ao altar de Nossa Senhora da Conceição, da



Igreja de São Francisco, ao Terreiro de Jesus, na Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos.

## GRANDES VULTOS DA INDEPENDÊNCIA

Afonso d'Escragnoille Taunay, em sua obra *Grandes Vultos da Independência Brasileira*, publicação comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional, assim inicia o registro das lutas pela Independência na Bahia:<sup>1</sup>

“Conhecem todos os que estudam a História do Brasil com alguma pormenorização, o papel notável que à chamada Casa da Torre coube no desbravamento dos sertões do Nordeste e na repulsa dos invasores estrangeiros.

“Entre esses grandes feudatários devassadores do Piauí, Maranhão, citam-se, sobretudo, além do fundador Garcia D'Ávila, contemporâneo de Tomé de Souza, os nomes de Francisco Dias de Ávila e Garcia de Ávila Pereira. Em fins do século XVIII, extinguiu-se esta ilustre estirpe com o Mestre-de-Campo Garcia de Ávila Pereira de Aragão, cujos vastos bens passaram à sua sobrinha Ana Maria de São José de Aragão, casada com José Pires de Carvalho e Albuquerque, alcaide-mor de Maragogipe e depois capitão-mor da Bahia e Secretário de Estado do Governo do Brasil.

“Quando, em 1798, na Bahia, ocorreu a conspiração cujo desfecho se passou nos patíbulos do Campo da Pólvora, prestou José Pires de Carvalho e Albuquerque relevantes serviços ao governo.

<sup>1</sup> Taunay, Afonso d'Escragnoille. *Grandes Vultos da Independência Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 153-159.

“Feliz casal, o do Secretário de Estado do Governo do Brasil e D. Ana Maria de São José e Aragão! Três varões ilustres deles provieram.

“Um deles – Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, depois Barão de Jaguaripe, membro da junta administrativa ditatorialmente dissolvida pelo General Madeira, eleito para a junta revolucionária, aclamado seu presidente, é o chefe do Governo que dirige a Providência em todo esse difícil período.

“Outro – o Coronel de Linha Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, brigadeiro graduado, Barão e depois Visconde de Pirajá, envolve-se nas primeiras conspirações; submetido a Conselho, retira-se para os seus engenhos, levanta os ânimos, arma soldados a sua custa e é quem primeiro se apresenta no campo de luta, de que saiu arruinado.

“Outro, finalmente, o primogênito, que lhe havia de suceder, como sucedeu, nos bens e títulos da Casa – o Coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão e depois Visconde da Torre de Garcia D'Ávila, seguiu para o seu castelo, onde organizou e de onde comandou a base de operações do exército libertador, renovando os relevantíssimos serviços que na invasão holandesa prestara seu avô Francisco de Ávila...”

## HOMENAGENS NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Naquele ano de 1922, quando das comemorações do centenário de nossa Independência, foram homenageados heróis

das lutas pela consolidação havidas na Bahia, com nomes de ruas, que ainda hoje os ostentam, no bairro de Ipanema, Rio de Janeiro:

Rua Joana Angélica – Soror Joanna de Ângelis, a Mártir da Independência do Brasil.

Rua Maria Quitéria – a primeira mulher-soldado, sagra-se heroína, sendo condecorada por D. Pedro I.

Rua Barão de Jaguaripe – Capitão Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque.

Rua Visconde de Pirajá – Brigadeiro Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

Rua Barão da Torre – Coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão e depois Visconde da Torre de Garcia D'Ávila.

A Rua Garcia D'Ávila reverenciou o fundador da Casa da Torre, que chegou ao Brasil em 1549 com o primeiro Governador-Geral Tomé de Souza.

## ENCERRAMENTO

Encerramos nossa homenagem ao Coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde da Torre, no ano de sesquicentenário de seu falecimento, lembrando as palavras do saudoso confrade benemérito Professor Pedro Calmon, com as quais ele finaliza sua obra *História da Casa da Torre – Uma Dinastia de Pioneiros*:<sup>2</sup>

“Faleceu no dia 5 de dezembro de 1852 o Visconde da Torre, de moléstia do coração, que já padecia há tempos e se agra-

vou repentinamente. Contava quase 70 anos. Antônio Joaquim Pires foi o último Senhor da Torre de Garcia D'Ávila.

“A vida boa dos engenhos de açúcar esvaziou o castelo isolado na montanha. Um silêncio de angústia desceu sobre esses lugares históricos.

“A trissecular Casa da Torre envelheceu com o País.

“Os batalhões, reforçados com os índios da vila de Abrantes, não precisavam mais ensarilhar as armas nos pátios da casa-forte, à espera da voz de comando. A tranquilidade imperial desarmou-os.

“O facho sinaleiro, de sua mensagem quinhentista, aviso contra os corsários e almenara das vigílias coloniais, podia extinguir-se sobre o remoto muro.

“Mas a casa é tão rija, nas paredes de pedra, tão resistente e definitiva, nas abóbadas e nos arcos romanos, que a ação do tempo pôde apenas transfigurá-la.

“Perdendo a linha conventual das mansões da colônia, ganhou – nas muralhas fendidas – o aspecto das fortalezas medievais, que assinalam, com os altos destroços, o poder extinto, evocando, na poesia das paisagens cheias de história, as gerações que fundaram a nacionalidade.

“Três séculos de tradições brasileiras continuam a morar nessas ruínas...”

Coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Cavalcante Machado d'Ávila Pereira era o nome completo do último Morgado da Torre – Visconde da Torre de Garcia D'Ávila.

Que Deus o guarde!



2 Calmon, Pedro. *História da Casa da Torre: Uma Dinastia de Pioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 217-218.





## *Um Plano de Defesa Nacional para assegurar nossa Independência*

Quando do transcurso do 150º aniversário da emancipação política do País, realizou-se, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Congresso de História da Independência do Brasil.

O Instituto de São Paulo enviou ao certame uma delegação que apresentou trabalhos. Entre estes, figurou a comunicação que fizemos em torno de documento, até então inédito, pertencente ao arquivo de nossa entidade.

Tratava-se do *Plano de Defesa Nacional*, elaborado por Estevão Ribeiro de Rezende para o Conselho Geral dos Representantes das Províncias, criado pelo decreto de 16 de fevereiro de 1822, e presidido pelo Príncipe Regente.

Até aquele momento, conheciam-se, apenas, as atas de suas sessões. Peças lacônicas, que pouco revelam das matérias discutidas. Deu-lhe publicidade o volume XVIII das *Publicações do Arquivo Nacional* (1918), sob a direção de Luís

Gastão d'Escragnole Dória, ocupando as páginas de 8 a 15.

Numa dessas atas, a relativa à única sessão presidida pela Princesa Leopoldina na ausência de seu marido, em viagem a São Paulo, consta que fora decidido que cada um dos membros do Conselho apresentasse plano sobre "todas as medidas necessárias de segurança e defesa", diante de possível reação da Metrópole ao movimento emancipador em gestação.

O Instituto de São Paulo fora aquinhoadado com a doação de documentos que pertenceram ao Conselheiro Ribeiro de Rezende, posteriormente Marquês de Valença, por sua neta, Sra. Lúcia de Souza Rezende, em 1910 (RIHGSP, XV: 454-455).

Nas vésperas das comemorações, Antônio Barreto do Amaral localizou, no arquivo da Casa, os dois volumes que contêm o acervo referido, utilizando-se de alguns dos papéis na elaboração de trabalho. Foi Barreto quem propiciou a

oportunidade de se apresentar a comunicação referida àquele Congresso.

A Comissão de História Militar acolheu-a pelo voto do relator, General Francisco de Paula e Azevedo Pondé, incluindo-a nos Anais do Congresso.

O plano elaborado por Rezende evidencia que a Independência do Brasil não foi apenas o resultado de ato arrebatado de um jovem impetuoso, mas decorrência de processo de atenta elaboração.

### **O PLANO DE DEFESA NACIONAL**

Senhor

*A segurança externa e interna da Capital, Províncias do Brasil nas circunstâncias a que nos tem reduzido a errada Política do partido dominante do Congresso de Lisboa, depende de providências prontas, de muita atividade, energia e firmeza, e de muita política, e providência, para que a repulsa, que devemos fazer aos despóticos arbítrios e decisões daquele Congresso, não pareça envolver propósito, e agressão contra a união, comércio, e boa inteligência com o Reino de Portugal, ao menos enquanto por uma declaração pública, e medidas gerais se não manifestar a opinião geral daquela Nação contra a sagrada causa da nossa Liberdade, união das nossas Províncias e Regência de V. A. R., que à custa do próprio sangue devemos defender por ser a única Garantia, e Penhor da Felicidade Brasílica. Debaixo destes princípios, respeitando o Direito das Gentes, e a nossa Independência moderada com o Reino de Portugal, darei o meu*

*parecer para se conseguir uma e outra segurança, e primeiro falarei da*

### **SEGURANÇA EXTERNA**

*É com força de mar postada nos principais portos das Províncias coligadas, que podemos repelir a força, que de Portugal se mande, ou seja para bloquear os nossos Portos, ou para transportar e desembarcar tropas, com que intentem suplantar-nos. A falta de Embarcações de Guerra, e de Marinha Brasileira, nunca talvez mais necessárias do que na presente crise, nos obriga a recorrer com pressa à América Inglesa para aí serem compradas, ou afrentadas (a ser possível) tantas, quantas, unindo-se-lhes as Brasileiras, que temos, possam compor duas Esquadras, uma das quais ficará cruzando nas costas da Bahia, e Províncias do Norte, e outra desde o Rio até Santa Catarina: os Comandantes com dois terços da Tripulação deverão ser Americanos, com um terço de Brasileiros, para deste modo se irem conseguindo hábeis marinheiros Nacionais, de que mais precisaremos sempre do que de exércitos de terra. Quando digo, que os Comandantes sejam Americanos é supondo falta de Oficiais nossos, que devem sempre preferir que os haja com decidida adesão à causa do Brasil.*

*Eu suponho, que unindo-se aos Vasos, que temos mais 6 Fragatas, podemos contar com uma força respeitável, e além dessas, mais 6 brigues, que sirvam para cruzar pelo mar nas alturas, que se designar, a fim de comunicarem, e darem aviso às*



*Esquadras de todas as novidades, que conseguirem por Navios Mercantes, e de Guerra, Nacionais, ou Estrangeiros.*

*Se convirá antes afretar, ou comprar as 6 Fragatas, eu me inclinaria antes ao primeiro caso, até que com o tempo, e atividade se poderem ir reformando as que temos, e emprender outras novas, não só porque assim fica o dinheiro no Brasil, como porque é o meio de se habilitarem, e ocuparem os braços da nossa Gente, além da superioridade das nossas madeiras de construção. Embora para a verificação destas medidas se proponha, e realize a abertura de um empréstimo, com maior, ou menor sacrifício. Sem este nada se consegue quando se trata de salvar a Nação em perigo. Eu terei sempre por axioma político que a defesa do Brasil, segurança, e liberdade do seu Comércio, residirá antes nas Esquadras do mar do que nos Exércitos de terra.*

*A esta medida anda anexa a da fortificação dos portos suscetíveis de desembarques nas imediações dos principais portos, e Cidades Marítimas: Nestes pontos se deve quanto antes reunir a maior força possível, com que cada Província puder concorrer sem ser preciso desfalcicar as forças da Província vizinha. As Províncias do interior poderão socorrer as Marítimas mais vizinhas segundo a sua posição topográfica.*

*É de absoluta necessidade, que esteja no Porto de Lisboa debaixo de algum especioso pretexto um brigade Americano para logo que se publicar a saída de alguma Esquadra, ou Tropas, para a comunicar às Esquadras do Norte, e Sul, com*

*escala por este Porto, e as Esquadras o farão imediatamente aos Governos de cada Província para se porem em pontos de defesa: digo Brigade Americano, porque no caso de rompimento formal, lá tomarão medidas de embargos nas embarcações para cortarem a comunicação com o Brasil, mas esse embargo nunca se realizará a respeito de bandeira Estrangeira.*

*Em Lisboa, e Porto devem permanecer Espiões pagos pela Polícia desta Corte, além de outros, que o Ministério possa conseguir, para observarem, e prevenirem todas as novidades políticas sobre a nossa sorte. \_\_\_\_\_ correlação se deve ter nas Nações Estrangeiras, com quem os de Portugal podem emprender algum tratado. Toda a comunicação com estes agentes deve ser por cifras.*

*No caso do rompimento de Guerra declarada em Portugal contra o Brasil se deverão dispor Corsários para no momento, em que se fizerem represálias, seqüestro, e embargos nas Propriedades do Brasil, começarem também hostilidades na Costa de Portugal. O Terço das presas servirá para compensar e indenizar as perdas da Propriedade Brasileira, ficando dois terços para a oficialidade, e guarnição aventureiro. Em caso algum devemos abrir o exemplo da agressão. Eles que o dêem, para dar mais justiça aos procedimentos do Brasil. Toda a nossa Guerra é defensiva: não descansamos por mais tempo sobre a nossa boa-fé; ponhamo-nos em estado de repelir força com força, e o Congresso de Lisboa não terá de alçar a voz da razão senão contra seus próprios fatos; quando o Brasil terá*

*em abono de sua conduta a opressão, o egoísmo dos seus Recolonizadores.*

*Para a segurança externa não pode menos concorrer a emissão de Agentes nossos para as Nações Aliadas a fim de se oporem a quaisquer deliberações de Portugal para privar-nos das relações políticas e Comerciais com as ditas Nações. Ainda que estes nossos Agentes não poderão logo ser recebidos com caráter Público, e Diplomático, sendo hábeis, e destros poderão conseguir a neutralidade, que é quanto nos basta para a nossa Causa, o bom estado de comércio. Tais Agentes deverão ir munidos de poderes gerais, e particulares para poderem afiançar a liberdade que o Brasil declara ao Comércio de todas as Nações, que não tomarem parte contra nós na contenda privada com Portugal, ou com o seu Congresso.*

*Os papéis públicos anunciam constantemente algum rompimento próximo dos Estados principais do Norte contra Espanha e Portugal. Se aqueles Governos têm essas vistas, é provável, que embora se desenvolva esse projeto, visto que está removido o embaraço dominante da Guerra da Rússia com a Porta,\* cuja paz está concluída. Em tal caso poderia V. A. R. contar com a aliança e socorros de seu Augusto Sogro, e que por intervenção dele se conseguisse do Imperador da Rússia o auxílio de duas Naves, e da Suíça alguma Tropa, que estivessem ao Serviço do Brasil até a decisão de nossa Contenda com Portugal, conseguindo-a*

\* Porta ou Sublime Porta – nome dado outrora ao governo otomano, no tempo dos sultões. Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse. Dir. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil.

*talvez por fim o bem de ficarem entre nós para aumento da população esses súços, que mais bem convidados seriam se logo se declarasse, que findo o tempo de Serviço, o Governo debaixo da Solene Palavra de V. A. R. repartiria por eles terras, em que se estabelecessem.*

*Exigindo o nosso estado atual, que V. A. R., e o Seu Ministério estejam ao fato constantemente de todos os acontecimentos nas Províncias Marítimas do Brasil, e não se podendo isto conseguir por comunicações de terra, cujas delongas podem desaparecer com o uso das Barcas de vapor, parece-me necessário, que sem perda de tempo se mande fazer aquisição de duas na América Inglesa, capazes de navegarem em alto mar, quando as tempestades as obrigarem a fugir da Costa. Assim periodicamente se poderá contar com notícias das nossas Províncias Marítimas, e isto muito influirá para a segurança externa de nosso Reino.*

*Agora falarei da*

## SEGURANÇA INTERNA

*A segurança interna das nossas Províncias pode ser perturbada, ou por inimigos externos, que se expulsam com as armas na mão, e por meios indiretos, e políticos, ou por inimigos internos, contra os quais deve existir a mais vigilante Polícia, que é o sustentáculo da harmonia Civil e que uniforma a opinião, o espírito público, a bem da Causa da Pátria, ou Nação em que se vive. Teremos, desgraçadamente de combater contra uns, e outros inimigos, e é com remédios*



*prontos, e eficazes, que se pode evitar o mal, que ataca o nosso Corpo Político.*

*Ainda que já avancei o axioma, que convém mais à segurança do Brasil a força de mar do que a de terra, não posso contudo olhar nesta primeira convulsão como igualmente, e inevitável para o caso eventual de desembarques a maior força regular, que seja possível reunir-se nos Portos, e imediações de Santa Catarina, Santos, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará (sic), Rio Grande do Norte. Para o Rio de Janeiro se podem mandar vir de Minas Gerais dois mil homens, vindos dos diferentes Regimentos daquela Província, podendo concorrer com 300, ou 400 Praças a Infantaria de Sabará, de que é Coronel José de Sá, por ser este Corpo de 900 Praças, e de gente de pé, e de melhor préstimo para a Arma de Caçadores, de mais se precisará neste ponto, e que será muito menos dispendioso. Com esta Tropa, e a da Província do Rio Julgo, que bem se poderão defender todos os pontos, e pôr-se em segurança a Real Família, para cuja Guarda se deverá levantar, ou aumentar o Corpo criado com a denominação de – Guarda de Honra –, a que se poderão somente admitir pessoas, que tenham valor, e bens, que perder.*

*Um Corpo de dois mil homens será designado para manter o sossego, e segurança da Cidade, além da Guarda Nacional, que se há de criar. Os Comandantes de todos os Corpos deverão ser Brasileiros, ou de uma conhecida adesão à nossa Causa. Além desta força se deve de antemão convidar o Povo em massa*

*para se armar, e estar pronto a guardar a Cidade, e defendê-la, nomeando-se Comandantes para o alistamento geral de todos os Cidadãos, e dividindo-se a Cidade em distritos. Alguns haverão tão pobres, que se não possam armar à sua custa. Trabalhem as oficinas do Arsenal, e se repartam Lanças, e Chuiços para aqueles, que não a poderem dar próprias.*

*Parece que muito diminuirá a força inimiga no caso de qualquer desembarque, espalhando-se impressos, que de prevenção devem estar prontos, em que S. A. R. Declare 1º, que se dá quartel a todo o Soldado, que desertar, e se passar para o nosso Exército; 2º, que desde o momento, em que se apresentar, terá a sua baixa, e ficará recebendo por espaço de 2 anos o seu soldo, como se estivesse em serviço; 3º, que além disso receberá logo – 20\$000 – para se estabelecer onde escolher, e quiser; 4º que se nega quartel a todo o Oficial, que for achado com as Armas na mão. É esta, quanto a mim, uma arma terrível contra exércitos inimigos, e incalculável a vantagem que se ganha sobre os sacrifícios pecuniários propostos. Assim se conseguirá mais depressa a segurança interna.*

*Para se manter as Tropas do nosso Exército, e conseguir que tenham abundância de víveres convém fazer de prevenção depósitos gêneros de primeira necessidade na proximidade desta Cidade (e o mesmo nas Outras) mas onde fiquem do assalto inimigo. Na fazenda de Pau Grande por exemplo se poderá fazer o depósito de gados. No Pº Crrº, e Porto da Estrela se poderá fazer o depósito de milho, feijão, arroz e toucinho. Nos mes-*

mos ou diferentes pontos se poderão estabelecer depósitos de Munições, fazendo-a retirar de beira mar para que nunca os inimigos se possam senhorear dos alimentos, e armas, que devemos defender para nossa defesa.

Assim como se cuida da abundância para o nosso exército, assim devemos cuidar, em que o inimigo sinta todo o gênero de privações; e por isso devem estar prevenidos todos os moradores, e fazendeiros, que logo que se verifique o aparecimento de qualquer esquadra, ou Comboi, retirem para o interior todos os víveres, e animais, assim cavalares, como vacum, e lanígero, de sorte que os inimigos não achem recurso algum, com a pena de serem reputados inimigos, e incursos nas de crime de Lesa Nação.

Todo e qualquer do Povo poderá ser autorizado para se armarem, e fazerem guerrilhas aos inimigos.

Aos inimigos internos, e ocultos, que vivem entre nós, e que impacientes esperam o momento de tirarem a máscara, e de tomarem armas contra a Pátria, que os alimentos se deve opor uma vigilante, e rigorosa Polícia, em todas as Vilas, e Cidades, e muito principalmente nesta Corte, onde se sabe, que existe um exame de tal gente. Em cada uma rua desta Cidade deve o Intendente Geral da Polícia ter um delegado, que tenha a lista geral de todos os moradores, e que examine a sua conduta, do que vivem, e o que se passa, e se faz em cada casa para todos os dias saber-se o que pode ser prejudicial a nossa causa: estes delegados devem ser pagos sem mesquinhez pelo Cofre da Polícia: é assim que

a Pátria tem bons Servidores. Além destes Espiões deve a Polícia ter outros de maior representação, e que tenham, ou se lhes subministrem meios de ir comer a casas de pastos, botequins, e casas de jogos, onde diariamente se fala com mais liberdade, e se descobrem planos ocultos, e o caráter, e conduta dos indivíduos. Outros, que disfarçadamente andem espalhados pela rua da quitanda, rua direita, cais do Paço, e Passeio Público. E deve trabalhar muito para que se consigam sócios de clubes, que é público se tem criado por delegados de Lisboa, para destruir a nossa Causa. Assim se conseguirá conhecer os traidores para nos pormos a coberto de suas maquinações, sendo em pronto castigados, e apartados dos mais cidadãos.

O exame mui circunspecto dos passageiros, que vem dos Portos de Portugal, e de alguns mesmo do Brasil, não deve escapar à vigilância da Polícia: o Comandante deve dar a relação exata de todos os passageiros, declarando-se-lhe na Fortaleza de Rego, que se algum ocultar, ficará em responsabilidade, e embargado até que dê conta desse, ou desses passageiros, que ocultar, ficando demais, e sujeito à pena que se imporia ao passageiro, que se emissário contra a nossa Causa. Todos os passageiros, sem distinção, se devem logo no ato de desembarcar apresentar ao Intendente Geral da Polícia para tomar as declarações, e observar a qualidade de cada um deles, sabendo onde vão residir para os fazer vigiar, e espionar.

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1822.

Estevão Ribeiro de Rezende



## PRIMEIRO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIA MILITAR

Dia 12 de março de 2002 marcou o encerramento do 1º Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História Militar. Na ocasião, usaram da palavra o Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins, em nome da direção do Curso, e o Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior Afonso Henriques Eduardo Pedrosa, em nome dos pós-graduados, cujos discursos são a seguir transcritos:

### Discurso do Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins

Há frases que, em duas ou três palavras, simplificam uma observação ou um acontecimento. Entre estas, figura a afirmação de que não se consegue vitória sem risco. E é exatamente o que celebramos hoje com esta simples cerimônia de encerramento do Primeiro Curso de Pós-Graduação de História Militar que se realiza no Brasil – um risco que se transformou em vitória. Apesar de cuidadosamente preparado, bem orientado e acompanhado, ainda assim não deixou de ser uma incógnita, em relação ao resultado que alcançaria.

Além das escolas militares, o meio intelectual brasileiro, de uma forma geral, dá a impressão de não aceitar que a guerra, o confronto armado e sangrento que substitui

ou sucede as discordâncias ideológicas, políticas, econômicas e geográficas entre as nações, quando falham os diálogos diplomáticos, faça parte, lamentavelmente embora, das relações humanas e, como tal, deva ser incluída nas áreas das ciências sociais e humanistas. Os que a repugnam podem preferir denominá-la anti-social ou desumana, o que, entretanto, não muda sua classificação. Condenável que seja, merecendo que se lute para extirpá-la das relações humanas, a guerra acontece sempre, tem acontecido desde o passado mais remoto, e tudo indica que continuará a acontecer, malgrado a instituição dos órgãos destinados a coibi-la, como a Liga das Nações, a ONU e os tratados bi e multinacionais. Não há século que não seja teatro de conflitos, ou de grandes proporções envolvendo muitos países, ou menores, entre nações isoladas, ou internas, mas todos com as mesmas características de derramamento de sangue, destruição, mortes e holocaustos.

A História das nações corre *pari-passu* com sua História Militar e atividades bélicas. Um exemplo colhido entre as muitas estatísticas incluídas na literatura e na História mostra que, só entre a primeira parte do século XVIII e a segunda metade do século XX (de 1740 a 1974), listam-se 366 confrontos armados de aspecto relevante, causados por motivos ideológicos, econômicos, ânsia de poder, passionais ou geo-

gráficos. E o fim do século XX e os primeiros meses do século XXI, mesmo com o término da bi-polaridade conflitante chamada Guerra Fria, não ofereceram o tão desejável espetáculo de paz e amor decantado pelos autores que profligam a violência, elogiado e clamado em comóventes e brancas passeatas e regido pelas Nações Unidas.

Execrada, condenada, amaldiçoada que seja, a guerra não pode ser ignorada como fenômeno social, porque realmente existe, tem existido e, pelo que se percebe, continuará a existir enquanto a humanidade for como é. Negá-la não assegura sua inexistência ou, talvez, pelo contrário, aumente as possibilidades de que ocorra. E, como um fato social que afeta – e como! – as sociedades, agora mais do que nunca, pois interfere nas outras áreas que não as puramente militares, torna-se assim necessário que sua evolução histórica, seu desenvolvimento, certas características que podem ser consideradas permanentes, sejam estudados, acompanhados, analisados, pesquisados, como todos os outros acontecimentos que influem na vida das nações, a fim de serem tirados ensinamentos dos aspectos sociais, científicos e filosóficos que afligem o mundo hoje em dia e, com certeza, continuarão a afligi-lo no futuro. De maneira possivelmente sarcástica, Clemenceau, na Primeira Grande Guerra, afirmava ser a guerra fato muito importante para ser relegado apenas aos generais. Mas isto, dito ironicamente, tornou-se realidade atualmente. Não há segmento social ou produtivo que nela não seja envolvido. E a que órgãos cabem os estudos e análises deste envolvimento se não às universidades, aos institutos, aos centros

de estudo? Apelando inclusive para a grande Mestre – a História – que, com seus exemplos, instrui-nos para compreender o presente e até extrapolar para a visão do futuro.

No Brasil, como temos sido pouco afetados pelos sofrimentos de uma guerra, as quais ou tem sido travadas longe do território nacional (exceto entreveros fronteiriços) ou, como nos dois últimos conflitos mundiais, empregando apenas elementos profissionais, não faz parte da nossa cultura uma preocupação especial com a guerra, como nos países que são assolados por uma em cada geração, ficam seu estudo e suas análises limitados quase que exclusivamente aos elementos militares por dever funcional. Acresce que nas últimas décadas, como revanche de lutas políticas, há tendência destes últimos serem ignorados. E, talvez, muitos achem que o estudo da guerra como fato social possa contribuir para o fortalecimento da classe castrense. Não ocorre a esses temerários que o desenvolvimento de um país, sua colocação na primeira linha das nações, na qual, queiram os pessimistas e derrotistas ou não, o Brasil tende a se posicionar, traz inevitavelmente confrontos e que uma organização militar independente da política e não se improvisa, podendo até não dispor de armas, que se compra ou se fabrica, mas não de mentalidade, que tem de ser formada em muitos anos e manter-se permanente.

É uma das vantagens da existência e da difusão de cursos semelhantes ao que terminamos é exatamente a uniformização mental que civis e militares igualmente adquirem – atingindo também estes últimos das diversas corporações – em torno do de-



envolvimento dos conflitos bélicos que podem afetar a sociedade de maneira trágica. Deixarão de considerá-los eventos emergenciais, mas uma atividade possível e provável, ainda que não desejável, na vida nacional. E que, para enfrentá-los, é imprescindível a existência de Poder organizado e preparado de antemão, em caráter permanente, e não a esdrúxula dualidade definida como poderes civil e militar, organizações que, sem dúvida, diferem em tempo de paz, mas não como poderes, e sim pela diversidade de tarefas que lhes são impostas, prontas, entretanto, a se confundirem em tempo de guerra – o que a História nos ensina.

Obedecendo a tais considerações e se confrontando com esse ambiente, é que a decisão da UNIRIO, aceitando acolher o primeiro Curso Pós-Graduação de História Militar, aparece como uma iniciativa de coragem, de risco, de visão. Poderia ser criticada pelo simples fato de promovê-lo. E ser acusada de erros ao adotar programas e currículos organizados sem haver modelo anterior que servisse de orientação, apoiando-se na experiência de professores civis e militares que se viam, da mesma forma, enfrentando como iniciantes este desafio. O ensino deveria transcender da simples descrição de batalhas ou de estratégias adotadas em determinadas situações. Dever-se-ia mostrar a filosofia, a metodologia, as problemáticas dos conflitos na História, as políticas que os criaram e as consequências – tudo que servisse de ensinamento e de exemplo. Os riscos de deformações, de falhas, de se seguir caminhos errados eram muitos, além daqueles que se poderia esperar de uma estréia.

Neste encerramento, entretanto, pode-se afirmar que nada disso aconteceu. As falhas, que houve com certeza, não ultrapassaram as que pudessem afetar o que de positivo se obteve com os resultados alcançados. As informações sobre o andamento do curso fui tendo nas críticas ouvidas nas reuniões de professores e nos comentários dos alunos. Mas, pessoalmente, pude observá-lo, ao ter a honra de ser convidado como orientador das teses defendidas pelas alunas da Marinha. Não se tratavam de principiantes, aptas a serem influenciadas por qualquer idéia nova e elementar. Eram capitães-de-corveta, com perto de vinte anos de atividades em História, como professoras e chefes da Divisão de História e Publicações no Serviço de Documentação da Marinha, e só ressentiriam os efeitos do curso se houvesse um real acréscimo em seus conhecimentos. Tenho tido contato com ambas em toda a sua carreira na Marinha. E posso garantir que foram sensíveis às modificações que verifiquei nas teses que defenderam, aliás de muito boa qualidade. A maior amplidão com que passaram a considerar os problemas da História, a seleção das pesquisas, as conclusões tiradas das análises feitas, demonstram uma visão que talvez não tivessem antes – e que elas mesmas atribuem ao que lhes foi mostrado no curso.

Podemos assim concluir, nesta festa de encerramento, que, indiscutivelmente, o primeiro Curso de Pós-Graduação de História Militar realizado na UNIRIO foi um sucesso, apesar de todos os riscos que enfrentou. Seria este o momento também de congratularmo-nos com os fatores que o le-

varam à vitória, parabenizando aqueles que para isto contribuíram, organizando-o, dirigindo-o, administrando-o e ministrando-o. A lista seria extensa, mas, sem diminuir o valor de todos, devemos fazer especial referência ao General-de-Exército Frederico Sodré de Castro, que, como Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, deu todo o apoio moral e material à realização do curso, baseado na confiança que depositava em seu êxito; ao Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, Presidente do IGHMB, e ao Professor Doutor Arno Wheling, Chefe do Departamento de História da UNIRIO, que o idealizaram; à compreensão de sua finalidade, objetividade e orientação mostradas pela Professora Doutora Maria José Wheling, Decana da Universidade; e ao Professor Marcos Sanchez, a quem ficou afeto ministrar os aspectos da filosofia e metodologia da História, ainda não muito trilhados.

Mas devemos auferir a principal vitória deste curso ao fato de ele ter sido, com seus êxitos e, porque não, também com seus erros, sólido patamar para apoiar outros cursos semelhantes, freqüentados inclusive por civis, desvendando novo horizonte para a intelectualidade e a História brasileiras.

**Discurso do Tenente-Coronel  
de Artilharia e Estado-Maior  
Afonso Henriques Eduardo Pedrosa**

O homem em sociedade e o tempo são duas categorias fundamentais para o estudo da História. Hoje estamos aqui reunidos porque um pequeno grupo social, o dos historiadores militares, atingiu seu tempo de

formação. As tardes de quinta-feira, as jornadas de sexta-feira e a monografia fazem parte, agora, de nossa historicidade. Já não somos mais ou menos indivíduos que se reuniram, neste auditório, para assistir a aula inaugural há dois anos atrás. Agora somos historiadores militares.

Acredito que o primeiro dever, como orador da turma pioneira de formandos de História Militar, seja agradecer às instituições que permitiram a concretização de uma aspiração antiga de ilustres personalidades. Mas, tentarei fazê-lo dentro de uma perspectiva histórica. Temos que valorizar aquilo que aprendemos. As aulas em si, as quais me referi há pouco, não passam de conhecimentos pontuais. É necessário buscar a estrutura e a conjuntura que possibilitaram a realização do curso. A História Militar, até então, com raras exceções, apresentava-se excessivamente empírica, limitando-se ao relato de uma série de acontecimentos, aproximando-se mais de um texto jornalístico do que uma análise dos homens em sociedade no passado. Ou seja, uma visão limitada, desconectada das estruturas social, econômica e política. Os historiadores militares acreditavam serem restauradores do passado. Uma vez descobertas as fontes e encadeadas numa ordem cronológica, o problema estaria resolvido. O passado não é um quadro desbotado pelo tempo em que um profissional, com técnicas apuradas, vai deixá-lo exatamente como era ao ser pintado. O historiador busca reconstituir as relações sociais no passado. Hoje, podemos dizer que não somos mais restauradores! Isso tornava a historiografia brasileira defasada em relação a suas congêneres em

outros países. Sob outra perspectiva, a História Militar era um espaço teórico vazio no âmbito acadêmico, não contemplado pelos programas de pós-graduação. Essa conjuntura assim permaneceria se três instituições não se unissem e buscassem modificar a trajetória histórica da História Militar brasileira. O Departamento de Ensino e Pesquisa, dentro do Projeto de Modernização do Ensino no Exército, buscou uma melhor formação e especialização de seus instrutores. É necessário, ainda, ressaltar a importância que o DEP atribuiu à História, na atual visão acerca da formação dos recursos humanos do Exército, e o interesse pessoal do Diretor de Ensino e Pesquisa, condições fundamentais sem as quais o curso não se realizaria. O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, por ter detectado o problema e buscado parcerias para superá-lo. Pelo interesse em dar continuidade aos seus projetos no campo da História Militar dentro de uma

perspectiva acadêmica e pelo alto nível de seus professores. E, finalmente, a UNIRIO que, com toda a sua tradição acadêmica no âmbito da História, organizou, coordenou e deu vida ao curso, quer pela estrutura como instituição de nível superior, quer pela excelência de seus professores.

O nosso curso reveste-se de características especiais. É o primeiro curso de História

Militar que se realiza no Brasil. Somos um grupo interdisciplinar com 15 oficiais do Exército, duas oficiais da Marinha e um suboficial da Aeronáutica. A formação acadêmica desse grupo interagiu historiadores, geógrafos e militares de várias especialidades. Mas acredito que nós, militares de origem, fomos os mais beneficiados. O curso, para nós não-historiadores, abriu um mundo novo a frente. Ranken, a metodologia analítica, a nova hermenêutica, a relação objeto-sujeito, a dicotomia objetividade-subjetividade, os ritmos da temporalidade de Braudel, o uso das fontes, a Escola dos Anales, Marc Bloch, a história das mentalidades, a micro-história, a continuidade e a descontinuidade histórica. As relações com as ciências sociais. As tendências historiográficas atuais. O amplo leque de possibilidades da História Militar que, finalmente, deixa para trás a história-batalha. A evolução do pensamento estratégico. Maquiavel, Aron, Defarges. A evolução da arte da guerra e das insti-



Tenente-Coronel de Artilharia  
e Estado-Maior  
Alonso Henriques Eduardo Pedrosa

tuições militares. As relações Estado, Sociedade e Forças Armadas e tantos outros conhecimentos que não poderemos enunciar face à carência de tempo. Esse mundo novo contribuiu para uma sustentação filosófica, conceitual e metodológica firme.

Aqui cabe uma constatação. Nós, militares, não somos historiadores, mas causou-me estranheza o fato de não conhecer-

mos, a fundo, a história de nossa instituição. Temos a natureza de ver em todo conhecimento uma praticidade que não é objetivo da História. Queremos ler, estudar com o objetivo de aplicar conhecimentos no cotidiano objetivo de nossas vidas profissionais. Estamos sempre buscando ensinamentos na campanha tal, em determinada batalha. O estudo da História está num campo mais elevado. Ela nem sempre proporcionará ensinamentos práticos, mas algo mais fundamental. Ela determina nossa historicidade, nossa identidade como militares brasileiros, a alma de nossa instituição. Todo militar deveria saber a evolução histórica da instituição militar. Os diversos processos que, desde o Brasil Colônia até os dias atuais, conformam nossa mentalidade, nosso padrão de relação com o Estado e a Sociedade. Esse conhecimen-

to faz parte de nossa memória coletiva que não deve se restringir aos monumentos e documentos escritos, mas, sobretudo, deve estar em nossa memória individual. Esse conhecimento proporcionará firmeza e convicção de nossos atos e atitudes, pois são respaldados nos nossos antepassados.

Finalmente terei que cometer uma heresia histórica. Sei que aprendemos que a História é diacrônica. A História, pela infinidade de variáveis que a compõem, é singular. A História não se repete. Mas temos que, neste momento, refutar todo o nosso aprendizado e desejar que ela se repita. Que o curso que ora termina não se limite a nós. Que tenha vida longa. Que anualmente, neste auditório, oradores, como este que vos fala, materializem com suas palavras gerações de historiadores que engrandecerão a História Militar brasileira.



Primeira turma de especialistas em História Militar diplomada no Brasil pela UNIRIO. Em primeiro plano, destacam-se a Professora Maria José Wehling, decana da universidade e coordenadora do curso, ladeada pelo General-do-Exército Gilberto Barbosa de Figueiredo, chefe do DEP, o presidente do IGHMB, Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho e o presidente do IHGB, Professor Dr. Arno Wehling, organizadores do curso, o vice-presidente do IGHMB, Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins, autoridades militares e professores presentes à cerimônia de diplomação.





## Simpósio “70 Anos da Revolução Constitucionalista de São Paulo”

O IGHMB e o IHGB promoveram um simpósio sobre a Revolução Constitucionalista de São Paulo, de 10 a 12 de setembro, no auditório da Biblioteca do Exército e na Sala Pedro Calmon do IHGB, onde foram apresentadas as seguintes comunicações e conferências:

“As Causas e o Ideário da Revolução Constitucionalista de São Paulo” – General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos.

“Lideranças Políticas e Militares” – Professor Guilherme de Andrea Frota.

“Razões da Derrota” – Professor Dr Hemâni Donato.

“Desinformação, Arma de Guerra em 1932” – Professor Dr Douglas Michalany.

“As Operações Terrestres” – Coronel Manoel Cândido de Andrade Netto.

“A Participação da Marinha” – Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins e Capitão-de-Mar-e-Guerra Lauro N. F. Mendonça.

“A Participação da Aviação Militar” – Coronel-Aviador Manuel Cambeses Júnior.

Os trabalhos foram abertos e encerrados com uma Mesa Redonda presidida pelo Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho e tiveram como coordenador o Coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula.

Na abertura do simpósio, o Presidente do IGHMB proferiu a alocução abaixo transcrita:

“Durante muito tempo, prevaleceu a idéia de que a Revolução Constitucionalista de São Paulo, deflagrada em 9 de julho de 1932 e terminada em 2 de outubro do mesmo ano, era contra o progresso, uma reação da oligarquia cafeeira ao fim da política do “café com leite” – ocorrida em 1930 –, e separatista.

“Transcorridos 70 anos, a Revolução de 1932 é um fato histórico complexo e, por vezes, contraditório, um tema que ainda suscita debates entre os estudiosos e pesquisadores em busca do modelo para a democracia liberal brasileira, cujos princípios ainda não estão perfeita e convenientemente delineados. É de crucial importância para se compreender o processo de construção do federalismo democrático liberal em oposição ao centralismo do Estado reformista, empalmado pelo positivismo gaúcho e pelos militares.

“Estavam em jogo, na época, duas correntes de pensamento conflitantes. De um lado, situavam-se aqueles que defendiam a modernização conservadora, vendo no dirigismo do Estado centralizador o caminho para garantir a ordem social e promover a industrialização via substituição de importações; do outro, encontravam-se aqueles que pugnavam pela instituição da República Federativa, constitucionalista, com ampla autonomia estadual, contrária ao centralismo da União.

“Se a primeira corrente não logrou triunfar completamente, impôs o modelo domi-

nante no País até recentemente. Traçou o ordenamento legal das relações entre capital e trabalho, e implantou a base da legislação trabalhista. A política de substituição de importações sob o patrocínio estatal atingiu o apogeu no governo Geisel, com o segundo PND.

“Hoje, diante da crise do Estado, esse modelo vem sendo repensado. Crescem as vozes favoráveis à redução dos poderes da União, restringindo-os à defesa, à política monetária e ao comércio exterior, deixando a cargo dos estados e dos municípios a educação, a justiça, a saúde, a segurança etc.

“Essa concepção reabre a discussão de democracia e dos encargos da Federação, foco das preocupações da Revolução Constitucionalista de 1932. Confirma a opinião do historiador José Murilo de Carvalho de que os princípios do constitucionalismo defendidos em 1932 não eram de fachada.

“Ficou evidenciado que é preciso levar a sério a implantação do regime liberal representativo democrático no País. O Brasil era, e ainda é, composto majoritariamente de massas de pobres, ou miseráveis, não-educadas, cujo comportamento não se ajusta à sociedade ideal.

“As massas continuam suscetíveis de se deixar levar pelo canto da sereia dos políticos populistas, que tomam as eleições uma seqüência de desastres e dificultam o avanço da democracia liberal representativa, contradizendo seus princípios básicos no aventureirismo da esquerda radical.

“A julgar pelas idéias difundidas pela Revolução de 1932, se não legaram a aceitação de um amplo conceito de democracia liberal, constituíram-se em um ensaio

seminal de idéias liberais no Brasil, que vêm sendo aceitas pela grande maioria das correntes políticas.

“A Revolução Constitucionalista de 1932 exigiu do País grande esforço industrial-militar durante o século XX. Guardadas as devidas proporções, só a Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, levou a uma mobilização comparável dos recursos da Nação. A Revolução envolveu cerca de 135 mil homens – 100 mil legalistas e 35 mil constitucionistas. As perdas em ação, computadas oficialmente, totalizaram mais de mil vidas, em quase três meses de luta, a maioria sofrida pelos paulistas – número superior ao dos combatentes brasileiros que tombaram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

“Entre os milhares de paulistas convocados para combater havia capitães de indústria, barões do café e uma multidão de cidadãos anônimos – trabalhadores, comerciantes, estudantes universitários, funcionários públicos, militares, profissionais liberais; mulheres e homens; brancos, negros e pardos (Legião Negra), e até índios guaranis da última tribo existente no Estado de São Paulo, empregados em tarefas auxiliares.

“Tanto dinheiro foi arrecadado que os cofres da Revolução permitiram a construção do edifício de 12 andares da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo. “Doe ouro para o bem de São Paulo” inspirou uma iniciativa semelhante em 1964.

“O subdesenvolvimento refletiu-se no grau de instrução militar, no obsolescência do material bélico, nos meios, em geral, e na doutrina empregada por ambos os contendores. A atitude defensiva prevaleceu sobre a ofensiva. Os embates travados não

se caracterizaram por brilhantes concepções estratégicas nem táticas.

“Um militar francês disse, com muita propriedade que, na guerra, vence quem menos erros comete. Os paulistas cometeram uma série deles. Esperaram demais por reforços de supostos aliados gaúchos e mineiros, que jamais chegaram. Confiaram na Força Pública (PMSP), que firmou paz em separado com as tropas federais em Cruzeiro. Não tomaram a iniciativa de marchar, logo no início da Revolução, sobre o Rio de Janeiro. Nos primeiros dias de combate, ficou evidente a inferioridade dos paulistas nos confrontos decisivos. Enquanto as forças federais contavam com 24 aviões (alguns com capacidade de bombardeio pesado) e 250 canhões (de médio e longo alcance), os paulistas dispunham apenas de 7 aviões e 44 canhões menos poderosos. Dos 10 aviões *Falcon*, de fabricação norte-americana, adquiridos pelo Governo paulista, apenas 3 chegaram a São Paulo.

“A disparidade das forças em presença era notória.

“São Paulo não possuía Marinha. As belonaves dos governistas bloquearam facilmente o porto de Santos, impedindo o recebimento de reforços e de armas compradas no exterior. Ao mesmo tempo, o bloqueio asfixiou economicamente o estado, não permitindo a exportação de café.

“São Paulo combateu em diversas frentes, ao longo de todas as divisas com os outros estados. As duas primeiras frentes, a do vale do Paraíba e a mineira, tinham por direção o eixo Rio-São Paulo. As outras eram secundárias – a de Mato Grosso e a do Paraná –, apesar de contribuírem

para o isolamento do estado. A concepção estratégica do Governo federal era cercar os paulistas, de modo a negar-lhes quaisquer possibilidades de ajuda.

“Os paulistas, entretanto, demonstraram uma grande capacidade de improvisação, fabricando armamento, engenhos bélicos, equipamento e munição. Dentre os diversos tipos de armamento desenvolvidos pela Escola Politécnica para aparelhar as tropas constitucionistas, um dos mais utilizados foi o lança-chamas, montado sobre uma espécie de blindado. Um outro engenho bélico famoso era o trem blindado *Fantasma da Morte* – composição de três carros revestidos com chapas de aço –, que atuava na região atendida pela Mogiana. Lembrava, na aparência, o conhecido trem utilizado pelo líder bolchevista Leon Trotsky na Revolução Soviética. Na verdade, não passava de um Belo Antônio, arma inútil, uma vez que trens estão condicionados aos trilhos. Serviu, porém, para assustar tropas bisonhas.

“Também ocorreram episódios que se tornaram célebres: o ataque aéreo paulista aos navios que bloqueavam Santos e os intensos bombardeios da aviação governista a Guaratinguetá. As incursões sobre as belonaves fundeadas ao largo de Santos não obtiveram o êxito desejado, sendo um dos aviões abatido pelo fogo antiaéreo de um cruzador. Eram biplanos obsoletos e mal-armados. Naquela época, não se podia imaginar que aeronaves viessem a causar sérios danos a navios de guerra, como o presenciado em Pearl Harbor. Da mesma forma, faz-se digna de menção a minagem das águas do porto de Santos pelos paulistas, para dificultar o desembarque das tropas de Getú-

lio. Caíram no esquecimento os combates navais que tiveram lugar na Amazônia.

“Há duas versões sobre a batalha de Itararé: uma de que teria sido conquistada a baioneta pelas tropas federais; a outra, de que o Batalhão 14 de Julho, a despeito da inferioridade numérica e de armamento, teria resistido o máximo de tempo possível antes de recuar.

“No vale do Paraíba, os paulistas, sob o comando do Coronel Euclides de Figueiredo, aguardavam, num túnel da Estrada de Ferro Central do Brasil, na Serra da Mantiqueira, a chegada das forças gaúchas e mineiras para, juntos, marcharem sobre o Rio de Janeiro, mas tiveram a decepção de serem rechaçados pelas tropas do General Góes Monteiro. O trem *Fantasma da Morte* entrou em ação, mas nem isso impediu a derrota dos paulistas.

“Em 28 de setembro, deu-se o último embate da Revolução, em Campinas. A cidade foi alvo de quatro bombardeios executados por 16 aviões *WACO CSO*, da Primeira Guerra Mundial, que ficaram conhecidos como os “vermelhinhos”.

“No dia 2 de outubro, era assinada a convenção militar que firmava os termos da capitulação paulista.

“O relógio marcava 23 horas de 8 de outubro de 1932 quando uma multidão, tomada por delírio patriótico, despediu-se dos líderes da Revolução Constitucionalista de São Paulo, sob custódia do Governo Provisório de Vargas, que seguiam por via ferroviária para o Rio de Janeiro e, em seguida, deportados, em um navio para Portugal.

“A crônica factual relata que a Revolução Constitucionalista de 1932, detonada

no dia 23 de maio com a morte de quatro estudantes – Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo –, chegara ao fim.

“Nos dias atuais, fora de São Paulo pouco se fala daquele dramático acontecimento de nossa História, em que irmãos mataram irmãos. E a máquina de propaganda de Vargas espalhou, para desacreditar a rebelião paulista, que o movimento tinha um ideário separatista, com a finalidade de dividir o Brasil ao meio, separando São Paulo dos outros estados do País.

“A realidade, sabe-se hoje, era outra.

“A Revolução de 32 promoveu a re fundação da República, o restabelecimento do regime constitucionalista mais tarde, deteve o nacionalismo de esquerda no seio das Forças Armadas, traduzindo-se numa manifestação contra o Estado centralizado e não em festa dos barões do café. O constitucionalismo é a maior herança legada pela Revolução de São Paulo.”

#### Cooperações do IGHMB em 2002

##### \* *Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército*

– Atendendo a pedido de cooperação, o IGHMB realizou quatro palestras na manhã do dia 15 de março, sobre a “Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar na Idade Média e no Período Napoleônico”, a cargo do Professor Marcos da Cunha e Souza, e sobre a “Guerra do Golfo” e a “Guerra do Afeganistão”, a cargo do Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho.

##### \* *Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais*

– Atendendo a convite, o General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto,



representando o IGHMB, proferiu palestra abordando o tema "Por que aconteceu e o que foi a Revolução de 1964", em comemoração ao transcurso do aniversário da Revolução em 31 de março.

– Dia 8 de outubro, atendendo a pedido de cooperação, o Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho e o Coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula realizaram palestra sobre o tema "Conflitos e Operações Contemporâneas".

• *Na 10ª Região Militar*

– Atendendo a convite, o Presidente do IGHMB realizou, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, uma conferência abordando o tema "A Problemática das Forças Armadas no Século XXI", por ocasião do encerramento das comemorações do Dia da Vitória.

### Colaboradores do IGHMB

Em conformidade com o § 1º do Art. 17 do Estatuto do IGHMB, por ato do Presidente e decisão da Diretoria, foram admitidos colaboradores desse Instituto, por um período de quatro anos:

– Capitão-de-Fragata MÔNICA HARTZ DE OLIVEIRA MOITREL, a contar de 1º de março de 2002, e

– Capitão WAGNER ALCIDES DE SOUZA, a contar de 1º de maio de 2002.

### Websites de História Militar

A Comissão de História Militar dos Estados Unidos da América informa os *links* das principais organizações norte-americanas de interesse para os estudiosos de História Militar:

– Órgãos especializados:

US Commission on Military History:

<http://www.uscmh.org/>

Society for Military History:

<http://www.smh-hq.org/>

– Órgãos do Departamento de Defesa e das Forças Armadas:

DefenseLINK, The Official Web Site of the U.S. Department of Defense:

<http://www.defenselink.mil/>

U.S. Army Center of Military History:

<http://www.army.mil/cmh-pg/>

U.S. Naval Historical Center:

<http://www.history.navy.mil/>

U.S. Marine Corps History and Museums Division:

<http://www.usmc.mil/historical.nsf/table+of+contents>

The U.S. Air Force Historical Research Agency:

<http://www.maxwell.af.mil/au/afhra/>

U.S. Coast Guard Historian's Office:

<http://www.useg.mil/hq/g-ep/history/collect.html>

U.S. Army Military History Institute:

<http://carlisle-www.army.mil/usamhi/>

– Outras organizações:

Library of Congress:

<http://www.locweb.loc.gov/>

National Archives:

<http://www.nara.gov/>

The National Security Archive, The George Washington University:

<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>

Women in Military History:

<http://minervacenter.com>

Military History Network -- H-War:

<http://www2.h-net.msu.edu/~war/>

The United States Civil War Center, Louisiana State University:

<http://www.ewc.lsu.edu/>

### Principais sites nacionais de interesse

Ministério da Defesa

<http://www.defesa.gov.br/>

Exército Brasileiro

<http://www.defesa.gov.br/>

Marinha do Brasil

<http://www.mar.mil.br/>

Força Aérea Brasileira

<http://www.aer.mil.br/>

Rede Governo

<http://www.brasil.gov.br>

Filmoteca Militar

<http://www.exercito.gov.br/07Servic/filmoteca/indice.htm>

Organizações Militares

<http://www.exercito.gov.br/06OMs/letraA.htm>

Armamento e Munição

<http://www.exercito.gov.br/03Brafor/armtmuni/indice.htm>

A Profissão Militar

<http://www.exercito.gov.br/02Ingres/Profmil.htm>

### Curtas

#### • Convênio Exército Brasileiro/IGHMB

O Exército Brasileiro e o IGHMB firmaram um convênio, por intermédio da Diretoria de Assuntos Culturais, com a finalidade de promover estudos, pesquisas, palestras e conferências sobre temas, vultos e fatos da História Militar.

#### • Visitante ilustre

O IGHMB recebeu a visita de cortesia do Professor Doutor Sérgio Martínez Baeza, Presidente da Sociedade Chilena de História e Geografia, na qual entabulou negociações para realizar atividades acadêmicas entre o Brasil e o Chile.

#### • XXVIII Congresso Internacional de História Militar

Teve lugar, no período de 11 a 16 de agosto, em Norfolk (Virginia, EUA), sob o patrocínio da Comissão Internacional de História Militar. Representaram o IGHMB o Coronel João Ribeiro da Silva e o Capitão-de-Mar-e-Guerra Dino Willy Cozza.



Aspecto do auditório durante o simpósio "70 Anos da Revolução Constitucionalista de 1932".

# IGHMB – Situação em dezembro de 2002

## 1. SÓCIOS EMÉRITOS

*Com o número das cadeiras que ocupavam como Sócios Efetivos e respectivos Patronos.*

Coronel FRANCISCO RUAS SANTOS – 64 (CALÓGERAS)  
Coronel JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES – 3 (RIO BRANCO)  
General SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE – 47 (CUNHA MATTOS)  
Coronel CLAUDIO MOREIRA BENTO – 88 (PAULA CIDADE)  
Almirante MÁRIO CÉSAR FLORES – 77 (VISCONDE DE INHAÚMA)  
General JONAS DE MORAIS CORREIA NETO – 72 (OSÓRIO)  
Coronel ELBER DE MELLO HENRIQUES – 54 (REBOUÇAS)

## 2. SÓCIOS FUNDADORES

*Relacionados em ordem alfabética e com o posto que tinham à época da fundação.*

Capitão ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA  
Coronel ALIPIO VIRGÍLIO DI PRIMO  
Capitão ALTAMIRANO NUNES PEREIRA  
Coronel ALVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE  
Comandante ANTONIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES  
Comandante ANTONIO CARLOS RAJA GABAGLIA  
Capitão ANTONIO LEÓNCIO PEREIRA FERRAZ  
Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA  
General AUGUSTO TASSO FRAGOSO  
General CANDIDO MARIANO DA SILVA RONDON  
Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER  
Comandante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA  
Coronel EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA  
General ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
Tenente-Coronel FRANCISCO DE PAULA CIDADE  
Coronel FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS  
General FRANCISCO JOSÉ PINTO  
Capitão FREDERICO AUGUSTO RONDON  
Comandante FREDERICO VILLAR  
Coronel GENSERICO DE VASCONCELOS  
Almirante HENRIQUE BOITEUX  
Capitão HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO  
Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO  
General JOÃO FULGENCIO DE LIMA MINDELLO  
General JOÃO MANUEL BORGES FORTES  
Capitão JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO  
Major JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO  
Capitão JONATHAS DE MORAIS CORREIA  
Capitão JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO  
Major JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO  
General JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES  
Tenente-Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA  
Comandante LUCAS ALEXANDRE BOITEUX  
Coronel LUIZ LOBO  
Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA  
General MANUEL LIBERATO BITTENCOURT  
Major PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO  
Major RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA  
Coronel RAUL BANDEIRA DE MELO  
Almirante RAUL TAVARES  
Capitão SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE  
Coronel VALENTIM BENÍCIO DA SILVA

3. SÓCIOS TITULARES

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
1.	ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, Visconde de Taunay	Marechal HUMBERTO DE ALENÇAR CASTELLO BRANCO – Fundador General CARLOS DE MEIRA MATTOS – Emérito Vaga
2.	General ALFREDO MALAN D'ANGRONE	General FREDERICO AUGUSTO RONDON – Fundador-Benemérito Coronel VIRGÍLIO DA VEIGA
3.	JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, Barão do Rio Branco	General FRANCISCO DE PAULA CIDADE –Fundador Coronel JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES – Emérito Comandante DINO WILLY COZZA
4.	Chefe-de-Divisão ANTONIO CLÁUDIO SÓLO	General ARNALDO DAMASCENO VIEIRA Marechal JOÃO BAPTISTA DE MATTOS Professor ODORICO PIRES PINTO Professor GILBERTO JOÃO CARLOS FERREZ Vaga
5.	Almirante ANTÔNIO COUTINHO GOMES PEREIRA	Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA – Fundador Almirante WASHINGTON PERRY DE ALMEIDA – Benemérito Vaga
6.	General ANTÔNIO JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA	General JOÃO MANUEL BORGES FORTES – Fundador General AFFONSO DE CARVALHO General ADALARDO FIALHO Vaga
7.	Engenheiro JÚLIO CÉSAR RIBEIRO DE SOUZA	Brigadeiro LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES – Benemérito Doutor AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR Professor AMÉRICO JACOBINA LACOMBE Professor ARNO WEHLING
8.	Almirante ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, Barão de Telé	Almirante FREDERICO VILLAR – Fundador Almirante JOÃO DO PRADO MAIA – Benemérito Almirante HÉLIO LEÔNICIO MARTINS – Emérito Vaga
9.	Comandante MARIANO DE AZEVEDO	General MANUEL LIBERATO AZEVEDO BITTENCOURT – Fundador General NELSON WERNECK SODRÉ Vaga
10.	Coronel ANTÔNIO DE SENA MADUREIRA	Coronel ÁLVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE – Fundador General NELSON RODRIGUES DE CARVALHO Coronel JARDRO DE ALCÂNTARA AVELLAR



<b>CADEIRA E PATRONO</b>		<b>OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS</b>
11.	General ANTÔNIO TIBÚRCIO FERREIRA DE SOUZA	General GENSERICO DE VASCONCELOS - Fundador Marechal ONOFRE MUNIZ GOMES DE LIMA General OLÍMIO GONDIM DE UZÉDA Professor PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIM
12.	Almirante JÚLIO CÉSAR DE NORONHA	General EVERALDO DE OLIVEIRA REIS
13.	Almirante ARTHUR SILVEIRA DA MOTTA, Barão de Jacuaj	Almirante RAUL TAVARES - Fundador-Benemérito Doutor SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA Almirante DOMINGOS PACÍFICO CASTELLO BRANCO FERREIRA
14.	Coronel AUGUSTO FAUSTO DE SOUZA	General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA - Fundador General AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS Coronel JOSÉ DE SÁ MARTINS
15.	Chefe-de-Divisão AUGUSTO JOÃO MANUEL LEVERGÊ, Barão de Melgaço	Comandante ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES - Fundador General JOAQUIM VICENTE RONDON Almirante HERICK MARQUES CAMINHA - Benemérito Comandante GIL CORDEIRO DIAS FERREIRA
16.	Marechal CARLOS AUGUSTO DE CAMPOS	General ALTAMIRANO NUNES PEREIRA - Fundador Coronel FERNANDO ULRICH DE ALMEIDA Doutor MARCOS RIBEIRO CORRÊA
17.	General CONRADO JACOB DE NEMEYER	General JOÃO DE MELO MORAIS Professor ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS Coronel JUVENAL MILTON ENGEL
18.	Tenente-Coronel DIOGO AROUCHE	General RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA - Fundador-Benemérito Professor DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO Vaga
19.	General DIONÍSIO EVANGELISTA DE CASTRO CERQUEIRA	Marechal ESTÉVÃO LEITÃO DE CARVALHO - Fundador-Benemérito Coronel JOSÉ FERNANDO DE MAYA PEDROSA
20.	General EDUARDO JOSÉ DE MORAIS	General JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO - Fundador-Benemérito Professor GUILHERME DE ANDREA FROTA
21.	Coronel EMÍLIO CARLOS JOURDAN	General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA - Fundador-Benemérito General ANTÔNIO DE SOUZA JÚNIOR - Benemérito Coronel ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA
22.	Coronel FRANCISCO ANTÔNIO CARNEIRO DA CUNHA	General JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO - Fundador General AUGUSTO FREDERICO DE ARAÚJO CORREIA LIMA General OMAR EMIR CHAVES - Benemérito Vaga

<b>CADEIRA E PATRONO</b>		<b>OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS</b>
23.	Marechal ANTÔNIO JOSÉ RODRIGUES	General JONATHAS DE MORAIS CORREIA – Fundador General JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO General DANLO DA CUNHA NUNES
24.	Marechal FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS	General ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMO – Fundador Marechal MÁRIO TRAVASSOS Coronel NEWTON CORRÊA DE ANDRADE MELLO General TASSO VILLAR DE AQUINO
25.	Acadêmico EUCLIDES RODRIGUES PIMENTA DA CUNHA	General UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
26.	Marechal HENRIQUE PEDRO CARLOS DE BEAUREPAIRE ROHAN – Visconde de Beaurepaire Rohan	General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Fundador-Benemérito Professor EDUARDO CANABRAVA BARREIROS Coronel PAULO DARTANHAM MARQUES DE AMORIM
27.	Major ANTÔNIO FLORÊNCIO PEREIRA DO LAGO	General MANOEL CAVALCANTE PROENÇA General HUGO SILVA Professor LOURENÇO LUIZ LACOMBE Vaga
28.	JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, Visconde de São Leopoldo	General FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO Brigadeiro DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA Professor JOSÉ NEVES BITTENCOURT
29.	General JERÔNIMO FRANCISCO COELHO	General JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES – Fundador Coronel FREDERICO LEOPOLDO DA SILVA Coronel FERNANDO OSCAR WEIBERT
30.	General JOÃO SEVERIANO DA FONSECA	General CARLOS SUDÁ DE ANDRADE General JARBAS CAVALCANTE DE ARAGÃO Coronel JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES NETO Almirante MARIO JORGE DA FONSECA HERMES
31.	Marechal JOSÉ BERNARDINO BORMANN	General AUGUSTO TASSO FRAGOSO – Fundador-Benemérito Coronel JOÃO BAPTISTA DE MAGALHÃES Coronel FELICIANO THAUMATURGO MENDES DE MORAIS
32.	Almirante JOSÉ CÂNDIDO GULLOBEL	Almirante ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA – Fundador Almirante RENATO DE ALMEIDA GULLOBEL Comandante LEVY SCAVARDA Almirante ARTHUR OSCAR SALDANHA DA GAMA – Benemérito Doutor JOAQUIM PONCE LEAL Vaga

<b>CADEIRA E PATRONO</b>		<b>OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS</b>
33.	Comandante MANUEL ANTÔNIO VITAL DE OLIVEIRA	Comandante LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELLO Almirante HILTON BERUTTI AUGUSTO MOREIRA Almirante ARLINDO VIANNA FILHO - Emérito Vaga
34.	General FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉA, Barão de Caçapava	Coronel LUIZ LOBO - Fundador General LUIZ FELICIO MONTEIRO DE LIMA Coronel ARIVALDO SILVEIRA FONTES
35.	General JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA	Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER - Fundador Almirante GERSON DE MACEDO SOARES General LAURO ALVES PINTO Coronel HIRAM DE FREITAS CÂMARA
36.	General JOSÉ JOAQUIM MACHADO DE OLIVEIRA	Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO - Fundador Vaga
37.	General JOSÉ JOAQUIM BARBOSA, Visconde do Rio Comprido	General ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA - Fundador Brigadeiro JOSÉ EDUARDO MAGALHÃES MOTTA
38.	Almirante INÁCIO JOAQUIM DA FONSECA	Almirante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA - Fundador Almirante JUVENAL GREENHALGH Almirante MAX JUSTO GUEDES
39.	General JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES	General JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO - Fundador Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT - Benemérito General FERNANDO GUMARÃES DE CERQUEIRA LIMA Brigadeiro LAURO NEY MENEZES
40.	Major LADISLAU DOS SANTOS TITARA	General ANTÔNIO LEÔNICIO PEREIRA FERRAZ - Fundador Coronel GERMANO SEIDL VIDAL
41.	Coronel JOÃO DE SOUZA MELLO ALVIM	General FERDINANDO DE CARVALHO Vaga
42.	Capitão ALFREDO PRETEXTATO MACIEL DA SILVA	General PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO - Fundador Doutor MARCOS CLÁUDIO PHILIPPE CARNEIRO DE MENDONÇA Coronel NELSON JOSÉ ABREU DO Ó DE ALMEIDA Vaga
43.	Comandante LUIZ BARROSO PEREIRA	Almirante LUCAS ALEXANDRE BOTEUX - Fundador Comandante LÉO FONSECA E SILVA Vaga
44.	Major JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO	Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO - Fundador General SALM DE MIRANDA Vaga

<b>CADEIRA E PATRONO</b>		<b>OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS</b>
45.	General FRANCISCO DE PAULA BORGES FORTES	General FRANCISCO JOSÉ PINTO – Fundador General AMYR BORGES FORTES Vaga
46.	Coronel JOSÉ SATURNINO DA COSTA PEREIRA	General RAUL BANDEIRA DE MELLO – Fundador General WALDEMIRO PIMENTEL Doutor LUIZ DE CASTRO SOUZA
47.	General RAYMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATTOS	General SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE – Fundador-Benemérito Coronel NEY SALLES
48.	Coronel RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA	Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON – Fundador-Benemérito Doutor GUSTAVO BARROSO General RAUL SILVEIRA DE MELLO – Benemérito Coronel LUIZ GONZAGA DE MELLO
49.	General RUFINO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO, Visconde de Maracaju	Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA – Fundador General EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA – Benemérito General FLAMMARION PINTO DE CAMPOS Coronel NILTON FREIXINHO
50.	Almirante FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA TORRES E ALVIM, Barão de Igatemi	Almirante HENRIQUE BOITEUX – Fundador Almirante ANÍBAL DO AMARAL GAMA Comandante CARLOS GARRIDO Comandante ANTÔNIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE – Jubilado Vaga
51.	General AUGUSTO TASSO FRAGOSO	Marechal TRISTÃO DE ALENCAR ARAIPE – Benemérito General SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO
52.	Marechal INNOCÊNCIO VELLOSO PEDERNEIRAS	General DJALMA POLY COELHO Coronel SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO Brigadeiro HUMBERTO CESAR PAMPLONA COELHO
53.	FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, Visconde de Porto Seguro	General DIOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES Tenente-Coronel JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO Coronel SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA
54.	Engenheiro ANDRÉ PINTO REBOUÇAS	Marechal INÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO Coronel ELBER DE MELLO HENRIQUES – Emérito Coronel MARCO ANTONIO CUNHA
55.	General JOAQUIM DE SALLES TORRES HOMEM	General JOSÉ MEIRA DE VASCONCELLOS – Benemérito Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER – Benemérito General HEITOR BORGES FORTES Coronel MANOEL SORIANO NETO



<b>CADEIRA E PATRONO</b>		<b>OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS</b>
56.	Engenheiro AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY - Benemérito Doutor KEPLER ALVES BORGES
57.	Marechal PEDRO DE ALCANTARA BELLEGARDE	General CÉSAR AUGUSTO PARGA RODRIGUES - Benemérito Doutor ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO Professor ANTÔNIO PIMENTEL WINZ Vaga
58.	Marechal LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de Caxias	Professor EUGÊNIO VILHENA DE MORAES General ALFREDO SOUTO MALAN Coronel ALDILIO SARMENTO XAVIER General ALBERTO DOS SANTOS LIMA FAJARDO
59.	Marechal EMÍDIO DANTAS BARRETO	General OTÁVIO ISMAELINO SARMENTO DE CASTRO
60.	Marechal-do-Ar ALBERTO SANTOS DUMONT	Coronel LUIZ PEDRO MIRANDA DA COSTA
61.	Padre BARTOLOMEU DE GUSMÃO	Brigadeiro GODOFREDO VIDAL Coronel HERNANI D'AGUIAR
62.	Almirante LUIZ FELIPE DE SALDANHA DA GAMA	Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA - Fundador Almirante ANTÔNIO MENDES BRAZ DA SILVA
63.	Marechal GREGÓRIO THAUMATURGO DE AZEVEDO	Almirante MÁRIO FERREIRA FRANÇA General JOÃO BAPTISTA PEIXOTO - Benemérito General ALBERTO MARTINS DA SILVA
64.	Engenheiro PANDIÁ CALÓGERAS	General AURÉLIO DE LYRA TAVARES - Benemérito Coronel FRANCISCO RUAS SANTOS - Emérito - Jubilado Professor VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS Engenheiro CHISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JUNIOR
65.	Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON	General FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ - Benemérito Major ELZA CANSANÇÃO MEDEIROS
66.	Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO	General SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO
67.	General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA	Professor ALBERTO LIMA General AGUINALDO JOSÉ DE SENNA CAMPOS General NEWTON BONUMÁ DOS SANTOS Vaga
68.	General MANUEL LIBERATO BITTENCOURT	General JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO - Fundador-Benemérito Coronel CELSO JOSÉ PIRES
69.	Brigadeiro-do-Ar LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES	Coronel AMERINO RAPOSO FILHO

<b>CADEIRA E PATRONO</b>		<b>OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS</b>
70.	General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA	Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM Vaga
71.	Almirante JOAQUIM MARQUES LISBOA, Marquês de Tamandaré	Almirante ESTANISLAU FAÇANHA SOBRINHO
72.	Marechal MANOEL LUIZ OSÓRIO, Marquês do Herval	General JONAS DE MORAIS CORREIA NETO - Emérito Almirante ARMANDO DE SENNA BITTENCOURT
73.	Marechal ANTONIO DE SAMPAIO	General MURILO RODRIGUES DE SOUZA General MORIVALDE CALVET FAGUNDES Embaixador FRANCISCO DE ASSIS GRIECO Vaga
74.	Marechal EMÍLIO LUÍS MALLETT, Barão de Itapevy	Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
75.	Tenente-Coronel JOÃO CARLOS DE VILAGRAN CABRITA	Coronel ASDRÚBAL ESTEVES
76.	Almirante FRANCISCO MANUEL BARROSO, Barão do Amazonas	Almirante ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL
77.	Almirante JOAQUIM JOSÉ IGNÁCIO, Visconde de Inhaúma	Almirante MÁRIO CÉSAR FLORES - Emérito Tenente-Coronel HUGO JORGE DE BRITO CHAVES
78.	General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS	Professor PAULO BRAGA DE MENEZES Coronel DARZAN NETO DA SILVA
79.	Marechal JOÃO BAPTISTA MASCARENHAS DE MORAIS	General HEITOR DE ALMEIDA HERRERA Coronel ADHEMAR RIVERMAR DE ALMEIDA
80.	Tenente-Coronel JOSÉ DE MIRALES	Professor GILBERTO FREYRE Vaga
81.	Tenente HENRIQUE DUQUE ESTRADA DE MACEDO SOARES	Professor PAUL DO REGO LIMA General AURELIANO PINTO DE MOURA
82.	Capitão TEOTÔNIO MEIRELLES DA SILVA	Almirante PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA Vaga
83.	Almirante MANOEL PINTO BRAYO	Almirante JOÃO CARLOS GONÇALVES CAMINHA
84.	Capitão-de-Fragata JOSÉ EGYDIO GARCEZ PALHA	Professor ARÍSTIDES PINTO COELHO
85.	Marechal JOÃO CRISÓSTOMO CALLADO	Professor HERCULANO GOMES MATHIAS Vaga
86.	General JOÃO HENRIQUE BÖHM	Coronel PEDRO SCHIRMER
87.	General JOAQUIM XAVIER CURADO	Professor AFFONSO CELSO VILLELA DE CARVALHO
88.	General FRANCISCO DE PAULA CIDADE	Coronel CLÁUDIO MOREIRA BENTO - Emérito Coronel DAVIS RIBEIRO DE SENA

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
89.	Acadêmico OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUMARÃES BLAC	General LIBERATO DA CUNHA FRIEDRICH Doutor JOAQUIM MANUEL XAVIER DA SILVEIRA
90.	Acadêmico GUSTAVO BARROSO	Coronel NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES Brigadeiro MAX ALVIM
91.	Professor PEDRO GALMON MONIZ DE BITTENCOURT	General CARLOS PATRÍCIO FREITAS PEREIRA
92.	Tenente-Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY	Vaga
93.	Almirante JOÃO DO PRADO MAIA	Comandante LAURO NOGUEIRA FURTADO DE MENDONÇA
94.	Coronel FRANCISCO XAVIER LOPES ARAÚJO, Barão de Parima	Vaga
95.	Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO	Coronel LUIZ DE ALENCAR ARARIPE
96.	General ANTÔNIO DE SOUZA JUNIOR	Brigadeiro MURILLO SANTOS Vaga
97.	Marechal-do-Ar EDUARDO GOMES	Tenente-Coronel ALCYR LINTZ GERALDÓ
98.	Marechal MÁRIO TRAVASSOS	Coronel JOÃO RIBEIRO DA SILVA
99.	ALEXANDRE DE GUSMÃO	General PEDRO LUIZ DE ARAÚJO BRAGA
100.	Escritor GASTÃO PENALVA	Almirante SÉRGIO TASSO VASQUEZ DE AQUINO

#### 4. ESCLARECIMENTO

\* As relações publicadas nesta Revista traduzem uma tentativa de consubstanciar um levantamento de caráter definitivo dos sócios das diversas categorias do Instituto e respectivos patronos.

Para isso, foi observada a seguinte orientação:

- respeito aos patronos das cadeiras na fundação do Instituto, mantendo-se o número consignado na Revista n. 1. Com isso, alguns patronos, instituídos posteriormente, tiveram reajustados os números de suas cadeiras;
- respeito ao vínculo do sócio com o respectivo patrono, seja por adoção na eleição ou posse, seja por ação futura. Com isso, ocorreram algumas mudanças no número das cadeiras de alguns sócios;
- os postos foram simplificados, em particular os dos oficiais-generais, ficando restringidos a Almirante, na Marinha, a General, no Exército, e a Brigadeiro, na Aeronáutica;
- evitou-se o uso indiscriminado de abreviaturas dos postos, para permitir maior entendimento por parte dos civis;
- procurou-se evitar nomes incompletos ou com apenas as iniciais de alguns sobrenomes;
- não foi publicada a relação dos Sócios Correspondentes a fim de permitir uma atualização rigorosa da existente; para isso, está sendo solicitada a cooperação dos confrades que dispõem de informações mais atualizadas. Idêntica solicitação está sendo feita com vistas a possíveis incorreções observadas e para a complementação do posto e do endereço.

## 5. SÓCIOS FALECIDOS

*Com o número da cadeira que ocuparam como sócios titulares.*

1. Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO – Fundador
2. General FREDERICO AUGUSTO RONDON – Fundador, Benemérito
3. General FRANCISCO DE PAULA CIDADE – Fundador
4. General ARNALDO DAMASCENO VIEIRA  
Marechal JOÃO BAPTISTA DE MATTOS  
Professor ODORICO PIRES PINTO  
Professor GILBERTO JOÃO CARLOS FERREZ
5. Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA – Fundador  
Almirante WASHINGTON PERRY DE ALMEIDA – Benemérito
6. General JOÃO MANUEL BORGES FORTES – Fundador  
General AFFONSO DE CARVALHO  
General ADALARDO FIALHO
7. Brigadeiro LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES – Benemérito  
Doutor AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR  
Professor AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
8. Almirante FREDERICO VILLAR – Fundador  
Almirante JOÃO DO PRADO MAIA – Benemérito
9. General MANUEL LIBERATO AZEVEDO BITTENCOURT – Fundador  
General NELSON WERNECK SODRÉ
10. Coronel ÁLVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE – Fundador  
General NELSON RODRIGUES DE CARVALHO
11. Coronel GENSERICO DE VASCONCELLOS – Fundador  
Marechal ONOFRE MUNIZ GOMES DE LIMA  
General OLÍVIO GONDIM DE UZÉDA
13. Almirante RAUL TAVARES – Fundador, Benemérito  
Doutor SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA
14. General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA  
General AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS
15. Comandante ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES – Fundador  
General JOAQUIM VICENTE RONDON  
Almirante HERICK MARQUES CAMINHA – Benemérito
16. General ALTAMIRANO NUNES PEREIRA – Fundador  
Coronel FERNANDO ULRICH DE ALMEIDA
17. General JOÃO DE MELO MORAIS  
Professor ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
18. General RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA – Fundador  
Professor DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO
19. Marechal ESTÊVÃO LEITÃO DE CARVALHO – Benemérito
20. General JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO – Fundador, Benemérito
21. General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA – Fundador, Benemérito  
General ANTÔNIO DE SOUZA JÚNIOR – Benemérito
22. General JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO – Fundador  
General AUGUSTO FREDERICO DE ARAÚJO CORREIA LIMA  
General OMAR EMIR CHAVES – Benemérito
23. General JONATHAS DE MORAIS CORREIA – Fundador

- General JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO
24. General ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMO – Fundador  
Marechal MÁRIO TRAVASSOS  
Coronel NEWTON CORRÊA DE ANDRADE MELLO
26. General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Fundador, Benemérito  
Professor EDUARDO CANABRAVA BARREIROS
27. General MANOEL CAVALCANTE PROENÇA  
General HUGO SILVA  
Doutor LOURENÇO LUIZ LACOMBE
28. General FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO  
Brigadeiro DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA
29. General JOSÉ MARIA MOREIRA GUITARÃES – Fundador  
Coronel FREDERICO LEOPOLDO DA SILVA
30. General Doutor CARLOS SUDÁ DE ANDRADE  
General JARBAS CAVALCANTE DE ARAGÃO  
Coronel JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES NETO
31. General AUGUSTO TASSO FRAGOSO – Fundador, Benemérito  
Coronel JOÃO BAPTISTA MAGALHÃES
32. Almirante ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA – Fundador  
Almirante RENATO DE ALMEIDA GUILLOBEL  
Comandante LEVY SCAVARDA  
Almirante ARTHUR OSCAR SALDANHA DA GAMA – Benemérito  
Doutor JOAQUIM PONCE LEAL
33. Comandante LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELLO  
Almirante HILTON BERUTTI AUGUSTO MOREIRA
34. Coronel LUIZ LOBO – Fundador  
General LUIZ FELÍCIO MONTEIRO DE LIMA
35. Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER – Fundador  
Almirante GERSON DE MACEDO SOARES  
General LAURO ALVES PINTO
36. Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO – Fundador
37. General ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA – Fundador
38. Almirante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA – Fundador  
Almirante JUVENAL GREENHALGH
39. General JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO – Fundador  
Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT – Benemérito  
General FERNANDO GUITARÃES DE CERQUEIRA LIMA
40. General ANTÔNIO LEÓNICIO PEREIRA FERRAZ – Fundador
41. General FERDINANDO DE CARVALHO
42. General PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO – Fundador  
Doutor MARCOS CLÁUDIO PHILIPPE CARNEIRO DE MENDONÇA  
Coronel-Aviador NELSON JOSÉ ABREU DO Ó DE ALMEIDA
43. Almirante LUCAS ALEXANDRE BOITÉUX – Fundador  
Comandante LEO FONSECA E SILVA
44. Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO – Fundador  
General SALM DE MIRANDA
45. General FRANCISCO JOSÉ PINTO – Fundador  
General AMYR BORGES FORTES
46. General RAUL BANDEIRA DE MELLO – Fundador



- General WALDEMIRO PIMENTEL
48. Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON – Fundador, Benemérito  
Doutor GUSTAVO BARROSO  
General RAUL SILVEIRA DE MELLO – Benemérito
49. Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA – Fundador  
General EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA – Benemérito  
General FLAMMARION PINTO DE CAMPOS
50. Almirante HENRIQUE BOITEUX – Fundador  
Almirante ANÍBAL DO AMARAL GAMA  
Comandante CARLOS GARRIDO
51. Marechal TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE – Benemérito
52. General DJALMA POLY COELHO  
Coronel SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO
53. General DIOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES  
Coronel JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO
54. Marechal INÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO
55. General JOSÉ MEIRA DE VASCONCELLOS – Benemérito  
Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER – Benemérito  
General HEITOR BORGES FORTES
56. Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY – Benemérito
57. General CÉSAR AUGUSTO PARGA RODRIGUES – Benemérito  
Doutor ADOLPHO MORALES DE LOS RIOS FILHO  
Professor ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
58. Professor EUGÊNIO VILHENA DE MORAES  
General ALFREDO SOUTO MALAN  
Coronel ALDÍLIO SARMENTO XAVIER
61. Brigadeiro GODOFREDO VIDAL
62. Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA – Fundador
63. Almirante MÁRIO FERREIRA FRANÇA  
General JOÃO BAPTISTA PEIXOTO – Benemérito
64. General AURÉLIO DE LYRA TAVARES  
Professor VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS
65. General FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ – Benemérito
67. Professor ALBERTO LIMA  
General AGUINALDO JOSÉ DE SENNA CAMPOS  
General NEWTON BONUMÁ DOS SANTOS
68. General JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO – Fundador, Benemérito
70. Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM
73. General MURILO RODRIGUES DE SOUZA  
General MORIVALDE CALVET FAGUNDES  
Embaixador FRANCISCO DE ASSIS GRIECO
78. Professor PAULO BRAGA DE MENEZES
79. General HEITOR DE ALMEIDA HERRERA
80. Professor GILBERTO FREYRE
81. Professor RAUL DO REGO LIMA
82. Almirante PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA
85. Professor HERCULANO GOMES MATHIAS
89. General LIBERATO DA CUNHA FRIEDRICH
90. Coronel NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES
96. Brigadeiro MURILLO SANTOS

# Relatório Anual da Diretoria

## Ano de 2002

### 1. FINALIDADE

Registrar as atividades desenvolvidas pelo IGHMB e efetuar a prestação de contas da Diretoria relativa ao ano de 2002.

### 2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

#### a. Recursos financeiros

O programa traçado para 2002 foi cumprido graças ao novo valor da anuidade, estabelecido em R\$270,00, conforme deliberação na reunião de Diretoria, em 24 de janeiro, de conformidade com o que prescreve o Art. 52 do Estatuto.

O demonstrativo da receita e da despesa anual, aprovado pelo Conselho Fiscal, consta do "Anexo A – Prestação de Contas".

#### b. Secretaria

A Secretaria vem lutando com dificuldades para desincumbir-se de suas atribuições, pela falta de auxiliares competentes e de recursos suficientes.

O Capitão Justo Hélio Monteiro vem se encarregando dos trabalhos da Secretaria dentro das possibilidades e limitações, contando apenas com uma auxiliar, estagiária da Fundação Osório.

#### c. Boletim Informativo

Foram editados e distribuídos 10 (dez) Boletins Informativos, de março a dezem-

bro, relatando as atividades socio culturais no período. Uma coletânea desses informativos faz parte do "Anexo B – Coletânea de Boletins Informativos de 2002".

O Boletim Informativo, a partir de 2003, será emitido também pela Internet, a fim de reduzir os gastos e facilitar a distribuição.

#### d. Revista

A revista de 2000 foi editada e distribuída aos sócios e entidades congêneres, nacionais e estrangeiras.

A referente ao ano de 2001 está em fase final de impressão, já estando paga.

#### e. Instalações

O IGHMB luta para a manutenção das boas condições de uso da Casa Histórica de Deodoro. O fato de tratar-se de um imóvel centenário, cuja conservação não veio sendo feita dentro das suas reais necessidades, levou o Instituto a transferir a realização de suas sessões para o auditório da Biblioteca do Exército.

A Presidência do Instituto fez gestões junto ao Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército no sentido de conseguir recursos para a recuperação do histórico imóvel. Contou, na oportunidade, com a cooperação do General-de-Exército Licínio Ribeiro Viana Filho. Lamentavelmente, até a presente data, as obras, a cargo da Comissão Regional de Obras, não estão concluídas.

As vistorias realizadas pela Presidência do IGHMB às obras que vêm sendo realizadas têm apresentado algumas restrições à qualidade do trabalho até então executado. Agrava-se a situação, uma vez que os recursos disponíveis não estão sendo suficientes para a conclusão das obras.

#### **f. Material permanente e de consumo**

O IGHMB recebeu por doação, para repor itens roubados de suas dependências, o seguinte material: computador com gravador e reproduzidor de CD; impressora; scanner; copiadora tipo "xerox".

#### **g. Assembléia Geral**

Realizaram-se duas assembléias gerais ordinárias, ao longo do presente ano; uma para prestação de contas e apresentação do relatório anual de 2002 e outra destinada à eleição dos órgãos administrativos.

Não foi realizada assembléia geral para ingresso de novos sócios titulares por não haver cadeira vaga. Entretanto, foram efetuadas eleições para sócios eméritos, correspondentes e honorários.

A Diretoria reuniu-se formalmente em duas oportunidades (24 de janeiro e 9 de dezembro de 2002).

#### **h. Posse de Sócios**

Tomaram posse em 2002 os sócios honorários: Dra. Vera Lúcia Bottrel Tostes; Prof. Dr. Marcos Cunha e Souza; Prof. Dr. José Arthur Alves da Cruz Rios; e Prof. Dr. Ricardo Vélez Rodríguez.

#### **i. Admissão como Colaborador**

Conforme o que estabelece o § 1º do Art.

17 do Estatuto do IGHMB, por ato do Presidente e decisão da Diretoria, foram admitidos como Colaboradores deste Instituto, por um período de 4 (quatro) anos: o CC Mônica Hartz de Oliveira Moitrel, a contar de 1º de março; e o Cap QCO Wagner Alcides de Souza, a contar de 1º de maio.

#### **j. Jubilação de Sócios**

Segundo o que prescreve o Art. 12 do Estatuto do IGHMB, foi concedida, a pedido, a jubilação dos sócios: Cel Francisco Ruas Santos, a partir de 1º de março; Gen Umberto Peregrino Seabra Fagundes; e CMG Antônio Luiz Porto e Albuquerque.

#### **k. Visitante ilustre**

A sede do IGHMB foi visitada oficialmente pelo Presidente da Sociedade Chilena de História e Geografia, Prof. Dr. Sérgio Martínez Baeza.

#### **l. Falecimento de Sócios**

No ano de 2002, faleceram os seguintes confrades: Prof. Herculano Gomes Mathias, em 1º de janeiro; Gen Bda Newton Bonumá dos Santos, em 17 de julho; Ten Brig Ar Murillo Santos, em 7 de setembro; e Prof. Joaquim Ponce Leal, em 28 de outubro.

### **3. ATIVIDADES CULTURAIS**

#### **a. Palestras e Conferências**

O ano sociocultural foi aberto em 19 de março com a brilhante conferência sobre o tema "Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo", proferida pelo Prof. Dr. José Arthur Alves da Cruz Rios. Foram proferidas, durante o ano, 25 palestras e conferências

pelos conferencistas e palestrantes constantes do "Anexo D – Palestras e Conferências Proferidas em 2002".

#### **b. Núcleo de Estudos e Pesquisas de História Militar (NEPHIM)**

Em 2002, o IGHMB realizou 8 (oito) sessões do NEPHIM, de abril a novembro, seguindo a programação constante no "Anexo E – Sessões do NEPHIM em 2002".

#### **c. Simpósios**

No corrente ano, o IGHMB fez realizar um simpósio sobre o tema "70 Anos da Revolução Constitucionalista de São Paulo", no auditório da Biblioteca do Exército e na Sala Pedro Calmon, do IHGB, no período de 10 a 12 de setembro. O evento teve como coordenador o Cel Eng e EM Luiz Carlos Carneiro de Paula.

#### **d. Congresso Internacional de História Militar**

O IGHMB se fez representar no XXVIII Congresso Internacional de História Militar, realizado no período de 11 a 16 de agosto, em Norfolk, Virgínia, EUA, sob o patrocínio da Comissão Internacional de História Militar, pelo Cel Inf João Ribeiro da Silva e CMG (FN) Dino Willy Cozza.

#### **e. Atividades Culturais dos Sócios**

– Prof. Dr. Arno Wehling assinou artigo "A Pesquisa na História Militar Brasileira" no n. 1 da revista *Da Cultura*, da Diretoria de Assuntos Culturais; colaborou na magnífica obra *Brasília*, da Biblioteca Nacional; recebeu a "Medalha Paulo Carneiro", da Aca-

demia Brasileira de Letras; participou de mesa redonda sobre historiografia da Grécia, no Pen Clube do Brasil; e proferiu conferência sobre "Pedro Calmon, Historiador", na Academia Brasileira de Letras.

– Prof. Guilherme de Andrea Frota lançou *500 Anos de História do Brasil* (Ed. BIBLIEX) e *50 Anos do Colégio Naval* (Ed. Serviço de Documentação da Marinha).

– Prof. Ronaldo Rogerio de Freitas Mourão foi empossado na Academia Brasileira de Literatura e lançou o *Anuário de Astronomia de 2002* (Ed. Bertrand Brasil) e *Do Universo ao Multiverso* (Ed. Vozes).

– Prof. José Arthur Rios, Prof. Ronaldo R. Mourão e Gen Umberto Peregrino Seabra Fagundes assinam verbetes na 2. ed da *Enciclopédia de Literatura*.

– Cel Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho falou homenageando Umberto Peregrino e sua obra; saudou o Presidente da Sociedade Chilena de História e Geografia, no IHGB; pronunciou, em Fortaleza, a convite do comandante da 10ª Região Militar, uma palestra sobre "A Problemática das Forças Armadas no Século XXI; recebeu o título de Sócio Correspondente da Sociedade Chilena de História e Geografia; recebeu o diploma de Grande Benemérito outorgado pelo Real Gabinete Português de Leitura; foi eleito Sócio Correspondente do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará; e tomou parte na reunião do Conselho Técnico Consultivo da FUNCEB, realizada em Ipatinga, MG.

– Gen Div Med Aureliano Pinto de Moura foi distinguido com a "Medalha de Hon-

ru ao Mérito”, por relevantes serviços prestados à Medicina, pelo Colégio Brasileiro de Cirurgiões; participou da mesa redonda sobre o tema *A Maldita Guerra*, coordenada pelo Prof. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, realizada no Centro de Estudos Brasileiros de Relações Internacionais; participou do VIII Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Militar, em Lisboa, onde apresentou o trabalho “Geografia Médico-Militar da Amazônia”; realizou palestra sobre *O Contestado*, no IGHRJ; e participou da viagem ao Paraguai visitando os locais históricos do teatro de operações, de Passo da Pátria até Humaitá.

– Cel Inf João Ribeiro da Silva foi admitido como Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto Urquiza de Estudos Históricos; lançou o livro *O Homem Brasileiro*; e foi agraciado com o Diploma de Alto Mérito Sociocultural da UBE/RJ.

– Dr. Kepler Alves Borges foi agraciado com a “Medalha Hipólito da Costa”, da Ordem dos Advogados do Brasil.

– Cel Cav e EM Davis Ribeiro de Sena lançou o livro *Exército Brasileiro Ontem*, tomo V.

#### **f. Colaboração do IGHMB**

– com a ECEME: palestras proferidas pelos coronéis Luiz Paulo Macedo Carvalho e Luiz Carlos Carneiro de Paula, sobre “Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar na Idade Média e no Período Napoleônico” e “A Guerra do Golfo e a Guerra do Afeganistão”.

– na EsAO: a convite do seu comandante, o Gen Ex Jonas de Moraes Correia

Neto proferiu uma palestra sobre a Revolução de 31 de março de 1964, sob o título “Por que aconteceu e o que foi a Revolução de 1964”.

#### **g. 66º Aniversário do IGHMB**

Em comemoração ao transcurso do 66º aniversário da fundação do IGHMB, teve lugar, em 7 de dezembro, Sessão Solene alusiva, seguida de um concorrido coquetel de confraternização, no Salão da Biblioteca do Exército. Na referida Sessão fez uso da palavra o Presidente, para abordar o tema “Guerras Futuras e Reflexões sobre Política de Defesa”.

#### **h. Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em História Militar**

Foi concluído, na UNIRIO, o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* em História Militar, patrocinado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército e sob a orientação do IGHMB, para 19 militares, no dia 12 de março de 2002.

#### **i. Convênio com o Exército Brasileiro**

O Exército Brasileiro e o IGHMB firmaram convênio, por intermédio da Diretoria de Assuntos Culturais, com a finalidade de promover estudos, pesquisas, palestras e conferências sobre temas, vultos e fatos da História Militar.

#### **j. Visitas e passeios**

O IGHMB, no corrente ano, promoveu apenas um passeio marítimo pela Baía de Guanabara, com apoio do Espaço Cultural da Marinha e com a participação de seu quadro social e dependentes, no dia 25 de julho.



## 4. CONCLUSÃO

Apesar de todas as dificuldades encontradas, o IGHMB pode orgulhar-se de ter cumprido com êxito a programação proposta para o ano de 2002. Preocupa sobretudo o agravamento da situação financeira do Instituto e a conservação da Casa Histórica de Deodoro, o que leva a se pensar em obter subvenção do Ministério da Defesa ou passar para este a subordinação

do Instituto, para assegurar sua sobrevivência com rejuvenescimento dos seus quadros.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2002.

**LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO**  
Presidente

**AURELIANO PINTO DE MOURA**  
Diretor Secretário

## ANEXOS

- A - Prestação de contas (omitido)
- B - Boletins Informativos de 2002 (omitido)
- C - Sócios Eleitos em 2002
- D - Palestras e Conferências proferidas em 2002
- E - Sessões do NEPHIM realizadas em 2002



## ANEXO C

### SÓCIOS ELEITOS EM 2002

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2002, aprovou a admissão como eméritos, honorários e correspondentes dos seguintes sócios:

- *Sócios Eméritos*
  - General-de-Exército **SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO**
  - Professor Doutor **ARNÓ WEHLING**
  
- *Sócios Honorários*
  - Coronel Aviador **MANUEL CAMBESES JUNIOR**
  - Coronel de Artilharia **HÉLCIO PINHEIRO**
  - Professor Doutor **JOSÉ EUGÊNIO DE MACEDO SOARES**
  
- *Sócios Correspondentes*
  - Professor Doutor **FRANCISCO FERNANDO MONTEOLIVA BORATTIOTO**
  - Professor Doutor **DOUGLAS MICHALANY**
  - Tenente-Coronel de Artilharia **IVD DE ALBUQUERQUE**

**ANEXO D****PALESTRAS E CONFERÊNCIAS PROFERIDAS EM 2002**

- 19 de março  
Professor Doutor JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS – *Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo*
- 26 de março  
Tenente-Brigadeiro-da-Ar ASTOR MINA DE CARVALHO NETO – *O Ministério da Defesa e sua Política*
- 02 de abril  
General-de-Brigada SÉRGIO AUGUSTO DE AVELLAR COUTINHO – *O Gramscismo no Brasil*
- 16 de abril  
Coronel HÉLIO MENDES – *Prática Democrática: a Ideologia da Democracia*
- 23 de abril  
General-de-Divisão AURELIANO PINTO DE MOURA – *O Contestado*
- 30 de abril  
Embaixador VASCO MAREZ – *Unificação da Alemanha – Doze Anos Depois*
- 07 de maio  
Doutor JOSÉ EUGÊNIO DE MACEDO SOARES – *Napoleão e a Psicologia*
- 21 de maio  
Coronel LUIZ CARLOS CARMEIRO DE PAULA – *A Arte da Guerra na Antiguidade*
- 28 de maio  
Coronel NILSON VIEIRA FERREIRA DE MELLO – *A Arte da Guerra no Período Napoleônico*
- 11 de junho  
Capitão-de-Corveta MÔNICA HARTZ OLIVEIRA HOITREL – *A Ação da Marinha na Cobrança*
- 18 de junho  
Doutor PETRÔNIO RAHMUNDO GONÇALVES MUNIZ – *O Condestável da Cruz de Lorena*
- 25 de junho  
Coronel NILSON VIEIRA FERREIRA DE MELLO – *A Arte da Guerra no Período Medieval*
- 16 de julho  
Doutor RAUL SOARES DA SILVEIRA – *Um Brasileiro na Legião Estrangeira*
- 23 de julho  
Doutor JOSÉ EUGÊNIO DE MACEDO SOARES – *Napoleão e a Administração*
- 30 de julho  
Doutor MARCOS DA CUNHA E SOUZA – *O Absolutismo e o Progresso da Guerra*
- 13 de agosto  
General-de-Divisão AURELIANO PINTO DE MOURA – *O Conde de Lippe – Reflexos para o Brasil*
- 20 de agosto  
Professor FRANCISCO FERNANDO MONTEOLIVA DORATIOTO – *Três Reflexões sobre a Guerra do Paraguai*
- 27 de agosto  
General-de-Exército ALBERTO DOS SANTOS LIMA FAJARDO – *Corias e a Nobreza Imperial*
- 03 de setembro  
Professor GUILHERME DE ANDREA FROTA – *180 Anos de Independência*
- 24 de setembro  
Coronel NILSON VIEIRA FERREIRA DE MELLO – *Raízes e Evolução da Cavalaria*
- 01 de outubro  
Tenente-Coronel IVO DE ALBUQUERQUE – *A ONU e os Conflitos Internacionais – Presença Brasileira em Missões de Paz*
- 15 de outubro  
Embaixador GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA – *A Revolução Dominicana de 1965*
- 23 de outubro  
Brigadeiro-da-Ar TEOMAR FONSECA QUÍRICO – *O Projeto SIMAN e a sua Contribuição para o Fortalecimento da Nação Brasileira*

29 de outubro

Professor EVANILDO BECHARA - *As Dificuldades da Língua Portuguesa no Brasil*

07 de novembro

Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO - *Gueras Futuras - Reflexões sobre Política de Defesa*

19 de novembro

General-de-Brigada MANOEL TEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA - *A Guerrilha Colombiana*

26 de novembro

General-de-Divisão AURELIANO PINTO DE MOURA - *A Batalha de Tuiuti*

03 de dezembro

Professor Doutor ARNO WEHLING - *Pedro Calmon e a História Militar*

10 de dezembro

Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO - *Rio Branco e o Exército*

## ANEXO E

### SESSÕES DO "NEPHIM" REALIZADAS EM 2002

20 de abril

Professor MARCOS RIBEIRO CORRÊA - *Homenagem Póstuma ao Professor Hercúano Gomes Mathias*

Coronel NILTON FREIXINHO - *Homenagem Póstuma ao Embaixador Francisco de Assis Grieco*

General-de-Exército JONAS DE MORAIS CORREIA NETO - *Homenagem Póstuma ao General Getúlio de Araújo Braga*

14 de maio

Doutor CHRISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JUNIOR - *O Visconde da Torre - Sesquicentário do seu Falecimento*

Tenente-Coronel Intendente da Aeronáutica ALCYR LINTZ GERALDO - *A Aviação no Contestado*

General-de-Brigada SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO - *Mendriças de 1964*

04 de junho

General-de-Exército JONAS DE MORAIS CORREIA NETO - *No Exército do Sul, após a Crise de 1961*

Professor MARCOS RIBEIRO CORRÊA - *Os Militares e a Inconfidência*

09 de julho

General-de-Exército PEDRO LUIZ DE ARAÚJO BRAGA - *Observações de Viagem Recente aos EUA*

Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO - *General Norman A. Walters*

06 de agosto

General-de-Brigada SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO - *Homenagem Póstuma ao General-de-Brigada Newton Bonum dos Santos*

Coronel NILTON FREIXINHO - *A Proclamação da República e o Cerco da Lapa na Revolução Federalista*

17 de setembro

General-de-Exército JONAS DE MORAIS CORREIA NETO - *A Conferência de Itaiti-Corá*

General-de-Exército SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO - *Origem Histórica da Seção de História Militar no Departamento de Guerra dos EUA*

08 de outubro

Capitão-de-Mar-e-Guerra DINO WILLY COZZA e Coronel JOÃO RIBEIRO DA SILVA - *XXVIII Congresso de História Militar*

Professor AFFONSO CELSO VILLENA DE CARVALHO - *A Turma de 1921 da Escola Militar do Realengo*

12 de novembro

Major-Brigadeiro-do-Ar LAURO NEY MENEZES - *Homenagem Póstuma ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Norillo Santos*

General-de-Divisão DANILLO DA CUNHA MUNES - *O Ser e as Circunstâncias*

## IN MEMORIAM



**General-de-Brigada NEWTON  
BÓNUMÁ DOS SANTOS**  
Ocupante da cadeira nº 67 –  
General Emilio Fernandes  
de Souza Docca



**Tenente-Brigadeiro-do-Ar  
MURILLO SANTOS**  
Ocupante da cadeira nº 96 –  
General Antônio de Souza Junior

**Professor HERCULANO GOMES MATHIAS**  
Ocupante da cadeira nº 85 – Marechal João Crisóstomo Callado

**Doutor JOAQUIM PONCE LEAL**  
Ocupante da cadeira nº 32 – Almirante José Cândido Guillobel

